

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EDUARDO VENÂNCIO COSTA ABREU

EDIFICAÇÃO BIOGRÁFICA E INSCRIÇÃO GENEALÓGICA:
as múltiplas estratégias de consagração e de detração da “imagem” de Flávio Dino no
Maranhão

São Luís – MA, 2024.

EDUARDO VENÂNCIO COSTA ABREU

EDIFICAÇÃO BIOGRÁFICA E INSCRIÇÃO GENEALÓGICA: as múltiplas estratégias
de consagração e de detração da “imagem” de Flávio Dino no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

São Luís – MA, 2024.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Abreu, Eduardo Venâncio Costa.

EDIFICAÇÃO BIOGRÁFICA E INSCRIÇÃO GENEALÓGICA : as múltiplas estratégias de consagração e de detração da "imagem" de Flávio Dino no Maranhão / Eduardo Venâncio Costa Abreu. - 2024.

156 f.

Orientador(a): Igor Gastal Grill.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2024.

1. Construção de imagens. 2. Elites. 3. Genealogias simbólicas. 4. Maranhão. 5. Trajetória. I. Grill, Igor Gastal. II. Título.

EDUARDO VENÂNCIO COSTA ABREU

EDIFICAÇÃO BIOGRÁFICA E INSCRIÇÃO GENEALÓGICA: as múltiplas estratégias
de consagração e de detração da “imagem” de Flávio Dino no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profª. Dra. Eliana Tavares dos Reis

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Fabiano Engelmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Como de costume em situações que exigem certo decoro, serei brevíssimo! Agradeço a Deus pela força espiritual; a minha família, Fátima, Silvio, Maria Abreu, Rodrigo, Alice e Maria Sousa pelo incentivo, amor e troca diários; aos meus amigos, Abigail, Anne, Emily, Isis, Luan, Sonayra e Thalyta pelas risadas, conversas e debates constantes. Agradeço ao PPGCSOC pela acolhida e, especialmente, ao LEEPOC, grupo de estudos com o qual me identifiquei desde a graduação e que, na figura dos Profs. Igor Grill e Eliana dos Reis, ensinou-me e me mostrou tanto sobre as Ciências Sociais. Sou grato profundamente ao Prof. Igor Grill pela orientação e contribuição ao trabalho e ainda ao Prof. Ariel Pereira e a Prof. Eliana dos Reis pela qualificação desta dissertação. Infelizmente, devido às circunstâncias dos últimos meses – com os estudos para a seleção do doutorado – não pude me dedicar integralmente às revisões sugeridas. Por fim, agradeço ao Prof. Fabiano Engelmann por aceitar compor a banca de defesa do trabalho. Obrigado a todos que me ajudaram e estiveram comigo ao longo dessa etapa tão desafiadora.

RESUMO

Seguindo a linha de pesquisas do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA), direcionada à investigação das intersecções entre *domínios* políticos e culturais a partir do estudo do trabalho de edificação de trajetórias de *multinotabilidades* e de invenção de “genealogias políticas”, esta dissertação examina a construção da “imagem pública” de Flávio Dino de Castro e Costa (PSB), ex-governador do Maranhão e ministro nomeado ao Supremo Tribunal Federal. Em um primeiro momento, buscamos reconstituir a trajetória de Flávio Dino desde sua “entrada em cena” nos *domínios* políticos locais, situando seus investimentos, redes de relações e desdobramentos da sua carreira nos *domínios* acadêmicos e na magistratura. Em um segundo momento, analisando matérias do jornal “Estado do Maranhão” e do portal de notícias “Imirante”, focalizamos as reorientações do perfil de Flávio Dino ao longo das eleições em que concorreu (2006-2022) visando à apreensão das classificações conferidas ao agente durante esse período. Por fim, para a análise das eleições ocorridas em 2022, nas quais Flávio Dino se elegeu senador, exploramos especificamente os artigos de dois blogs locais, sendo um assumidamente contrário e o outro assumidamente favorável ao agente. Analisou-se também perfis em redes sociais (Youtube e Telegram) do ex-governador, objetivando apreender as estratégias de afirmação utilizadas na campanha política.

Palavras-chave: Construção de imagens. Elites. Genealogias simbólicas. Maranhão. Trajetória.

ABSTRACT

Following the research line of the Laboratory of Studies about Political and Cultural Elites (LEEPOC/UFMA), aimed at investigating the intersections of political and cultural *domains* based on the study of the work of building trajectories of *multinotability* and the invention of “political genealogies”, this dissertation examines the construction of the “public image” of Flávio Dino de Castro e Costa (PSB), former governor of the state of Maranhão (BR) and named minister of Brazil’s Supreme Federal Court. Initially, we seek to reconstruct Flávio Dino's trajectory since his “entry onto the scene” in local political *domains*, situating his investments, networks of relationships and developments in his career in academic *domains* and in the judiciary. In a second moment, analyzing articles from the newspaper “Estado do Maranhão” and the news portal “Imirante”, we focus on the reorientations of Flávio Dino’s profile throughout the elections in which he ran (2006-2022), starting to capture the classifications granted to the agent during this period. Finally, to analyze the elections that took place in 2022, in which Flávio Dino was elected senator, we specifically explored the articles from two local blogs, one being openly opposed and the other openly favorable to the agent. Profiles of the former governor's social accounts networks (Youtube and Telegram) were also analyzed, aiming to understand the affirmation strategies used by the agent in this campaign.

Keywords: Construction of images. Elites. Symbolic genealogies. Maranhão. Trajectory.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1. Candidatos aprovados no TRF-1 (Maranhão, 1991-2012).....	57
Quadro 2. Quadro docente DDIR/UFMA	62
Quadro 3. Disciplinas ministradas por Flávio Dino na UFMA (2011-2022).....	66
Quadro 4. Livros publicados ou organizados por Flávio Dino	68
Quadro 5. Jornalistas da “Editoria de Política” e “Ipolítica” (EM/IM)	72
Quadro 6. Publicações sobre Flávio Dino no EM/IM por ano eleitoral (2006-2022)	73
Quadro 7. Deputados federais mais votados no Maranhão (2006)	77
Quadro 8. Lista de episódios do <i>podcast</i> “Flávio Dino tá On”	141
Gráfico 1. Aprovados para juiz federal no TRF-1 por unidade federativa (1993).....	54
Gráfico 2. Série histórica de aprovados no TRF-1 por unidade federativa (1991-2012)	55

LISTA DE SIGLAS

ABIN: Agência Brasileira de Inteligência
AJUFÉ: Associação dos Juízes Federais do Brasil
ALEMA: Assembleia Legislativa do Maranhão
AML: Academia Maranhense de Letras
ARENA: Aliança Nacional Renovadora
CEU: Central European University
CGU: Controladoria Geral da União
CNJ: Conselho Nacional de Justiça
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DDIR: Departamento de Direito (UFMA)
DEM: Democratas
ESEAG: Escola Superior de Educação Almeida Garret
FIOCRUZ: Fundação Osvaldo Cruz
GSID: Graduate School of International Development
MJSP: Ministério de Justiça e Segurança Pública
MP: Ministério Público
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PHS: Partido Humanista da Solidariedade
PMDB: Partido do Movimento Democrático do Brasil (atualmente MDB)
PMN: Partido da Mobilização Nacional
PP: Partido Progressistas
PPS: Partido Popular Socialista (atualmente CIDADANIA)
PR: Partido Republicano
PROS: Partido Republicano da Ordem Social
PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSC: Partido Social Cristão
PSDB: Partido da Social Democracia do Brasil
PSD: Partido Social Democrático

PSDC: Partido da Democracia Cristã
PSL: Partido Social Liberal
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTC: Partido Trabalhista Cristão (atualmente AGIR)
PTdoB: Partido Trabalhista do Brasil (atualmente AVANTE)
PTN: Partido Trabalhista Nacional
PV: Partido Verde
PUC: Pontifícia Universidade Católica
STF: Supremo Tribunal Federal
TCU: Tribunal de Contas da União
TRE: Tribunal Regional Eleitoral
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
UAL: Universidade Autónoma de Lisboa
UB: Universitat de Barcelona
UEMA: Universidade Estadual do Maranhão
UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMA: Universidade Federal do Maranhão
UFPA: Universidade Federal do Pará
UFPB: Universidade Federal da Paraíba
UFPE: Universidade Federal de Pernambuco
UFPI: Universidade Federal do Piauí
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UMSA: Universidad del Museo Social Argentino
UNDB: Universidade Dom Bosco
UNIDF: Centro Universitário do Distrito Federal
UNIFOR: Universidade de Fortaleza
UNIROMA: Universidade de Roma
UNLA: Universidad Nacional de la Matanza
UNLZ: Universidade Nacional de Lomas de Zamora
URG: Universidade de Granada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
REFERENCIAL TEÓRICO	18
METODOLOGIA.....	26
1. ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	29
1.1. A “esfera interna”: influência familiar na “entrada em cena”	30
1.2. A “esfera externa”: grêmio estudantil, doutrina católica e “maio oito meia”	36
2. CARREIRAS JURÍDICA, ACADÊMICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL	46
2.1. TRF-1: concurso, consolidação profissional e o “espaço dos possíveis”	47
2.2. DDIR: universidade como manutenção de vínculo com o direito?	61
3. TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DA “IMAGEM PÚBLICA” DE FLÁVIO DINO ATRAVÉS DE MATÉRIAS DE “O ESTADO DO MARANHÃO/IMIRANTE” EM PERÍODOS ELEITORAIS (2006-2022)	70
3.1. Eleições 2006: Caxias e uso de dinheiro público para cooptação de votos	74
3.2. Eleições 2008: impugnações, troca de acusações e “experiência” vs. “renovação”	78
3.3. Eleições 2010: perda de apoios, divulgação de agenda e derrota no primeiro turno	88
3.4. Eleições 2014: gestão na Embratur, oportunismo político e segurança pública.....	94
3.5. Eleições 2018: promessas não cumpridas, espionagem e inelegibilidade	106
3.6. Eleições 2022: consagração “regional” e ascensão “nacional”	119
4. ESTRATÉGIAS DE DETRAÇÃO E DE AFIRMAÇÃO EM UMA CAMPANHA POLÍTICA E O PRIMEIRO ANO NO MINISTÉRIO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL (2022-2023).....	129
4.1. “Marrapá”: aproximação com os “Sarney” e Carlos Brandão “governador-tampão”	130
4.2. “Diário 98” e campanha nas redes sociais: a atuação do “Time do Lula” no Maranhão	135
4.2. MJSP: “defesa” da Amazônia, decreto de armas e convocações ao Congresso	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é examinar a construção da “imagem pública” de Flávio Dino de Castro e Costa, ex-governador do Maranhão e ministro nomeado ao Supremo Tribunal Federal¹. Tomando um conjunto de bibliografias, observou-se que as *representações*² produzidas sobre “profissionais da política” e “produtores de *bens simbólicos*”, por exemplo, podem ser localizadas em diferentes meios ou fontes como biografias, pronunciamentos, entrevistas, matérias jornalísticas, materiais de campanha eleitoral, publicações laudatórias, etc. Assim, políticos, intelectuais, jornalistas, blogueiros, “operadores do direito”, dentre outros, notabilizam-se como “especialistas” no trabalho de exaltação ou depreciação desses agentes.

“Estudar um político que é, por função, *entrepreneur en représentation* (ou, em tradução livre, “empreendedor na construção de *representações*”), implica levar em consideração seus diferentes modos de existência pública” (COLLOVALD, 1988, p. 29). Nesse mesmo sentido, “os empreendimentos com vistas à legitimação do poder político se apoiam no princípio da legitimação carismática, isto é, amparam-se em elementos que conferem transcendência, excepcionalidade, extraordinariedade em oposição ao cotidiano, ao precário e ao efêmero” (GRILL, 2008, p. 34). Portanto, a discussão está associada ao “carisma” desses agentes que apresentam múltiplas “marcas” e “identidades” e, ao mesmo tempo, ocupam posições centrais em *facções políticas*³ com vistas, por exemplo, à formação de alianças em disputas eleitorais.

Através da bibliografia localizada sobre a configuração política do Maranhão, observou-se que o uso de expressões como “magalhãesismo”, “marcelinismo” e “tarquinismo”, nas décadas de 1920 e 1930, e “vitorismo” e “sarneyismo”, no período entre 1945 a 2015, por exemplo, sinaliza à recorrência de lógicas de “etiquetagens políticas” referentes às *disputas faccionais* nos *domínios políticos* regionais⁴. Compreende-se que tais expressões, frequentemente tomadas em “ismos”⁵, “assumem funções mais avaliativas que denotativas”

¹ A indicação foi oficializada em 27 de novembro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em 13 de dezembro, recebeu a aprovação do Senado Federal após sabatina e votação. Foram 47 votos favoráveis, 31 votos contrários e 02 abstenções. A posse de Flávio Dino está marcada para o dia 22 de fevereiro de 2024.

² A ideia de representação é pensada a partir dos termos de Pierre Bourdieu (1996) que afirma que “as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para produção de efeitos sociais” ao passo que (enquanto representações práticas) podem ainda “contribuir para produzir o que aparentemente elas descrevem ou designam” (BOURDIEU, 1996, p. 107).

³ Carl Landé (1977, p. 52) define como “facções” (em sentido única e exclusivamente analítico) aquelas coalizões políticas rivais caracterizadas por serem instáveis e temporárias, de liderança personalística e com ausência de organização formal além de possuírem “interesse maior por poder ou espólios do que por ideologia política”.

⁴ Ressalta-se que, ao longo das últimas cinco décadas, outros exemplos de “ismos” ou taxonomias políticas chegaram a ser ventilados: “cafeiteirismo”, “reinaldismo”, “jackismo”, etc., porém, sem grande expressividade.

⁵ No Brasil, expressões como ‘bolsonarismo’, ‘brizolismo’, ‘carlismo’, ‘getulismo’, ‘malufismo’, ‘lulismo’, ‘sarneyismo’, ‘vitorinismo’ etc. são recorrentes. Igor Gastal Grill (2012, p. 193), afirma que tais termos fixam

(COLLOVALD, 1991, p. 97), “podendo aparecer tanto sob a forma de exaltações e consagrações quanto sob o estigma de desqualificações e detrações” (GRILL, 2012, p. 193). Em conformidade à apreensão cíclica da história política do estado, o termo “dinismo” passou a ser mobilizado, amiúde, como forma de detração para se referir aos mandatos assumidos por Flávio Dino como governador e, mais recentemente, como senador eleito pelo Maranhão.

Segundo Grill, “a afirmação de lideranças no nível estadual e municipal é tributária da acumulação de recursos variados, convertidos na ocupação de posições centrais em redes de relações com múltiplos conteúdos, mobilizados em teias ‘qualificadas’ para ‘fins políticos’” (2014, p. 237). No caso de Flávio Dino, no que pese a ativação de repertórios de afirmação pautados na ideia de “renovação” ou enquanto *outsider*, em oposição às “genealogias” políticas tradicionais do estado, “fica evidente a contundência das gramáticas consideradas ‘tradicionais’ do parentesco, da cooptação e do faccionalismo na trajetória de notabilização do agente” (GRILL, 2014, p. 238). Portanto, a discussão busca se somar aos estudos desenvolvidos sobre a constituição e redefinição de padrões de seleção de ocupantes de cargos eletivos no estado.

Ao longo da graduação no curso de Ciências Sociais (Bacharelado) da UFMA, foram desenvolvidos três planos de pesquisa no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), registrado no diretório de grupos de estudos do CNPq e coordenado pelos professores doutores Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis (DESOC/PPGCSOC). Todos os planos foram financiados pelo CNPq. No primeiro deles, orientado pelo Prof. Dr. Igor Gastal Grill e intitulado “Políticos no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão: Trajetórias e Produções Escritas” (2018), reconstituiu-se a trajetória do ex-deputado estadual Joaquim Haickel, tomado o IHGM como um espaço de consagração.

O segundo e terceiro trabalhos foram orientados pela Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis e intitulados, respectivamente, “Representações do Maranhão e usos políticos da identidade regional nos escritos de José Sarney” (2019) e “Construção de genealogias políticas e representações regionais (RS e MA)” (2020). Foi investigada, no segundo, a trajetória política e intelectual de José Sarney e, no terceiro, a construção do “sarneyismo” e do “trabalhismo”, no Maranhão e no Rio Grande do Sul, a partir de seus respectivos “líderes”, José Sarney e Alberto Pasqualini. A monografia apresentada à UFMA, orientada pela Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis e intitulada “Genealogias políticas, recursos sociais e representações

“uma ideia de unidade e continuidade a partir da associação reivindicada ou denunciada entre agentes atuantes no espaço político”.

regionais: estratégias e modalidades de afirmação de ‘linhagens’ políticas no MA e RS (‘sarneyismo’ e ‘trabalhismo’))” (2021) se aprofundou na problemática discutida anteriormente.

Assim, as discussões apresentadas nos capítulos que compõem essa dissertação se constituíram a partir de um itinerário gradual de aproximação com a problemática da construção de “genealogias políticas” e fabricação de “ícones” ou “vultos” da política (GRILL, 2012, p. 193). No projeto de pesquisa apresentado ao PPGCSOC, em 2021, propôs-se estudar a construção do “dinismo” a partir das eleições de 2014 em que Flávio Dino conseguiu se eleger, pela primeira vez, governador do Maranhão. No ponto de vista defendido, tais eleições teriam possibilitado a apreensão de sua “imagem pública” e “administração política” como *objeto de classificação* por aqueles interessados na exaltação ou desqualificação do então governador.

A partir do aproveitamento de disciplinas ministradas no curso, da interlocução com o orientador, de problematizações suscitadas em ocasiões de discussão do projeto e do contato com “novas” bibliografias, chegamos ao entendimento de que a discussão deveria contemplar elementos relacionados ao trabalho de construção da “imagem pública” do agente anteriores a sua chegada ao governo do estado, passando necessariamente pela apreensão de sua trajetória de afirmação. Assim, buscamos reconstituir a “entrada em cena” de Flávio Dino nos *domínios políticos* em organizações estudantis e partidárias; o ingresso na magistratura e na carreira acadêmica; as inscrições em disputas de cargos eletivos; e, mais recentemente, a chegada ao Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP). A indicação ao STF, anunciada em novembro de 2023, ocorreu durante o período de encaminhamento para a conclusão do curso, não sendo, portanto, desenvolvida no trabalho. Outrossim, embora tenha passado por “ajustes” e incrementos, a discussão se manteve alinhada à historiografia política apreendida no estado.

Ribamar Caldeira (1981), Flávio Reis (1992) e Wagner Costa (2001), na História; Maria de Fátima da Costa Gonçalves (2000 & 2006), nas Políticas Públicas; Igor Grill (2012) e Ariel Pereira (2018), nas Ciências Sociais, podem ser citados como alguns dos pesquisadores que se dedicaram ao estudo (com perspectivas distintas de análises) da “história política” do Maranhão, compreendendo desde o final do século XIX, passando pelo século XX, e chegando ao início do século XXI. Caldeira (1981), por exemplo, situou os “grupos oligárquicos” que teriam dominado e influenciado a “política maranhense” na primeira metade do século passado, destacando *facções políticas* denominadas “magalhãesistas”, “marcelinistas” e “tarquinistas”. Reis (1992) investigou a formação, atuação e manutenção de “grupos oligárquicos” desde o fim do século XIX até a primeira metade do século XX, destrinchando, desse modo, os chamados “cabanos” e os “bem-te-vis” (REIS, 1992, p. 36). O autor menciona ainda nomes que, ao final

dos anos 1800, seriam de “membros de *facções políticas* ligadas a comerciantes, a ‘famílias que lutavam a favor da independência’, a intelectuais “liberais”, etc.” (REIS, 1992, p. 36).

Costa (2001) estudou a configuração política maranhense no período entre 1945 e 1970, marcado pelo domínio do “vitorinismo” e surgimento do “sarneyismo”. O autor define o período como sendo de “domínio da cena política local pelo senador pessedista Vitorino Freire (1945-1965)” (COSTA, 2001, p. 11), e situa a relevância das “Oposições Coligadas” – formadas através de uma “aliança política bastante heterogênea” (COSTA, 2001, p. 11) – na contestação da influência “vitorinista” no estado, o que teria, segundo algumas interpretações, dado início ao que foi considerando como sendo uma “nova etapa da história política maranhense” (COSTA, 2001, p. 11): o “sarneyismo”, liderada por José Sarney⁶. Costa contraria tal versão da historiografia política local e nega ou rejeita a ideia de uma “ruptura” entre ambos os períodos.

Gonçalves (2000) ponderou que a aparente “ruptura” com o estado “dinástico” de Vitorino Freire⁷, mascarada por um “projeto desenvolvimentista” (“Maranhão Novo”) e incorporada de “atributos do estado burocrático”, teria consistido, na verdade, na remodelação das mesmas “práticas dinásticas” e “oligárquicas” denunciadas nos anos de dominação “vitorinista”. O “Maranhão Novo” objetivava retirar o estado daquilo que José Sarney chamou de “mar de mediocridade” e, para isso, apostou em um discurso que evidenciava a nostalgia por um passado de “apogeu” e “opulência pombalina” (GONÇALVES, 2000, p. 40). Em outro trabalho (2006), discutiu “a construção pública e política de Roseana Sarney”⁸ a partir das eleições para deputada federal, em 1990, e governadora do Maranhão, em 1994, apreendendo alguns dos principais eventos que permitiram a ascensão política da “herdeira” de José Sarney.

A partir do LEEPOC, nos últimos anos, tem sido produzidos trabalhos que alicerçam a problemática referente à construção de “ismos” em estados como o Maranhão e o Rio Grande do Sul, por exemplo. A discussão pioneira de Grill (2012), seguindo as diretrizes da sociologia política de tradição francesa, abordou o “trabalho de fabricação de ‘etiquetas’ e ‘ícones’ da política brasileira”, tendo como foco da pesquisa a apreensão do “vitorinismo” e do “sarneyismo”, no Maranhão, e do “trabalhismo” ou da “tradição trabalhista”, no que se refere

⁶ Nasceu em Pinheiro (MA), em 1930. Formou-se em direito na UFMA. Na política, assumiu os cargos de deputado federal, governador e senador pelo Maranhão, senador pelo Amapá e presidente do Brasil. Atuou como jornalista em períodos como “O Dia”. Publicou obras como “Norte das águas” (1969) e “O dono do mar” (1995). É imortal na AML e ABL.

⁷ Nasceu na Fazenda Laje da Raposa, em Pedra do Buíque (PE), em 1908. Ingressou na faculdade de direito de Recife. Assumiu cargos de nomeação no Rio de Janeiro antes de chegar no Maranhão. Na política, assumiu cargos como deputado federal e senador pelo Maranhão.

⁸ Nasceu em São Luís (MA), em 1953. Formou-se em Ciências Sociais na UNB e, na política, assumiu mandatos como deputada federal, governadora e senadora pelo Maranhão.

ao Rio Grande do Sul. No trabalho, o autor realizou discussão sobre os processos de afirmação e consagração dessas “genealogias simbólicas” a partir da construção de “ismos” produzidos em torno de seus respectivos “líderes” e/ou “vultos”, bem como dos mecanismos de identificação/distinção que mobilizam. Inclui-se, dessas disputas, os próprios “intelectuais” preocupados ou interessados em definir tanto a “história” como os “grupos” políticos estaduais.

Pereira (2018), inspirado em Grill (2012), produziu uma tese de doutorado na qual discutiu a construção de “ismos” no Maranhão nas décadas de 1930 e 1960. A partir de uma perspectiva que centraliza o papel da imprensa nesse processo, ele retomou alguns dos casos anteriormente analisados por Caldeira (1981) e Reis (1992) e examinou o papel de “intelectuais ou ‘produtores de representações’ que realizam a ponte entre aqueles dois universos cotejados” (PEREIRA, 2018, p. 14). No trabalho, são destacados, dentre outros, nomes como Reis Perdigão⁹, na década de 1930, e Neiva Moreira¹⁰, na década de 1960. A discussão é relevante por abranger um amplo recorte histórico/temporal no que pese às especificidades do estado, além da própria afinidade com as orientações analíticas seguidas para os estudos dos “ismos”.

Em relação aos trabalhos acadêmicos consultados que tomam Flávio Dino como caso representativo¹¹, devemos destacar a dissertação de José Barros Filho, “A tradição engajada: origens, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente” (2007). O autor buscou apreender os recursos sociais e as *tomadas de posição* empreendidos pelo agente na constituição de redes visando as eleições de 2006. Pela proximidade com o referencial teórico, por conter entrevista semiestruturada com Flávio Dino e ter sido desenvolvida no âmbito do LEEPOC, dentre outras razões, essa pesquisa é central para o desenvolvimento que propomos neste trabalho. Todavia, pretende-se, aqui, alcançar nuances que não chegaram a ser escrutinadas na discussão de Barros Filho, até porque, desde a realização do estudo, Flávio Dino disputou o Governo do Maranhão em três ocasiões, a Prefeitura de São Luís em uma e o Senado pelo estado em outra. E Também assumiu a presidência da Embratur, o MJSP, foi nomeado ao STF e eleito a AML, por exemplo.

Como alguns dos objetivos específicos desta dissertação, buscamos localizar pronunciamentos, entrevistas, postagens em redes sociais, etc. nas quais Flávio Dino situasse sua trajetória ou “história de vida” a fim de examinar os discursos produzidos pelo agente sobre

⁹ Nasceu em São Luís (MA), em 1900. Formou-se em direito (RJ). Participou da denominada “Revolução de 1930” e assumiu o governo do estado nesse ano. Dirigiu o “Diário da Tarde” e é imortal da AML, ocupando a cadeira 6.

¹⁰ Nasceu em Nova Iorque (MA), em 1917. Atuou como jornalista e fundou o “Jornal do Povo”. Elegeu-se deputado estadual e deputado federal.

¹¹ Cabe citar ainda as dissertações de Suzete Gaia de Sousa “Jornalismo como agente de construção da imagem pública: o governo de Flávio Dino nos editoriais do Jornal ‘O Estado do Maranhão’ durante o ano eleitoral de 2018” e de Sammyla Diwlyenne Maciel Machado, “Comunicação e Política no Maranhão: as políticas de comunicação do governo Flávio Dino”, ambas de 2021.

si mesmo e sobre alguns dos eventos que atravessaram sua trajetória. Buscamos também indicar, sempre que possível, a conjuntura política nacional no tocante aos acontecimentos retratados nos *domínios políticos* locais. Além disso, mostraram-se como aspectos importantes de serem apreendidos aqueles referentes ao espectro ideológico do agente e às interpretações de seus “detratores” em relação a sua posição política mais “à esquerda”, visto que termos como “comunista” e “socialista”, por exemplo, foram e são frequentemente associados a Flávio Dino.

Nesse sentido, também foram aspiradas: a caracterização das redes políticas formadas e das “alianças” firmadas por Flávio Dino em suas disputas eleitorais e a apreensão das *facções políticas* que se destacaram no período; a análise dos repertórios de atuação e das estratégias de detração e de afirmação mobilizados em blogs (“oposicionista” e “governista”) durante a campanha para o Senado em 2022; e o exame de como o agente se valeu de espaços digitais para reafirmar políticas públicas, obras e programas sociais de seu governo e para promover as candidaturas do chamado “Time do Lula” no estado nas últimas eleições. Por fim, alguns dos principais episódios e *tomadas de posição* ao longo da passagem como ministro do MJSP, no decorrer do ano de 2023, foram apreendidos e problematizados no último capítulo do trabalho.

A presente dissertação é organizada, para fins de exposição, em quatro capítulos. No primeiro deles, conforme adiantado, discute-se a “entrada em cena” de Flávio Dino nos *domínios políticos* locais, durante a década de 1980, reconstituindo-se a trajetória de afirmação do agente no movimento estudantil e em organizações partidárias. A influência dos ascendentes, particularmente no que se refere à família paterna, é demonstrada na discussão, visto que apareceu como representativa aos investimentos e às disposições despendidas nesse momento. No segundo, são abordados os investimentos e as reconversões realizados na construção de carreiras na magistratura e na universidade nas décadas de 1990 e 2000. Para isso, foram analisadas e objetivadas, mais detidamente, as inscrições de Flávio Dino no Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) e no Departamento de Direito da UFMA (DDIR/UFMA).

No terceiro, a discussão se concentra em uma tentativa de apreender a construção da “imagem pública” e as reatualizações do “perfil” de Flávio Dino pelo extinto jornal “O Estado do Maranhão” e do portal de notícias “Imirante” durante as eleições em que concorreu (2006-22). Ambos os veículos foram ou são propriedades da família de José Sarney, ex-governador do Maranhão e “ego” de uma *facção* política que rivalizou com o agente em diferentes pleitos. No quarto capítulo, realiza-se a análise das últimas eleições disputadas por Flávio Dino, em que se elegeu senador pelo Maranhão, sob o ponto de vista de blogs locais; de perfis do agente em redes sociais (Youtube e Telegram) e do licenciamento do cargo para assumir o posto no MJSP.

REFERENCIAL TEÓRICO

As formulações produzidas por Pierre Bourdieu e por expoentes da “sociologia política” francesa, além das teorias “clássicas” das ciências sociais reunidas em Max Weber, por exemplo, são estruturantes no que tange a construção do referencial teórico deste trabalho. No entanto, deve-se levar em consideração as condições socioespaciais e acadêmicas em que esses estudos foram realizados. Apreendendo-se o “sistema internacional” mencionado e inferido no que Badie e Hermet (1993, p. 180-209) denominam “dinâmicas órfãs”, as relações entre estados-nações são percebidas como assimétricas e marcadas por lógicas de dependências. Portanto, no que se refere à realidade brasileira e/ou não-ocidental, podemos apreendê-la considerando sua condição “periférica” em relação aos “centros” de produção culturais em que muitas das bibliografias mobilizadas estão inscritas, cabendo precauções/vigilância constantes.

Nesse sentido, “partindo do pressuposto de que posições *centrais* e *periféricas* são interdependentes e relacionalmente constituídas” (REIS & GRILL, 2020, p. 16), as especificidades relativas ao Maranhão no próprio contexto nacional, por exemplo, devem ser sublinhadas. Grill e Reis (2020, p. 16) destacam: “historicamente, os produtos e relações desenvolvidas a partir de determinados estados da federação, por sua concentração de recursos políticos, econômicos e culturais, são imediatamente considerados como centros de produção”, logo, sinônimos de “nacional”. Dando continuidade, afirmam que “os outros aparecem como expressões ‘regionais’, geralmente percebidos ‘em relação ao paradigma dominante, com um procedimento que leva facilmente a juízos de decadência, de corrupção, de rudeza, etc.” (REIS & GRILL, 2020, p. 16). Nessa linha, ponderam: “a construção de identidades regionais é tributária do trabalho de formulação/manipulação de sistemas simbólicos, operado e disputado por aqueles que visam impor sentidos de existência de grupos ou comunidades” (REIS & GRILL, 2020, p. 17). Portanto, figuras que transitam nos universos políticos e intelectuais em tais configurações participam ativamente desse trabalho, por exemplo, ao escreverem sobre suas “regiões”, afirmando-se como “mediadores”, “intérpretes” ou “porta-vozes” autorizados.

Retomando à discussão mais ampla, segundo Coradini, “a relativa autonomia da produção cultural, seja científica ou literária e artística, além de processo histórico, serve também como base de formulação conceitual, inclusive para a noção de ‘campo’” (2014, p. 72). Compreendendo-se que “nas condições periféricas não haveria processo histórico que levasse a condições de relativa autonomização dos diferentes ‘campos’, as relações entre a constituição dos agentes e as *tomadas de posição* indicariam, em graus mais elevados, outras lógicas sociais”

(CORADINI, 2014, p. 72). Portanto, na falta de processos históricos de diferenciação e especialização, observar-se-ia maior intersecção entre diferentes espaços e *domínios* sociais, sendo esse o caso latino-americano. Para Coradini (2014), a explicação é necessária e se justifica, pois, nessas condições, com a “consequente associação generalizada do conjunto de esferas sociais e instituições com o poder político, fica em aberto o problema da passagem de uma lógica de produção e legitimação específica para o universo da ‘cultura’ e da ‘política’” (CORADINI, 2014, p. 74).

Deste modo, isso implicaria na construção de dois “polos”: “dos exportadores, construindo/impondo a universalidade de seus modelos; e dos importadores que, consoantes às gramáticas vigentes nas dinâmicas centrais, os tomam como trunfo, mesmo tendo que adaptá-las a condições específicas” (GRILL & REIS, 2017, p. 143). E, “como consequência, tal expediente permite que entre em pauta a reflexão quanto ao maior ou menor grau de autonomização da dimensão política e à questão de como os grupos ou os agentes pensam as atividades políticas” (SEIDL & GRILL, 2013, p. 11). E, ainda, “que se trate de forma não reificada as relações de poder e de dominação, a atuação de grupos sociais variados e os conceitos e categorias que, comumente, são apresentados sob um mesmo rótulo: *a política*” (SEIDL & GRILL, 2013, p. 13).

Realizada essa breve contextualização, uma das formulações bourdiebianas mais centrais para a discussão se refere à ideia de *representação*. Compreende-se que “as *representações práticas* podem *contribuir para produzir* aquilo por elas descrito ou designado” (BOURDIEU, 1989, p. 112), ou seja, as classificações conferidas aos agentes e às práticas do mundo social podem contribuir objetivamente para sua realização. Para Bourdieu, “não existe uma classificação social que não seja de fato um instrumento e um objetivo de luta” (2020a, p. 101). Portanto, a “classificação objetivista é algo que está em jogo e que decide, com as aparências de neutralidade científica, um problema de conflitos no qual existem lutas de identidade e interesse” (BOURDIEU, 2020a, p. 102,103). As *representações* produzidas para exaltar ou detratar a imagem de Flávio Dino devem ser interpretadas como instrumentos de “lutas de classificações” cujas justificativas se inscrevem em “lutas” mais amplas pelo poder de *di-visão*. Considera-se tais posicionamentos como “estratégias” “pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

A apreensão das *tomadas de posição* também é importante visto que, segundo Pereira (2018, p. 32), uma “determinada *tomada de posição* em qualquer um dos *domínios* de atuação

que se considere está inextricavelmente ligada à posição ocupada pelo agente em um dado estado das relações de força entre os demais agentes que interagem e constituem domínios de atuação” (apud BOURDIEU, 1996, 17-18). Por fim, a noção de “investimento” discutida por Bourdieu (2008a) pode ser citada. Para o autor, investir em algo é “estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizer de maneira mais simples, que vale a pena jogar” (BOURDIEU, 2008, p. 139). As *disposições* e os deslocamentos que levaram Flávio Dino a se inscrever em diferentes espaços de atuação, como no movimento estudantil, na docência superior, magistratura e política, por exemplo, são tratados nessa investigação como “investimentos” ou interesse do agente em “fazer parte” dessas configurações do mundo social.

Segundo Weber, “o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (1982, p. 98). Continuando, “daí, ‘política’, para nós, significar participação no poder ou na luta para influir na participação do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (WEBER, 1982, p. 98). De acordo com o entendimento weberiano, depreende-se que a dominação política nos Estados se justifica por princípios de legitimidade. Para a discussão, interessa a autoridade conferida pelo “dom da graça” ou “carisma” (representada pelo “demagogo” ou “líder partidário”, por exemplo): “os homens não o obedecem em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele. A dedicação de seus discípulos, de seus seguidores, seus amigos pessoais do partido, é orientada para sua pessoa e para sua qualidade” (WEBER, 1982, p. 100).

No que se refere à discussão sobre a construção da “imagem pública” de “profissionais da política” bem como de “produtores de *bens simbólicos*” e seus intérpretes autorizados, Peter Burke (2009) – estudando o processo de “fabricação” da “imagem” de Luís XIV, o “Rei Sol” da França – apreende alguns dos modos de como o monarca era retratado em diversos símbolos, como pedras e moedas, por exemplo. Afirma que “o próprio Luís e seus ministros deram atenção a todo um sistema de comunicação” e que os documentos remanescentes do período permitem visualizar “as intenções e os métodos dos fabricantes da imagem do rei através de diferentes meios de comunicação” (BURKE, 2009, p. 14). Destaca a transformação na publicização dessa figura ao longo do tempo, demonstrando que suas representações se modificavam de acordo com o período e circunstância em que eram construídas e identificadas.

Dessa maneira, o autor menciona que o monarca possuía “bajuladores” na corte, mas também “detratores” públicos. Esses consideravam a minuciosa construção de sua imagem como uma maneira de “desviar a atenção do povo da política” (BURKE, 2009, p. 17). A discussão poderia ser resumida em “descobrir quem dizia o quê sobre Luís a quem, por meio

de que canais e códigos, em que cenários, em que intenções e com que efeitos” (BURKE, 2009, p. 25). É útil ao trabalho uma vez que dá conta da apreensão de que a “fabricação” de imagens públicas é tributária de um conjunto de estratégias e modalidades reivindicadas seja para exaltar seja para desqualificar correligionários ou oponentes, o que pode ser aplicado ao caso estudado.

Sérgio Miceli (1996), em análise sobre os retratos produzidos por Cândido Portinari, destaca a demanda por parte de “um contingente representativo e extremamente diversificado dos segmentos da elite brasileira” (MICELI, 1996, p. 15), como políticos, empresários, crianças e jovens de famílias abastadas, etc. que “foram objeto de interesse do artista ou então lograram alguma forma de tratamento visual por força de encomendas ou da contratação de seus serviços” (MICELI, 1996, p. 15). Assim, percebe-se que a “fabricação” de elementos visuais que dão conta do caráter de representação da imagem a ser publicizada pelos profissionais da política, a exemplo do presidente Getúlio Vargas que muitas vezes recorreu aos retratos do pintor, é uma das estratégias de (auto)apresentação reiteradamente assumidas. Nesse sentido, a apreensão das *representações* que Flávio Dino busca produzir sobre si mesmo são reivindicadas no trabalho.

Segundo Reis e Grill (2016) e Seidl e Grill (2013), quando apontam a centralidade das redes de relações às disputas pelo poder (facções partidárias, clubes, agremiações, sindicatos) e nas burocracias públicas, é um dos muitos exemplos possíveis a partir da apreensão dos efeitos intrínsecos às lógicas de imbricação/intersecção entre os espaços sociais em “contextos periféricos”. Nessas configurações sociais, apreende-se uma maior personificação e personalização das disputas em que os agentes estão inseridos. Discussões sobre termos teóricos como *facção*, *rede*, *mediação* e *heranças políticas*, por exemplo, devem ser, então, consideradas. As “alianças diádicas”, observadas nessas configurações, “possibilitam vínculos, trânsitos e ampliação da superfície de influência para agentes e ‘famílias’” (GRILL, 2014, p. 227). Dessa forma, tais formulações, aliadas a outras definições “complementares” como os “conjuntos de ação ou contatos acionáveis em cada disputa” e “cadeia de líderes-seguidores ou ramificações de líderes e sublíderes” (GRILL, 2014, p. 227), a partir de estudos de Landé (1977) e Mayer (1987), devem ser integralmente acionadas. Nesse sentido, a noção de *redes políticas* é “a mais pertinente” para a observação de vínculos entre agentes atuantes em “contextos periféricos”, “remetendo aos empreendimentos políticos e são congruentes com as concepções e práticas políticas centradas no princípio de reciprocidade” (GRILL, 2004, p. 162).

Definidas como tecidos relacionais, dotadas de plasticidade e garantidoras do acesso a cargos políticos, mas acima de tudo uma referência que situa os indivíduos na memória política local – reativando as crenças e existência dos grupos – e uma fonte de perpetuação dos sentidos que animam a política como atividade especializada atualizando a configuração de lutas e classificações em pauta (GRILL, 2004, p. 162)

Com efeito, ainda acompanhando Grill, “para a operacionalização da noção de redes é necessário circunscrever o seu alcance de modo pertinente à análise, notadamente delimitando-as no tempo e no espaço” (2008, p. 32). O autor esclarece que “mesmo efêmeras e em constante reconfiguração das cadeias de líderes-seguidores, as redes políticas permitem captar um sistema de desvios, de distinções e de classificações incessantemente atualizado e dotado de extrema plasticidade” (GRILL, 2008, p. 32). Compreende-se ainda que esse “sistema” atua diretamente sobre as condições de *elegibilidade* dos agentes inscritos em *facções políticas*: “a elegibilidade depende das condições e possibilidades de assumir a posição de ‘herdeiro’ e de inscrever-se nesse tecido relacional de posicionalidades (personalizadas por alguns ‘ícones’)” (GRILL, 2008, p. 32). É tributária de configurações marcadas pela indefinição de suas relações políticas.

Nesse sentido, a ideia de *facção política*, por sua vez, pode ser apreendida a partir das contribuições de Palmeira (2010), Landé (1977) e Mayer (1982). Na concepção do primeiro autor, apreendendo-se como ponto de partida o denominado *tempo da política* (PALMEIRA & HEREDIA, 2010, p. 30), as *facções políticas* “tem como um de seus traços mais consensuais não serem permanentes” (PALMEIRA, 2010, p. 17), observável nas concepções dos demais.

Há múltiplas definições de facções, mas entre os antropólogos há um certo consenso de que se trata de unidades de conflito, cujos membros são arregimentados por um líder com base em princípios variados. Em geral, estão em jogo conflitos considerados políticos (envolvendo o uso do poder público). As facções não são grupos corporados (via de regra os autores pensam-nas como quase-grupos, grupos diádicos não corporados, etc.). (PALMEIRA, 2010, p. 25).

Podem ser definidas como “unidades de conflito acionadas em ocasiões específicas, ‘vagamente ordenadas’, com bases de arregimentação ‘estruturalmente diversas’ e tornam-se manifestas por meio de uma interconexão de autoridade pessoal entre líder e seguidor” (MAYER, 1982, p. 149). As *facções políticas* “baseiam-se muito mais em transações do que em questões de princípio, podendo ter como núcleo grupos ou cliques” (MAYER, 1982, p. 149). Segundo Grill (2008, p. 31), “a dinâmica de lutas entre *facções* marca as disputas políticas no Brasil e realça o papel das redes políticas”. Landé (1977, p. 52), em investigação sobre modelos de díades e grupos, define como *facções políticas* “coalizões políticas rivais caracterizadas por serem instáveis e temporárias, de liderança personalística e com ausência de organização formal além de possuírem ‘interesse maior por poder ou espólios do que por ideologia política’”. Portanto, a partir dessas considerações, alguns aspectos podem ser generalizados: “inexistência de um conteúdo de união corporado ou de ideologia comum; a incerteza com relação a sua

durabilidade; e a organização em torno de interesses pessoais, a partir de um ego ou clique, e com membros instáveis rivalizando com outras facções similares” (GRILL, 2008, p. 32).

A noção de *mediação* é pensada a partir de estudo de Eric Wolf (2003) em discussão sobre “grupos de pessoas que permitem a associação entre ‘grupos orientados para a comunidade nas comunidades’ e ‘grupos orientados para a nação’ que atuam principalmente por meio das instituições nacionais” (WOLF, 2003, p. 87). A função de mediação é desempenhada por diferentes níveis de agentes a depender da organização social ou cultural e da comunidade analisada. Os “mediadores”, destaca o autor, ocupam uma posição “exposta uma vez que, tal Jano, têm a face voltada para as duas direções ao mesmo tempo” (WOLF, 2010, p. 88). Precisam, assim, “manter um domínio das tensões, para que o conflito não saia de seu controle, e mediadores melhores tomem seus lugares” (WOLF, 2010, p. 88). É um conceito interessante para a discussão uma vez que essas *facções* analisadas dependem de “mediadores”.

Por fim, a noção de *herança política* é central para a discussão sobre a trajetória de uma personalidade pública com as credenciais apresentadas por Flávio Dino. A formulação tomada nesse trabalho é definida a partir das contribuições de Patriat (1992, p. 13) e mobilizada por Grill (2008, p. 19), afirmando que as mesmas são apoiadas na “criação e manutenção de laços de parentesco (por consaguinidade ou por aliança) e de vínculos políticos geralmente pensados e enunciados mediante o vocabulário das relações familiares (parentesco simbólico)”. Grill (2008) ainda informa que se colocam “dois níveis” de escolhas no que se refere às lógicas de seleção política e eleitoral: um primeiro entre “famílias de políticos” e das “famílias políticas” e outro entre o “eleitorado”, apreendidos em contribuições de Michel Offerlé (1993, p. 851).

Embora o sentido das eleições esteja sintetizado na ‘promessa de renovação’, elas podem, paradoxalmente, também viabilizar a perenidade de determinados agentes e famílias na arena pública. Tem-se, então, uma dimensão de luta eleitoral que muitas vezes é desconsiderada e que pode ser apreendida mediante a investigação do peso de ‘tradições políticas’ entre os critérios de seleção de lideranças ou dos processos de recomposição do passado” (GRILL, 2008, p. 20)

Para o autor, “o peso atribuído à associação a uma ‘tradição política’ na competição eleitoral e na conquista de postos aponta para a importância dos laços de parentesco e dos vínculos pessoais ou dos sistemas de relações pensados a partir do ‘modelo familiar’ (GRILL, 2008, p. 30). É informado, nesse sentido, que a inscrição em “famílias de políticos” contribui “como fonte de crédito e de notoriedade, possibilitando que os agentes sejam reconhecidos como portadores de ‘qualidades’, ‘atributos’, ‘imagens’ em nome da origem familiar (GRILL, 2008, p. 31). Segundo Grill (2008, p. 33-34), “a construção de heranças políticas é fundamentada em determinadas concepções acerca da ‘política’ para as quais pesam os

princípios e os critérios de recrutamento e seleção baseados em redes de reciprocidade”. Nessa perspectiva, a autora informa que esses critérios contribuem para a construção de “heróis” e “herdeiros” e que “a mediação define e é definida igualmente pelo ‘atendimento às demandas’, a manutenção de redes de seguidores por meio de transações que envolvem retribuições materiais e simbólicas e também os códigos ideológicos e partidários” (GRILL, 2008, p. 35).

Nesse sentido, outra discussão que aparece no trabalho consiste na construção de “ismos” a partir das imagens de seus “egos”. “A produção dos ‘vultos’ da vida política resulta do trabalho de reunir, homogeneizar e tornar coerente, sob uma marca identitária unificada e suficientemente identificável, as múltiplas definições que deles são feitas” (GRILL, 2012, p. 196). Desse modo, Grill (2012) afirma que a legitimidade de “lideranças políticas” advém de “trabalho coletivo de produção de créditos e de reconhecimento das suas qualidades pessoais para a qual contribui a participação do próprio personagem da política e de outros agentes e instituições que fornecem sua força social e suas crenças políticas” (GRILL, 2012, p. 196). A autoridade conferida a esses agentes depende de uma série de realizações, investimentos, homenagens, menções e inserções que possibilitam a associação dos mesmos a outros “agentes e arenas privilegiadas da vida social, justificando as ‘elites políticas’” que passam a constituir (GRILL, 2012, p. 196).

Compreende-se que tais taxonomias podem ser apreendidas enquanto “categorias de identificação redefinidas ao longo de um trabalho incessante de classificação expresso na multiplicidade de apropriações em lutas políticas” em que são mobilizados” (PEREIRA, 2016, p. 11). E “a produção e transformação dessas expressões em instrumento de estigmatização ou filiação compõem o trabalho coletivo de diversos agentes e instituições” (GRILL, 2012, p. 194). Esse trabalho coletivo é ainda mais forte ao identificar agentes que estão, a um só golpe, imersos em “disputas” políticas e intelectuais uma vez que passa a ser realizado em diferentes *domínios* e a mobilizar diferentes repertórios de atuação. “As taxonomias dão sentido às lutas políticas e abrangem, por um lado, a afirmação de características sociais, as trajetórias seguidas e os posicionamentos assumidos por determinadas lideranças políticas” (GRILL, 2012, p. 194).

Essas “lideranças”, por sua vez, “afirmam-se como ‘ícones’ das ‘histórias políticas’ regionais e, por outro lado, são tributárias das apropriações e versões oferecidas por agentes imersos tanto nas disputas político-partidárias como nas ‘letradas’” (GRILL, 2012, p. 194). Collovald (1991, p. 97) pondera sobre os usos desses “ismos” como “julgamentos pejorativos que contribuem para contaminar totalmente a coisa por eles designadas e como acusação política que visa estigmatizar os agentes a que são referidos”. A autora reitera que tais

expressões são mobilizadas mais “como avaliação que denotação” (COLLOVALD, 1991, p. 97) e, portanto, dizem mais respeito daqueles os quais a utilizam do que da “coisa” designada.

Outrossim, cabe destacar a centralidade da análise das dinâmicas eleitorais nessa discussão. No terceiro e quarto capítulos, a apreensão das estratégias de consagração e de detração de Flávio Dino por veículos midiáticos locais é produzida a partir das especificidades reunidas no que pese o processo eleitoral. Segundo Grill e Reis (2012, p. 491), “a mobilização eleitoral é um momento privilegiado para análise do cruzamento e da atualização de lógicas que orientam e definem o jogo político”. Os autores afirmam que “o estudo de processos eleitorais permite apreender o conjunto de mecanismos que agem na dinâmica política no qual ela é tributária da interdependência entre práticas e princípios múltiplos”, sendo esses princípios “forjados na intersecção entre diferentes domínios sociais” (GRILL & REIS, 2012, p. 491).

Com efeito, para além da explicitação das condições de concorrência entre si e da afirmação dos “homens políticos”, em uma esfera específica, essas ocasiões trazem à tona estratégias e lutas que abrangem profissionais dos mais variados domínios (como os “operadores do direito” e os “produtores de imagens”). Assim, os estudos de eleições dizem não somente como esses vários agentes contribuem nos desdobramentos da disputa eleitoral, mas também podem iluminar as próprias bases de sua atuação profissional, redefinidas nessas inserções (GRILL & REIS, 2012, p. 491)

Por fim, a investigação é realizada a partir do tratamento do referencial bourdieusiano e de formulações produzidas por pesquisadores que se dedicam à reorientação e aplicação desse arcabouço teórico na realidade brasileira. Dentre eles, podem ser citadas as formulações referentes aos *domínios*, *multinotabilidades*, *multiposicionalidades* e *multidimensionalidades* compreendidas por GRILL & REIS (2018). A primeira “tem a vantagem de permitir abarcar várias dimensões relativas à especialização de papeis sem pressupor independência em relação a poderes, forças, lógicas e princípios exotéricos” (GRILL & REIS, 2018, p. 195). O conceito de *multinotabilidades* abarca “a condensação de reconhecimentos sociais, políticos, culturais, etc. pelos agentes inscritos em mais de um espaço de consagração social” (GRILL & REIS, 2018, p. 199). A noção de *multiposicionalidades*, por sua vez, refere-se à “entrada desses agentes em instâncias, lugares, enfim, nos *domínios* de atuação de elites, verificando a vinculação das posições sucessiva e simultaneamente ocupadas por eles” (GRILL & REIS, 2018, p. 198). Finalmente, a *multidimensionalidade* se relaciona às “lógicas de ação e práticas que são acionadas não a partir de um universo específico de referência, mas da pluralidade de registros e trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexível” (GRILL & REIS, 2018, p. 198).

METODOLOGIA

Pierre Bourdieu (1989, p. 20) afirma que “o cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo ‘coisas teóricas’ muito importantes a respeito de objetos ditos ‘empíricos’ muito precisos”. O autor sugere a ruptura do paradigma *parsoniano-lazarsfeldiano*¹² que, segundo ele, realizaria oposição entre “teoria” e “metodologia”. Na construção do objeto, “as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções mais teóricas” (BOURDIEU, 1989, p. 24), ou seja, é somente a partir de considerações teóricas bem fundamentas que um “dato empírico” pode ser cientificamente investigado e apreendido. É esse o entendimento defendido pelo autor ao caracterizar o *pensar relacionalmente*¹³ no que tange a observação e o tratamento das problemáticas do mundo social. É essa compreensão teórico-analítica formulada por Pierre Bourdieu que se pretende seguir e obedecer no trabalho.

Em estudos sobre “profissionais da política”, mais especificamente sobre “egos” ou “ícones” dos *domínios políticos* regionais, que ocupam posições de liderança em *facções políticas*, cabe a menção ao destaque conferido à biografia ou “história de vida” reivindicado por esses agentes e aqueles interessados em consagrações ou detrações de suas imagens. É comum que relatos biográficos ou autobiográficos sobre tais “vultos” sejam comumente apreendidos como “um todo coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva” (BOURDIEU, 1996b, p. 74). Tais relatos tendem a seguir “ordem lógica” de acontecimentos que buscam selecionar os episódios mais ou menos “coerentes” da trajetória dos agentes, desconsiderando possíveis “censuras”, “omissões” ou “interferências” realizadas pelo “biógrafo” ou “biografado” nessas formulações.

Na investigação, buscou-se apreender a trajetória política e intelectual de Flávio Dino (a partir de sua “entrada em cena” nos *domínios políticos*) e concebê-la como o resultado da “sucessão de posições ocupadas por ele nos mais diferentes espaços e domínios” (BOURDIEU, 1996b, p. 81). Uma análise sobre o “uso e apropriações de biografias nas ciências sociais permite detectar o estatuto incerto, ambivalente e polissêmico que as caracterizam” (REIS & BARREIRA, 2018, p. 36). Portanto, como estratégia metodológica, buscou-se discutir os usos e as apropriações da “imagem pública” de Flávio Dino levando em conta as devidas precauções teórico-analíticas sobre essas mobilizações a fim de não ratificar a chamada “ilusão biográfica”.

¹² “Penso que se deve recusar completamente esta divisão em duas instâncias separadas, pois estou convencido de que não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações” (BOURDIEU, 1989, p. 24).

¹³ “Uma das maiores dificuldades da análise relacional está, na maior parte dos casos, em não ser possível compreender os espaços sociais de outra forma que não seja a de distribuição de propriedades entre os indivíduos” (BOURDIEU, 1989, p. 29).

Na investigação, compreende-se os agentes como constituintes de *teias de interdependência ou configurações* (ELIAS, 1980, p. 15), optando-se por analisá-las de forma não estática e reificada, ainda nos termos de Norbert Elias (1994, p. 34), tomando-as a partir de uma abordagem dinâmica e *processual*. A partir desses esclarecimentos, buscou-se ainda apreender o problema de pesquisa construído a partir de formulações teórico-analíticas localizadas, a exemplo das “noções” de *multinotabilidade*, *multiposicionalidade* e *multidimensionalidade*, discutidas em Grill & Reis (2018, p. 198), e em considerações referentes às especificidades da configuração política “nacional” e/ou “regional”, desenvolvidas pelos autores e outros “debatedores” das teorias de Pierre Bourdieu no Brasil¹⁴.

No que diz respeito às etapas de operacionalização da pesquisa, utilizou-se um conjunto diversificado de materiais empíricos. Em primeiro lugar, realizou-se o mapeamento geral de discursos, entrevistas, matérias jornalísticas, artigos, material de campanha eleitoral, postagens em redes sociais, etc., sobre Flávio Dino, em sites na internet. O objetivo foi obter uma grande quantidade de informações referentes ao agente bem como as *tomadas de posição* positivas ou negativas feitas a seu respeito. Em seguida, selecionou-se o material e as fontes mais relevantes de acordo com os objetivos perseguidos em cada capítulo. Foram, então, apreendidos os perfis de Flávio Dino no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas (DHBB/FGV), no portal virtual da Câmara dos Deputados, nos *sites* da AJUFE e da AML. O Currículo Lattes de Flávio Dino e dos agentes relacionados a ele também foram examinados, além de entrevistas disponíveis em canais do Youtube a programas como o “Roda-Viva”, da TV Cultura, e o “Jornal da Mirante”, da TV Mirante (afiliada da Rede Globo no Maranhão), além da entrevista concedida por Flávio Dino, em 2006, para a dissertação de José Barros Filho.

Para além dessas “fontes”, realizou-se consulta em endereços eletrônicos dos três maiores jornais do Maranhão (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno); em diversos blogs (Portal Vermelho, Marrapá, Ilha Rebelde, Blog do De Sá, Blog do Garrone, Ricardo Santos, Diego Emir, Portal Guará, Agência Tambor, Marco Aurélio D’Eça, Gilberto Leda, Diário 98, etc.) e em portais digitais de jornais de abrangência local e nacional (Imirante, G1, Folha de São Paulo, UOL, The Intercept Brasil, etc.). Também foram consultadas as redes sociais de Flávio Dino (X, Youtube e Telegram), além dos *sites* do Departamento de Direito da UFMA (DDIR/UFMA), do TRF-1 e de entidades (como a Embratur e o Governo Federal).

¹⁴ Para uma discussão mais aprofundada a esse respeito, recomenda-se a mesa redonda “A sociologia das Elites em Bourdieu”, do Congresso de Pesquisa Nespom (2022), formada pelos profs. doutores Igor Grill, Ernesto Seidl e Rodrigo Bordignon. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=x_B9r0M77Cc> Acesso em: 21 setembro 2023.

Após a seleção das fontes que seriam trabalhadas detalhadamente (Estado do Maranhão, Imirante, Marrapá, Diário 98), foram feitas buscas, no que se refere aos dois primeiros, de publicações entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano (2006-22) e, em relação aos dois últimos, entre 01 de janeiro e 31 de outubro de 2022 (data do término do segundo turno das eleições). A potencialidade do recorte por campanha eleitoral para a análise das “batalhas” de difamação ou herocização do agente – e de como seus desdobramentos vão interferindo nos posicionamentos assumidos em pleitos sucessivos – pôde ser apreendida a partir desse conjunto de matérias e artigos analisados. Com isso, a visualização dos rearranjos de *redes* e cadeias de *líderes-seguidores* que vão se redesenhando a cada pleito recebeu grande destaque na análise.

Buscou-se apresentar as informações biográficas e de campanhas políticas (laudatórias ou depreciativas) sobre o agente acompanhadas de citações diretas de discursos, trechos de entrevistas, matérias jornalísticas, artigos de blogs, etc. Optou-se ainda pelo uso de notas biográficas para situar ou apresentar os agentes ou as instituições que, de alguma forma, mais se associaram a ele no decorrer de sua trajetória. A utilização de gráficos e quadros sinópticos, por outro lado, foi realizada em situações específicas e empregada, sempre que possível, para tornar determinados dados e informações mais didáticos e ilustrativos. Para a sistematização de algumas das informações biográficas, outrossim, utilizou-se do método prosopográfico de Christophe Charle (2006, p. 41) que consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios servirão à descrição de sua dinâmica social segundo a população e o questionário em análise”.

Em 2022, seguindo o planejamento indicado no projeto de pesquisa, participei de eventos políticos (sobretudo comícios) de Flávio Dino e Carlos Brandão (candidato ao governo do estado pelo “grupo” do ex-governador). Porém, durante a etapa de tratamento do material (anotações, gravações de áudios e vídeos), constatei a má “qualidade” do mesmo (ilegibilidade, ruídos, desfoque, etc.). Apesar de ter sido descartado, os comícios puderam ser encontrados em postagens disponíveis em canais e redes sociais do próprio Dino. Por fim, cabe ressaltar a dificuldade de encontrar informações biográficas referentes a “jornalistas” ou “blogueiros” que possuem menor grau de institucionalização ou escrevem em veículos “alternativos”. Para os que tiveram informações encontradas, não foi possível confirmá-las. A dificuldade para encontrar essas informações também se estende aos magistrados, principalmente os mais velhos, sobretudo, relativas aos locais de nascimento e a profissão dos pais e avós. Menciona-se ainda a escassez de informações quanto às mulheres ligadas ao agente, como a mãe e a segunda esposa, e daquelas da família materna como um todo, em entrevistas e demais fontes.

1. ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A discussão realizada neste primeiro momento diz respeito aos investimentos de Flávio Dino na militância política via engajamento no movimento estudantil na década de 1980. Para Collovald (1988, p. 35), “os relatos biográficos são um instrumento através do qual a identidade pública dos políticos é construída”. Assim, por meio de entrevista concedida pelo agente à dissertação de José Barros Filho (2007) e do material organizado para o presente trabalho, são investigados os *ritos de instituição* e as *tomadas de posição* que possibilitaram o ingresso nos *domínios políticos* locais, uma vez que “os acontecimentos biográficos se definem como deslocamentos no espaço social” (BOURDIEU, 2006, p. 190), ou seja, “não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou” (BOURDIEU, 2006, p. 190). Para situar seus repertórios de atuação, faz-se necessário apreender as condições que oportunizaram sua “entrada em cena”.

Segundo Bourdieu, “a sociologia postula que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem” (2008a, p. 138), ou seja, por meio da noção de *illusio* ou *libido*, presentes na obra do autor (2008a), compreende-se que se engajar em algo “é dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele” (BOURDIEU, 2008a, p. 139). Nesse sentido, pode-se inferir que o interesse ou a mobilização de Flávio Dino em “causas” políticas na “juventude” “requer fundamentalmente a combinação entre recursos detidos, atributos acumulados e pertencimentos variados como definidores de uma de uma espécie de *libido* para a intervenção” (REIS, 2014a, p. 339). Deve-se igualmente considerar, para os fins dessa discussão, “a obtenção de satisfações, vantagens, prazeres, lucros, benefícios, gratificações ou recompensas no ingresso na militância” (GAXIE, 2005, p. 160).

Flávio Dino afirmou, em entrevista concedida à dissertação de mestrado de José Barros Filho (realizada em 22 de novembro de 2006), que sua “entrada” nos *domínios políticos* maranhenses ocorreu por meio “de duas esferas: uma externa, que eram os partidos de esquerda e a militância estudantil; e outra interna, referida por ele como a inserção política de suas famílias” (FILHO, 2007, p. 38). Assim, como estratégia analítica, optou-se por reconstituir primeiramente a “esfera interna” mencionada pelo agente, apreendendo-se a reivindicação da “influência familiar”, particularmente por parte de pai, nas escolhas e nos posicionamentos seguidos no início de sua atuação militante. Em seguida, apreendeu-se os principais eventos relacionados à “esfera externa”, reconstituindo-se, dentre outros aspectos, a atuação no grêmio estudantil do Colégio Marista e a organização e mobilização estudantil do DCE da UFMA.

1.1. A “esfera interna”: influência familiar na “entrada em cena”

Nascido em 30 de abril de 1968, em São Luís do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa é filho de Sálvio Jesus de Castro e Costa e Rita Maria Santos, divorciados desde 2002. Os irmãos, a partir da união dos pais, são Nicolao Dino de Castro e Costa Neto e Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior e, do relacionamento do pai com Iolete Aranha de Castro e Costa¹⁵, Saulo Aranha de Castro e Costa. Não foram encontradas informações apuradas sobre a família materna do agente, que se restringem à menção do avô ter sido comerciante e a avó ter sido professora (BARROS FILHO, 2006, p. 42). Porém, a avó materna de Flávio Dino é mencionada por ele como a responsável por sua alfabetização e por seu “primeiro contato com a educação”, chamando-a “carinhosamente” de “Professora Dália”. Sobre a mãe, têm-se a vaga afirmação de ter atuado como “advogada” (BARROS FILHO, 2006, p. 32). Em relação à família paterna, entretanto, observa-se a reconstituição de sua “genealogia” desde meados do século XIX¹⁶.

O avô paterno, Nicolau Dino de Castro e Costa, descende de “tradicional família ‘amazonense’, os Tapajós” (BARROS FILHO, 2007, p. 21). Nasceu no Amazonas e se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito do Pará. Defendeu tese na Faculdade de Direito de São Luís, intitulada “Da Inseminação Artificial Humana”, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e é patrono da cadeira que veio a ser ocupada por Flávio Dino na Academia Maranhense de Letras Jurídicas (AMLJ). Como investimentos intelectuais, publicou obras como “Onze Votos Vencidos” (1952) e “O Visconde de Vieira da Silva” (1974), dentre outras. Em sua carreira jurídica, atuou como Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), em 1950, como Juiz de direito nas Comarcas de Grajaú (MA) e São Luís (MA) e como Promotor Público na Comarca de Grajaú, anteriormente a 1950. Atuou ainda como presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), em 1955, e do TJ do estado, em 1964. Segundo Barros Filho (2007, p. 24), “envolveu-se em ‘querelas políticas’, sendo identificado à *facção* dominante na política nos anos 1950, o ‘vitorinismo’”.

O pai de Flávio Dino nasceu no município de Grajaú (MA). Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Luís e teria participado ativamente do movimento estudantil maranhense nos anos 1950, tendo sido “membro da União Maranhense de Estudantes Secundaristas (UMES) e atuado na mobilização da chamada ‘greve da meia-passagem’, em São

¹⁵ Não foram encontradas informações apuradas sobre a segunda esposa de Sálvio Dino. Sabe-se, no entanto, que atuou como Secretária de Desenvolvimento Social e de Saúde da cidade de João Lisboa (MA) em um dos mandatos do marido como prefeito do município.

¹⁶ Ver: TAPAJÓS, H. “**Genealogia da família Tapajós**”. São Paulo, 1972.

Luís” (BARROS FILHO, 2007, p. 27). Por conta da participação nos eventos da referida “greve”, em 1955 iniciou a carreira política, no que pese a disputas de cargos eletivos, a partir de candidatura ao posto de vereador de São Luís, alcançando votação suficiente para se eleger. Como deputado estadual, elegeu-se por duas ocasiões (1962, 1974), cumpriu mandato como suplente (1980) e não obteve êxito nas demais tentativas (1982, 1994), sendo essa última pelo estado do Tocantins. No primeiro pleito disputado, em 1962, elegeu-se através das “Oposições Coligadas”¹⁷, contrárias ao governador Newton Bello¹⁸, representante do “vitorinismo” no período (“genealogia” que, como mencionado, teria recebido o apoio do pai, Nicolau Dino).

Em 1964, no entanto, teve o mandato cassado pela ditadura militar “sob a acusação de ‘exercício de atividades comunistas” (BARROS FILHO, 2007, p. 27). Voltou a se candidatar em dez anos a partir da instauração do golpe e da cassação de seu mandato, em 1974, pela Aliança Nacional Renovadora (ARENA), partido de apoio aos governos militares que suspenderam seus direitos políticos. Elegeu-se prefeito de João Lisboa (MA) (1988, 1996), mas não obteve sucesso ao tentar reeleição (2000, 2004). Sálvio Dino ocupou ainda os cargos de “assessor da Secretaria Estadual da Fazenda e professor de direito penal do curso de formação da Secretaria de Segurança do Maranhão” (BARROS FILHO, 2007, p. 29), no governo de José Sarney (1966-1970). Nos âmbitos intelectuais, publicou obras como “Nas barrancas do Tocantins” (1981) e “A faculdade de Direito no Maranhão” (1996), dentre outras. É membro da Academia Maranhense de Letras (AML), tendo ocupado a cadeira 32, atualmente de Flávio Dino, e foi ainda um dos membros fundadores da Academia Imperatrizense de Letras (AIL).

Nicolau Dino de Castro de Costa Neto, o mais velho dos irmãos, nasceu em São Luís do Maranhão. É formado em direito pela UFMA (1985) e mestre em direito pela UFPE (2002). O título de sua pesquisa de mestrado é “Desafios da Proteção Jurídica do Patrimônio Florestal Brasileiro”. É Subprocurador-Geral da República e atua ainda como professor assistente na UNB. Foi o orientador da monografia de Flávio Dino intitulada “O direito de greve no Brasil: evolução e limitações atuais ao seu exercício” (1990). Tem diversas obras publicadas, sendo algumas delas em coautoria com o irmão, entre as quais podem ser mencionadas “Crimes e Infrações Administrativas Ambientais” (2011) e “Proteção Jurídica do Meio Ambiente” (2003). Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior, o terceiro filho do casal, nasceu na capital maranhense e se formou em direito pela UFMA. Sua monografia intitulada “O Instituto das Medidas

¹⁷ Legenda formada pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Cristão Democrata (PDC) e o Partido Republicano (PR) no Maranhão (1959-1966).

¹⁸ Nasceu em São Bento (MA) em 1907. Formou-se em direito e foi o último governador “vitorinista” do Maranhão. Atuou como Vereador por São Luís (MA) e Deputado Federal pelo Maranhão.

Provisórias no Brasil” (1998) foi orientada por Flávio Dino. É mestre em direito pela Universidade Autónoma de Portugal (UAP), tendo apresentado dissertação de mestrado intitulada “Responsabilidade política e destituição de governos na Democracia” (2022).

Seguindo os exemplos do pai e de Flávio Dino, teria investido em uma atuação ativa no movimento estudantil “ludovicense” na década de 1990, tendo passagens como coordenador no grêmio estudantil do Colégio Dom Bosco, escola de “elite” da capital, e como coordenador-geral do DCE da UFMA. Integrou ainda uma gestão do Centro Acadêmico do curso de direito da universidade, em 1996. Ele é sócio do escritório “Dino, Figueiredo e Lauande Advocacia” (DFL Advocacia) e professor da Universidade CEUMA (UNICEUMA), um dos centros de ensino particular mais antigo do estado. É também membro da Academia Maranhense de Ciências (AMC) e da Academia Maranhense de Cultura Jurídica, Social e Política (AMCJS). Atuou como Secretário de Estado de Justiça e Cidadania do Maranhão (2005) e Secretário Extraordinário de Estado e Direitos Humanos do Maranhão (2007). O meio-irmão do agente, Saulo Aranha, é formado em direito e “ex-atleta de basquete”. Atuou como secretário de Esporte e Lazer de Imperatriz (MA) (2015) e de Infraestrutura e Urbanismo de Açailândia (MA) (2016).

Percebe-se que a família paterna de Flávio Dino se notabilizou pela construção de carreiras em diferentes espaços sociais no Amazonas, no Pará e, finalmente, no Maranhão, após o estabelecimento do avô na cidade de Grajaú (MA). O agente descende, assim, “de uma família com inserção simultânea nos espaços da política, do direito e da intelectualidade” (BARROS FILHO, 2014, p. 253) e é “herdeiro de uma linhagem política e jurídica” (GRILL, 2014, p. 238). “Além da influência dos ascendentes para a aquisição de disposições para o engajamento como ativista político e intelectual, o episódio da ‘cassação’ e o declínio da influência política do pai mostraram-se decisivos no itinerário de Flávio Dino” (REIS & GRILL, 2008, p. 145).

No que diz respeito ao primeiro aspecto, destacam-se diversas demonstrações de participações em “lutas” políticas por parte do “núcleo” familiar diretamente ligado ao agente – como a identificação de Nicolau Dino com o “vitorinismo”, a oposição de Sálvio Dino a essa mesma “genealogia” e a participação desse em movimentos grevistas em São Luís. Mais especificamente quanto às inscrições intelectuais dos ascendentes, cabe ressaltar que tanto o avô quanto o pai de Dino investiram em publicações de “livros” e inscrições em instâncias de afirmação e consagração culturais¹⁹, investimentos reproduzidos por Flávio Dino e seus irmãos.

¹⁹ “Instâncias voltadas ao culto da ‘região’, como as Academias de Letras, Institutos Históricos e Geográficos e Comissões de Folclore, mantém um trabalho ativo de seleção e canonização de ‘ícones’ por meio de publicação laudatórias” (GRILL & REIS, 2017, p. 364). A inscrição em tais instâncias, desse modo, possibilita a esses agentes serem alçados à posição de “vultos” que se consagram como “intérpretes” ou “porta-vozes” legítimos da “região”.

Segundo Doug McAdam (2005), “o ajuste ou, ao contrário, o desajuste entre a esfera de amigos, familiar, profissional e militante condicionam as chances de permanecer ou não engajado, ou até de aumentar a intensidade do engajamento” (MCADAM apud SAWICKI & SIMMÉANT, 2011, p. 216). A valorização desses investimentos por parte da família e dos “amigos” do militante pode, pois, reforçar e corroborar as adesões às “causas” que decidem se dedicar. Portanto, compreende-se que ambiente familiar em que Flávio Dino esteve inserido não ofereceu resistência ao engajamento e à militância política, mas, ao contrário, parecia estimulá-lo, possibilitando a total imersão do agente nesses espaços. Sobre o segundo aspecto mencionado por Reis e Grill (2008), concernente à suspensão dos direitos políticos do pai pela ditadura militar e a influência disso na trajetória do ex-juiz, o acontecido, conforme relatado em entrevista a Barros Filho, teria contribuído fortemente para as *tomadas de posição* “mais à esquerda” no que diz respeito à atuação no movimento estudantil e, mais tarde, em espaços políticos institucionalizados. Essa suspensão, que durou cerca de dez anos, aparece como uma variável determinante para seu engajamento “precoce” nesses *domínios*, conforme destacou.

A primeira vez que eu ouvi falar em eleição foi em 1974. Exatamente quando meu pai foi candidato e o registro dele foi indeferido pelo TRE do Maranhão sob a alegação de que ele era comunista e não poderia ser candidato. Ainda não havia anistia, ele apenas havia cumprido os 10 anos. Em 64 houve a suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Ele cumpriu, se candidatou [...] Ele foi ao TSE e conseguiu ganhar no TSE. E ganhou. Foi a primeira vez que ouvi a palavra candidato. Eu tinha 06 anos de idade. Foi meu primeiro contato (BARROS FILHO, 2007, p. 37)

De acordo com a perspectiva de Jean-François Sirinelli (1996), “é a partir de um evento fundador que se constitui a geração” (SIRINELLI apud REIS, 2003, p. 383). Nesse caso, o regime militar (e suas consequências políticas, como a cassação de mandatos, por exemplo) é tomado pelo agente como o “episódio” que despertou o “primeiro contato” com o universo das disputas eleitorais. A julgar pela participação em movimentos como as “Diretas Já”²⁰ (1984) e demais eventos de “contestação” ao regime, por exemplo, compreende-se que a sanção sofrida pelo pai pode ter inculcado no agente *disposições* para se mobilizar ou “posicionar-se contra” o golpe militar que interrompeu a carreira política de Sálvio Dino naquele momento. Em momentos de “crise”, como se configurou a ditadura militar, a partir do referencial de Michel

²⁰ Nome dado às manifestações populares que ‘tomaram as ruas’ do Brasil reivindicando, sobretudo, a retomada de eleições diretas para presidente passadas duas décadas de instauração do golpe militar (1984). O movimento se formou a partir da votação da PEC sugerida pelo deputado federal Dante de Oliveira que reivindicava a volta de eleições diretas. Contou com forte participação popular, sindical, partidária e artística, e apesar de não ter sido aprovada, ganhou proporções nacionais e aumentou o desgaste dos governos militares. No Maranhão, Flávio Dino atuou nas manifestações sob a “área de influência” do PCdoB, então na semilegalidade.

Dobry (1992) e dos usos de Reis (2015, p. 31), “está em jogo não somente a disponibilidade para participar de certas mobilizações políticas ou aderir a determinadas ‘causas’, como também a eficácia da impregnação de certos sentidos” (REIS, 2014a, p. 340). A reivindicação de sua participação na “luta” contra a ditadura militar pode ser compreendida nesse sentido.

Desse modo, “as lógicas de identificação podem ser produto e produtoras de amálgamas entre dimensões sociais, pessoais e ideológicas” (REIS, 2014, p. 341), a exemplo da experiência relatada por Flávio Dino. Ainda segundo Reis, “há que se considerar que as condições de atuação não são dadas nem homogêneas, mas as modalidades de inscrição dos agentes dependem da forma como eles as reconhecem e reagem a elas” (2015, p. 32). Por sua vez, a forma como eles as percebe “é decorrente de múltiplas influências prévias ou erguidas no próprio engajamento, condicionantes sociais (origens e engajamentos políticos familiares) ou princípios de identificação (religioso, afetivos, culturais) que podem constituir as *libidos*” (REIS, 2015, p. 32). Esses critérios podem ser observados na “entrada em cena” do agente, conforme atestado nos engajamentos políticos de seus ascendentes e nas *disposições* incentivadas por esses, bem como a própria conjuntura política nacional vivenciada que foi marcada, dentre outros aspectos, pelo “episódio” da cassação do mandato eletivo do pai.

“O patrimônio político familiar é o conjunto da reputação coletiva e das bases de fidelidade acumuladas pelo ‘grupo familiar’” e tributário de “estratégias globais de reprodução social de um ‘grupo familiar’ em uma ideia de ‘vocação’” (GRILL, 2008, p. 37). Nesse sentido, as “entradas” dos “herdeiros” nos *domínios políticos* não ocorrem “por acaso” ou inadvertidamente, mas podem ser justificadas pelo fato desses agentes estarem expostos a “mecanismos de inculcação de *disposições*” (GRILL, 2008, p. 37) que se camuflam na ideia de “vocação política”. O autor comenta ainda que a “vocação política” em questão se define como “o produto do encontro entre *disposições*, investimentos e coações referentes ao espaço político que interferem na aquisição de uma *libido social*” (GRILL, 2008, p. 37). Essa discussão é central para a compreensão do ingresso do agente na militância política ainda na “juventude”.

O declínio político de Flávio Dino, como adiantado, é um dos aspectos tomados como explicativos da trajetória e dos posicionamentos de Flávio Dino nos *domínios políticos* visto que, sobretudo em tentativas mais recentes, o pai não alcançou os resultados pretendidos. A decadência do prestígio político da família, desse modo, “exigiu de Flávio Dino, além de um deslocamento no *domínio político* (em busca de novos espaços e novas alianças), a edificação de uma notoriedade e de uma reputação que lhe permitisse o ingresso ‘por cima’ na carreira política” (REIS & GRILL, 2008, p. 146). De qualquer maneira, “a possibilidade de maximizar

o reconhecimento desfrutado pela família por meio da valorização do ‘nome da família’, da ‘imagem da família’, dos ‘feitos da família’” (GRILL, 2004, p. 167) constantemente se colocou diante do agente, sendo explorada em entrevistas e programas eleitorais, por exemplo, o que demonstraria *expertise* e *savoir faire* em relação às regras do “jogo político”. A estratégia pode ser explicada pela notabilidade remanescente da “família” nos *domínios* políticos e intelectuais

Em relação à “esfera interna” mencionada por Flávio Dino, podem ser retomados outros aspectos. Por exemplo, a “familiaridade” com “operadores do direito”, com políticos, com professores universitários, com intelectuais, etc., durante a “juventude”, foi oportunizada, em grande medida, pelos vínculos de parentesco estabelecidos. A celebração do avô e do pai em círculos jurídicos, jornalísticos, acadêmicos, intelectuais, sociais, etc., conquistadas através das *multinotabilidades* desses em diferentes espaços garantiu ao agente o acesso a redes e lugares que muitos de seus “pares” na política e na academia, por exemplo, não conseguiram estabelecer (ao menos por esse meio). Ainda em relação aos acessos “a postos, nominatas, cargos, órgãos, imprensa, etc.” (GRILL, 2004, p. 167), sabe-se que a manutenção de “heranças políticas” (parentesco sanguíneo ou alianças) influi diretamente nas condições de *elegibilidade*.

Assim, percebe-se que os aspectos referentes às inscrições familiares do agente, reivindicados por Flávio Dino durante a entrevista a Barros Filho, parecem ter, de fato, contribuído para sua “entrada em cena” nos *domínios políticos* maranhenses. A *libido* para a “intervenção política” apreendida através da família paterna do agente e do histórico apresentado por essa no engajamento em “causas” ou em participações em mobilizações sociais, por exemplo, podem explicar os investimentos e as *disposições* desenvolvidas, de maneira “precoce”, por Flávio Dino em organizações estudantis e partidárias. A validação familiar recebida em seu ingresso na militância política se coloca, dessa maneira, como um dos condicionantes que intermediaram o engajamento do agente nas “causas” políticas seguidas.

Pode-se retomar também a influência que o agente confere à ditadura militar e as consequências práticas e simbólicas de seus “atos institucionais” como uma questão a ser identificada nessa análise. Flávio Dino nasceu em 1968, quatro anos após a instauração do regime militar, tendo mantido contato, durante parte da “juventude”, com alguns dos seus efeitos e desdobramentos mais diretos (a exemplo da cassação dos direitos políticos de candidatos que não se adequassem aos critérios estabelecidos pelo militares, o caso de seu pai). Destarte, na próxima seção, analisa-se a “esfera externa” mencionada na entrevista supracitada.

1.2. A “esfera externa”: grêmio estudantil, doutrina católica e “maio oito meia”

Flávio Dino iniciou os estudos no Colégio Marista em 1974, permanecendo na instituição até 1985, ano em que concluiu o então Segundo Grau (atualmente Ensino Médio). Em março de 1983, proferiu o que teria sido seu primeiro discurso para um “grande” público, no auditório da escola, ocasião em que teria demonstrado “espontaneidade” diante do púlpito. A partir de então, por volta dos 15 anos de idade, “tornou-se uma referência política no colégio” (BARROS FILHO, 2007, p. 33). Sobre o episódio, José Carlos S. Silva²¹, em discurso de “boas-vindas” na Academia Maranhense de Letras Jurídicas (AMLJ) – entidade na qual Flávio Dino ocupa a cadeira de N°40, cujo o avô Nicolau Dino de Castro e Costa é o Patrono – afirmou:

Inicialmente, quero referir-me ao garoto Flávio Dino, que vi, pela primeira vez, no Colégio Marista, num fim de tarde, no encerramento do Congresso Marial, fazendo um belíssimo discurso de improviso. Naquele momento, dizia eu: Meu Deus! São Luís continua sendo a Atenas Brasileira. Está aí, nesse jovem, a continuação do que fizeram gerações e gerações de maranhenses inteligentes e estudiosos, elevando a nossa terra e a nossa gente ao cenário nacional e até internacional (BARROS FILHO, 2007, p. 44)

A passagem é reveladora acerca das expectativas depositadas no agente que, no ano seguinte, oficializaria sua candidatura ao grêmio estudantil. O advogado mencionado pode ser apreendido como “parte” daqueles que buscam “exaltar” a imagem pública de Flávio Dino. Outrossim, o relato é relevante por fazer alusão à chamada “Atenas Brasileira” – alcunha que se relaciona à ideia de “vocação de pioneirismo e liderança” (REIS, 2014b, p. 188) reivindicada pelos intérpretes ou porta-vozes da literatura do Maranhão frente à literatura nacional – posicionando o agente como um possível “continuador” do trabalho ou projeto iniciado por “gerações” anteriores de intelectuais maranhenses. O discurso em questão apreende ainda a “história de vida como um caminho, um percurso, uma estrada, um deslocamento linear, que comporta um começo, etapas, e um fim (‘ele terá sucesso’, ‘ele fará uma bela carreira’)” (BOURDIEU, 2008, p. 74).

Essa modalidade de apresentação é característica de textos laudatórios, homenagens, “memórias”, biografias, etc., e se define, muitas das vezes, a partir das relações mantidas entre o “biógrafo” e o “biografado”. Nesse caso, José Carlos Souza e Silva possuía vínculos de amizade com Sálvio Jesus de Castro e Costa, pai do agente, escrevendo a “orelha” do livro “O

²¹ Advogado e ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB/MA). cursou mestrado em direito na UNB e atuou como professor na antiga Faculdade de Direito de São Luís, atualmente UFMA. Seria ainda “alinhado ao Grupo Sarney, na qualidade de advogado eleitoral” (FILHO, 2007, p. 44). É membro da Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira 33.

direito de greve no Brasil” (1991) baseado na monografia produzida por Flávio Dino para concluir o curso de direito da UFMA (1990). Assim, observa-se que a carreira a ser construída pelo agente, incluindo suas possíveis inclinações intelectuais, ganhou evidência desde os tempos de escola. Décadas depois, em entrevista, Flávio Dino comentou sobre suas inspirações políticas e intelectuais e sobre a maneira como enxergava o papel do “intelectual” na sociedade.

Então, eu não me identifico muito com esse discurso da Atenas Maranhense, eu me identifico mais com a Balaiada, que eu acho um movimento interessante, com a Greve de 51, com a força que o pensamento de esquerda sempre teve aqui no Maranhão a partir dos anos 40, dos anos 50, um pouco antes talvez. Maria Aragão, depois Neiva Moreira, meu próprio pai, evidentemente [...] É essa filiação que eu reivindico, intelectual que intervém na política sob a ótica da esquerda (BARROS FILHO, 2007, p. 38)

Compreende-se, desse modo, na contramão do discurso realizado por José Carlos de Souza e Silva, e especificamente nessa fala, que o agente procurou se afastar das *representações* que concebem o Maranhão como “berço” ou “viveiro” de intelectuais vinculados às tradições literárias locais. Como contraponto, fez referências a insurreições ou mobilizações populares inscritas na historiografia do estado e que ratificam o caráter revolucionário dos envolvidos nesses conflitos. De acordo com Reis e Grill (2008, p. 145), evidencia-se o “trabalho de dupla inscrição” que “Flávio Dino procura estabelecer com ‘tradições’ que podem, paradoxalmente, ser concebidas como contraditórias, mas que são articuladas na reconstrução genealógica e biográfica operada pelo agente”. Assim, termina por se associar, ainda que para renegar – e a um só golpe – a duas “referências míticas” fortemente estabelecidas nos *domínios intelectuais* do estado, a “Atenas Maranhense” e a “Ilha Rebelde”²², reforçando sua conexão com ambas.

Sobre os exemplos trazidos no discurso de Flávio Dino, em primeiro lugar, tem-se a citação à “Balaiada” (1838-1841). A revolta popular correu na então Província do Maranhão, no “Brasil Império” em pleno período de crise da economia algodoeira e contou com a participação de escravizados os quais lutaram contra as forças federais comandadas por Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias²³. Também destaca a “Greve Geral” (1951), chamada de “Balaiada Urbana”²⁴, deflagrada por operários em São Luís (MA) durante o período de influência do “vitorinismo” na política do estado, e que afetou, dentre outras áreas, o

²² “Termo que atava uma pretensa continuidade de várias mobilizações populares na capital do Maranhão” (REIS & GRILL, 2008, p. 146)

²³ Considerado o Patrono do Exército brasileiro, nasceu no agora estado do Rio Janeiro em 1803. Recebeu o título de Barão de Caxias devido a sua atuação na resolução do conflito e escolheu o nome em homenagem à cidade de Caxias (MA).

²⁴ Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/04/conheca-greves-mais-famosas-maranhao/> > Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

funcionamento do comércio da cidade. Mencionou ainda nomes como Maria Aragão²⁵ e Neiva Moreira²⁶, ao lado dos quais inscreve o de seu próprio pai, ponderando acreditar ainda na “intervenção política” por parte dos intelectuais “sob a ótica da esquerda” e que é essa filiação que insere. Daniel Pécaut (1990, p. 06) afirma que os intelectuais brasileiros “há muito tempo haviam se colocado a serviço do conhecimento da ‘realidade regional’ e da formação da sociedade”. Para o autor, no Brasil, esse grupo se “encontra na mesma situação que o político: participa de uma realidade cujos segredos detém” (PÉCAUT, 1990, p. 07). O discurso de Flávio Dino parece ir ao encontro à afirmação em questão uma vez que compreende a “função social” dos intelectuais associada à “intervenção política” na sociedade e em suas problemáticas.

Flávio Dino reivindica ainda, ao mencionar a “esfera externa” responsável pelo seu engajamento político, a influência da educação promovida e recebida no Colégio Marista durante sua formação escolar. O Colégio Marista de São Luís do Maranhão é uma das subunidades do Grupo Marista no Brasil. Fundado pelo Presbítero Marcelino Champagnat, em 1817, na França, o instituto apresentava como missão a “educação e evangelização de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social”²⁷. Dessa forma, “dispostos a dar continuidade ao projeto de formar bons cristãos e virtuosos cidadãos”, conforme apresentado no endereço eletrônico da União Marista do Brasil (umbrasil.org.com.br), chegou ao país em 1897. No Maranhão, estabeleceu-se a partir de 1930 e, então, destacou-se como uma das instituições mais tradicionais da capital durante o século XX, notabilizando-se por orientar a formação escolar da “elite” local. Dentre esses, destacavam-se profissionais da política atuantes no estado assim como seus filhos, netos e parentes próximos. O período no qual esteve no colégio foi fortemente marcado “pela convivência com filhos de políticos” (BARROS FILHO, 2007, p. 32).

Na escola, “participou de grupos de discussão sobre ‘política’ e ‘marxismo’” (REIS & GRILL, 2008, p. 146) sendo tais grupos, conforme reiterado, de grande importância para a formação do pensamento crítico e da “visão de mundo” do agente. Em 1984, Flávio Dino foi eleito presidente do grêmio estudantil Coelho Neto²⁸, ocupando o posto até o ano seguinte. Sobre o período, conforme registrado em entrevistas concedidas ao “Blog Jorge Vieira”

²⁵ Médica, professora e ativista, nasceu no município de Pindaré Mirim (MA) em 1910. Foi líder do diretório regional do Partido Comunista Brasileiro, que estava na ilegalidade, durante o “regime militar”.

²⁶ Jornalista e político, nasceu no município de Nova Iorque (MA) em 1917. Ocupou os cargos de Deputado Estadual e Federal. Com os direitos políticos cassados pela ditadura militar, exilou-se em diferentes países da América Latina.

²⁷ Apresentava ainda, dentre seus objetivos, “a disseminação de valores humanos, cristãos e Maristas”. Disponível em: colegiosmaristas.com.br/quem-somos/somos-maristas/ > Acesso em: 21/12/2022.

²⁸ Escritor e político, nasceu em Caxias (MA). É imortal pela Academia Brasileira de Letras (ABL), fundador da cadeira 02.

(blogjorgevieira.com), em 2014 – durante reencontro de “amigos” ou ex-colegas de classes do agente – é mencionado por um dos entrevistados que Flávio Dino “sempre teve o respeito de todos” e, por outro, que “quando presidente do grêmio, trabalhou pela democracia no ambiente escolar”. Assim, os participantes do encontro ressaltaram qualidades, destacadas desde o período da infância/juventude do agente, que fariam do então candidato ao governo do estado capacitado a assumir o posto, destacando que ele “sempre foi uma pessoa justa” e que reuniria em si características como “generosidade, inteligência e disciplina”, sendo o nome mais indicado para romper o “ciclo político” que existiria há décadas no Maranhão, conforme ponderado por um entrevistado. Na ocasião, o então candidato ao governo do estado afirmou:

Estamos aqui celebrando a amizade. Todos estarão comigo no símbolo não do poder pelo poder, mas o símbolo da instituição das causas que nós abraçamos quando éramos bem jovens, a causa da justiça, da solidariedade, da misericórdia. É nisso que aquela casa (a sede do governo do estado) vai se transformar, em uma casa de serviço para melhoria da vida das pessoas (Disponível em: jorgevieira.com/amigos-de-flavio-dino-no-colegio/ > Acesso em: 20/12/2022)

Considerado uma “referência política” no colégio, como mencionado, não tardou para que Flávio Dino se candidatasse à presidência do grêmio estudantil, espaço extraclasse marcado pelo protagonismo dos estudantes na reivindicação de demandas da comunidade escolar. Dessa forma, tendo proferido discursos na escola e se comprometido com a tarefa, elegeu-se ao posto e realizou, segundo os “colegas” e ex-alunos que igualmente buscaram afirmar a “imagem” do agente, uma “boa” gestão. A “familiaridade” com os *domínios políticos* a partir, por exemplo, do avô e do pai, que naquele momento já havia cumprido mandatos de cargos eletivos, pode ter contribuído para o interesse na formação da chapa. Os “referenciais” familiares (notabilidade jurídica, política e intelectual) podem ainda ter mediado esse acesso. De qualquer maneira, é interessante observar que os contemporâneos de escola afirmaram, com base em “princípios” e “capacidades” demonstrados pelo agente no período, que Flávio Dino teria as qualidades necessárias para governar o estado, “realizar mudanças” e iniciar um “novo momento na política local”. Referindo-se ao período em que iniciou sua participação na política e que culminou na candidatura ao diretório cívico do colégio, destacou em entrevista a Barros Filho:

Minha participação na política começou na luta pela redemocratização do país, na campanha das Diretas Já. Nesse período, a Igreja Católica era claramente guiada pela proposta de opção preferencial pelos pobres, o que influenciava fortemente a educação que recebíamos no Colégio Marista. Daí para o movimento estudantil e para a política partidária foi um passo. Na magistratura, ajudei a dirigir o movimento pela reforma do judiciário, cujo resultado mais evidente é a criação do Conselho Nacional de Justiça. Assim, nunca deixei a política desde que nela entrei, há 20 anos, apenas me afastei da atuação partidária. Conheço e vivenciei o imenso poder transformador

do Judiciário, porém a política tem um papel insubstituível” (BARROS FILHO, 2007, p. 63)

Depreende-se, então, a relevância do ambiente escolar para a atuação militante de Flávio Dino no movimento estudantil e em seu engajamento político. A gestão no grêmio estudantil e participação nos seminários promovidos pela instituição o incentivaram a ingressar, doravante, em espaços institucionalizados de representação política, como organizações partidárias. Nesse período, ainda na primeira metade da década de 1980, o agente se vinculou ao PCdoB, aos 15 anos de idade, participando da campanha das “Diretas Já” sob a zona de influência do partido, então na semilegalidade. A associação possibilitou a atuação na organização e realização de atos públicos em São Luís em favor do “voto direto” e posteriormente em prol da eleição do presidenciável Lula²⁹ (PT), em 1989, já filiado ao partido. Tais espaços podem ser tomados como “ciclos” de pertencimento/reconhecimento, no sentido conferido por Alexandre Pizzorno (1980), em que se pôde estabelecer contatos com outros “membros” e/ou “identificadores”.

Por fim, outros aspectos podem ser retomados quanto à instituição em que concluiu os estudos primários e secundários. Sendo uma instituição particular e reconhecida por receber os filhos de pessoas com elevado poder aquisitivo, notadamente filhos da “elite” política do estado, sabe-se que o lugar contava uma infraestrutura que permitiu ao agente realizar sua formação escolar de maneira positiva, uma vez que proporcionava ainda ambientes adequados para que pudesse realizar discursos, organizar debates, manifestações políticas, grupos de leitura, etc. Em segundo lugar, mais especificamente sobre os grupos de estudos e discussão, costumavam debater teorias marxistas, o que demonstra que a instituição apoiava as discussões, possibilitando o contato dos alunos com teorias e pensamentos críticos e revolucionários.

Destaca-se ainda a promoção de “causas” apreendidas como “missões” pela instituição diretamente relacionadas à doutrina católica e aos “valores cristãos” ou “maristas”. Noções como “justiça”, “solidariedade”, “misericórdia”, por exemplo, foram algumas das mencionadas ao reconstituir o aprendizado na instituição. Esse discurso, no entanto, deve ser apreendido a partir das considerações de Daniel Gaxie (2005, p. 170) que define “armadilhas” quanto à análise do militantismo, destacando lógicas de “encantamento” e “redução”. Dessa forma, as “causas” mencionadas não podem ser tomadas inadvertidamente como razões últimas de seu engajamento, descartando-se possíveis recompensas ou retribuições em sua participação

²⁹ Nasceu em Garanhuns (PE), em 1945. Atuou como metalúrgico e sindicalista. Cofundou o PT, em 1980. No que se refere à disputa de cargos eletivos, candidatou-se à presidência em 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2023. Tornou-se presidente do Brasil em 2002 e se reelegeu em 2006. Em 2022, elegeu-se ao terceiro mandato.

política. Entretanto, não podem ser completamente descartadas enquanto “motivos oficiais” tomados a partir dos discursos que as justificam enquanto tal, que devem ser apreendidos.

Segundo Reis, “a influência da Igreja Católica nos processos de intervenção política de ‘esquerda’ no Maranhão é inconteste” (2014a, p. 362). A autora menciona ainda que “seus porta-vozes e formulações ocupam um lugar privilegiado como definidores de formas de engajamento e de um tipo próprio de ‘fé no engajamento’, não só nos anos 1970 e 1980, mas posteriormente também” (REIS, 2014a, p. 362). Assim, compreende-se que o contexto histórico, político e cultural no qual o agente se inseriu no movimento estudantil se demonstrou bastante propício ao engajamento com as “causas” promovidas pelo Colégio Marista. No século XX, uma parcela da Igreja Católica esteve associada ao trabalho de mobilização, especialmente de “jovens”, em ações que promovia. No Brasil, através de lideranças provenientes de países da América do Norte e Europa, observou-se a promoção de agendas que viabilizavam o recrutamento de homens e mulheres à “doutrina católica” por meio de diferentes organizações.

Fundada em 1935, a Ação Católica (AC) detinha, a princípio, um caráter mais “conservador” e “à direita”, porém, a partir das décadas de 1950 e 1960, muito pela influência da Juventude Universitária Católica (JUC), passou-se a observar “um quadro de polarização vivenciado pela Igreja Católica no Brasil” (MACHADO, 2014, p. 376). Juntamente às iniciativas da Juventude Operária Católica (JOC), “os anos 1960 foram de importantes adesões de ‘grupos cristãos’ ao marxismo no Brasil e na América Latina” (REIS, 2014a, p. 350). Assim, pode-se frisar, a partir de então, o caráter de maior intervenção da Igreja Católica no sentido de ações voltadas “aos mais pobres”, “aos oprimidos pelo sistema de dominação”, “aos mais necessitados”, etc. evidenciando e defendendo “causas” pautadas nos princípios da “justiça” e da “igualdade” sociais. Desse modo, escolas, universidades e partidos políticos, por exemplo, mostraram-se cruciais para a reprodução desse pensamento, conforme observado no exemplo da escola em que o agente estudou. Sobre o período, Flávio Dino destacou:

Fui aluno Marista nos anos 70 e 80. Havia forte influência da Teologia da Libertação e dos ventos progressistas do Vaticano 2º, de Medellin, de Puebla. As mensagens de opção preferencial pelos pobres e da fé viva que transforma o mundo foram decisivas em minha vida. Tornei-me assim profundamente cristão, por isso comunista (comunhão, comunidade) (Postagem no Facebook em 25/07/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/flaviodino/posts/195273767300071/?locale=pt_BR> Acesso em: 03 agosto 2023)

Percebe-se, assim, como as modificações ocorridas na doutrina católica naquele momento na América Latina e, portanto, no Brasil, influenciaram e foram “decisivas” na formação política e intelectual do agente. Citando a “Teologia da Libertação”, compreende-se

que, “segundo Leonardo Boff, um de seus principais expoentes no Brasil, teve como objetivo fundante ‘tirar os pobres-oprimidos da pobreza, não na direção da riqueza, mas da justiça’”, completando, “e essa seria uma ‘questão prática de ordem pedagógico-política, na qual o pobre é interpretado como aquele que tem força histórica para mudar o sistema de dominação por outro mais igualitário, participativo e justo” (REIS, 2014a, p. 350). A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrida em Medellín, capital da Colômbia em 1968 também é mencionada por Flávio Dino, conferência essa que ficou marcada pela discussão das necessidades próprias do continente latino-americano, como a questão da pobreza e miséria humanas. O agente associa tais ensinamentos à decisão de “tornar-se profundamente cristão e, por isso, comunista” através dos valores de “comunhão” que estão na base desses princípios.

No caso maranhense, tem-se a “participação de clérigos nas lutas por reforma agrária” via Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a mediação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) (REIS, 2014a, p. 358). É esse o contexto no qual Flávio Dino, por meio do colégio marista, desenvolveu suas identificações com “causas” pautadas por uma parcela da doutrina católica, que “guiava” os princípios do instituto. Pode-se ainda destacar, desse modo, a “recorrente concepção e apresentação da Igreja como uma ‘grande família’” (SEIDL, 2003, p. 19), ou seja, quando tais “causas” passaram a ser promovidas no seio das comunidades em que a Igreja Católica conquistou maior influência no decorrer do século XX, tem-se um processo de identificação/pertencimento a tais sentidos que passam a ser tomados como “missões” a serem colocadas em práticas pelos fiéis, discurso que Flávio Dino se utilizou em entrevistas, postagens em redes sociais e campanhas eleitorais, dentre outros momentos.

Após a conclusão dos ensinos fundamental e médio, Flávio Dino prestou vestibular para o curso de direito na UFMA, em 1986. A escolha pela área é definida como “influência” da família, tendo sido, segundo ele, uma decisão tomada “desde a infância” ao ser questionado pelo pai a respeito da carreira que gostaria de seguir. O título de sua monografia apresentada ao curso é “O direito de greve no Brasil: evolução e limitações atuais ao seu exercício” (1990), lançada como livro pela EDUFMA (1991). No ambiente acadêmico, em 1987, tornou-se secretário-geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da instituição. Doravante, ocupou o cargo de coordenador-geral do DCE, por cerca de um ano. O convite para a secretaria teria sido feito assim que o agente ingressou no curso devido a “sua capacidade de atuação e elaboração política” (BARROS FILHO, 2007, p. 117), características que possibilitaram o convite para o segundo posto assumido na organização, em 1989. Ainda nesse ano, participou

como representante do DCE de congresso promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em 1987, aos 19 anos, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda na época em que estudou na UFMA e esteve filiado ao PT, em 1989, participou da organização e coordenação da campanha do candidato Lula ao governo federal em São Luís do Maranhão, frustrando-se com os resultados³⁰. No partido, associou-se à “Articulação” que seria uma “tendência” considerada moderada no PT” (BARROS FILHO, 2007, p. 33). Assim, assumiu a vice-presidência do diretório municipal da sigla em São Luís, posicionando-se como um nome de destaque nos ciclos políticos ligados ao partido e à militância política de esquerda na capital na época. Durante o mandato de 02 anos, também prestou serviços advocatícios para o partido e para a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Posicionou-se, assim, em múltiplas “frentes” de atuação que garantiram seu protagonismo no movimento estudantil universitário, em organizações político-partidárias e como advogado de “causas” ligadas ao sindicalismo local.

Segundo Reis e Grill (2008, p. 146), “esse foi o marco de uma modalidade de intervenção política privilegiada pelo agente que funde, no mínimo, registros do âmbito das disputas partidárias, sindicais e jurídicas”. Desse modo, é válido ressaltar que “a especialização militante no Maranhão ocorreu pesadamente via universidade, mas sem garantir aos ativistas condições para usufruírem, na sequência, de posições de muito destaque na esfera de poder mais ampla” (REIS, 2014a, p. 354). Assim, compreende-se que o agente se constitui como exceção aos itinerários e carreiras seguidos em postos de trabalhos hierarquicamente mais elevados se comparados aos militantes que fizeram parte da mesma “geração” que a dele.

Durante a época em que estudou na UFMA, Flávio Dino e muitos de seus contemporâneos de campus fizeram parte da “geração” nomeada pelo jornalista e escritor Félix Alberto Lima³¹ de “maio oito meia” – em referência à obra homônima do autor e ao documentário coproduzido e dirigido por Beto Matuck. O Maranhão, a exemplo do contexto nacional, assistia à retomada do “regime democrático” após duas décadas do golpe militar de 1964. Muitos “jovens” que frequentavam a universidade no período, principalmente nos centros de ciências humanas e sociais, mantinham contato com autores e teorias revolucionários, participavam de grupos de discussão, filiavam-se em partidos políticos de “esquerda”,

³⁰ Nessas eleições, a primeira após o “fim” do regime militar, o candidato Fernando Collor (PRN) se elegeu.

³¹ Nasceu em Presidente Dutra (MA), em 1967. Fez graduação em Ciências Econômicas, mas interrompeu o curso para fazer a faculdade de Jornalismo. É formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e atualmente realiza o curso de mestrado em Relações Internacionais na Universidade Autónoma de Portugal (UAP). É autor das obras “Guajá: a odisseia dos últimos nômades” (1998) e “Filarmônica para fones de ouvidos (2018), incluindo a obra “Maio Oito Meia” (2017).

reivindicavam demandas das comunidades ao redor da UFMA, como as do bairro do Sá Viana, por exemplo, e se mobilizavam em torno da realização de atividades culturais (festivals de música, poesia, dança, artes, exibição de filmes, criação de jornais acadêmicos, dentre outras). O professor e psicanalista Agostinho Ramalho Marques Neto³², um dos entrevistados do filme, descreve o período na universidade como de “imensa efervescência” tanto na política quanto no “campo comportamental”. A respeito do ideário dessa “geração”, Flávio Dino ponderou:

Nossa organização política na época tinha uma formação leninista, acreditava em vanguardas. Então, havia essa ideia mesmo. Havia um grupo que se reunia, discutia e tentava defender suas posições e durante alguns anos obteve êxito. É claro que quem tá do outro lado vê isso como ‘rolo compressor’, a gente achava que era organização.

O agente apreende a “organização” dos estudantes da época como um “grupo” que se reunia para discutir questões referentes à comunidade acadêmica e à sociedade civil no contexto de “redemocratização”. Menciona ainda que “quem estava do outro lado” observava o movimento como um “rolo compressor”. Em relação a essa visão, pode ser reconstituído um evento narrado no documentário, relativo à organização de seção para a exibição do filme *Je Vous Salue, Marie* (1985), do cineasta Jean-Luc Godard, censurado no Brasil pelo presidente José Sarney (MDB), em 1986. Segundo relatos, alguns dos estudantes da UFMA organizaram viagem a outro estado em busca da fita cassete do filme. O episódio teria tido a exibição interrompida pela polícia devido à quantidade de pessoas em um pequeno auditório de uma das dependências da UFMA e é lembrado com excitação pelos participantes entrevistados.

A canção “maio oito meia”³³, interpretada e composta pelo artista Nosly, presente na trilha sonora do documentário, faz referência aos “tempos de mudança” configurados naquela época, mencionando a “ponte” e o “rio” em alusão ao “Rio Bacanga”, que margeia a UFMA e a ponte construída sobre essas águas. Sobre o rio, “um dia foi a principal via de escoamento das riquezas produzidas em São Luís no século XIX, sendo o segundo mais importante de São Luís”, desaguando na Baía de São Marcos e “possuindo uma rica biodiversidade ligada aos manguezais”³⁴. A canção cita ainda os “poemas sujos” (inspirados em Ferreira Goulart) que podem ser tomados como referência às poesias recitadas nos festivais promovidos pelos

³² Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Mestre em Direito Pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ). J. É psicanalista e professor universitário, além de membro fundador do Núcleo de Direito e Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7vUkncU7qd8&pp=ygUObWFpbyBvaXRvIG1laWE%3D>> Acesso em: 05 outubro 2023.

³⁴ Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUnidade/ufmasustentavel/paginas/noticias/noticia.jsf?id=58151> > Acesso em: 03 agosto 2023.

estudantes, que continham palavras “de baixo calão” e, através do humor, subvertiam padrões de escrita. “A categoria ‘geração’ aproxima os personagens, ligando uns aos outros, aos eventos marcantes de suas afirmações no espaço político, e delineia os contornos de uma gama de repertórios comuns” (REIS, 2003, p. 409), mas deve ser problematizada uma vez que “diferenciações ideológicas entre grupos, hierarquização entre militantes com experiência prévia e aqueles mais jovens e às notoriedades advindas da participação em eventos (campanhas, prisões)” (REIS, 2003, p. 409) dos agentes que as “formam”, dentre outros aspectos, são relevantes e devem ser priorizados nessa análise. Sobre a “geração”, afirmou:

Nós vivemos um momento especial, um momento de muita esperança, muito otimismo, muito fervor mudancista, muita crença na transformação mais profunda da sociedade.

Compreende-se que a passagem de Flávio Dino pela UFMA é marcada pela atuação em organizações estudantis, como o DCE, e a associação a uma “geração” atravessada pelo período de “redemocratização” do país. Desse modo, juntamente com figuras que viriam a ser reconhecidas nos *domínios políticos e culturais* décadas depois, como o deputado federal Marcio Jerry³⁵ e o cantor Zeca Baleiro³⁶, para citar alguns, os últimos anos da década de 1980 foram marcados pela atuação militante na universidade, pela filiação ao PT e pelo convite para ocupar à vice-presidência regional da sigla, além da atuação como advogado sindicalista. Compreende-se que Flávio Dino reconverteu recursos em diferentes espaços de afirmação política e intelectuais e se colocou, ainda naquele momento, como uma “promessa”, que somente veio a ser concretizada décadas seguintes devido à “pausa” para a carreira como juiz.

Assim, compreende-se que a década de 1980, conforme reiterado pelo agente, foi marcada pela atuação militante e engajamento político em diferentes níveis e diferentes momentos. Tanto a “esfera interna” (influência da família) quanto a “esfera externa” (a participação na militância estudantil e a filiação partidária), mencionadas na entrevista, foram responsáveis pela afirmação de Flávio Dino nos *domínios políticos* locais ainda que não viesse a ocupar cargos eletivos no período. A decisão foi tomada com base na aprovação do agente para o cargo de juiz federal do TRF-1 e, conforme reitera, baseou-se no fato de pretender “consolidar uma imagem profissional, de uma pessoa preparada tecnicamente, intelectualmente” (BARROS FILHO, 2007, p. 46) anteriormente a sua entrada “por cima” em disputas de cargos eletivos nos *domínios políticos* (2006), elegendo-se com ampla votação.

³⁵ Nasceu em Colinas (MA) e é formado em jornalismo pela UFMA. Foi eleito deputado federal (2018, 2022).

³⁶ Nasceu em Arari (MA). Kursou em Agronomia e, no período que esteve na UFMA, participou e venceu festivais culturais promovidos pela comunidade acadêmica.

2. CARREIRA JURÍDICA, ACADÊMICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL

Neste segundo capítulo, discute-se acerca dos investimentos realizados por Flávio Dino em carreiras na magistratura (durante a década de 1990 até metade da década de 2000) e na universidade (em períodos intercalados), além de sua produção intelectual a partir da publicação de artigos e livros. Sabe-se que “os usos da escolarização e dos saberes profissionais nos espaços da política ou a intervenção do poder político nas afirmações profissionais, vêm recentemente se constituindo como objetos de estudos nas ciências sociais” (REIS & PETRARCA, 2015, p. 11). São problematizadas as inscrições profissionais do agente após sua formação acadêmica, considerando-se a variedade de trabalhos que toma as relações entre carreiras escolhidas e ocupação de postos na política, o que ocorreu ao deixar a magistratura. A discussão busca trazer à tona “o peso de certas formações e ‘competências’ na seleção de grupos dirigentes e nos desdobramentos de carreiras políticas mais amplas (nas burocracias do Estado, arenas eletivas, em engajamentos militantes, etc.)” (REIS & PETRARCA, 2015, p. 11).

No que se refere à carreira na magistratura, compreende-se que “a análise das relações entre o jurídico e o político deve se inscrever em uma abordagem de história social” (DEZALAY & GARTH, 2015, p. 38). Desse modo, a apreensão das imbricações entre ambos os espaços precisa ser feita levando em consideração *estratégias de reprodução* (BOURDIEU, 2020b) e repertórios de atuação existentes nessa vinculação. Igor Gastal Grill (2007, p. 86) menciona, nesse sentido, “a maximização de um conjunto de habilidades e competências conquistadas nas faculdades de direito e no exercício das profissões políticas que contribuem para a construção do *métier* do político”. Portanto, apreende-se, mais especificamente, o itinerário de Flávio Dino nos *domínios* jurídicos por meio da *objetivação* do TRF-1, partindo-se da aprovação do agente em concurso, em 1993, até sua renúncia ao cargo de juiz, em 2005.

No que diz respeito à carreira acadêmica, compreende-se a universidade como “o espaço por excelência de reprodução da cultura legítima e das ‘competências intelectuais’” (GRILL & REIS, 2015, p. 62), sendo os professores de ensino superior parte de uma categoria “amorfa e segmentada” (CORADINI., 2018, p. 197), o que torna a discussão particularmente desafiadora. Apreende-se, então, a inscrição do agente no departamento de direito da UFMA, a partir da *objetivação* desse espaço (reconstituindo-se sua aprovação em concurso para o cargo de professor auxiliar e considerando o “atual” quadro docente). Por fim, a produção intelectual de Flávio Dino é reconstituída a partir da análise de seu Currículo Lattes, problematizando-se o uso do material e apreendendo as estratégias de atualização e afirmação do mesmo pelo agente.

2.1. TRF-1: Concurso, consolidação profissional e o “espaço dos possíveis”

Durante a formação acadêmica, Flávio Dino prestou consultoria jurídica para organizações como o PT e a CUT, em São Luís (MA). Após a conclusão do curso, em 1990, “passou a atuar como advogado de sindicatos (clientela que fazia parte de suas relações políticas e foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Maranhão” (REIS & GRILL, 2008, p. 146). Em 1993, prestou concurso para juiz federal substituto do TRF-1, sendo aprovado. Assim, para a discussão de sua “entrada” na magistratura, tomando-se o TRF-1 como referência, utilizou-se como principal material de pesquisa o livro “Memória dos Concursos Públicos para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região: 1990 a 2012” publicado pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do tribunal em 2012. A “obra” pode ser definida como uma “consagração coletiva” perpassada pela “elaboração, consagração e canonização de imagens sociais de seus ‘vultos’” (CORADINI, 1998, p. 217).

Como estratégia metodológica, optou-se por pela prosopografia desse espaço tomando como “amostra” a população de juízes federais aprovados no certame pelo Maranhão. A prosopografia consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social segundo a população e o questionário em análise” (CHARLE, 2006, p. 41). Portanto, a partir da “população” tomada, buscou-se compreender aspectos referentes à origem social, aos recursos escolares e profissionais, aos investimentos editoriais, etc. a fim de apreendê-la e compará-la ao agente. Optou-se ainda por realizar a análise mais geral do “conteúdo” da publicação para compreender aspectos referentes à distribuição de aprovados por unidade federativa e a posição ocupada pelo Maranhão no período (1991-2012).

Segundo o material, a “Justiça Federal foi criada quando da adoção, no Brasil, da forma federativa de Estado, sendo exercida pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Juízes de Secção” (TRF1, 2012, p. 17). A partir de resolução do “Decreto 848”, de 11/10/1890, inspirado no *Judiciary Act* dos Estados Unidos³⁷, de 24/09/1789, teve seu reconhecimento garantido pela Constituição Republicana de 24/02/1891. Na Constituição de 10/11/1937, durante o “Estado Novo”, a Justiça Federal foi extinta, levando à aposentadoria “forçada” de magistrados e servidores (TRF1, 2012, p. 17). Assim, coube aos juízes estaduais “a competência para

³⁷ “O ato judiciário de 1789, oficialmente intitulado ‘Um ato para estabelecer a Corte Judiciária dos Estados Unidos’ foi assinado pelo Presidente George Washington e estabeleceu a Suprema Corte, deixando ao Congresso a autoridade de criar Tribunais Federais inferiores, conforme necessário” - Disponível em: <<https://www.loc.gov/rr/program/bib/ourdocs/judiciary.html>> Acesso em 05 agosto. 2023.

processar e julgar as causas propostas pela União ou contra ela, com recurso para o Supremo Tribunal Federal (art. 108)” (TRF1, 2012, p. 17). Na Constituição de 18/09/1946, por sua vez, foi criado o Tribunal Federal de Recursos, restaurando-se a Segunda Instância, que passou a servir, como sugerido pelo nome, de “recurso” aos juízes estaduais.

É somente em 1965, na ditadura militar e “através do AI-2 de 27/10/1965, que a Primeira Instância é recriada” (TRF1, 2012, p. 17). Doravante, a Constituição Federal de 05/10/1988, “Constituição Cidadã”, reestabeleceu o arranjo jurídico brasileiro e, então, foram criados os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) que passaram a abranger todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, em substituição ao Tribunal de Recursos, sendo eles: TRF-1 (Acre, Amapá, Amazônia, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins e o Distrito Federal); TRF-2 (Rio de Janeiro e Espírito Santo); TRF-3 (São Paulo e Mato Grosso do Sul); TRF-4 (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e TRF-5 (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe). Em 2022, foi criado o TRF-6, que passou a comportar os processos do estado de Minas Gerais, até então pertencente ao TRF-1.

Nesse sentido, “com relação ao preenchimento de cargo de magistrado, inicialmente não havia previsão de concurso público, sendo os juízes seccionais, que eram vitalícios, e os juízes federais substitutos, que cumpriam mandatos de seis anos, nomeados pelo Presidente” (TRF1, 2012, p. 17). A Constituição de 1946, nesse sentido, estabeleceu que o provimento do cargo de juiz federal substituto ocorreria a partir de concurso público e, em 1988, com a “Constituição Cidadã”, ficou definido que cada tribunal regional passaria a realizar seu próprio concurso público para o cargo, “cujas regras foram unificadas com a edição da resolução 75, de 12/05/2009, do Conselho Nacional de Justiça” (TRF1, 2012, p. 17). Os dois primeiros concursos promovidos pelo TRF-1 foram, assim, realizados em 1991 e 1992, respectivamente.

O terceiro concurso para provimento do cargo de juiz federal pelo tribunal, realizado em 1993, contou com a supervisão da comissão examinadora formada pelo presidente, o juiz Fernando Gonçalves³⁸, e seus membros, os juízes Vicente Leal³⁹ e Catão Alves⁴⁰, além do professor e juiz Carlos Mathias de Souza⁴¹. No que se refere ao conteúdo das provas escritas, a

³⁸ Nasceu em Belo Horizonte (MG). Formou-se em direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou no TRF1 entre 1989 e 1996. Atuou também como ministro do STJ. Disponível em: portal.trf1.jus.br > Acesso em 12 abril 2023.

³⁹ Nasceu em Jaicós (PI). Formou-se em direito na Universidade Federal do Ceará (UFC). Atuou no TRF1 entre 1989 e 1994. Atuou também como ministro do STJ, aposentando-se em 2004. Disponível em: portal.trf1.jus.br > Acesso em 12 abril 2023.

⁴⁰ Nasceu em Belo Horizonte (MG). Formou-se em direito na UFMG. É doutor pela mesma universidade. Atuou pelo TRF-1 e como professor da PUC/MG. Disponível em: portal.trf1.jus.br > Acesso em 12 abril 2023.

⁴¹ Nasceu no Rio de Janeiro (RJ). Formou-se em ciências sociais pela UERJ e em direito pela UFRJ. Possui especializações em diferentes áreas como Direito Autoral, Direito Diplomático e Consular, Sociologia criminal,

exemplo dos editais anteriores, foram abrangidas questões de “Direito Constitucional, Civil, Comercial, Penal, Administrativo, Processual Civil, Processual Penal, Tributário, Internacional Público, Internacional Privado, Eleitoral, do Trabalho, Previdenciário e Agrário” (TRF1, 2012, p. 31). No entanto, algumas modificações puderam ser observadas em sua “estrutura” a partir de então, como alterações no valor da “prova oral” (que passou a ter peso 4) e na “prova de títulos” (que passou a ser tomada como critério de desempate na classificação dos candidatos selecionados) (TRF1, 2012, p. 31).

Nesse mesmo ano, Flávio Dino se submeteu às provas do certame, conquistando o primeiro lugar. Segundo a publicação do TRF-1, das 38 vagas disponibilizadas, apenas 22 foram ocupadas e, em relação ao número de candidatos inscritos, foram registrados 1.367 nacionalmente. A posse dos futuros magistrados ocorreu em cerimônia solene em maio de 1994. Com efeito, “trata-se daquelas situações em que os próprios documentos históricos foram produzidos com finalidades hagiográficas ou de monumentos e são o produto objetivado de estratégias de apresentação de si que as instituições, como os agentes, põem em prática” (CORADINI, 1998, p. 218). Podem ser instrumentalizados tanto pelo “tribunal” quanto pelos “vultos” por eles consagrados. Sobre a decisão de realizar o concurso, Flávio Dino destacou o irmão mais velho, Nicolao Dino, Procurador da República desde 1991, como o maior “incentivador” da empreitada, considerada, naquele momento, “muito difícil”, conforme explicou em entrevista a Barros Filho.

Um dia Nicolao virou e disse: ‘olha, vai ter concurso para juiz federal’ [...] O concurso, naquele momento, era quase um mito, ninguém passava, era muito difícil passar, já havia tido dois recentemente e não tinha passado ninguém do Maranhão. Então, me atraiu, sempre eu gosto de desafios (BARROS FILHO, 2007, p. 45)

Atraído pelo “desafio”, inscreveu-se e realizou as provas. No que concerne à experiência de cumprimento das etapas do certame e levando em consideração o “mito” sobre o “grau de dificuldade” do exame e ainda o fato de não ter havido, até aquele momento, nenhuma aprovação de candidatos “maranhenses” ou advindos do Maranhão⁴², complementou, na mesma entrevista concedida a Barros Filho:

Na segunda-feira Nicolao me ligou, ele já era Procurador, e disse: ‘Flávio, a inscrição acaba hoje, vai!’. Eu disse: ‘Não tenho a menor chance de passar nisso’. Ele: ‘Não, mas ‘pra’ te testar é bom, ‘pra’ tu ‘olhar’ como é que é’. E eu acabei indo fazer o

dentre outras. Atuou como juiz federal do TRF-1, tendo ocupado o cargo de vice-presidente do tribunal. Foi professor da UNB e UFG. Disponível em: <portal.trf1.jus.br> Acesso em 12 abril. 2023.

⁴² A diferenciação se faz necessária, pois o material do TRF-1 disponibiliza apenas os locais os quais os candidatos se inscreveram ou realizaram as provas, não sendo possível determinar o local de nascimento deles sem a realização de uma análise mais aprofundada.

concurso. Me inscrevi, não tinha documentação, não tinha nada, complementei depois. Fiz a primeira prova, tirei '5,6', a nota mínima era '5', mas nessa primeira prova, vamos imaginar que fossem 1000 candidatos, sobraram 50, mais ou menos isso, sobraram 100, vamos imaginar. Aí, pô, já passei na primeira, vamos ver como é a segunda. A segunda foi uma prova, era uma dissertação naquele momento, e era uma dissertação que possibilitava uma abordagem política muito intensa porque o título era 'A internacionalização do direito constitucional e a constitucionalização do direito internacional'. Então aquilo 'pra' mim foi tudo o que eu queria. Se fosse uma prova de direito penal, provavelmente, eu não teria passado. Fiz uma boa abordagem, tirei uma nota alta, fui melhorando na classificação. Aí fui me motivando, eu disse: 'vai dar!'. Na prova oral, eu tive um desempenho excelente. Eu estava em terceiro lugar, aí passei a ser o primeiro lugar no concurso em razão da 'prova oral'. Foi assim. (BARROS FILHO, 2007, p. 45-46)

Na passagem, Flávio Dino afirmou acreditar que não teria “a menor chance” de aprovação, tendo realizado as provas somente pela sugestão do irmão e para se desafiar. Destaca-se, desse modo, a menção à “segunda fase” do certame, constituída, segundo o entrevistado, da elaboração de texto dissertativo no qual foi possível realizar uma “abordagem política muito intensa”, que teria o “motivado” a dar sequência às etapas e, por fim, conseguir a aprovação até então considerada “impossível”. A produção da dissertação e a realização da “prova oral” (que passou a ter “peso” maior na classificação a partir daquele ano) viabilizaram o deslocamento de posições em relação aos demais candidatos e o resultado obtido. A indicação da “abordagem política” como a responsável pelo desempenho pode ser justificada pelas inscrições e aderências prévias do agente nos *domínios políticos* (militância no movimento estudantil, coordenação de diretórios, filiação partidária e ocupação de cargo na vice-presidência do partido, participação em organização de campanha eleitoral, dentre outras).

Grill (2007, p. 85) afirma que tais vinculações, como a realizada pelo agente, decorrem dos “efeitos de *osmose, afinidade, proximidade e oportunidade*” entre ambos os *domínios* sociais. Assim, “tende-se a tomar o laço entre advocacia e política como ‘evidente’, ‘natural’, sem abordar os processos históricos, os agentes, as instituições que em cada contexto tornam tal vinculação preponderante” (GRILL, 2007, p. 86). E acrescenta, “a ênfase na eloquência originária da formação costuma esconder as demais condições sociais e políticas do sucesso político destes indivíduos (origens sociais, parentesco, redes) e os demais universos que adquirem competência política (movimento estudantil, sindicato, etc.)” (GRILL, 2007, p. 86). Portanto, deve-se levar em conta as *estratégias de reprodução*, como, por exemplo, *estratégias educativas e estratégias de investimento social e simbólico* (BOURDIEU, 2020b, p. 25-26).

Para explorar apenas uma delas, compreende-se que a “familiaridade” prévia do agente com os universos jurídicos e intelectuais a partir da influência do pai e do avô, por exemplo, além da escolarização recebida no Colégio Marista e a socialização com “filhos de políticos”, tenderia “a produzir agentes sociais dignos e capazes de receber a herança do grupo, ou seja, de

retransmiti-la, por sua vez, ao grupo” (BOURDIEU, 2020b, p. 25). Portanto, a construção dessa ideia de “vocação política” pode ser apreendida como “trunfo” no que pese, por exemplo, a passagem por *ritos de instituição* como as provas do concurso que o tornou magistrado.

Flávio Dino afirmou que sua “entrada” na magistratura se deu em detrimento da carreira política, apesar dessa “sempre ter sido sua verdadeira vocação”. Conquistada a aprovação no concurso, confessou, em entrevista conferida a Barros Filho, ter lidado com “dúvidas” quanto a assumir o cargo visto que sua “entrada” na política como candidato a deputado estadual era dada como “certa” (BARROS FILHO, 2014, p. 46). Desse modo, compartilhou em entrevista as expectativas em relação ao ingresso na magistratura e afirmou que, embora tenha se comprometido com a função, jamais desconsiderou o “retorno” à ideia de disputar cargos eletivos, destacando o período na Justiça Federal como “temporário”.

Como juiz você faz política também, como eu fiz, e podia fazer o resto da vida. Mas você tem um limite de inserção social, do lugar que você ocupa no Estado, o lugar de onde você fala, então, obviamente, gera constrangimentos. Então, eu sempre tive essa ideia de ‘tempo’, passar um tempo, consolidar, de algum modo, a imagem de profissional. Naquele momento eu imaginava que ser juiz era importante nesse sentido, de consolidar uma imagem profissional, de uma pessoa preparada tecnicamente, intelectualmente (BARROS FILHO, 2007, p. 46)

Dessa forma, percebe-se a indicação do agente em “viver para” e “viver da” política, no sentido conferido por Max Weber (1982), ou seja, identificar-se com a “causa” e, ao mesmo tempo, fazer dela um meio de subsistência a partir da ocupação de cargos eletivos. De qualquer maneira, após a aprovação no concurso, Flávio Dino permaneceu 12 anos dedicados à magistratura. Entre 1995 e 1997, ocupou o posto de juiz federal no TRE-MA, e entre 1997 e 1998, o cargo de diretor do Fórum da Seção Judiciária do Maranhão. Entre 1998 e 2000, assumiu vice-presidência da AJUFE, pelo TRF-1, na gestão de Fernando Tourinho da Costa Neto⁴³. No biênio 2000 e 2002, chegou à presidência da associação de magistrados. Na posição, passou a ser membro do CNJ e a participar de reuniões do CJF, além de outras obrigações.

Nesse ínterim, em 2001, tornou-se membro do “Conselho Deliberativo Federal do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas” e defendeu dissertação de mestrado (UFPE) com o tema “Autogoverno e controle do judiciário no Brasil: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça”. Fez ainda parte da “Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo”, em 2002, e em 2003, atuou como secretário executivo da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. Entre 2003 e 2005 realizou atividades como juiz

⁴³ Nasceu em Salvador (BA). Formou-se em direito pela UFBA e se especializou na área pela mesma universidade. Tomou posse no TRF-1 em 1989 após ter atuado como juiz pelo estado da Bahia.

coordenador do Juizado Especial Federal do Distrito Federal e, nesse último ano, encerrou a carreira na magistratura para se candidatar, nas eleições seguintes, ao cargo de deputado federal.

Tratando-se mais especificamente sobre a passagem do agente pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), é mencionado no *site* institucional da entidade como o segundo presidente da “terceira fase” da organização e o nono no geral. Criada em 1972, a Ajufe se intitula como “uma entidade sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que congrega magistrados da Justiça Federal brasileira, de 1º e 2º graus, bem como ministros do STJ e STF, representando-os em âmbito nacional/internacional, judicial e extrajudicialmente”⁴⁴. Segundo o endereço eletrônico da associação (ajufer.org.br), a gestão de Flávio Dino foi uma “fase” de “grandes conquistas” internas estruturadas em “cinco eixos”: defesa de direitos e prerrogativas da magistratura; democratização do judiciário; aprimoramento da prestação jurisdicional; qualificação e valorização dos juízes federais; aperfeiçoamento da atuação da organização.

Ainda segundo o site, a gestão do agente conseguiu manter e viabilizar, em meio a PEC de Reforma do Judiciário “três prerrogativas essenciais para a magistratura”, sendo elas: a “vitaliciedade” do cargo, manutenção dos provimentos relativos ao cargo por tempo indeterminado; a “inamovibilidade” do cargo, garantia de não-transferência ou remoção do cargo salvo razões pessoais ou outras previamente acordadas; e a “irredutibilidade dos vencimentos”, referente ao direito à não-diminuição salarial por parte dos magistrados. Além dessas “lutas”, foi nesse período que a Ajufe passou a fazer parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao seu presidente à garantia de participação no Conselho de Juízes Federais (CFJ). Após a gestão, ocupou o posto de diretor de assuntos legislativos por dois anos.

Assim, retomando o trecho da entrevista em que afirmou “encarar” a magistratura como forma de “consolidar uma imagem profissional, de uma pessoa preparada tecnicamente, intelectualmente” (FILHO, 2007, p. 46), compreende-se que Flávio Dino investiu e despendeu tempo significativo em sua carreira como magistrado, tendo utilizado de sua formação acadêmica e atuação profissional como “trunfo” em sua afirmação e consagração nos *domínios políticos*. Ainda como juiz federal, “começou a intervir politicamente por meio do engajamento nas lutas relativas à corporação e a tomar posição sobre diferentes questões” (REIS & GRILL, 2008, p. 146), tendo, inclusive, recebido premiações quanto a sua atuação na comissão contra o trabalho escravo, o que veio a ser reproduzido em folhetos eleitorais distribuídos durante a candidatura para deputado federal, em 2006.

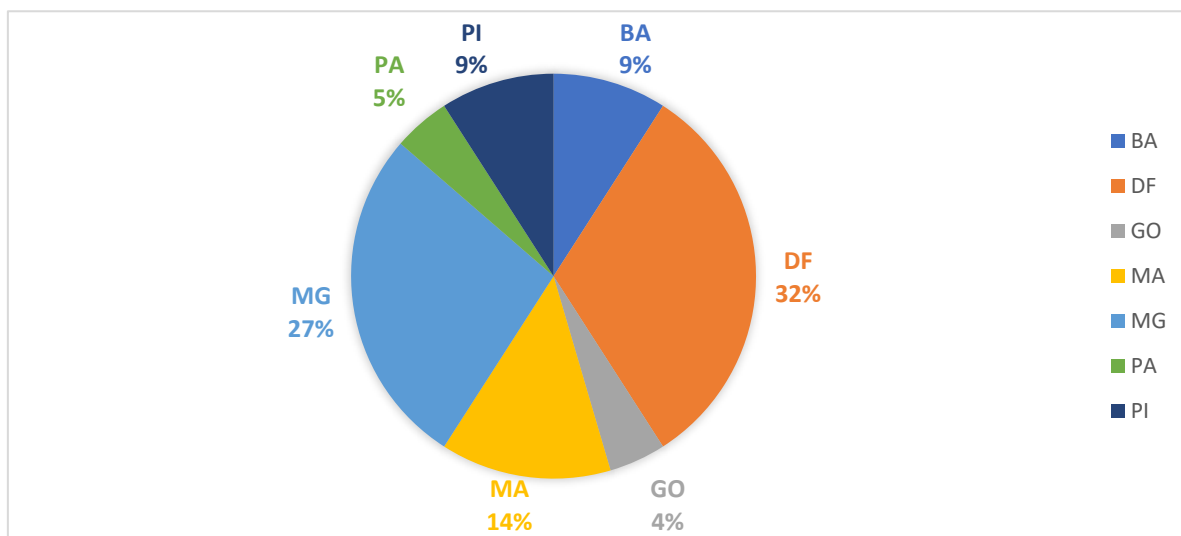
⁴⁴ Disponível em: <<https://www.ajufer.org.br/ajufer/apresentacao>> Acesso em: 17 agosto. 2023.

A relação entre direito e a ocupação de postos políticos (administrativos, eletivos ou mistos) é uma temática clássica nas ciências sociais, sobretudo, em estudos sobre elites políticas e intelectuais. Um dos “desafios” existentes na apreensão dessa dinâmica é a tomada dos “conflitos políticos de um conjunto de categorias de agentes e burocracias ancoradas em espaços cujo pressuposto de legitimidade é a denegação da sua condição política” (ENGELMANN, 2023, p. 9). Dessa forma, “a reivindicação da neutralidade busca construir uma ‘base científica’ para as doutrinas jurídicas” (ENGELMANN, 2023, p. 9). Nas discussões sobre a “judicialização da política” ou sobre a “politização da justiça”, compreende-se “o destaque que advogados adquiriram na esfera política em virtude da utilização de instrumentos que são recursos primordiais para o exercício da atividade política: a habilidade da escrita e o domínio da oratória” (GRILL & REIS, 2012, p. 491). Muitos trabalhos, afirmam os autores, aprendem o engajamento dos “operadores do direito” (magistrados, advogados, promotores) em “causas políticas”, seja durante a carreira jurídica seja após seu término ou licenciamento.

No caso brasileiro e de países sul-americanos, “contextos periféricos”, “o incremento dos recursos de poder dos agentes judiciais avança a partir dos processos de ‘transição’ para os regimes democráticos” (ENGELMANN, 2023, p. 22). Nesse sentido, o autor menciona que desde os anos 1990, o aumento do protagonismo político dos juristas pode ser tomado segundo “duas dimensões de análise”, sendo a primeira voltada às pesquisas que apontam “a mobilização do espaço judicial por grupos políticos e sociais minoritários e o papel do Ministério Público como tutor de direitos coletivos” e a segunda “pelos estudos que enfatizam o recrutamento e a formação das elites judiciais” (ENGELMANN, 2023, p. 23). Observa-se que Flávio Dino obteve “êxito” em torno da construção de sua “imagem profissional” a partir da magistratura. Reivindicando *multinotabilidades* em espaços altamente institucionalizados, como a Justiça Federal, e em entidades de “representação” ou “mediação”, como a Ajufe, por exemplo, o agente ampliou repertórios de atuação e ganhou legitimidade diante de seus pares na política.

Retomando a discussão do material publicado pelo TRF-1, podem ser realizadas algumas contribuições sobre o quadro de aprovados nos concursos do tribunal entre 1991 e 2012, apreendendo-se a “entrada” de Flávio Dino nesse rol a partir da aprovação, em primeiro lugar, no certame realizado em 1993. Por exemplo, há um trecho na entrevista do agente sobre o exame a respeito de não ter havido, até aquele momento, nenhuma aprovação de candidatos “maranhenses”. Nesse sentido, o gráfico a seguir permite visualizar a mudança desse cenário justamente a partir da aprovação do agente e de mais outros dois candidatos inscritos, marcando as “primeiras” aparições de aprovados pelo estado no TRF-1 desde o primeiro concurso.

Gráfico 1 – Aprovados para juiz federal (TRF-1) por unidade federativa (1993)



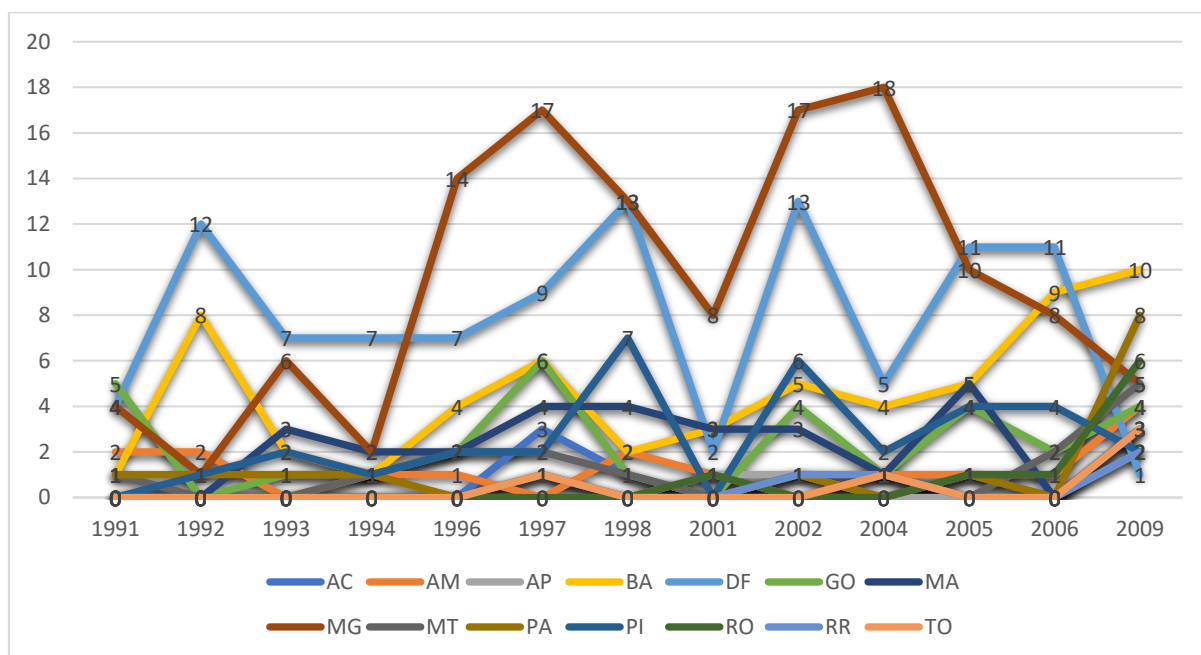
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de material do TRF-1 (2023).

Observa-se que Distrito Federal (32%) e Minas Gerais (27%) foram as unidades federativas que mais registraram aprovações de candidatos nascidos ou inscritos em seus respectivos territórios. Das 22 aprovações, foram admitidos 7 candidatos no Distrito Federal e 6 em Minas Gerais. Pela primeira vez, Maranhão (14%) registrou aprovações de candidatos, com 3 futuros magistrados. Por fim, Bahia (9%) e Piauí (9%) empataram quanto a esse dado, tendo, cada uma, 2 candidatos aprovados. O mesmo para Pará (5%) e Goiás (4%), com 1 candidato aprovado, cada. Os demais estados que compunham a Primeira Região, conforme observado, não obtiveram “representantes” admitidos nesse certame, o que significou 50% do total. A posição conquistada por Flávio Dino no certame pode ser matematicamente mensurada, levando em consideração que o agente superou 1.366 candidatos de 13 estados e do DF, a partir do número de vagas disponibilizadas (38), a disputa ficou em torno de 36 candidatos por vaga.

Dando continuidade à discussão do material, compreende-se que entre o primeiro concurso promovido, em 1991, e o décimo terceiro, em 2012, decorreram-se 21 anos, 13 edições e 457 aprovações. O concurso realizado em 2012 é o último abrangido pela publicação. A partir de então, não foram mais divulgados os locais de inscrição (nem sequer no endereço eletrônico do tribunal), o que impossibilitou o prosseguimento da análise a ser realizada a seguir. Atualmente, o tribunal está em processo de tramitação de sua décima sétima seleção para o provimento de cargo de juiz federal. De qualquer maneira, a partir dos dados reunidos, podem ser problematizados aspectos como as unidades federativas mais ou menos expressivas quanto ao número de aprovações; a porcentagem de participação das “regiões” brasileiras (Norte,

Nordeste, Centro-Oeste e, até então, Sudeste) em relação ao critério; e, mais especificamente, a participação do Maranhão ao longo da série histórica produzida a partir do material. Dessa maneira, o gráfico permite a melhor visualização a respeito da “distribuição” por unidade federativa dos candidatos aprovados no concurso para juiz federal do TRF-1 entre 1991 e 2012.

Gráfico 2 – Série histórica de aprovados no TRF-1 por unidade federativa (1991-2012)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de material do TRF-1 (2023).

No que se refere ao primeiro aspecto, quanto as unidades federativas mais expressivas em relação ao número de aprovações, têm-se Minas Gerais (123/457), Distrito Federal (102/457), Bahia (60/457), Piauí (33/457), Goiás (31/457), Maranhão (30/457), Mato Grosso (16/457) e Amazonas (16/457). Quanto àquelas menos expressivas, ou seja, que menos registraram aprovações no período, têm-se Amapá (4/457), Roraima (5/457) e Tocantins (5/457), Acre (8/457), Rondônia (9/457) e Pará (15/457). Não foi possível definir se as unidades que compunham a região possuíam algum tipo de admissão diretamente proporcional a fatores como, por exemplo, características demográficas ou quantidade de processos que cada uma comportava e julgava. Em cerimônia de instalação do TRF-6 (constituído unicamente por Minas Gerais), realizada em 2022, o presidente do TJ-MG à época afirmou que os habitantes do estado poderiam contar, a partir de então, “com o trâmite mais ágil das ações e com decisões dentro de prazos cabíveis e razoáveis, mas também o próprio TRF-1 e os estados vinculados ao

tribunal seriam beneficiados ao reduzir substancialmente o número de processos que ali tramitam”⁴⁵. O jurista comentou ainda que Minas Gerais correspondia “por cerca de 35% do total de ações hoje em curso no TRF-1” e que “o desafogo, portanto, seria substancial, com claros benefícios para todas as partes”, concluiu. Pode-se afirmar, ao menos, que a quantidade de candidatos aprovados pelo estado coincidia com o fluxo de ações judiciais sob sua alçada.

Quanto à participação das “regiões” brasileiras na série, considerando os 457 aprovados no período, o Centro-Oeste apareceu como aquela que mais obteve aprovações (149/457), seguida pelo Nordeste (123/457) e Sudeste (123/457). O Norte ficou na quarta colocação (62/457). Esse dado aponta para o fato de que, apesar de representar metade ou 50% dos quatorze estados que constituíam o TRF-1, o Norte possuía a menor participação na lista de aprovados do tribunal. O Sudeste, por outro lado, representado por apenas um estado, empatava com a soma dos três do Nordeste e registrava a segunda maior participação na série histórica.

No tocante ao terceiro aspecto, referente à participação do Maranhão, foram registradas aprovações de 30 magistrados, o que colocou o estado na 6ª colocação entre as unidades federativas mais expressivas do TRF-1 até 2012. Conforme mencionado por Flávio Dino, nos dois primeiros anos, em 1991 e 1992, não houve a aprovação de candidatos inscritos no estado. Junto com o Amazonas, o Maranhão (10/13) “figurou” na lista em 10 ocasiões. Goiás e Piauí (11/13) e Bahia, Distrito Federal e Minas Gerais em todas as edições. Mato Grosso (9/13), Pará (8/13), Acre, Rondônia e Roraima (4/13) e Amapá e Tocantins (3/13). A partir dessa investigação, chegou-se ao número de aprovados pelo Maranhão (30/457), sendo possível reunir a “amostragem” da prosopografia realizada buscando à *objetivação* do TRF-1 enquanto o espaço no qual Flávio Dino ingressou e se manteve durante os anos dedicados à magistratura.

O quadro a seguir informa a lista de nomes dos candidatos aprovados no estado nesse período bem como a posição na classificação final de cada concurso e o ano de realização do exame. Percebe-se, assim, que além de Flávio Dino, somente outro agente sitiado no estado alcançou a primeira colocação no certame nos 21 anos compreendidos entre o primeiro e o último concurso abarcado pela publicação. Percebe-se também o baixo número de mulheres aprovadas, sendo duas de um total de 30 magistrados. Outra questão a ser observada é a constância de candidatos aprovados pelo estado desde o terceiro concurso que marcou as primeiras participações de agentes nascidos ou inscritos, sendo Flávio Dino um desses nomes.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/trf-6-e-instalado-em-solenidade-historica-em-bh.htm#:~:text=O%20objetivo%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do,Rond%C3%B4nia%2C%20Roraima%20e%20Tocantins>) > Acesso em: 06 agosto 2023.

Quadro 1 – Candidatos aprovados no TRF-1 (Maranhão, 1991-2012)

Agente	Classificação/Vagas	Ano
Flávio Dino de Castro e Costa	01/22	1993
José Wilson Ferreira Sobrinho	02/22	1993
José Carlos do Vale Madeira	14/22	1993
Ney de Barros Bello Filho	04/17	1994
Roberto Carvalho Veloso	11/17	1994
Ramom Tácio de Oliveira	21/34	1996
Jorge Luiz Girão Barreto	22/34	1996
Clemência Maria Almada Lima de Ângelo	19/52	1997
José Magno Linhares Moraes	24/52	1997
Clodomir Sebastião Reis	31/52	1997
Francisco Luís Alves	44/52	1997
Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	09/44	1998
Wellington Cláudio Pinho de Castro	29/44	1998
Ronaldo Castro Destêrro e Silva	31/44	1998
Agliberto Gomes Machado	35/44	1998
Ivo Anselmo Hohn Júnior	01/19	2001
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	05/19	2001
Francisco de Assis G. Castro Júnior	12/19	2001
José Valterson de Lima	05/52	2002
Neian Milhomem Cruz	27/52	2002
Ruy Dias de Souza Filho	35/52	2002
Newton Pereira Ramos Neto	05/35	2004
Márcio Sá Araújo	11/43	2005
Gustavo Soratto Uliano	26/43	2005
José Donato de Araújo Neto	30/43	2005
George Ribeiro da Silva	31/43	2005
Maurício Rios Júnior	43/43	2005
Arnaldo Pereira de Andrade Segundo	13/60	2009
Jorge Ferraz de Oliveira Júnior	41/60	2009
Ingrid Aragão Freitas Porto	52/60	2009

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de material do TRF-1 (2023).

Assim, a partir dessa “população”, foram aplicados os seguintes questionamentos referentes as suas trajetórias: local de nascimento; profissão do avô ou pai; instituição de ensino em que realizou a formação superior; titulação e instituição em que realizou a pós-graduação e atuação como docente e instituição em que atua ou atuou como docente; organização ou publicação de livros⁴⁶. Sobre o local de nascimento, foram encontradas informações para 07 deles. 4 nasceram em São Luís (MA); 1 nasceu em Teresina (PI); 1 nasceu no Piauí, mas sem informações sobre a cidade; 1 nasceu em Félixlândia (MG). Optou-se por registrar apenas aqueles que possuem a informação confirmada em notas biográficas produzidas pelo TRF-1 e, em um dos casos, pela Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA). Ainda no que tange aos locais de nascimento, tem-se como um “dado” que, apesar de aprovados pelo estado, esses

⁴⁶ Sobre esse último critério, não foram consideradas publicações de artigos, capítulos de livros, apresentações de trabalhos ou demais tipos de produção bibliográfica.

agentes não necessariamente nasceram no Maranhão. Entre os que nasceram, percebe-se a predominância da capital, São Luís. Flávio Dino se insere nesse último caso, sendo um dos quatro localizados.

No que se refere à profissão dos pais ou avós, foram encontradas informações para dois agentes: Flávio Dino e Clemência Maria Almada Lima de Ângelo. Conforme discutido no primeiro capítulo, o avô paterno do agente atuou como promotor público, juiz de direito das comarcas de Grajaú e São Luís e desembargador do TJ-MA. O avô materno teria sido comerciante. O pai, Sálvio Dino, atuou como advogado e político. O avô de Clemência Almada, Arthur Almada Lima, atuou como advogado, professor, promotor nas comarcas de Caxias e São Luís e como juiz e desembargador do TJ-MA. O pai, Arthur Almada Lima Filho, atuou como promotor público nas comarcas de Brejo (MA) e Chapadinha (MA), juiz e desembargador do TJ-MA. Fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Caxias. Laborou ainda como professor da Faculdade do Vale do Itapecuru (MA). A família está na quarta geração de magistrados.

Quanto às instituições as quais concluíram suas formações acadêmicas, foram encontradas informações para 25 agentes. A UFMA apareceu como a universidade que mais formou esses magistrados, 18. As informações foram coletadas em currículos na Plataforma Lattes e em seções biográficas do TRF-1. Foram citadas ainda: UFPI (3), UNIFEMM de Sete Lagoas (1), UNICEUMA (1), UNP (Universidade Potiguar) (1) e UNB (1). Dois dos agentes, Márcio Sá Araújo e George Riberto da Silva, foram orientados por Flávio Dino em suas monografias nos cursos da UFMA. A informação consta nos Currículos Lattes desses na Plataforma do CNPq, mas não é compartilhada pelo ex-governador em seu Currículo Lattes.

No que concerne à titulação acadêmica, foram encontradas informações para 19 deles. Quanto aos “níveis” acadêmicos dos títulos, obtém-se os seguintes dados: pós-doutorado (2), doutorado (4), mestrado (8), especialização (5). Quanto às instituições nas quais realizaram suas pós-graduações, Ney de Barros Bello Filho, um dos agentes que apresenta informações sobre ter cursado pós-doutorado e doutorado, menciona a PUC-RS (pós-doutorado) e a UFSC (doutorado) e Roberto Carvalho Veloso a MACKENZIE (pós-doutorado) e a UFPE (doutorado). Quanto aos demais candidatos que apresentam informações somente sobre o doutorado, observou-se as seguintes instituições: PUC-SP (2), PUC-MG (1) e o USP (1).

Dentre os que informam terem realizado o mestrado, foram citadas: UFPE (2), PUC-SP (1), PUC-RS (1), UFC (1), UFMA (1), IDP (01). Francisco de Assis Garcês Castro Júnior afirma ter mestrado em andamento em duas instituições: Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM) e PUC-SP. No que concerne aos candidatos que informam terem realizado

especializações na área, foram mencionadas as seguintes unidades de pesquisa e ensino: Faculdade Cândido Mendes (1), IBDP (1), ESMAM (1), UFF (1), UNISUL de Santa Catarina (1). Sobre a atuação como docente, 12 agentes especificam essa informação em seus currículos. Assim, as instituições de ensino citadas foram: UFMA (3), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (1), FACAM (1) e UNICHRISTUS (1). Esses firmam ter ministrado aulas exclusivamente nessas instituições. Ao mesmo tempo, 06 agentes afirmaram ministrar aulas em mais de um lugar. Foram, assim, citadas: Escola de Magistratura de Rondônia e Faculdade do Amazonas (1); UFMA, Escola de Direito do Brasil e UNINOVE (1); UFMA, UNICEUMA, Escola Nacional de Formação de Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e Universidade Autônoma de Lisboa (UAL) (1); Fundação Universidade de Itaúna (FUITT) e Faculdade Arnaldo Janssen (1). Universidade Dom Bosco (UNDB) e UNICEUMA (2).

Finalmente, no que se refere à publicação de livros, 06 agentes informaram em seus currículos terem participado como autores ou organizadores de livros. Em relação aos gêneros de escrita, há a predominância de escritos sobre conhecimento jurídico (técnico) e uma menção a uma obra literária (crônica). Quanto às temáticas privilegiadas nesses livros, tem-se “teoria do direito”, “direito civil”, “direito tributário”, “direito ambiental”, “direito constitucional” e “ativismo judicial”. Observou-se também que a publicação de livros é mais recorrente em juízes aprovados nos primeiros concursos promovidos pelo TRF-1, embora haja exceções.

Dessa forma, percebe-se que os agentes aprovados nos concursos citados, inscritos ou logrados a partir do estado do Maranhão, apresentam itinerários sociais, culturais e acadêmicos que podem ser tomados, comparados e problematizados. Em primeiro lugar, ao considerar as “origens” desses agentes, nota-se a recorrência de São Luís (MA) entre as cidades que nasceram, o que pode ser explicado pelas melhores oportunidades de ensino e profissionalização, por exemplo, nas capitais dos estados. Da mesma maneira, embora tenham sido aprovados por terem se inscrito a partir do estado, observa-se que não precisamente nasceram em território maranhense. Outro aspecto importante diz respeito a alguns que apresentam “gerações” de familiares com ofício na magistratura, como é o caso de Flávio Dino e de mais outra magistrada. Apesar de não ser possível confirmar a informação devido à dificuldade para encontrar “dados” sobre as origens sociais desses agentes, como a profissão dos avós e pais, pode-se considerar que o número de “gerações” ou agentes que seguiram as mesmas carreiras de seus ascendentes, assim como fez Flávio Dino, pode ser maior.

Observa-se que o número de agentes que apresentam informações sobre terem cursado pós-graduação é relativamente alto (19 em 30), representando pouco mais da metade da

população total. Essa relação pode apontar para a valorização de títulos acadêmicos nesse espaço. De qualquer modo, a predominância de mestres e especialistas (13 em 19) é maior que a de doutores e pós-doutores, o que pode sinalizar uma eventual “não-hierarquização” quanto ao “nível” desses títulos acadêmicos ou a opção por seguirem carreiras exclusivamente na magistratura. Flávio Dino faz parte dos 08 agentes que afirmam ter realizado o mestrado, o que o coloca dentro do espectro daqueles que investiram em pós-graduações e carreiras acadêmicas.

Sobre as instituições nas quais realizaram suas pós-graduações, percebe-se que a maioria goza de prestígio nacional e internacional, destacando-se programas de pós-graduação mais “tradicionais” em universidades federais como USP, UFSC e UFPE, essa última em que Flávio Dino é egresso. Destaca-se ainda a realização dos cursos em instituições privadas como as PUCS de diferentes estados e a Faculdade MACKENZIE, igualmente prestigiadas. Podem ser feitas ainda considerações a respeito das instituições em que esses agentes fizeram especializações, sendo centros mais “técnicos” em diferentes áreas (direito civil, tributário, etc.). Dos agentes que informam atuarem como professores de ensino superior, percebe-se a uma “divisão” entre aqueles que ministram aulas em universidade pública, particularmente a UFMA e aqueles que atuam em faculdades particulares (algumas mais institucionalizadas, outras menos). Sobre os agentes que lançaram livros e investiram na carreira intelectual, percebe-se que suas obras se concentram em áreas técnicas e também em livros como coautores.

Coradini (1998, p. 216), em estudo sobre a Academia Nacional de Medicina, apreendeu um conjunto de documentos referentes à consagração coletiva do espaço e de seus membros, tomando-a como “instância de institucionalização, consagração e canonização de imagens sociais de seus ‘vultos’”. No caso de Flávio Dino e sua inscrição no TRF-1 e na Ajufe, por exemplo, esses espaços podem ser tomados como uma espécie de “panteão”, instâncias de institucionalização do direito, responsáveis pela consagração das “imagens” daqueles que dela fazem (ou fizeram) parte por meio de documentos públicos, publicações laudatórias, homenagens, premiações, menções honrosas, afirmações diversas, etc. Podem ser, por fim, apreendidos como definidores/delimitadores do “espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2020).

Conforme Bourdieu “a história destrói os possíveis: o espaço dos possíveis não para de se fechar” (2020, p. 223). Portanto, por meio do concurso ou da eleição, mantém e operam a seleção daqueles considerados capacitados o suficiente para ocuparem uma posição nesses espaços, como Flávio Dino o fez. Tais “inscrições” podem ser tomadas ainda enquanto “trunfo” pelo agente em “lutas” diversas e ocasiões nas quais sua credibilidade ou saber jurídicos precisam ser evocados ou trazidos à tona (como em indicações a postos na área, por exemplo).

2.2. DDIR: universidade como manutenção de vínculo com o direito?

Segundo Fabiano Engelmann, “a formação do espaço jurídico, no caso brasileiro, apresenta uma série de especificidades que merecem ser consideradas em relação à dinâmica europeia, de onde é importado o conjunto de instituições que conformam este espaço” (2004, p. 37). Dessa forma, continua o autor, na realidade nacional, não existiria a delimitação entre um “polo prático e um polo acadêmico” no que se refere ao universo jurídico, ou seja, diferentemente de conjunturas como a francesa e a alemã, por exemplo, as disputas em torno da “definição do direito legítimo de ser ‘aplicado’” bem como de “problemáticas juridicamente legítimas”, portanto, costumam ser definidas tradicionalmente “no espaço do mundo prático da advocacia e das carreiras de Estado” (ENGELMANN, 2004, p. 37). Compreendendo essas condições e levando em consideração o contexto discutido, a segunda seção do presente capítulo objetiva discutir a respeito dos investimentos de Flávio Dino na carreira acadêmica a partir de sua aprovação em concurso para professor auxiliar da UFMA, em 1994.

Para isso, tomou-se como “fontes” entrevistas e postagens em redes sociais, por exemplo, em que se pôde observar discursos produzidos pelo agente no que concerne ao ofício e sobre períodos em que esteve dedicado à carreira, bem como os que esteve afastado em razão de outras atividades no decorrer dos quase 30 desde que assumiu a função. Realizou-se, nesse sentido, a *objetivação* do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão (DDIR/UFMA), operando-se a prosopografia do “atual” quadro docente a fim de compreender aspectos como recursos escolares, profissionais, investimentos em publicações, etc. e compará-lo ao agente, por meio da *webpage* do DDIR (via SIGAA). Realizou-se, finalmente, discussão sobre o Currículo Lattes de Flávio Dino, focalizando em estratégias de apresentação e nos livros, artigos e demais empreendimentos intelectuais informados pelo agente na plataforma.

O primeiro curso de direito do Maranhão foi inaugurado em 1918, ainda como parte da Faculdade de Direito do Maranhão, sendo essa “a primeira escola isolada de nível superior do estado”⁴⁷. Somente em 1966 se integrou à UFMA como parte das ações voltadas após a criação da Fundação Universidade do Maranhão que passou a manter a instituição. A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por sua vez, teve sua origem na antiga Faculdade de Filosofia do Maranhão, entre 1952 e 1953, “por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís”, conforme informações de seu site institucional. A Faculdade de Filosofia do Maranhão detinha “orientação católica” e oferecia os

⁴⁷ Disponível em: portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=51365 > Acesso em 14 agosto 2023.

curso de artes, filosofia, geografia, letras e pedagogia, expandindo-se, o que exigiu a transferência de sua manutenção da Fundação Paulo Ramos para a recém-criada Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), criando a Faculdade do Maranhão, em 1958.

Doravante, “problemas financeiros enfrentados pela SOMACS motivaram a criação da Fundação Universidade do Maranhão, mantida pelo Governo Federal, que deu origem à atual Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 1966”⁴⁸. O Campus Bacanga ou São Luís, conhecido também como Cidade Universitária Dom Delgado, foi inaugurado em 1972, após doação pela União de terreno localizado no bairro do Sá Viana, próximo ao Rio Bacanga, em São Luís (MA). A maior parte dos cursos, incluindo o curso de direito, foi transferida para a unidade. O primeiro prédio da universidade foi denominado “Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco”, em homenagem ao presidente do regime militar, inaugurado no país em 1964.

O DDIR é o departamento responsável por “administrar” os cursos de direito da UFMA (matutino e noturno). Atualmente⁴⁹, segundo informações de seu site⁵⁰, conta com 52 professores. Desses, 41 são classificados como “ativo permanente” (AP), 7 como “professor substituto” (PS) e 4 como “cedido” (C). Para a realização da análise prosopográfica do espaço, a categoria “professor substituto” foi excluída, restando 45 agentes. No que se refere ao quadro de disciplinas exigido pelo curso, tem-se as seguintes: “Antropologia Geral e Jurídica”, “Ciência Política”, “Criminologia”, “Direito Agrário”, “Direito Ambiental”, “Direito Civil”, “Direito Constitucional”, “Direito da Criança e do Adolescente”, dentre outras, além das demais atividades obrigatórias como “Estágios”, “Projeto de Monografia” e “Monografia”. O quadro permite visualizar os “nomes” dos docentes e seus *status* no que pese às suas atuações no DDIR.

Quadro 2 – Quadro docente do DDIR/UFMA

Docente	Status	Agente	Status
Roberto Carvalho Veloso	AP	Clívia Santana da Silva	AP
Raimundo Nonato Serra C. Filho	AP	Anamaria Sousa Silva	AP
Antônio Coelho Soares Júnior	AP	José Alberto Mendes Serejo	AP
Marcelo de Carvalho Lima	AP	José Ribamar de Caldas Furtado	AP
Valeria Maria Pinheiro Monteiro	AP	José Edilson Caridade Ribeiro	AP
Cassius Guimarães Chai	AP	José Antônio F. de Almeida Silva	AP
James Magno Araújo Farias	AP	José Eulálio Figueiredo de Almeida	AP
Ana Teresa Silva Freitas	AP	José Humberto Gomes de Oliveira	AP
Cláudio Alberto Gabriel Guimarães	AP	José Claudio Pavão Santana	AP
Edith Maria Barbosa Ramos	AP	José Alberto Araújo de Araújo	AP

⁴⁸ Disponível em: <portais.ufma.br/PortalUnidade/sinfra/paginas/pagina_estatica > Acesso em: 14 agosto 2023.

⁴⁹ A última “notícia” cadastrada no endereço eletrônico é referente a novembro de 2019, o que indica que a página do departamento não é atualizada há bastante tempo. De qualquer maneira, essa desatualização não altera o propósito da análise em investigar os docentes “ativos” ou “cedidos” visto que esses são permanentes.

⁵⁰ Disponível em: <sigaa.ufma.br/sigaa/public/departamento/professores.jsf?id=876&lc=pt_BR> Acesso em: 18 agosto 2023.

Eliud José Pinto da Costa	AP	Dimas Salustiano da Silva	AP
Alexsandro Rahbani Aragão Feijó	AP	Claudia da Costa Gonçalves	AP
Newton Pereira Ramos Neto	AP	Lívia Maria Costa Aguiar	AP
Lucylea Gonçalves França	AP	Luciana Ferreira Portela de Sousa	AP
Ruan D. Bruzaca Almeida Vilela	AP	Isadora Moraes Diniz	AP
Eliana Lima Melo Rodrigues	AP	Mário de Andrade Macieira	AP
Paulo César Aguiar Martins Vidigal	AP	Felipe Costa Camarão	AP
Solange Cristina de Castro Cordeiro	AP	Paulo Sérgio Velten Pereira	AP
Fabiano Ferreira Lopes	AP	Maria de Jesus R. Araújo Heilmann	AP
Paulo Roberto Barbosa Ramos	AP	Maria da Glória Costa Gonçalves	AP
Marcia Haydee Porto de Carvalho	AP	Mônica Teresa Costa Sousa	C
Antônio de Jesus Leitão Nunes	C	Alexandre Reis Siqueira Freire	C
Flávio Dino de Castro e Costa	C	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do site do DDIR (2023)

Nesse sentido, tomando o quadro docente em questão, foram considerados os seguintes critérios: instituição em que o agente realizou a formação superior; atuação como magistrado; titulação acadêmica e instituição em que realizou o curso de pós-graduação; investimento na realização (como coordenador ou membro) de projetos de pesquisa e extensão; e publicação ou organização de livros (foram desconsiderados artigos, capítulos de livros, trabalhos completos publicados em congressos, etc.). Todas as informações foram coletadas exclusivamente nos currículos dos agentes na Plataforma Lattes. No que se refere às instituições em que realizaram suas graduações em direito, a informação está disponível nos currículos de 40 dos 45 agentes.

A UFMA é a instituição que mais formou professores que atualmente prestam serviço para o departamento de direito da universidade, sendo 31 egressos. Estas foram as outras instituições de ensino superior mencionadas pelos agentes: UNIFOR (1), UFPI (1), UNICEUMA (2), UNDB (1), PUC-RJ (1), UFSC (1), UFPB (1) e UFPA (1). Outrossim, quanto à inscrição simultaneamente como professor de ensino superior e magistrado, observou-se a existência de 4 desembargadores e 5 juízes entre os docentes ativos do departamento. Outras duas ocupações foram recorrentemente citadas, promotor(a) (7) e procurador(a) (4). Esse critério não se aplica aos outros 23 casos que afirmam possuir a docência como principal ocupação profissional. A informação não pôde ser encontrada em 2 casos. Atuações como advogado(a), sócio(a) de escritório de advocacia, assessor(a) jurídico(a) ou “servidor público” em repartições judiciais (MP ou Defensoria Pública, por exemplo), não foram consideradas.

Em relação aos títulos acadêmicos, foram encontradas informações para 40 agentes. Quanto aos “níveis” dos investimentos acadêmicos: informaram ter cursado “pós-doutorado” (10); “doutorado” (14), excluindo-se os agentes anteriores; “mestrado” (13) e “especialização” em alguma área do direito (2). 1 agente afirmou não ter realizado nenhum curso de pós-graduação. A informação não foi encontrada em 5 casos (seja por exclusão da informação seja

por não ser registrado na Plataforma Lattes). No que se refere às instituições de ensino em que realizaram pós-graduações, os 10 agentes que afirmaram ter realizado pós-doutorado citaram as seguintes instituições: Universitat de Valencia (1); Mackenzie (1); Universidade de Coimbra (1); Universidade de Lisboa (1); Universidade de Granada (1); Universidad Nacional de la Matanza (1); Fiocruz (1); USAL (2); Universidade do Porto, Faculdade de Direito de Vitória e CEU (1). Quanto as instituições em que esses agentes afirmam ter realizado o doutorado: UFSC (1), UFPE (1), YU (1), UAL (1), UFMA (2), UFMA e UNLM (1), PUC-SP (2), UMSA (1).

Em relação aos 14 que informam ter realizado apenas o doutorado, têm-se: UAL (1), UFPE e UFSC (1), PUC-SP (4), UFPB (1), USP (1), UNIROMA (1), UFMA (1), UERJ (1), USAL (1), UB (1), GSID (1). Aos que 13 que informam ter realizado mestrado: UFC (1), UNIFOR (2), UFPB (1), ESEAG (1), UFPE (5), UFSC (1), UFPR (1), UFMA (1). Aos que informam ter realizado especialização: Estácio de Sá (1) e UFMA (1). Sobre terem ou estarem fazendo parte de projetos de pesquisa e extensão na universidade: sim (24), não (17), não informado (4). Por fim, no que se refere à publicação ou organização de livros: sim (28), não (12), não informado (5). Dos 28 agentes que publicaram ou organizaram livros: aqueles que informam ter mais de 30 livros publicados ou organizados (3), entre 20 e 30 publicações (1), entre 10 e 20 publicações (6), entre 5 e 10 publicações (8), entre 1 e 5 publicações (10).

Nesse sentido, podem ser feitas algumas comparações a respeito do quadro docente com o agente. Em primeiro lugar, percebe-se que a UFMA se destaca como a universidade na qual esses docentes mais se formaram, retornando à instituição na posição de professores (revelando alta endogamia). Juntamente com outros 30 agentes, Flávio Dino também se graduou em direito na universidade. Quanto a ocuparem cargos na magistratura simultaneamente com os compromissos docentes do departamento, observa-se um número razoável de professores com duplas inscrições. Flávio Dino atuou como juiz federal enquanto mantinha vínculo com o departamento, precisando se licenciar em diversas ocasiões para cumprir obrigações como magistrado. Em seu Currículo Lattes, o primeiro vínculo institucional com a UFMA consta do período entre 1994 a 2002, ano no qual passou a atuar como professor da UNB, cedido pela universidade. Nessa instituição, ministrou disciplinas como “Direito Administrativo” e “Práticas e Atualidades em Direito”. Seu vínculo com a UNB se encerrou em 2006, ano em que assumiu o cargo de deputado federal e passou a se dedicar exclusivamente à função.

No que diz respeito aos cursos de pós-graduação informados pelos agentes do departamento, aparentemente há investimento em pós-graduações e titulações acadêmicas, porém, se compararmos com outras áreas, é bastante baixo. Apenas 24 dos 40 docentes inscritos

no DDIR informam ter realizado doutorado, por exemplo. Se tomarmos o Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC/UFMA) como parâmetro, nota-se a discrepância (praticamente todos/as são doutores). Segundo informações do endereço eletrônico do departamento⁵¹, dos 33 docentes classificados como “ativo permanente”, 32 apresentam informações sobre “doutorado”. O único professor atualmente classificado como “cedido” no DESOC, também apresenta informação sobre possuir o título de “doutorado”. Dessa maneira, Flávio Dino se insere entre aqueles que apresentam o curso de mestrado como pós-graduação ao lado de outros 12 agentes. Em relação às instituições em que realizaram esses cursos, pode-se notar uma considerável internacionalização desses docentes em centros de pesquisa mais ou menos “tradicionais” em universidades europeias, dos Estados Unidos e na América Latina. Universidades brasileiras públicas ou privadas, mais ou menos “tradicionais”, também tiveram seus programas de pós-graduação escolhidos por muitos desses agentes, incluindo Flávio Dino.

Por fim, Flávio Dino não informa em seu Currículo Lattes participar de nenhum projeto de pesquisa ou monitoria, posicionando-se entre os 21 dos 40 que não informam sobre. No que se refere à publicação de livros, Flávio Dino está entre os 28 que informam ter publicado ou organizado livros, inserindo-se entre os 8 que publicaram ou organizaram entre 5 e 10 livros. Como é possível perceber, o agente compõe um núcleo de docentes com atuação secundária ou pouco assídua nas atividades de magistério e pesquisa, por exemplo, porém notabilizados por outras inscrições (profissionais e intelectuais). Reconstituindo-se a trajetória do agente no DDIR, Flávio Dino prestou concurso para o cargo de professor auxiliar do departamento em 1993. Barros Filho (2007, p. 45) comenta que o edital exigia dos candidatos “especialização em direito ou em metodologia do ensino superior e experiência mínima de 3 anos de docência”, qualificações que, devido a recente formação acadêmica, não possuía ou apresentava. Dessa forma, o baixo investimento em trunfos acadêmicos “fez com que sua inscrição no certame fosse garantida graças a uma ação judicial movida por ele” (BARROS FILHO, 2007, p. 44-45), que se utilizou de horas em monitorias, cursos de extensão e da publicação do livro referente à sua monografia, dentre outros “subterfúgios”, para atender aos critérios estabelecidos no documento, conseguindo a aprovação e assumindo a vaga de professor auxiliar no ano seguinte.

Segundo informações da página digital do DDIR, sob o domínio do SIGAA, Flávio Dino ministrou, ao longo de mais de uma década, 8 disciplinas disponíveis na ementa do curso. O quadro a seguir, elaborado a partir de informações do site do DDIR, permite essa visualização.

⁵¹ Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/departamento/professores.jsf?id=1053&lc=pt_BR> Acesso em: 04 novembro 2023.

Quadro 3 – Disciplinas ministradas por Flávio Dino na UFMA (2011-2022)

Disciplina	Ano/Período	Carga Horária (em horas)
Direito Constitucional II	2011.1	60
Direito Constitucional II	2011.2	60
Direito Ambiental	2014.1	30
Prática Jurídica Simulada II – Direito Trabalho e Penal	2022.1	60
Prática Jurídica Simulada III – Direitos Humanos	2022.1	30
Direito Penal IV – Parte Especial II	2022.1	60
Direito Internacional (AD)	2022.2.	60
Prática Jurídica Simulada II – Direito Trabalho e Penal	2022.2	60

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações do site do DDIR/UFMA (2023)

Embora o quadro não contenha informações referentes às disciplinas ministradas anteriormente ao período 2011.1, sabe-se que desde 2002 o agente se encontrava licenciado do departamento, cedido para a UNB e, em seguida, para se dedicar ao cargo de deputado federal em Brasília (DF). Em 2010, Flávio Dino foi derrotado em disputa ao governo do estado e havia concluído seu mandato de deputado federal, o que pode ter possibilitado o retorno à atividade docente no ano seguinte. Em 2011, porém, foi indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT) para assumir a Embratur, licenciando-se mais uma vez do departamento após dois períodos seguidos como professor da disciplina de “Direito Constitucional II”. Em 2014, renunciou o comando da agência para concorrer novamente ao governo do estado, podendo voltar a dar aula. De qualquer maneira, com a chegada do período de campanha, assumiu somente uma disciplina, de 30h, durante o primeiro semestre. Finalmente, em 2022, após deixar o cargo de governador do estado para se candidatar ao Senado, Flávio Dino ministrou a maior sequência de disciplinas desde 2011, assumindo cinco cadeiras durante todo o ano letivo, dentre elas duas vezes a disciplina “Prática Jurídica Simulada II – Direito Trabalho e Penal”. Na ocasião em que retornou a ministrar aulas pelo departamento, Flávio Dino publicou no X, antigo Twitter:

De volta as aulas hoje na UFMA. Muito bom, depois de 7 anos e meio licenciado para exercer o governo do Maranhão. Agora estou esperando minha nova carteira da OAB. Para mim, política não é profissão, por isso faço questão de manter meu vínculo com o Direito (@FlavioDino, 11 de abril de 2022, 2:10 pm.)⁵²

Percebe-se, assim, que Flavio Dino afirmou não considerar a política como profissão, ainda que tenha se licenciado por quase 8 anos para cumprir um cargo eletivo, admitindo ainda “fazer questão de manter o vínculo com o direito”, citando a universidade como o “elo” com esse universo. Ministrando aulas às segundas e quintas-feiras, pela manhã, o agente precisou se adaptar a uma realidade comum entre docentes de todos os níveis de ensino no Brasil e no restante do mundo: o uso de “tecnologias da informação” como a plataforma Meet, do Google,

⁵² Disponível em: <<https://twitter.com/FlavioDino/status/1513565268232052741>> Acesso em: 02 outubro 2023.

e a intermediação do SIGAA, utilizado na UFMA, uma vez que a universidade ainda cumpria a rotina de aulas remotas em decorrência da pandemia de COVID-19, iniciada em 2020. O agente retornou ao semestre seguinte, coincidindo com a campanha para senador pelo Maranhão. Em dezembro, após vencer as eleições, Flávio Dino compartilhou foto com seus alunos, em confraternização, e se despediu novamente da universidade para se dedicar ao MJSP.

Hoje os meus queridos alunos e alunas me honraram com uma homenagem em sala de aula, espaço sagrado de tantas alegrias. A UFMA, onde me formei em 1990, e de onde sou professor desde 1994, é muito especial na minha vida. Agora, vamos para novas aventuras, com muita saudade (@FlavioDino, 19 de dezembro de 2022, 4:36 pm.)⁵³

As informações disponíveis no Currículo Lattes de Flávio Dino foram amplamente utilizadas para a construção dessa discussão. Dessa maneira, podem ser destacados alguns demais aspectos sobre a página do agente na plataforma. Sobre o Currículo Lattes, “a vantagem desse tipo de documento público e ‘pronto’ tem sido considerada na literatura estrangeira, principalmente pelo seu lado ‘não invasivo’” (ALMEIDA, MOSCHKOVICH, POLAZ, 2012, p. 169). Nesse sentido, as autoras complementam que “exatamente por sua importância potencial, os documentos da Plataforma Lattes devem ser examinados e problematizados enquanto fonte de dados” (ALMEIDA, MOSCHKOVICH, POLAZ, 2012, p. 168-169). Compreende-se, dessa maneira, que a adoção de um currículo na Plataforma Lattes pode ser tomada como uma modalidade de inscrição em uma “rede” de pesquisadores e produtores de trabalhos acadêmicos, científicos, tecnológicos, artísticos, culturais, etc., legitimamente reconhecida e autorizada pela instituição responsável por sua manutenção, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O CNPq se define como uma fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações cuja “missão”, informada em seu site, é “fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e contribuir com políticas públicas para fortalecer o desenvolvimento do Brasil”⁵⁴. A plataforma Lattes pode ser compreendida, assim, como uma ferramenta de administração da produção científica nacional que se tornou central “para as dinâmicas de avaliação, recrutamento e outras políticas de ciência e tecnologia brasileiras” (ALMEIDA, MOSCHKOVICH, POLAZ, 2012, p. 169).

Na atualização mais recente de sua página na plataforma, em agosto de 2023, descreveu: “Flávio Dino é Ministro da Justiça e Segurança Pública. Foi deputado federal (2007-2011),

⁵³ Disponível em: <<https://twitter.com/FlavioDino/status/1604923618416214016>> Acesso em: 02 outubro 2023.

⁵⁴ Disponível em: <gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/institucional> Acesso em: 16 agosto 2023.

governador do Maranhão por dois mandatos (2015-2022) e exerceu a presidência do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (2021-2022)”. Continuando, “na magistratura, foi juiz federal por 12 anos, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) e secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É professor de Direito Constitucional na Universidade Federal do Maranhão, atualmente licenciado”. Por fim, “possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1990) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2001)⁵⁵. Percebe-se, dessa maneira, que Flávio Dino cita inscrições relacionadas às carreiras no Estado, na política e docência como as mais relevantes, mencionando ainda a participação no “Consórcio Interestadual Amazônia Legal”, formado pelos 9 estados que mantêm porcentagem significativa do bioma em suas áreas (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

No campo “Formação acadêmica” constam informações sobre o título de mestrado em direito pela UFPE através da dissertação intitulada “Autogoverno e controle do judiciário no Brasil: A proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça” (2001) orientada por Raimundo Juliano Rego Feitosa⁵⁶ e sobre a monografia defendida na UFMA (1990) intitulada “O direito de greve no Brasil: evolução e limitações atuais ao seu exercício” orientada pelo irmão Nicolao Dino. A produção intelectual de Flávio Dino é detalhada em diferentes “campos” do currículo.

Quadro 4 – Livros publicados ou organizados por Flávio Dino

Título	Coautores	Editora	Local/Ano
O direito de greve no Brasil	-	EDUFMA	São Luís (MA), 1991
Crimes e Infrações Administrativas Ambientais: Comentários à Lei 9.605/98.	COSTA, N. D. C. C.; FILHO, N. B. B	Jurídica Ltda	Brasília (DF)/ 2001
Autogoverno e controle do judiciário no Brasil: A proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça	-	Jurídica Ltda	Brasília (DF)/ 2011
Medidas Provisórias no Brasil: Origem Evolução e Novo Regime Constitucional	-	Lumen Juris	Rio de Janeiro (RJ)/ 2005
O poder, o controle social e o orçamento público	-	Fund. Konrad Adenauer	Fortaleza (CE)/ 2005
Reforma do Judiciário: Comentários à Emenda nº 45	COSTA, N. D. C. C.; MELO FILHO, H; BARBOSA, L.	Impetus	Rio de Janeiro (RJ)/ 2005

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações do Currículo Lattes de Flávio Dino (2023).

⁵⁵ Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/3382033610538788>> Acesso em: 02 outubro 2023.

⁵⁶ Formado em direito pela Faculdade de Direito de Caruaru, mestre em sociologia pela UFPE, doutor em direito pela Universidad Autonoma de Madrid e pós-doutor em direito pela Universidad Castilla de la Mancha. Não foram encontradas informações sobre ano e locais de nascimento.

Flávio Dino elenca outras produções, sendo informadas, entre parênteses, as últimas. São 25 *artigos completos publicados em periódico* (“A Função Realizadora do Poder Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil”, 2005); 5 *capítulos publicados em livros* (“O Combate ao Trabalho Forçado no Brasil-Aspectos Jurídicos”, 2004); 363 *textos em jornais e revistas* (“Frente Ampla contra o golpe”, 2021); 33 *apresentações de trabalho* (“O parlamento como Poder competente para criação de Políticas Públicas”, 2021). 1 *trabalho completo publicado em anais de congresso* (“Infracções Administrativas Ambientais no Direito Brasileiro: Tipicidade, Processo e Sanções”, 2002); 87 *demais tipos de publicações biográficas*⁵⁷ (2007-10); e 442 *demais trabalhos*⁵⁸ (2015-21). Informa apenas 1 participação em bancas de TCC.

Grill e Reis (2015, p. 62) estudam “um segmento da ‘elite’ que, além da política e da escrita, atuou de forma profissionalizada em instituições de ensino superior, investindo em carreiras como docentes e como administradores em universidades”. No entanto, esse não parece ser o caso de Flávio Dino visto que, apesar de ter realizado investimentos em produções intelectuais e atualizações do Currículo Lattes (incluindo grande número de textos publicados em jornais e revistas e de pareceres de projetos de lei), “não investiu em empreendimentos de criação e gestão de espaços institucionais de ensino e pesquisa (institutos, departamentos, laboratórios, cursos de graduação e pós-graduação)” (GRILL & REIS, 2013, p. 62). Nesse sentido, “Coradini (2012) identificou o alto grau de vinculação dos professores universitários ao chamado *spoil system* e, consequentemente, à política” (GRILL & REIS, 2015, p. 64).

Portanto, seria observada a constituição de dois “polos” no que se refere aos professores universitários: “um polo dominante caracterizado justamente pelo acúmulo de títulos, homenagens e, principalmente, funções de gestão, tidos como os mais distintivos; e um polo dominado pautado pela dimensão mais propriamente ‘técnica’ ou ‘escolar’” (GRILL & REIS, 2015, p. 64). Considera-se ainda a hipótese de que “os professores de ensino superior são mais dependentes dos centros internacionais e do poder ‘político’ em suas hierarquizações, segmentação e legitimação” (CORADINI, 2018, p. 197). Flávio Dino poderia ser alocado, à risca, ao segundo “polo” mencionado, no entanto, parece não se inserir ou adequar à discussão realizada pelos autores uma vez que sua relação com a universidade é marcada por interferências externas, licenciamentos e não envolvimento com questões relacionadas à “gestão” ou “administração” de postos acadêmicos. Por conta de inscrições na política partidária, por exemplo, não precisou se submeter ao *spoil system* dos espaços universitários.

⁵⁷ Projetos de lei, pareceres a projetos de lei e Projetos de Emenda à Constituição (PECS).

⁵⁸ Assinaturas de leis no âmbito estadual.

3. TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE FLÁVIO DINO ATRAVÉS DE MATÉRIAS DE “O ESTADO DO MARANHÃO/IMIRANTE” EM PERÍODOS ELEITORAIS (2006-2022)

Neste capítulo, examinamos as *representações* produzidas sobre Flávio Dino de Castro e Costa – durante os períodos (anos) em que lançou candidaturas políticas – pelo extinto jornal impresso “Estado do Maranhão” (EM), atualmente integrado ao portal de notícias *online* “Imirante” (IM), pertencente ao “Grupo Mirante” de comunicação. Ao lado de “O Imparcial” e do “Jornal Pequeno”, o “Estado do Maranhão” se configurou como um dos jornais de maior relevância e alcance comercial no Maranhão ao longo do século XX e início do XXI. Foi inaugurado em 1973, em substituição ao “Jornal do Dia” (1953), ao ser adquirido pelo então senador José Sarney e pelo poeta Bandeira Tribuzi⁵⁹. Esse último se tornou diretor de redação. Atualmente, tem como principal acionista, Fernando Sarney⁶⁰, filho mais velho de José Sarney.

A opção por analisar esse veículo de imprensa de maneira mais detida se justifica por duas razões. Em primeiro lugar, o endereço eletrônico do portal possui a melhor navegabilidade comparada às versões digitais dos outros dois periódicos inicialmente consultados (O Imparcial e Jornal Pequeno). Por exemplo, somente a *webpage* em questão permitiu o acesso ao acervo de matérias digitalizado referente ao período em que Flávio Dino participou de suas primeiras eleições (2006, 2008, 2010), tendo sido possível delimitar a “busca” segundo dia, mês e ano de publicação. Em segundo lugar, o “Grupo Mirante” é propriedade da família do ex-governador e ex-presidente da República, José Sarney, “líder” de uma *facção política* “rival” aos “grupos” políticos que Flávio Dino se inscreveu ao longo das eleições em que disputou (e que “superou” a partir das eleições de 2014). Enquanto ativo, o “EM” recebeu críticas de “oposicionistas” que o acusaram de perseguição e retaliação a adversários da “família Sarney” e de realizações de coberturas parciais (e por vezes omissas) de escândalos políticos envolvendo seus proprietários.

No Maranhão, “a imprensa é altamente ‘politizada’ e ‘partidarizada’, reproduzindo as lógicas *faccionas* preponderantes, tem-se que certos veículos (como os jornais e os blogs) são espaços privilegiados de combate entre lados já definidos” (GRILL & REIS, 2012, p. 494). Compreende-se, desse modo, que “antes de serem lugares para ‘formar a opinião’, eles servem

⁵⁹ Nasceu em São Luís (MA), em 1927. Foi, ao lado de José Sarney, fundador de “O Estado do Maranhão” em 1973. Estudou Economia e Filosofia na Universidade de Coimbra, em Portugal. Escreveu poesias, novelas, romances e ensaios, sendo algumas de suas obras mais famosas: “Alguma existência” (1948), “Rosa da Esperança” (1950), “Safrá” (1960), “Sonetos” (1962).

⁶⁰ Nasceu em São Luís (MA), em 1955. É irmão de Roseana Sarney e Sarney Filho. Graduou-se em Engenharia na USP. É proprietário do “Grupo Mirante”, no Maranhão, e membro do Comitê Executivo da FIFA (2015).

para reforçar e instrumentalizar um posicionamento prévio, a favor ou contra uma determinada *facção*” (GRILL & REIS, 2012, p. 494-495). Assim, “mais do que um simples instrumento biográfico, os organismos de publicação operam regras e uma visão de mundo social e político” (COLLOVALD, 1988, p. 29). E sabemos que as “identidades” ou “marcas simbólicas” são construídas de acordo com as diferentes instâncias que publicam sobre os políticos. Portanto, como notou Annie Collovald (1988, p. 34) ao analisar o “retrato político” de Jacques Chirac em anuários franceses, “longe de ser um simples registro de títulos políticos, a progressão de seu itinerário político é acompanhada, a cada ponto de virada, de uma reorientação de seu perfil”.

A discussão realizada neste capítulo busca a apreensão dos diferentes “retratos” produzidos sobre Flávio Dino pelo jornal/portal desde sua “entrada” em disputas de cargos eletivos, em 2006, até sua última participação em eleições, em 2022. Nosso objetivo é problematizar justamente as eventuais “reorientações” do perfil do agente nesse período a partir das conjunturas políticas observadas, das *redes e facções políticas* formadas, das *tomadas de posição* dos veículos (que refletem as de seus proprietários) em cada contexto, etc. E, para tanto, o periódico em questão pode ser considerado como uma “fonte privilegiada para a apreensão das lógicas de estabelecimentos de elos e rivalidades que cortam o período eleitoral e sua articulação com discursos, valores e práticas que se impõem como universais” (GRILL & REIS, 2012, p. 495). Considerando o “período eleitoral como o tempo da política” (PALMEIRA & HEREDIA, 2010, p. 16), podemos seguir a afirmação de Irllys Barreira (1998, p. 31) de que as campanhas “possuem significados que lhes antecedem e transcendem os resultados eleitorais”.

Assim, o corpus documental do capítulo reúne matérias publicadas pelo “EM” e “IM” sobre Flávio Dino nas campanhas políticas em que se inscreveu (2006-2022). A coleta do material se deu através de “busca” no portal de notícias pelo termo “Flávio Dino” acompanhado do período especificado. Optou-se por analisar um conjunto de matérias publicadas entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano. Até as eleições de 2018, o conteúdo apreendido é referente à seção reservada ao “Estado do Maranhão”. Nas eleições seguintes, foi recolhido diretamente em “Imirante”. Em outubro de 2021, em editorial intitulado “Aos nossos leitores”, o “EM” informou que deixaria de ter sua versão impressa publicada. Realizando “balanço” dos principais eventos cobertos ao longo de pouco mais de 60 anos em atividade – como a visita do Papa João Paulo II a São Luís e as transformações do Centro de Lançamento de Alcântara (MA) – o jornal declarou ser “do tempo da máquina de escrever” e acompanhar “toda a transformação tecnológica”, mencionado que, a partir daquele momento, teria seu conteúdo integrado ao portal de notícias *online* e que seguiria adiante “em outros formatos” (EM, 23/10/2021, s/p).

Na página do portal na internet (imirante.com), estão disponíveis acessos aos demais “canais” do “Grupo Mirante”: “Mirante AM”, “Mirante FM” e “TV Mirante”. Essa última recebe o sinal de transmissão da “Rede Globo” no Maranhão, sendo líder isolada de audiência no estado. Ao longo da análise das matérias publicadas pelo “EM” e pelo “IM”, observou-se a recorrência de alguns jornalistas que frequentemente assinaram matérias sobre Flávio Dino (2006-2022) pela extinta “Editoria de Política” (atualmente “Ipolítica”). As informações foram coletadas em redes sociais (Facebook, X, LinkedIn) mencionadas pelos próprios agentes, não sendo possível confirmar sua procedência ou verossimilhança. Levou-se em consideração a informação de que muitos desses jornalistas também possuem ou possuíam blogs pessoais.

Quadro 5 – Jornalistas que mais assinaram matérias sobre Flávio Dino no EM/IM (2006-2022)

Agente	Formação	Atuação profissional	Blog
Carla Lima	Comunicações Sociais (UFMA)	“Editora de política no EM e Ipolítica”; “comentarista política” da TV Mirante e Rádio Mirante FM	Não
Décio Sá ⁶¹	Não encontrada	“Editor de política no EM”; blogueiro	Sim (Sem link)
Gilberto Leda	Não encontrada	“Editor de política” no EM e Ipolítica”; “apresentador Rádio Mirante FM”; blogueiro	Sim (gilbertoleda.com.br). Reflete em seu blog: “Sou blogueiro porque me formei jornalista; não ‘virei’ jornalista porque criei um blog”
Linhares Jr	Jornalismo (Faculdade São Luís); “pós-graduações em ciência política e marketing político (sem inf. instituição)	“Editor de política no EM”; “repórter do Jornal Pequeno”; blogueiro	Sim (linharesjr.com.br)
Marco Aurélio D’Éça	Jornalismo (Faculdade São Luís); “pós-graduação em mídia digital” (sem inf. instituição)	“Editor de política no EM e “Ipolítica”, blogueiro	Sim (marcoareliodeca.com.br). Seu blog é autointitulado “o mais antigo em atividade no Maranhão”
Mario Carvalho	Comunicações Sociais (UFMA)	“Editor de política no EM”; blogueiro	Sim (blogdomariocarvalho.blogspot.com)
Reinaldo Rocha	Não encontrada	“Editor de política no EM e Ipolítica”	Sim (ronaldorocha.blog.br)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

⁶¹ Foi assassinado em 2012, aos 42 anos, após denunciar crimes de “agiotagem” e “pistolagem” no Maranhão e Piauí. Segundo o delegado Augusto Barros, “o crime foi motivado devido ao jornalista ter postado em seu blog sobre a morte de um homem envolvido em trama de pistolagem. A investigação da morte de Décio Sá resultou na descoberta de agiotagem envolvendo mais de 40 prefeituras do Maranhão”. Disponível em: <<https://imirante.com/noticias/sao-luis/2022/04/23/apos-10-anos-os-mandantes-da-morte-de-decio-sa-sem-data-para-serem-julgados>> Acesso em: 11 outubro 2023.

Ao longo das seis seções que compõem o presente capítulo, conforme adiantado, foram selecionadas, apreendidas e problematizadas matérias publicadas pelo “Estado do Maranhão” e “Imirante” no decorrer das pré-campanhas e campanhas políticas de Flávio Dino em disputas por cargos eletivos no Maranhão. O método utilizado para localizar as publicações consistiu na delimitação de reportagens sobre o agente entre os dias 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano (2006-22), sendo possível acompanhar as principais notícias repercutidas sobre o candidato em cada pleito concorrido. A partir do material organizado, percebemos que os meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro foram aqueles com maior ocorrência/frequência de reportagens sobre Flávio Dino, se comparados aos primeiros e aos últimos meses de cada ano.

Geralmente, os três primeiros (maio, junho e julho) marcam o início da pré-campanha, da divulgação de partidos ou coligações de apoio, das convenções partidárias que oficializam tais apoios e das prestações de contas para a Justiça Eleitoral. Nesse sentido, matérias sobre possíveis indeferimentos de candidaturas, por exemplo, mostraram-se recorrentes em quase todos os pleitos analisados. Nos meses seguintes (agosto, setembro e outubro), iniciam-se oficialmente as campanhas políticas e os candidatos podem, então, realizar seus eventos e assumir suas agendas. Dessa maneira, as publicações produzidas no sentido de afirmar ou detratar a “imagem pública” de Flávio Dino ganharam maior evidência durante esse período.

No quadro a seguir, podemos visualizar todos os pleitos disputados por Flávio Dino desde que deixou a magistratura, em 2005, para se tornar apto a concorrer a postos eletivos pelo Maranhão, bem como os resultados de cada empreitada. Podemos observar ainda, segundo o material organizado, o número de publicações localizadas em cada ano eleitoral sobre o agente pelo “Estado do Maranhão” e “Imirante”, sendo possível constatar variações consideráveis entre um pleito e outro, que dão conta de explicar as próprias clivagens, reorientações e os realinhamentos *faccionais* assumidos nas estratégias de afirmação ou desqualificação de Dino pelo “grupo” político do ex-governador do Maranhão e ex-presidente do Brasil, José Sarney.

Quadro 6 – Publicações sobre Flávio Dino no EM/IM por ano eleitoral (2006-2022)

Ano eleitoral	Cargo disputado/UF	Resultado	Veículo	Número de publicações
2006	Deputado Federal (MA)	Eleito	EM	2
2008	Prefeito São Luís (MA)	Não-eleito	EM	52
2010	Governador (MA)	Não-eleito	EM	48
2014	Governador (MA)	Eleito	EM	173
2018	Governador (MA)	Eleito	EM	192
2022	Senador (MA)	Eleito	IM	96
			Total	563

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

3.1. Eleições 2006: Caxias e o uso de dinheiro público para cooptação de votos

Em 2006, foram encontradas apenas duas matérias sobre Flávio Dino no “Estado do Maranhão”. Ambas discutiam a possível participação do agente em evento político para cooptação de votos, financiado com dinheiro público. Em “Flávio Dino, Vidigal e o Caxias Fest”, de 28 de setembro, o jornal informou que “milhares de panfletos divulgando uma festa da região com a presença de mais de 10 bandas de forró e de outros gêneros musicais foram entregues de casa em casa pelo grupo de cabos eleitorais” (EM, 28/09/2006, s/p). A divulgação dos *shows* teria contado com um helicóptero sobrevoando a cidade, “envelopado” com adesivos do então prefeito de Caxias, Humberto Coutinho⁶². Foram citados ainda o ex-juiz e candidato ao governo, Edson Vidigal⁶³, e o deputado federal e candidato ao Senado, João Castelo⁶⁴. Segundo a reportagem, o MP teria cancelado a festa. O “EM” sugeriu, assim, que haviam razões suficientes para a cassação dos “diplomas” dos ex-juizes e questionou: “resta saber se a lei vale para ex-juizes federais ou somente para os simples mortais” (EM, 28/09/2006, s/p).

Em matéria intitulada “Flávio Dino”, de 05 de outubro, o jornal ponderou que “ninguém em Caxias entendeu como o ex-juiz federal concordou com tanto abuso” (EM, 05/10/2006, s/p). Ainda segundo informações trazidas na reportagem, em um dos bairros do município, houve a distribuição pelo prefeito da cidade e “aliado” de Flávio Dino de materiais de construção como tijolos, cimento, pedra, barro, etc., e que tudo se deu “às vésperas da eleição, com vasta distribuição de santinhos e ‘cola’ do candidato” (EM, 05/10/2006, s/p). Segundo Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010, p. 29), “são os comícios que sinalizam o início do *tempo da política*”⁶⁵ e é nesse momento que se intensificam as “idas aos comitês eleitorais e às casas dos próprios candidatos em busca de doações ou favores” (PAMEIRAS & HEREDIA, 2010, p. 28).

De acordo com os autores, a participação de artistas musicais em comícios de candidatos desempenha uma função importante. “Os artistas não simplesmente atraem público, mas são capazes de levar ao comício um público que, em outras circunstâncias, nunca compareceria àquele comício” (PALMEIRA & HEREDIA, 2010, p. 29). Assim, o jornal buscava “denunciar”,

⁶² Nasceu em Pedreiras (MA), em 1946. Formou-se em medicina (UFBA). Elegeu-se vereador por Caxias e deputado estadual por diversas ocasiões. Elegeu-se ainda prefeito de Caxias em 2004, reelegendo-se em 2008.

⁶³ Nasceu em Caxias (MA), em 1944. Formou-se em direito (UFMA). Foi deputado federal (1980) e ministro do STJ. Disputou os cargos de governador do Maranhão (2006) e senador (2010), sendo derrotado em ambos”.

⁶⁴ Nasceu em Caxias (MA), em 1937. Formou-se em técnico em administração (CFTA, RJ) e direito (CEUB, BSB). Na política, ocupou os cargos deputado federal e governador pelo Maranhão e prefeito de São Luís. No pleito disputado em 2006, foi derrotado por Eptácio Cafeteira (PTB), recebendo 35,60% dos votos. Esteve “ao lado” de Flávio Dino, apoiando Jackson Lago pela coligação “Frente de Libertação do Maranhão” no segundo turno.

⁶⁵ “O caráter sazonal da política, ao contrário de sugerir a sua falta de importância, afirma a importância que tem nas representações e práticas sociais dessa sociedade. Na verdade, as eleições definem um “período” crucial no calendário da população” (PALMEIRAS & HEREDIA, 2010, p. 29).

dentre outros aspectos, a presença de “bandas de forró” que tradicionalmente atraem “multidões” em cidades do interior do estado, como forma de cooptar potenciais eleitores e de convencê-los a escolherem os candidatos apoiados pelo organizador da festa, nesse caso, o prefeito da cidade, que estaria atuando como “cabo eleitoral” de Flávio Dino. “A base de interligação entre Flávio Dino e o prefeito de Caxias foi o governador o José Reinaldo Tavares” (BARROS FILHO, 2007, p. 68). Barros Filho (2007, p. 68) informa que “a aliança política se materializou em uma dobradinha política entre Flávio Dino e a esposa do prefeito, Cleide Coutinho, candidata a deputada estadual, acertada no decorrer de 2006”. Caxias foi o segundo município do estado que mais deu votos ao agente, atrás apenas de São Luís. Para compreender a associação, é necessário levar em conta alguns aspectos sobre a política do estado no período.

Em 2006, a disputa ao governo do Maranhão ficou polarizada entre Roseana Sarney (“Maranhão, a força do povo”) e Jackson Lago⁶⁶ (“Frente de Libertação do Maranhão”). No primeiro turno, a ex-governadora recebeu 1.282.053 (47,21%) dos votos e o ex-prefeito de São Luís recebeu 933.089 (34,36%). No segundo, o cenário se inverteu, Jackson Lago foi eleito governador com 1.393.754 (51,82%) dos votos, enquanto Roseana Sarney, derrotada, recebeu 1.295.880 (48,18%)⁶⁷. Foi a primeira vez que um representante do “sarneyismo” não se elegeu democraticamente para o posto. Desde 1966, ano em que José Sarney se tornou governador do estado, na ditadura miliar, o Maranhão somente voltou às eleições diretas para o cargo em 16 anos, ocasião na qual Luís Rocha assumiu. Em seguida, Eptácio Cafeteira⁶⁸ (1986), Edson Lobão⁶⁹ (1990), Roseana Sarney (1994, 1998) e José Reinaldo Tavares⁷⁰ (2002) se sucederam na posição. Todos esses candidatos governaram pela *facção política* liderada por José Sarney.

A “derrocada” do “grupo” teria se iniciado a partir da “ruptura” entre os Sarney e José Reinaldo Tavares, que foi vice-governador de Roseana Sarney. Segundo matéria da “Folha de São Paulo”, publicada em 30 de outubro de 2006 e intitulada “Em editorial, José Sarney chama

⁶⁶ Nasceu em Pedreiras (MA), em 1934. Formou-se em Medicina (UNIRIO). Na política, assumiu os cargos de deputado estadual e governador pelo Maranhão e prefeito de São Luís. Em 2009, a partir de ação movida pela coligação de Roseana Sarney, julgada pelo STF, teve os votos ao governo anulados. A “adversária”, que ficou em segundo lugar, assumiu o terceiro mandato no cargo.

⁶⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes2006/0,,AUA0-6293-3,00.html>> Acesso em 19 setembro 2023.

⁶⁸ Nasceu em João Pessoa (PB), em 1924. Formou-se em um curso técnico em contabilidade e exerceu a profissão de bancário. Na política, elegeu-se deputado federal, senador e governador pelo Maranhão. Também foi prefeito de São Luís.

⁶⁹ Nasceu em Mirador (MA), em 1936. Formou-se em direito (CEUB). Na política, exerceu os cargos de deputado federal, governador e senador pelo Maranhão. Foi ministro de Minas e Energia em governos do PT.

⁷⁰ Nasceu em São Luís (MA), em 1939. Formou-se em engenharia civil (UFC). Na política, exerceu os cargos de deputado federal, vice-governador e governador do Maranhão. Foi ministro dos transportes no governo de José Sarney.

ex aliado de Judas repugnante”⁷¹, o ex-presidente mencionou que o então governador arderia “na fogueira de sua própria consciência”. Nesse mesmo editorial, José Sarney afirmou que “nunca, na história do Maranhão, viu-se um governador de tamanha miséria moral”⁷². O rompimento foi bem recebido pela oposição e por Flávio Dino, que passou a compor a *rede* mais próxima do governador, político de influência no estado. No ato de filiação do agente ao PCdoB, José Reinaldo Tavares teria afirmado que “votaria em Dino para deputado federal” (BARROS FILHO, 2007, p. 121). Apresentado pelo governador ao prefeito de Caxias, uma das cidades de maior densidade populacional e, portanto, em número de eleitores do Maranhão, Flávio Dino se elegeu deputado federal obtendo a quarta maior votação no pleito.

O cenário lança luz à instabilidade das *facções políticas*. Uma das características desse “modelo” é “a incerteza com relação a sua durabilidade e a organização em torno de interesses pessoais a partir de um *ego* ou *clique*” (GRILL, 2008, p. 32). Portanto, é comum perceber, na dinâmica política maranhense, o rearranjo entre “grupos” políticos e agentes que ora rivalizam ora se unem para compor alianças com fins a uma disputa eleitoral, por exemplo. Flávio Dino foi beneficiado pelos realinhamentos característicos dessas coalizações interpessoais. Essa característica demonstra e permite a visualização da “volatilidade” com que esses agentes se agrupam, uma vez que visam interesses, vantagens e recompensas pessoais e (geralmente) apresentam baixa adesão à ideologia. A apreensão da formação dessas redes é essencial para o entendimento da configuração política apreendida no estado, nesse e nos demais pleitos.

De qualquer maneira, percebe-se que Flávio Dino não ganhou grande protagonismo em manchetes do “EM” no ano de 2006. Disputando suas primeiras eleições, o agente surgia como uma “novidade” no cenário político do estado, após anos dedicados à magistratura. No entanto, o jornal reconheceu a influência política do “estrepante” devido às alianças formadas com o prefeito de Caxias, Humberto Coutinho, e o candidato ao governo do estado, Edson Vidigal, além do apoio recebido por José Reinaldo Tavares. O candidato apoiado por Flávio Dino no primeiro turno correu “por fora” nessas eleições, ficando em terceiro lugar com 387.089 (16,26%) dos votos, não representando “riscos” à candidatura de Roseana Sarney. Em função disso, pode-se depreender, não foram observadas críticas diretas a ele e ao seu “grupo” político, do qual Flávio Dino fazia parte. A “imagem” do agente é inicialmente construída tendo como foco questões “éticas”, como o fato de um ex-juiz federal participar de evento político custeado com dinheiro público para cooptação de votos, o que configuraria infração à lei eleitoral

⁷¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj3010200643.htm>> Acesso em: 11 setembro 2023.

⁷² Disponível em: <<https://garrone.com.br/sarney-disse-que-ze-reinaldo-entraria-para-a-historia-como-exemplo-de-traicao-e-crapulice/>> Acesso em: 15 setembro 2023.

vigente. Nesse sentido, o foco parecia ser voltado aos seus “apoiadores” nessas eleições. No que se refere, de maneira mais ampla, aos resultados do pleito de 2006, destaca-se, a partir do quadro sinóptico a seguir, os cinco candidatos com as votações mais expressivas no estado, seus partidos na época, informações sobre os locais de nascimento e a formação profissional de cada um a fim de compará-los com o agente e apreender particularidades e/ou generalidades.

Quadro 7 – Deputados federais mais votados no Maranhão (2006)

Candidato/Partido	Votação⁷³	Naturalidade	Formação profissional
Roberto Rocha (PSDB)	139.294 (4,84%)	São Luís (MA)	Administração (UFMA)
Sarney Filho (PV)	136.873 (4,76%)	São Luís (MA)	Direito (UFMA)
Carlos Brandão (PSDB)	134.643 (4,68%)	Colinas (MA)	Med. Veterinária (UEMA)
Flávio Dino (PCdoB)	123.597 (4,29%)	São Luís (MA)	Direito (UFMA)
Gastão Vieira (PMDB)	114.889 (3,99%)	São Luís (MA)	Direito (UFMA)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Além de Flávio Dino, Carlos Brandão também disputou sua primeira eleição em 2006. Carlos Brandão é filho de Carlos Orleans Brandão e de Heloísa Brandão. O pai se formou em medicina, foi deputado estadual por dois mandatos e prefeito da cidade de São Domingos (MA). Atuou também como secretário de saúde do estado. Roberto Rocha, o candidato mais votado, é filho de Luís Rocha e Terezinha Rocha. Seu irmão, Luís Rocha Filho ou Rochinha, foi prefeito de Balsas (MA). O pai formou-se em direito e foi vereador de São Luís e prefeito de Balsas, deputado estadual, deputado federal e governador do Maranhão. José Sarney Filho, que teve a segunda melhor votação, é o filho mais novo de José Sarney. Por fim, Gastão Vieira é filho de José Carneiro Dias Vieira, que foi secretário estadual da fazenda e diretor do tesouro público.

Observa-se, assim, que todos os cinco candidatos são filhos de políticos com atuação no Maranhão. Segundo Grill (2008, p. 32), “a chance de ocupar cargos está, pois, condicionada à posse de recursos (‘nome de família’, posições ocupadas nas tramas políticas e pessoais) e de disposição para utilizá-los e fazer frutificá-los na competição política”. Portanto, “a *elegibilidade* depende das condições e possibilidades de assumir a posição de ‘herdeiro’” (GRILL, 2008, p. 32). Dentre os candidatos, três deles estavam filiados ao PSDB e PMDB, partidos mais consolidados no estado. Flávio Dino venceu as eleições filiado ao PCdoB, então com menor força e capilaridade. Quanto à naturalidade, nota-se a predominância de São Luís, devido a fatores como, por exemplo, itinerários profissionais dos “pais” e qualidade das escolas e universidades. Sobre as formações, observa-se a incidência do curso de direito (na UFMA).

⁷³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes2006/0,,AUA0-6293-5,00.html>> Acesso em: 19 setembro 2023.

3.2. Eleições 2008: impugnações, troca de acusações e “a experiência” vs. “o novo”

Para a análise das eleições de 2008, tomou-se um conjunto de 52 matérias publicadas pelo “EM” sobre Flávio Dino entre janeiro e dezembro. Chama a atenção, nessas eleições, as menções a João Castelo (PSDB) nas matérias sobre o agente, em referência ao principal “adversário” na disputa pela prefeitura de São Luís (MA). Reportagens sobre os partidos dos dois principais concorrentes ao cargo (PSDB e PCdoB), bem como sobre o de Tadeu Palácio (PDT), então prefeito de São Luís, e a formação de redes de apoios para o segundo turno também chamaram atenção nessa análise. Jackson Lago (PDT), então governador do Maranhão, e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), então presidente do Brasil, foram alguns dos demais “nomes” trazidos ao centro da discussão. Nesse sentido, a campanha eleitoral foi marcada por ações judiciais com fins a impugnações de chapas, trocas de acusações e debates sobre o contraste entre a “experiência” reivindicada por João Castelo e a “renovação” assumida por Flávio Dino.

A primeira matéria localizada, intitulada “PSB e PCB definem apoio a Flávio Dino”, de 02 de abril, reportou uma reunião de adesão feita pelos partidos para o apoio da candidatura do agente à prefeitura de São Luís, afirmando que PT e PDT, embora presentes, esperavam para saber se o apoiariam ou lançariam candidaturas próprias. Na matéria seguinte, intitulada “PT descarta candidatura própria e aprova aliança com Flávio Dino”, de 28 de abril, o jornal informou que os delegados do partido desistiram da formalização de Bira do Pindaré⁷⁴ ao cargo e decidiram formar aliança com Dino. O “EM” informou ainda que “militantes” do partido, como o deputado federal Domingos Dutra⁷⁵, opuseram-se à ideia, ocasião em que esse teria afirmado: “a aliança com o PCdoB é entregar a Prefeitura a Castelo” (EM, 28/04/2008, s/p).

O jornal mencionou que “com o apoio do PT, Flávio Dino garante o sonhado tempo de propaganda no horário eleitoral gratuito, o que, acredita, ampliará suas chances de, pelo menos, chegar ao segundo turno” (EM, 28/04/2008, s/p). A oficialização do apoio ao candidato do PCdoB foi repercutida ainda em matérias como “PSB e PCB mostram insatisfação com candidatura de Flávio Dino”, de 02 de maio, e “Flávio Dino confirmado por PCdoB e PT”, de 29 de junho. Percebe-se, de antemão, que o apoio dado à candidatura do agente foi recebido com “estranhamento” e sem unanimidade por parte de algumas “frentes” de partidos aliados, o

⁷⁴ Nasceu em Pindaré-Mirim (MA), em 1968. Formou-se em direito pela UFMA e foi contemporâneo de Flávio Dino na universidade e no DCE. Na política, foi eleito deputado estadual e deputado federal pelo Maranhão. Não se reelegeu ao cargo em 2022.

⁷⁵ Nasceu em Buriti (MA), em 1956. Formou-se em direito pela UFMA. Na política, elegeu-se deputado estadual, deputado federal e foi vice-prefeito de São Luís em um dos mandatos de Jackson Lago. Foi prefeito da cidade de Paço do Lumiar (MA). É um dos nomes que se colocaram como oposição ao “grupo” político de José Sarney no Maranhão. Domingos Dutra foi eleito prefeito da cidade pelo PCdoB, em 2018, com grande apoio de Flávio Dino.

que causou discussões, redações e divulgações de “notas oficiais” sobre a indicação. Na primeira reportagem citada, o jornal informou que “o deputado quer ser visto pela população da capital maranhense como ‘o candidato de Lula’” (EM, 02/05/2008, s/p), como forma de se contrapor ao pré-candidato João Castelo, na prefeitura de São Luís, e a Geraldo Alckimin⁷⁶ (PSDB), que disputou a presidência com Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições anteriores.

Oficialmente iniciada a campanha, um dos nomes mais repercutidos nas eleições municipais de 2008 foi o de Tadeu Palácio⁷⁷ (PDT), então prefeito de São Luís. Em “Flávio Dino e Cléber Verde fazem críticas à gestão de Tadeu Palácio”, de 08 de julho, Dino, em entrevista à “Rádio Mirante AM”, declarou: “São Luís tem o pior sistema de saúde de todas as capitais” (EM, 08/07/2008, s/p). Para o candidato do PCdoB, “os hospitais de urgência são insuficientes e mal localizados, além de faltar qualidade na prestação de serviços de marcação de exames” (EM, 08/07/2008, s/p). O candidato apoiado por Tadeu Palácio, no primeiro turno, foi Clodomir Paz⁷⁸ (PDT). No segundo, o prefeito declarou apoio para Flávio Dino, enquanto seu candidato apoiou João Castelo. Na matéria, repercutindo as críticas sobre o agente ter se afastado de São Luís durante 12 anos, atuando como juiz federal no DF, o “EM” informou:

Procurando mostrar conhecimento de toda a cidade – citando ruas, avenidas e bairros, buscando fugir das críticas de que não conhece São Luís –, Flávio Dino apontou problemas estruturais e subaproveitamento de várias avenidas. “Nós temos vias sobrecarregadas, como a Jerônimo de Albuquerque e a São Marçal (antiga João Pessoa), e outras subaproveitadas, como a avenida dos Africanos”, disse. Ele defendeu a criação de um corredor específico para ônibus, o que Cléber Verde chamou de ‘via expressa’. Ao contrário do adversário do PRB, Dino reconheceu a integração do transporte como um avanço da administração de Tadeu Palácio. ‘São Luís não tem planejamento urbano. Por falta deste planejamento é que as pessoas foram colocadas para morar 30 quilômetros distante do trabalho. A Litorânea deve ser estendida para diminuir o trânsito na Holandeses, que já começa a estrangular. Avenidas como a Santos Dumont também são subaproveitadas e malconservadas. (EM, 08/07/2008, s/p)

Assim, citando diversas avenidas de São Luís e seus respectivos “problemas”, Flávio Dino, segundo a interpretação do jornal, buscava provar que tinha, sim, conhecimento sobre os “desafios” a serem enfrentados caso fosse eleito prefeito da cidade, destacando aspectos geográficos e afastando críticas quanto à sua ausência da capital por questões profissionais durante mais de uma década. Nessas eleições, as possíveis impugnações das candidaturas dos

⁷⁶ Nasceu em Pindamonhangaba (SP), em 1952. Formou-se em medicina pela universidade de Taubaté. Na política, assumiu por diferentes mandatos o governo de São Paulo. É atualmente o vice-presidente do Brasi, no terceiro mandato de Lula, a quem teve como “adversário” nas eleições de 2006.

⁷⁷ Nasceu em São Luís (MA), em 1947. Formou-se em medicina (UFMA) com especialização em oftalmologia. Foi vereador, vice-prefeito em uma das gestões de Jackson Lago e prefeito de São Luís em mais de um mandato.

⁷⁸ Nasceu em Pedreiras (MA), em 1945. Não foram encontradas informações sobre sua formação acadêmica. Foi deputado estadual e secretário em diferentes legislaturas. No segundo turno, apoiou João Castelo (PSDB).

dois principais postulantes ao cargo, João Castelo (PSDB) e Flávio Dino (PCdoB), foram bastante repercutidas pelos veículos de mídia, incluindo o “EM”⁷⁹. As manchetes “Impugnações podem tirar Flávio Dino e Castelo da disputa em São Luís”, de 15 de julho, e “Flávio Dino e Castelo preparam defesa em ações de impugnação”, de 16 de julho, exemplificam o cenário.

Ambos os candidatos enfrentaram acusações sobre não terem realizado o pagamento de multas em eleições anteriores. O jornal informou que, por conta disso, “não estariam quites com a Justiça Eleitoral, condição essencial para poderem concorrer” (EM, 15/07/2008, s/p). O jornal mencionou também que, diferentemente de João Castelo, Flávio Dino estava sendo cobrado por apenas uma multa, mas também que responderia a outro processo por “abuso de poder” ao possivelmente realizar ato de campanha pelas ruas da cidade antes da abertura de seu comitê de contas, o que, segundo o jornal, contrariaria a legislação eleitoral.

Sem perder tempo, Dino apresentou documento comprobatório de que pagara, dia 5 de maio deste ano, a multa motivadora da impugnação, portanto, antes do pedido de registro de candidatura. Castelo, por outro lado, apenas solicitou cópias dos autos para preparar defesa no processo (ele tem sete dias para isso) sem apresentar, ainda, qualquer comprovação de que quitou as duas multas eleitorais que ensejaram o pedido de indeferimento do seu registro de candidato. No caso do comunista, o juiz da 1ª Zona Eleitoral, Lucas Neto, responsável pelo registro das candidaturas, solicitou à Secretaria Judiciária do TRE informações sobre o processo que resultou na multa, para certificar-se de que o comprovante apresentado pelo acusado refere-se exatamente a esse processo. Tudo indica, no entanto, que os argumentos contra o candidato sejam cessados, como reconhecem os próprios autores da ação. ‘Se ele pagou, então escapa’, disse ontem o advogado Marcos Coutinho Lobo, autor da impugnação. O Darf, no valor de R\$ 24.849,92 (multa de R\$ 21.282,00 mais juros de R\$ 3.567,92) foi pago pelo candidato do PCdoB em agência do banco Itaú, em 5 de maio deste ano. De acordo com a Lei Eleitoral, o candidato tem que pagar as multas antes de pedir o registro de sua candidatura, sob pena de perder as condições de inelegibilidade (EM, 16/07/2008, s/p)

Para compreender as *tomadas de posição* assumidas pelo jornal nessas eleições, é necessário levar em consideração que grande parte dos integrantes da “Frente de Libertação do Maranhão”, coligação que elegeu o então governador Jackson Lago em 2006, prestou apoio à candidatura de João Castelo em 2008. Muitos dos “nomes” da coalização “reivindicavam os títulos de oposicionistas ou antisarneyistas” (GRILL & REIS, 2012, p. 494), o que tornou o candidato do PSDB o principal “alvo” de manchetes tendenciosas e negativas realizadas pelo periódico naquele ano. Compreende-se, desse modo, que os posicionamentos assumidos sobre Flávio Dino refletiam conflitos existentes anteriormente entre a *facção política* de José Sarney

⁷⁹ As ações contra Flávio Dino foram protocoladas pelo PSOL e PTN. Uma delas denunciava publicação feita pelo agente em jornal após o período em que essa conduta não seria mais permitida pela legislação eleitoral e a segunda pela realização de ato de campanha sem ter prestado conta da origem do dinheiro que financiou o ato.

e a *facção política* na qual apoiava João Castelo, que tinha como integrantes “nomes” ligados a Jackson Lago (PDT) e que havia derrotado Roseana Sarney nas urnas nas eleições de 2006.

Em 19 de setembro, a matéria “Ibope registra queda de Castelo e forte crescimento de Flávio Dino” apontou para um resultado que levaria o candidato do PCdoB ao segundo turno. Na publicação, foi mencionado que “Castelo perdeu 6 pontos percentuais, caindo de 51% para 45%” e que “Flávio Dino, por sua vez, subiu 9 pontos em pouco mais de 15 dias e chegou a 16% das intenções de votos” (EM, 19/09/2008, s/p). Em “Participação de Lula e Roseana fortalece campanha em São Luís”, de 22 de setembro, informou que as presenças do então presidente e da então senadora nas campanhas de seus respectivos aliados “deram significativa injeção de ânimo nas campanhas de Flávio Dino (PCdoB) e de Gastão Vieira (PMDB) (EM, 22/09/2008, s/p). Em “Escutec aponta 2º turno em São Luís entre João Castelo e Flávio Dino”, de 28 de setembro, o jornal continuava reportando números que posicionariam Flávio Dino para disputar com João Castelo em um possível segundo turno. Nela, é informado que “o tucano obtém 44,7% e o comunista sobe para 27,8% nas intenções de voto” (EM, 28/09/2008, s/p).

Essas eleições foram marcadas por trocas de “acusações” e “boatos”. Enquanto João Castelo lidou com “acusações” referentes às ações judiciais e sobre o possível aumento da passagem de ônibus caso ele fosse eleito, conforme discutido na matéria “Flávio Dino defende apuração da denúncia de Tadeu contra Castelo”, de 17 de setembro, Flávio Dino sofreu com “acusações” envolvendo, dentre outros assuntos, sua relação com o “grupo” político de José Sarney e com lideranças religiosas. Em matéria intitulada, “Flávio Dino atribui boatos a Castelo”, de 30 de setembro, o jornal pontuou que “Flávio Dino responsabilizou ontem o adversário João Castelo por uma série de boatos e ações cujo objetivo seria boicotar sua candidatura e evitar a realização do 2º turno na capital” (EM, 30/09/2008, s/p). Segundo o jornal, “seis pessoas foram detidas na UFMA quando distribuíam panfletos apócrifos fazendo alusão a um suposto acordo que ele teria com o grupo liderado pelo senador José Sarney” (EM, 30/09/2008, s/p).

Ele classificou de ‘mentirosas’ as informações de que teria tido um encontro com a senadora Roseana Sarney (PMDB) na casa dela, no Calhau. ‘Essa é uma estratégia usada pela velha direita. Nunca tive ligações com o grupo Sarney. Desde que o presidente Lula participou do nosso programa e eu comecei a aparecer bem posicionado nas pesquisas, sabia que haveria reação. Eu acreditava que Castelo viesse debater no campo da política, defender a candidatura dele dizendo que é o mais preparado e não partisse para a criminalização da eleição através de uma série de boatos’ (EM, 30/09/2008, s/p)

Em “Evangélicos condenam panfleto eleitoral assinado por pastores”, de 03 de outubro, foi denunciada a participação de pastores potencialmente ligados a João Castelo que estariam distribuindo panfletos “demonizando” a ideologia política comunista de Flávio Dino e de seu partido político (PCdoB). O panfleto afirmava, segundo a reportagem, que Flávio Dino representava “o modelo comunista ‘fracassado no mundo todo justamente por ter ignorado a força da fé e tiranamente proibido qualquer tipo de crença’” e, ainda questionava, “você votaria em alguém cujos ídolos são ditadores assassinos de cristãos?” (EM, 03/10/2008, s/p). Segundo o jornal, o material seria “difamatório” e atribuiria a um possível gestor poderes negados ao próprio presidente da República, como o de determinar o fechamento de igrejas, negado pela Constituição Federal de 1988. Flávio Dino classificou a distribuição dos panfletos, que teriam sido entregues em igrejas e cultos religiosos, como “nazistas” (EM, 03/10/2008, s/p).

O jornal mencionou a assinatura do pastor Nauber Braga de Meneses, da Igreja Batista, também secretário-adjunto da Casa Civil do Governo do Estado, chefiada por Aderson Lago⁸⁰ (PSDB), que seria, segundo o jornal, um dos marqueteiros da campanha de João Castelo. Segundo o “EM”, “as manifestações contra Flávio Dino são idênticas àquelas ocorridas nas eleições de 2006”, as quais, continua, “à custa de dinheiro público e patrocinado pelo então governador José Reinaldo (PSB), o candidato do PDT, Jackson Lago, até então ateu declarado, cooptou líderes evangélicos para atacar a senadora Roseana Sarney (PMDB)” nas igrejas do Maranhão inteiro (EM, 03/10/2008, s/p). Em troca de apoio, essas lideranças evangélicas teriam ganhado cargos no governo de Jackson Lago, denunciou o jornal, como seria o caso do pastor Nauber Braga. A matéria afirmava ainda que Flávio Dino denunciaria o PSDB à Polícia Federal.

Diante de trocas de acusações, João Castelo e Flávio Dino passaram para o segundo turno. O candidato do PSDB recebeu 210.629 (43,12%) dos votos e o candidato do PCdoB recebeu 167.436 (34,28%). Foram 488.463 (76,69%) votos válidos, 12.962 (2,04%) em branco, 20.359 (3,2%) nulos e 115.130 (18,08%) abstenções, segundo dados da “Folha de São Paulo”⁸¹. Em “Castelo e Flávio Dino disputarão Prefeitura de São Luís no 2º turno”, de 06 de outubro, o jornal afirmou que o resultado “frustrou” João Castelo, que acreditava que venceria ainda no primeiro turno, e que Flávio Dino teria mencionado que “o povo optou pelo novo” (EM, 06/10/2008, s/p). Para João Castelo, o cenário teria se desenrolado por conta da participação do presidente Lula na disputa. “O presidente Lula é muito forte. E pedia votos todo dia para o

⁸⁰ Nasceu em São Luís, em 1948. É formado em engenharia civil. Na política, assumiu mandatos de deputado estadual. É primo do ex-governador Jackson Lago e pai do deputado estadual Rodrigo Lago.

⁸¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2008/eleicoes/apuracao/09210-prefeito-1_turno.shtml> Acesso em 19 setembro 2023.

segundo colocado. Estes votos não são dele (de Flávio Dino). São de Lula!” (EM,06/10/2008, s/p). Dino mencionou que “eles fizeram de tudo para ganhar no primeiro turno, mas o povo mostrou que quer a renovação, quer o novo” (EM, 06/10/2008, s/p). A matéria afirmava ainda que, a partir de então, os candidatos se concentrariam em costurar alianças e fechar apoio com os candidatos derrotados.

Para o segundo turno, Flávio Dino buscou se aliar com Clodomir Paz (PDT), que ficou em terceiro lugar na disputa, mas afirmou que buscaria todos os candidatos derrotados para somarem forças à campanha. De qualquer maneira, teria declarado, em matéria intitulada “Flávio Dino começa a buscar apoio político para o 2º turno”, de 07 de outubro, que sua “maior aliança é com a sociedade” (EM, 07/10/2008, s/p) e que não acreditaria em uma possível sinalização de apoio do então governador Jackson Lago (PDT). A matéria discutiu a entrevista coletiva realizada pelo agente dias depois do anúncio dos resultados do primeiro turno.

Na entrevista, Flávio Dino voltou a criticar o adversário João Castelo (PSDB) e disse que a única coisa que ele sabe fazer bem é falar de obras suas do passado que não resolveram os problemas da cidade. Essa é uma das questões que o comunista pretende debater com o tucano no segundo turno das eleições. ‘O que João Castelo fez nesses últimos 30 anos foi falar de obras faraônicas que muitas vezes se revelaram um fracasso. A solução dos problemas da cidade não passa por grandes obras. Precisamos humanizar a cidade e dentro desse contexto fazer as obras’, declarou. Flávio Dino lançou o desafio ao tucano para a realização de eleições limpas neste segundo turno. Ele vai protocolizar documento nesse sentido hoje, com a juíza da propaganda eleitoral, Ângela Salazar. ‘Para isso, eu anistio Castelo dos boatos, das calúnias e das infâmias assacadas contra mim no primeiro turno. O debate que eu quero travar com ele é de propostas e sobre nossas biografias’ (EM, 07/10/2008, s/p).

Esse cenário, no entanto, não ocorreu. No segundo turno, as “acusações” e os “ataques” se intensificaram. Na matéria “Castelo recebe apoio de Cléber Verde e faz críticas a Flávio Dino”, de 08 de outubro, João Castelo afirmou que “antes de propor esse pacto, deveria verificar se ele e a equipe dele têm condições de cumprir uma proposta dessas” e que “antes mesmo de ser candidato, ele começou me agredindo, condenando a construção do Maiobão e da Cidade Operária (EM, 08/10/2008, s/p). O Maiobão e a Cidade Operária são conjuntos populacionais “criados” durante a gestão de Castelo como governador do Maranhão (1978). Para o candidato, “certas pessoas que não têm o apoio popular procuram atingir de maneira injusta aquelas que têm” e que “quem não viveu, não tem experiência de vida, não sabe participar de uma campanha dessa” (EM, 08/10/2008, s/p). A questão da “experiência” foi bastante utilizada no discurso de João Castelo, ressaltando a ocupação de cargos no executivo desempenhados em sua trajetória.

Para o candidato, o mesmo não poderia ser aplicado ao adversário que seria não apenas “inexperiente” pela idade (na época, Flávio Dino estava com 40 anos e João Castelo com 71

anos), mas também administrativa e politicamente visto que somente havia assumido o cargo de deputado federal. Ainda nessa matéria, João Castelo afirmou que teria “documentos importantes” contra Flávio Dino e ameaçou divulgá-los, destacou o jornal. “Eu não quero usar isso porque quem tem vergonha não envergonha os outros. Mas se continuarem essa campanha contra mim, vou ter de mostrar para o povo, porque não aguento tanta bandidagem” (EM, 08/10/2008, s/p).

Em “Castelo diz que Flávio Dino usou aliança para eleger-se deputado”, de 09 de outubro, foi publicada reportagem em que o candidato do PSDB repercutia as eleições ocorridas em 2006. Segundo o jornal, João Castelo afirmou que o adversário “quebrou” a coligação que elegeu Jackson Lago. “Eu fiz parte da ‘Frente de Libertação’ porque sou político há 38 anos, tenho uma liderança consolidada no estado porque fui governador, senador e deputado. Ele se aproveitou. Entrou na ‘Frente’ para ser deputado federal” (EM, 09/10/2008, s/p). João Castelo mencionou que o agente “teve um mandato que o ex-governador José Reinaldo (PSB) deu para ele. Agora, deveria aproveitar para aprender, formar uma liderança e não querer atropelar aqueles que estão na luta para consolidar a Frente” (EM, 09/10/2010, s/p). Na mesma matéria, João Castelo teceu críticas ao então prefeito Tadeu Palácio que havia recentemente declarado apoio ao “rival” e justificado ter optado pelo “novo”.

Os apoios reunidos por Flávio Dino ganharam destaque no “EM”. Matérias como “Tadeu declara apoio a Flávio Dino e promete lutar pelo novo em São Luís”, de 09 de outubro, e “Gastão Vieira prega opção pelo novo”, publicada em 10 de outubro, dão conta do discurso sobre “renovação” e “novidade” utilizado pelos apoiadores da candidatura. “O Flávio não teve a oportunidade de ser administrador ainda, mas o outro lá já teve e demitiu servidores, já teve e mandou espancar estudantes”⁸², afirmou Tadeu Palácio (EM, 09/10/2010, s/p) e “não é nenhuma questão de idade, mas uma questão de visão de mundo. Sei que Flávio Dino tem visão de mundo para levar São Luís ao amanhã, ao futuro”, declarou Gastão Vieira (EM, 10/10/2008, s/p), ambos fazendo referência a “experiência” que Flávio Dino não possuía em cargos do executivo, argumento largamente utilizado pelo “adversário” do PSDB para desqualificá-lo.

Em “Castelo e Flávio Dino fortalecem candidaturas com novos aliados”, de 10 de outubro, foi destacado que o candidato Clodomir Paz havia optado por apoiar João Castelo no segundo turno. O terceiro colocado nas eleições teria costurado apoio ao candidato do PSDB, apesar de “diferenças ideológicas”, após ter acertado o cumprimento de dois “acordos”: o de

⁸² A menção é feita às mobilizações estudantis da década de 1970 que criticaram o aumento da passagem de ônibus na capital. O “movimento” deu início à “meia-passagem” para estudantes no estado. Agressões e brutalidade policial teriam sido ordenadas por João Castelo, então governador, que depois reduziu o preço das passagens.

construção de centros de capacitação tecnológica para jovens, que estavam em seu programa, e a não demissão de funcionários do PDT da prefeitura de São Luís. Segundo o jornal, Flávio Dino teria imposto “dificuldades” para aceitar os pedidos (EM, 10/10/2010, s/p).

A matéria “Flávio Dino diz que Castelo tem postura nazista e preconceituosa”, de 15 de outubro, repercutiu questões da vida pessoal do agente que estariam sendo utilizadas para desmoralizá-lo publicamente. Em entrevista à “Rádio Mirante AM”, o candidato falou primeiramente sobre o tópico da “experiência” que ganhou destaque em discursos do “adversário”. “O Castelo fala muito de experiência, mas vamos comparar: quando ele foi governador, tinha exatamente a idade que eu tenho hoje. Já havia dirigido um banco, enquanto eu dirigi vários órgãos no Judiciário” (EM, 15/10/2008, s/p). Flávio Dino também mencionou que o candidato do PSDB era deputado federal assim como ele nesse período.

Flávio Dino lamentou que João Castelo tenha optado “por uma campanha de baixarias, mentiras e agressão, inclusive física”, afirmando: “todo dia, a campanha de Castelo inventa uma mentira contra mim. E fica repetindo para criar a ilusão de que é verdade. Isso já foi tentado antes na história, no nazismo, por exemplo” (EM, 15/08/2008, s/p). Na entrevista, o agente tratou sobre questões íntimas, como a relação mantida com o pai, a quem foi “acusado” de agredir “com socos”⁸³, e sobre sexualidade, a partir da distribuição de panfletos que tratavam sobre sua suposta homossexualidade. Foram tratados ainda temas referentes às eleições de 2006, em que o agente se elegeu deputado federal com apoios em cidades do interior. Fazendo uma espécie de “destaques” das respostas de Flávio Dino na entrevista, o “EM” esclareceu:

Mesmo sereno e tranquilo na maioria das respostas, o candidato deixou de explicar claramente alguns problemas. Justificou assim, por exemplo, a aliança feita com os prefeitos de Caxias, Humberto Coutinho (PDT), e de Tuntum, Cleomar Tema Cunha (PDT), para levá-lo à Câmara Federal, em 2006: ‘Não houve curral. O povo do interior vota com sabedoria’, disse, para justificar o fato de ter sido o mais votado nos dois municípios mesmo sem nunca ter feito campanha na região [...] O que disse Flávio Dino sobre: 1) experiência ‘A questão não é idade. Castelo tem idade para ser meu pai e eu o respeito por isso. A questão é de se propor a fazer e saber fazer’. ‘Ele ficou preso ao seu tempo. O Castelo é um político que estagnou e ficou preso ao passado’. 2) baixarias ‘Outro dia, resolvi contar o total de baixarias lançadas contra mim nesta campanha, e somaram nada menos que 45 mentiras’. ‘Amo meu pai, tenho o maior orgulho dele. Nunca tive qualquer problema com o meu pai. ‘Eu esperava tudo desta campanha, mas jamais imaginei que pudessem chegar a este ponto, de me acusar de bater em meu pai’ 3) homossexuais ‘A pergunta primordial nesta questão é: um prefeito pode discriminar um cidadão por causa da sua opção sexual? Claro que não. ‘Sou heterossexual praticante. Sou feliz e respeito a todos, independente de posicionamento religioso, sexual ou político’. 4) alianças ‘Nunca estive com a senadora Roseana Sarney para tratar de eleição em São Luís ou qualquer outro assunto, mas posso conversar às claras com qualquer um. O Castelo esconde que é o

⁸³ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2008/maranhao-juiz-determina-apreensao-de-panfletos-ofensivos-flavio-dino-5007076>> Acesso em: 18 setembro 2023.

candidato do Jackson Lago. Será por quê? Por que ele não declara publicamente que tem o apoio do Jackson?’ (EM, 15/10/2008, s/p).

Em “Castelo nega responsabilidade por panfletos contra Flávio Dino”, de 16 de outubro, em entrevista à “TV Mirante”, o candidato do PSDB afirmou, segundo o jornal, “Não discrimino por questões de sexo, nem de cor” (EM, 16/10/2008, s/p). Na entrevista, falou também sobre o apoio recebido por Jackson Lago, de quem teria sido “rival” na política durante décadas, chamando-o de “amigo”, e também mencionou a polêmica dos panfletos distribuídos por pastores evangélicos “os pastores são uma coisa, minha campanha é outra coisa. Mas os evangélicos têm sua opinião. E o panfleto está assinado, não é apócrifo” (EM, 16/10/2008, s/p). O jornal reiterou que no verso dos panfletos haviam informações da campanha de João Castelo.

Sobre o apoio a João Castelo por Jackson Lago, na publicação “Flávio Dino critica a opção de Jackson pela candidatura de Castelo”, de 17 de outubro, Flávio Dino afirmou, segundo o “EM”, que o governador “optou por apoiar o atraso” e “felizmente, tenho convicção de que, mesmo assim, a esperança do novo vai prevalecer” (EM, 17/10/2008, s/p), fazendo referência ao seu projeto de governo como o “novo” em oposição ao “atraso” do adversário. O discurso é semelhante ao “discurso decadentista”⁸⁴ utilizado, segundo intérpretes da política local, por José Sarney ao se referir ao “vitorinismo”. Foi mobilizado em diferentes oportunidades por Flávio Dino nas eleições em que disputou, inclusive, contra o “grupo” do próprio José Sarney.

Em “Castelo se diz injustiçado e vai acionar Flávio Dino na Justiça”, de 22 de outubro, o candidato do PSDB afirmou que processaria Flávio Dino pelas “injustiças” propagadas a ele em seus programas eleitorais, comentando sobre vídeos que supostamente veiculavam uma “dívida de R\$ 20 milhões e que responderia a 386 ações trabalhistas devido ao mau gerenciamento de suas empresas” (EM, 22/10/2008, s/p). Na matéria intitulada, “Flávio Dino vence debate, diz pesquisa”, de 26 de outubro, o jornal repercutiu as avaliações dos expectadores sobre o último debate realizado antes das eleições, na “TV Mirante”. Segundo a publicação, 50,9% dos eleitores entrevistados pela Escutec, empresa frequentemente contratada pela emissora, juntamente com o Ibope, escolheram Flávio Dino e 42,1% João Castelo.

A matéria ainda afirmava que, considerando a diferença entre João Castelo e Flávio Dino no primeiro turno, de pouco mais de 42 mil votos, os resultados significariam dizer que “o eleitorado influenciado pelo debate da TV Mirante para mudar o voto pode decidir a eleição de hoje” e que o programa exibido, combinado ao total de eleitores indecisos registrados em

⁸⁴ “O discurso decadentista enfatiza o ‘passado de prosperidade, alimentando esperanças de presente e torna o futuro como possibilidade real: a exaltação do passado e a imagem de ‘decadência na contemporaneidade’ pelas quais o presente é ao mesmo tempo o princípio do futuro e última etapa de um passado que persiste enquanto tradição e mito” (ALMEIDA, 2008, p. 153; GRILL, 2014, p. 171).

outra pesquisa, “tem potencial para definir os rumos da eleição” (EM, 26/10/2008, s/p). Não foi o que aconteceu. Em 27 de outubro de 2008, João Castelo se elegeu prefeito de São Luís em sua quarta tentativa, conquistando 271.302 (55,84%) dos votos, contra 214.308 (44,16%) dados a Flávio Dino. Foram 485.316 (76,2%) votos válidos, 6.232 (0,98%) votos brancos, 9.811 (1,54%) votos nulos e 135.555 (21,28%) abstenções⁸⁵. Em “Castelo é eleito prefeito de São Luís após disputar quatro vezes”, de 27 de outubro, o jornal informou que “após três derrotas consecutivas, 1996, 2000 e 2002, o candidato havia sido eleito” (EM, 27/10/2008, s/p). Conhecido o resultado, as últimas matérias do ano sobre Flávio Dino discutiram ações movidas por sua coligação a coligação eleita e sobre um possível “processo” que poderia vir a receber.

As manchetes “Coligação de Flávio Dino pede a cassação do diploma de Castelo”, de 29 de novembro; “Castelo apresenta defesa para ações movidas por Flávio Dino”, de 23 de dezembro e “Castelo pode processar Flávio Dino”, de 24 de dezembro, exemplificam esse cenário. A representação proposta pela coligação “Unidade Popular” de Flávio Dino se baseava em acusação sobre “compra de votos” pela coligação adversária. O possível processo que o agente poderia responder, por sua vez, baseava-se nos crimes de “calúnia, injúria e difamação” referente às acusações sobre João Castelo ter “agredido estudantes” enquanto governador.

A partir da análise, percebe-se que o “EM” não publicou matérias que “atacassem” ou “detratassem” diretamente Flávio Dino durante esse ano eleitoral. Não obstante, por ser adversário de um “rival” anterior da *facção política* de José Sarney, o agente até chegou a ganhar espaço em entrevistas concedidas aos meios de comunicação do “Grupo Mirante” para se “defender” de acusações, e teve impugnações “justificadas” pelo jornal, além de publicações de pesquisas de intenção de votos que informavam seu crescimento em relação ao outro candidato. Deve-se levar em conta que, em 2008, Jackson Lago (PDT) ainda era governador, logo, a eleição de outro “oposicionista” declarado à prefeitura da capital do estado significaria um “golpe” ainda maior para o “grupo” do ex-presidente, o que acabou acontecendo. Porém, não durou muito tempo devido à cassação da chapa do então governador em 2009. Compreende-se, desse modo, que o jornal chegou a investir de maneira afirmativa na construção da imagem pública do agente em detrimento do candidato rechaçado naquele momento. Após a derrota, Flávio Dino retornou ao cargo de deputado federal, concluindo-o, e passou a se preparar para uma possível disputa ao cargo de governador nas eleições em 2010.

⁸⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2008/eleicoes/apuracao/09210-prefeito-2_turno.shtml> Acesso em: 19 setembro 2023.

3.3. Eleições 2010: perda de apoios, divulgação de agenda e derrota no primeiro turno

Para apreender a cobertura realizada sobre as eleições ao governo do Maranhão em 2010, através das publicações sobre Flávio Dino, tomou-se um conjunto de 48 matérias. Jackson Lago e Roseana Sarney, que também disputaram o pleito, foram os “nomes” mais frequentemente associados a Flávio Dino em matérias do “EM” nesse ano. Devido ao cenário desenhado, o jornal optou pela divulgação de agendas de campanha de Flávio Dino no interior do estado e pela cobertura da dificuldade em conseguir apoio para sua candidatura. Os partidos dos candidatos e os partidos de suas coligações também ganharam destaque nas coberturas. Dilma Rousseff (PT), que concorria à presidência do Brasil e Lula (PT), presidente pelo segundo mandato consecutivo, em referência à disputa nacional, também apareceram nas publicações.

A primeira matéria localizada sobre Flávio Dino, intitulada “Flávio Dino retarda a ação de cassação contra Castelo”, de 21 de janeiro, discutiu a ação movida pelo agente contra a coligação de João Castelo, informando que seus advogados haviam requerido o adiamento do processo para inclusão de “quebra de sigilo telefônico” de um dos vereadores envolvidos na acusação de compra de voto relativa às eleições municipais de 2008. A matéria seguinte, “Processo contra Castelo pronto para julgamento”, de 18 de fevereiro, informou o *status* do processo movido pelo agente que passaria à fase de análise por um juiz na corte. Em “Coligação de Roseana deverá reunir o maior número de partidos”, de 04 de abril, o jornal informou que a governadora reuniria “PMDB, DEM, PTB, PV, PP e PSC, além de vários pequenos partidos”; Flávio Dino “PCdoB, o PSB e o PT”; e Jackson Lago “PSDB e o PPS”, embora enfrentasse “a desconfiança das duas legendas em relação à sua viabilidade” (EM, 04/04/2010, s/p).

A manchete “Flávio Dino já admite a retirada da sua candidatura ao governo do MA”, de 17 de junho, externou que o “deputado confirma aproximação com o PSDB e revela intenção de formar ‘ampla aliança’ contra reeleição da governadora Roseana Sarney”, no entanto, na prática, “o comunista revela a fragilidade de sua candidatura após a perda do apoio do PT” (EM, 17/06/2010, s/p). Na ocasião, o diretório nacional do PT optou pelo apoio à reeleição de Roseana Sarney no Maranhão⁸⁶. A matéria informou ainda que restava ao pré-candidato saber a posição do PCdoB quanto à retirada de sua candidatura e formação de “frente ampla”, uma vez que o partido não aceitaria, afirmou a reportagem, prestar apoio ao candidato à presidência,

⁸⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/pt-impoe-apoio-roseana-no-maranhao-3004831>> Acesso em 19 setembro 2023.

José Serra⁸⁷ (PSDB). De qualquer forma, “a dúvida do pré-candidato comunista mostra que seu projeto eleitoral esvaiu-se com a perda do PT” (EM, 17/06/2010, s/p). Em “Candidatura de Jackson é homologada sem vice”, de 27 de junho, foi informado pelo jornal que o “ex-governador espera a definição sobre possível desistência do deputado Flávio Dino da disputa para confirmar o nome do seu companheiro de chapa” (EM, 27/06/2010, s/p).

Segundo a publicação, durante o evento, “pedetistas e tucanos davam como certa a desistência de Dino, o que foi fortalecido com a presença de lideranças do PSB no local” (EM, 27/06/2010, s/p). Na ocasião, Jackson Lago, em discurso, afirmou: “o povo nos deu a vitória em 2006 e o TSE nos tomou. Estamos aqui para prestar contas da nossa obra e pedir o voto para retomarmos o governo que nos foi tomado” (27/06/2010, s/p). O ex-governador se refere à decisão do TSE, a pedido da coligação “Maranhão, a força do povo”, que cassou seu mandato de governador três anos após a eleição e que recolocou Roseana Sarney no cargo. O “EM” lembrou na matéria que a candidatura do representante do PDT poderia ser impugnada baseada na “Lei da Ficha Limpa”, uma vez que o mesmo havia sido condenado pela Justiça Eleitoral.

Em “Candidaturas dividem oposição no Maranhão”, de 29 de junho, foi informado que “uma crise entre partidários de Jackson Lago e Flávio Dino ganhou corpo nos bastidores depois que tucanos anunciaram a desistência do comunista” (EM, 29/06/2010, s/p). A polêmica em questão envolvia os candidatos Flávio Dino, Jackson Lago, José Reinaldo Tavares e Edison Vidigal.

A crise entre os grupos de Jackson Lago e Flávio Dino começou quando lideranças do PSB - incluindo o ex-governador José Reinaldo Tavares - passaram a pregar a saída do pedetista da disputa, sob alegação de que ele seria declarado inelegível pela Justiça Eleitoral. ‘O melhor é a composição em torno de Flávio Dino’, disse José Reinaldo. Em resposta, Jackson Lago manteve a candidatura e reforçou a aliança com o PSDB, reafirmando os nomes dos tucanos Edison Vidigal e Roberto Rocha ao Senado, o que prejudica José Reinaldo Tavares, que pretendia ser candidato único da oposição ao Senado. Na sexta-feira passada, emissários do PSB - a mando do ex-governador José Reinaldo Tavares - foram a uma reunião com membros do PDT e do PSDB para propor uma trégua: abririam mão da candidatura de Flávio Dino em troca de uma vaga para José Reinaldo na chapa de senadores do palanque jackista. Imediatamente, o tucano Edison Vidigal, que participou da conversa, publicou a informação em seu twitter. ‘PSB vai apoiar Jackson, já que Flávio Dino está fora’, afirmou Vidigal, gerando um desgaste na campanha comunista, obrigando o PCdoB a reafirmar publicamente a candidatura. Mas o estrago já estava feito [...] (EM, 29/06/2010, s/p)

⁸⁷ Nasceu em São Paulo (SP), em 1942. Cursou Engenharia Civil (USP). Na política, elegeu-se senador e governador por São Paulo e prefeito da cidade de São Paulo. Concorreu à presidência em 2002 e 2010, pelo PSDB, derrotado em ambas as ocasiões por candidatos do PT.

Na mesma matéria, porém, Flávio Dino afirmou que seguia buscando apoio à candidatura e que pretendia mantê-la. Em “Vaías a Lula não me preocupam, diz Flávio Dino”, de 02 de julho, o “EM” informou que o candidato ao governo do Maranhão minimizou “vaías” e manifestações negativas de apoiadores de sua campanha durante a convenção partidária que confirmou o seu nome na disputa: “Estaria preocupado se eu tivesse sido vaiado” (EM, 02/07/2010, s/p). Na mesma reportagem, foi mencionado que Flávio Dino e Jackson Lago se propuseram um “pacto de não-agressão” durante as eleições. Citando a Bíblia (Ecl 3, 8-1), o agente afirmou que “tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu” (EM, 02/07/2010, s/p) ao responder sobre uma união entre ambos em eventual segundo turno. A candidata a vice-governadora da chapa de Flávio Dino, mencionada na matéria, foi a psicóloga Miosótis Lúcio⁸⁸. Os candidatos ao Senado pela chapa, também apresentados na convenção, foram José Reinaldo Tavares (PSB) e Adonilson Lima⁸⁹ (PCdoB).

Em “Candidatos direcionam campanha ao interior”, de 20 de julho, o “EM” reportou que “os principais candidatos a governador do Maranhão vão continuar priorizando o interior do estado nesse início da campanha eleitoral” (EM, 20/07/2010, s/p). A “estratégia” dos candidatos, segundo a publicação, era angariar votos em regiões do interior do estado, citando municípios como Governador Edson Lobão, Timon, Caxias e Presidente José Sarney, nos quais teriam organizado comícios, caminhadas e demais atos políticos. Matérias sobre as agendas dos candidatos foram frequentes nesse ano. “Flávio Dino tem agenda no interior do Maranhão”, de 23 de julho; “Candidato comunista encerra outra etapa da campanha no interior”, de 27 de julho; e “Candidato comunista faz visita a municípios da Baixada Maranhense”, de 01 de agosto, dentre outras, exemplificam a cobertura dos lugares em que Flávio Dino focalizou a campanha.

A matéria “Flávio Dino perde outra ação no TRE contra Castelo”, de 13 de agosto, mencionou que o juiz responsável pelo caso julgou improcedente a ação movida pelo agente referente à acusação de crimes eleitorais contra João Castelo (PSDB), arquivando o que seria mais uma das ações movidas por Flávio Dino contra o prefeito de São Luís (MA). Em “Flávio Dino cumpre nova agenda em municípios e assume compromissos”, de 14 de agosto, o jornal informou que “o candidato comunista recebeu reivindicações dos moradores em visita ao interior do MA”, comprometendo-se a lançar, caso eleito, programa de abastecimento de água denominado “Água para Todos Nós” (EM, 14/08/2010, s/p) defendido no seu plano de governo.

⁸⁸ A matéria a caracterizou como “instrutora e consultora do Sebrae”, informando que a mesma “nasceu no município de Patos, na Paraíba” e que se definia como “sertaneja do pé rachado e gosto de atender gente” (EM, 02/07/2010, s/p).

⁸⁹ Nasceu em Presidente Dutra (MA). Não foram encontradas mais informações sobre o agente.

A manchete “Candidato do PCdoB apresenta suas propostas de governo em entrevista”, publicada em 21 de agosto, trouxe os principais trechos de entrevista concedida por Flávio Dino ao “Jornal da Mirante”, JMTV, 2ª Edição, mencionando propostas reafirmadas pelo agente em áreas como educação, segurança e saúde caso viesse a ser eleito governador do Maranhão.

Durante cinco minutos, ele disse por que quer ser governador do Maranhão e apresentou propostas de governo. Dino afirmou que tem o desejo de desenvolver o estado. ‘Quero ver o povo maranhense feliz, pois temos potenciais naturais que permitem que nosso estado se desenvolva’, afirmou Dino. O candidato garantiu ampliar o ensino superior com a regionalização da Universidade Estadual do Maranhão; apoiar os municípios na educação básica; criar escolas técnicas e implantar o Estatuto do Professor. Ele afirmou que o esforço principal é a atenção básica à saúde, e a construção de hospitais de média e alta complexidade. Sobre segurança, o candidato comunista apontou como mais importante a duplicação do quadro da Polícia Militar para atender a população. E garantiu, se for eleito governador, que irá disponibilizar 1% do orçamento para a cultura, além da construção de um espaço cultural em cada município maranhense (EM, 21/08/2010, s/p)

Percebe-se, dessa forma, que o jornal compartilhou com seus leitores as propostas de governo anunciadas pelo candidato, buscando ser “fiel” ao que foi dito e sem maiores intervenções por parte do redator da matéria ou do próprio editorial. Contudo, é interessante observar, mais uma vez, a menção ao termo “candidato comunista”, reiteradamente utilizado para se referir a Flávio Dino. Pode-se alegar, em um primeiro momento, que a aplicação é atrelada ao partido no qual o agente estava filiado (Partido Comunista do Brasil), no entanto, compreende-se que “como toda etiquetagem que se expressa em algum tipo de ‘ismo’, o ‘comunismo’ é uma categoria de identificação erguida/redefinida ao longo de um trabalho incessante de classificação” (PEREIRA, 2016, p. 11). Dessa maneira, tais “usos” resultariam “no caráter ambíguo e polimorfo, expresso na multiplicidade de apropriações em lutas políticas, visando delinear proximidades ou distâncias, qualificações ou desqualificações” (PEREIRA, 2016, p. 11), o que significa que a retomada da categoria não é “inofensiva” ou “desproposita”.

Em “Saulo Arcangeli critica os candidatos oposicionistas”, de 25 de agosto, o candidato ao governo do estado, Saulo Arcangeli⁹⁰ (PSOL), afirmou, em entrevista à “Rádio Mirante AM” que “não se muda as estruturas mudando apenas os nomes”, continuando, “Jackson e Flávio são fruto desta mesma estrutura e estiveram na mesma frente com João Castelo e José Reinaldo em 2006” (EM, 25/08/2010, s/p). Fez referência ao discurso de “mudança” e “transformação” largamente utilizado nas campanhas de ambos os candidatos no que tange à história política do Maranhão nos últimos 60 anos, apreendida em “ciclos”, do “vitorinismo” ao “sarneyismo”.

⁹⁰ Nasceu em São Luís (MA), em 1971. Formou-se em Ciência da Computação (UFMA) e fez mestrado em desenvolvimento socioespacial (UEMA). Candidatou-se a cargos no governo e senado, mas nunca se elegeu.

Na matéria “Flávio Dino fala de aliados e propostas”, de 27 de agosto, o jornal informou que o candidato “demonstrou certa irritação ao ter que explicar, na sabatina da “Rádio Mirante AM”, a aliança que mantém com o ex-governador José Reinaldo Tavares (PSB)” (EM, 27/08/2010, s/p). Nessa mesma matéria, Flávio Dino afirmou estar preparado para o “desafio” de governar o Maranhão com base na “honestidade”, o que foi destacado pela publicação.

Sobre o apoio do ex-governador, afirmou: ‘José Reinaldo fez um gesto de coragem. Não tenho nenhum constrangimento. Até porque o candidato a governador sou eu, não ele. O debate é entre mim e os demais candidatos’. Flávio Dino discorreu sobre suas propostas de governo e disse que o problema do Maranhão está na política, uma vez que o estado reúne todas as condições geográficas e de infraestrutura para se desenvolver. Ele afirmou que nesses quatro anos de mandato como deputado não fez outra coisa a não ser defender e trabalhar em defesa do Maranhão. Flávio diz que o que defende é um projeto inovador, um programa moderno de administração do Estado pautado em propostas honestas e na correta aplicação do dinheiro público (EM, 27/08/2010, s/p).

Em “Candidato comunista prega investimentos na produção agrícola”, de 31 de agosto, o “EM” repercutiu trechos de entrevista do candidato durante ato político em Imperatriz (MA), no qual mencionou que as atividades agrícolas “são atividades importantes por serem grandes geradoras de emprego e renda. Por isso devem receber apoio prioritário” (EM, 31/08/2010, s/p). O jornal também mencionou propostas do candidato para a infraestrutura da “região tocantina”, no Sul do Maranhão, como a construção de uma ponte que, em Imperatriz, ligasse o Maranhão ao Tocantins, reforçando também “a importância de uma malha ferroviária e rodoviária eficazes” para a construção do projeto (EM, 31/08/2010, s/p). Na matéria “Flávio Dino quer mostrar mais volume de campanha”, de 03 de setembro, o jornal afirmou que o “candidato comunista fez caminhada e carreta por ruas de bairros de São Luís” para convencer mais eleitores na reta final da campanha. “Estamos na reta final para o primeiro turno dessas eleições e agora a ordem é intensificar a campanha e sair às ruas. Estamos fazendo isso em São Luís e no interior” (EM, 03/09/2010, s/p). A reportagem mencionou que o agente estava “ansioso” pelo início dos debates para que as propostas pudessem ser compartilhadas com mais eleitores.

Em “Comunista não poderá mais usar imagem de Dilma”, de 10 de setembro, foi informado pelo jornal que “o TRE proibiu ontem o candidato Flávio Dino de continuar usando declaração da ex-ministra Dilma Rousseff em apoio à sua candidatura feita na eleição municipal de 2008, na Praça Deodoro” (EM, 10/09/2010, s/p). Na ocasião, afirmou o jornal, “ela disse estar trazendo mensagem de Lula para o comunista” (EM, 13/09/2010, s/p). Para a justiça, reportou, o programa não deixava claro que a declaração havia sido feita em outra ocasião

Em “Disputa chega à reta final com Roseana na liderança”, de 12 de setembro, semanas antes da realização das eleições, o jornal trouxe pesquisa da Escutec que divulgou os seguintes resultados à disputa ao governo do estado: Roseana Sarney (48,7%) de intenções; Jackson Lago, (25,7%), e Flávio Dino (15,7%), na última colocação entre os três principais candidatos. A matéria também trouxe dados de pesquisa do Ibope, contratada pela “TV Mirante”, que mostrava Roseana Sarney (47%), Jackson Lago (25%) e Flávio Dino (13%). Em ambas as pesquisas, segundo a margem de erro, Roseana Sarney também se elegeria no primeiro turno. Para a reportagem, “o candidato do PCdoB perde muito na maioria das regiões, tendo bom desempenho apenas em São Luís, onde consegue ultrapassar Jackson Lago e se colocar como o segundo nome na preferência do eleitorado” (EM, 12/09/2010, s/p). O resultado se daria, segundo analistas ouvidos, pela participação do agente na disputa para a prefeitura de São Luís.

Em 05 de outubro de 2010, os resultados se confirmaram e Roseana Sarney se reelegeu governadora do Maranhão ainda no primeiro turno. A candidata da coligação “O Maranhão não pode parar” recebeu 1.459.782 (60,08%) dos votos. Contrariando as pesquisas, Flávio Dino ocupou a segunda colocação, com 859.255 (29,48%), enquanto Jackson Lago ficou em terceiro lugar, com 569.412 (19,53%). Os demais candidatos não somaram um ponto percentual. A eleição teve 2.914.707 (67,46%) votos válidos, 87.896 (2,03%) votos brancos, 282.497 (6,54%) votos nulos, 1.035.648 (23,97%) abstenções, segundo dados coletados no portal *online* G1⁹¹. As matérias “Flávio Dino reconhece derrota nas eleições e fala de projetos futuros”, de 05 de outubro, e “Para Lula, Flávio Dino reclama sem motivo da derrota”, de 25 de outubro, foram as últimas publicadas pelo “EM”. Ambas repercutiam a derrota do agente na disputa. Dessa maneira, percebe-se que as publicações do jornal durante o ano eleitoral de 2010 priorizaram uma cobertura menos “envolvida” no que diz respeito à candidatura do agente. As reportagens sobre a possível desistência e sobre os apoios que foram sendo perdidos ao longo da pré-campanha externaram a inconsistência e dificuldade na qual a candidatura foi sendo construída.

A disputa direta com Jackson Lago, que possuía a mesma “base” partidária e o mesmo “eleitorado” do agente, também pode ter impossibilitado uma possível ida ao segundo turno a ambos. Portanto, depreende-se que as matérias publicadas sobre o Flávio Dino destacaram a campanha no interior do estado e propostas de governo, caso eleito. Chama a atenção, todavia, o reiterado uso do termo “comunista” ou “candidato comunista” nas matérias analisadas. Porém, ainda que tenham sido realizadas “críticas”, percebe-se uma linha editorial mais contida.

⁹¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/ma/>> Acesso em: 19 setembro 2023.

3.4. Eleições 2014: gestão na Embratur, oportunismo político e segurança pública

Para a discussão, tomou-se um conjunto de 173 matérias publicadas no “EM” sobre Flávio Dino no período. Observou-se, aqui, que Edson Lobão Filho⁹² (PMDB), principal adversário do agente no pleito, ganhou bastante destaque em reportagens publicadas sobre o ex-juiz e candidato ao governo do Maranhão em 2014. Novamente, publicações a respeito dos partidos de ambos os candidatos, PCdoB e PMDB, também foram veiculadas frequentemente. De qualquer forma, um dos assuntos mais debatidos em matérias do “EM” em 2014 foi a gestão de Flávio Dino na Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). O agente foi presidente da pasta entre 2011 e 2014, indicado no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff⁹³ (2010-2014). Flávio Dino recebeu acusações do periódico em relação a uma possível administração “corrupta” no comando da autarquia (evidenciada a partir de “denúncias” de contratos feitas com base em relatórios do TCU e CGU obtidos pelo “EM”).

Flávio Dino também foi acusado de “oportunismo político”. As eleições de 2014 marcaram competição à presidência do Brasil, sendo a então presidente Dilma Rousseff (PT) e o então senador Aécio Neves (PSDB) os principais nomes de uma polarizada disputa nacional. Tal “polarização” foi explorada localmente em publicações do jornal. Na ocasião, o diretório nacional do PT apoiou a candidatura de Lobão Filho, do “grupo” governista, enquanto o diretório local do PSDB indicou o candidato a vice-governador da chapa de Flávio Dino, Carlos Brandão. Nas eleições ao Senado, Lobão Filho uniu forças ao candidato Gastão Vieira (PMDB) e Flávio Dino a Roberto Rocha (PSB). Nesse contexto, matérias do “Em” acusaram Dino de apoiar os candidatos Aécio Neves e Eduardo Campos (PSB) e, ao mesmo tempo, apresentar-se como o “candidato” de Lula e Dilma Rousseff (PT) no estado. Como, tradicionalmente, o PT alcançou votações expressivas no Maranhão (em eleições para a presidência da República), a possibilidade de desassociar-se do partido poderia “desgastar” a candidatura de Flávio Dino.

Por fim, Flávio Dino e seus apoiadores também foram acusados de envolvimento na crise deflagrada no sistema penitenciário do estado entre 2013 e 2014 (situação que culminou na pressão sofrida por Roseana Sarney ao final do seu quarto mandato no governo do Maranhão). Em uma batalha eleitoral marcada por intensa “troca” de acusações, o “nome” do

⁹² Nasceu em Brasília (DF) em 1964. É formado em engenharia civil (UNB) e economia (CEUB). Na política, assumiu mandatos como suplente de Edson Lobão, chegando ao cargo sempre que o pai se assumia outros postos (como ministro de Minas e Energia em 2011). É proprietário da “TV Difusora”, afiliada do “SBT” no Maranhão.

⁹³ Nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1947. Formou-se em economia (UFRGS). Foi secretária estadual de Minas, Energia e Comunicação (RS), ministra de Minas e Energia no governo Lula (2002-2006), ministra-chefe da Casa Civil e a primeira mulher eleita presente no país. Atualmente é presidente do NBD, banco do BRICS.

agente foi vinculado a alguns dos responsáveis pelos postos de direção do sistema penitenciário do estado e a “apoiadores” que estariam comemorando em redes sociais o colapso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas (atualmente Complexo Prisional São Luís). Somando-se a isso, Flávio Dino também foi acusado de associação criminosa após circulação de vídeo em que um suspeito de assaltos a carros-fortes afirmava que o agente seria o “cabeça” da quadrilha especializada nesse tipo de crime no Maranhão. O então candidato do PCdoB acusou a coligação de Edson Lobão Filho (“Pra Frente Maranhão”) de forjar o vídeo para incriminá-lo.

De um lado, a coligação de Edson Lobão Filho (PMDB) contou com o apoio de 18 siglas: PT, PTB, PSL, PTN, PSC, PR, DEM, PSDC, PRTB, PHS, PMN, PV, PRP, PEN, PSD, PTdoB e PMDB. Enquanto isso, a coligação de Flávio Dino (“Todos pelo Maranhão”) recebeu a metade do número de apoios, totalizando 09 legendas: PDT, PSB, PPS, PSDB, PP, PTC, PROS, Solidariedade e PCdoB. A proporcionalidade de adesões às coligações resvalou, dentre outros aspectos, no tempo de propaganda eleitoral obrigatória em rádio e televisão que cada um recebeu: o candidato do PMDB obteve 9 minutos e 28 segundos, e o candidato do PCdoB contou com 5 minutos e 59 segundos. Novamente, as ações judiciais ganharam protagonismo diante de pedidos feitos por coligações rivais, e, nesse caso, o “EM” também sofreu sanções pelo TRE do Maranhão em ações movidas por Flávio Dino solicitando “direitos de respostas”.

A primeira matéria relacionada a Flávio Dino no ano, publicada em 06 de janeiro, foi intitulada “Escórcio comenta notícia de fracasso da Embratur na promoção do turismo”. Nesta, é apresentada a opinião do deputado federal Francisco Escórcio (PMDB) sobre reportagem publicada em 01 de janeiro pela “Folha de São Paulo” intitulada “Gasto de turista brasileiro sobe 10 vezes em 10 anos”. Isso indicaria a “queda no faturamento do turismo local e o aumento na procura de roteiros turísticos em outros países” durante parte da gestão de Flávio Dino.

A matéria traz à tona, mais uma vez, a ineficiência de Flávio Dino (PCdoB) à frente da Embratur. Segundo levantamento do Banco Central, 2013 encerrou com um ‘rombo recorde’ de R\$ 18,6 bilhões nos gastos de brasileiros no exterior e os de estrangeiros no Brasil [...] Ao invés buscar mecanismos e alternativas para alavancar o turismo no Brasil, desde que assumiu a presidência da Embratur (em junho de 2011), Flávio Dino tem passado mais tempo fazendo política no Maranhão (EM, 06/01/2014, s/p.)

A matéria buscou demonstrar, através de dados estatísticos retirados de levantamento produzido por outro veículo de imprensa (de abrangência nacional), que a gestão de Flávio Dino à frente da Embratur não foi bem-sucedida sob o ponto de vista da arrecadação do turismo no país. O comentário do deputado associava o “rombo recorde” que teria sido registrado em 2013 à justificativa de que Dino “ter passado mais tempo fazendo política no Maranhão” que

cumprido suas funções no cargo. E, na mesma matéria, afirmava ainda que a Embratur estava “entregue às baratas” desde que ele assumiu a sua administração.

No *site* da agência, a Embratur é definida como um “serviço social autônomo que tem como objetivo o planejamento, a formulação e a implementação das ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, em cooperação com a administração pública federal”⁹⁴. Portanto, a crítica destacava que o possível “fracasso” da então administração residia justamente na incapacidade de técnica de Flávio Dino como “líder” ou “gestor” em cumprir a “missão” institucional apresentada pela autarquia, suscitando dúvidas quanto as suas habilidades de gestão como chefe do executivo no Maranhão, se eleito.

Foram produzidas ainda matérias sobre um pedido de impeachment que teria sido redigido por “advogados paulistas” contra a governadora Roseana Sarney (PMDB). As matérias “Pedido de impeachment é manobra política de Flávio Dino, afirma Roberto Costa”, de 15 de janeiro, e “Assembleia arquiva pedido de impeachment assinado por paulistas contra Roseana”, de 17 de janeiro, dão conta da tentativa do jornal de responsabilizar Flávio Dino sobre o documento protocolado por advogados do estado de São Paulo que denunciava “crimes contra os direitos humanos supostamente praticados no Sistema Penitenciário do Maranhão” (EM, 15/01/2014, s/p). O pedido foi arquivado pelo então presidente da ALEMA, Arnaldo Melo⁹⁵ (PMDB), alegando o não cumprimento de exigências quanto à redação do documento, não tendo sido sequer aberto protocolo para análise do processo. Segundo Roberto Costa⁹⁶ (PMDB), “o coletivo de advogados foi criado especificamente para aproveitar o momento político no Maranhão, numa manobra direta de Flávio Dino” (EM, 17/01/2014, s/p). E, ainda: “ficaram evidentes as digitais do comunista no pedido de impeachment protocolado na Assembleia” (EM, 17/01/2014, s/p).

Chama a atenção, mais uma vez, o uso da expressão “comunista” para se referir a Flávio Dino. O adjetivo foi empregado como referência direta ao agente, ao seu partido e àqueles que faziam parte de seu “grupo” político (denominados de “comunistas”). Compreende-se que “seja de forma laudatória ou pejorativa, a referência ao ‘comunismo’ faz circular estereótipos na medida em que condensa e catalisa imagens heroicas e estigmatizantes” (PEREIRA, 2016, p. 11). Segundo Pereira, “os enunciados sobre o ser do comunismo/comunista são formulados em

⁹⁴ Disponível em: < <https://embratur.com.br/missao/> > Acesso em 05 setembro 2023.

⁹⁵ Nasceu em Codó (MA), em 1954. Formado em medicina. Na política, cumpre atualmente o sétimo mandato como deputado estadual pelo Maranhão (PP). Assumiu o governo do estado após a renúncia de Roseana Sarney em 2014.

⁹⁶ Nasceu em Recife (PE), em 1974. Na política, assumiu mandatos de deputado estadual em três mandatos (2010, 2014 e 2018).

contextos históricos específicos por agentes sociais determinados, passando por reatualizações e ressignificações” (2016, p. 29). Destarte, a partir da análise das matérias, depreende-se o caráter de estigmatização e depreciação reiteradamente conferido ao termo pelo jornal.

De qualquer maneira, segundo dados do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Maranhão (SINDSPEM-MA) e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP), obtidos pelo “G1 Maranhão”, até setembro de 2014 foram registradas 15 mortes e 105 fugas de detentos do antigo Complexo Penitenciário de Pedrinhas (atualmente Complexo Penitenciário São Luís) (G1, 18/09/2014, s/p). No ano anterior, haviam sido registradas 60 mortes no presídio. Os primeiros homicídios no ano novo ocorreram em 02 de janeiro, ocasião em que o corpo de um apenado, de 31 anos, foi encontrado com sinais de estrangulamento no centro de triagem. Em menos de 12 horas, afirmava a matéria do G1, outro corpo, de um homem de 19 anos, também foi encontrado em uma das celas do presídio.

A operação “Pedrinhas em paz” foi deflagrada para conter as execuções na unidade prisional. Durante o mês de janeiro foram registrados rebeliões internas e ataques criminosos (como incêndios a ônibus e delegacias) em São Luís em represália à operação. O ano foi marcado por diversos assassinatos, rebeliões e fugas de detentos do complexo penitenciário, o que culminou na prisão do então diretor da casa de detenção, Cláudio Barcelos, acusado de suborno e de facilitar fugas de apenados, segundo informou a Superintendência Estadual de Investigações Criminais do Maranhão (SEIC). O ano eleitoral se deu nesse contexto político.

As matérias sobre Flávio Dino no mês de fevereiro se baseavam novamente na gestão do agente na Embratur. Em “Flávio Dino causou prejuízos ao erário, diz relatório da Controladoria Geral da União”, de 16 de fevereiro, o jornal mencionou que o “comunista gastou 3 vezes mais do que deveria com serviço de informática igual ao de outros órgãos, CGU recomenda ressarcimento do dinheiro”. Além dessa, “Gestão de Flávio Dino na Embratur é marcada por denúncias de desvio”; de 17 de fevereiro; “CGU refuta Flávio Dino e confirma superfaturamento em contrato da Embratur”, de 23 de fevereiro; e “CGU mostra em relatório temeridade da gestão de Flávio Dino na Embratur”, de 24 de fevereiro, foram algumas das manchetes publicadas. Nessa última, foi comentando ainda sobre recursos enviados ao estado.

O presidente da Embratur, Flávio Dino, PCdoB, pré-candidato ao Governo do Maranhão, é um gestor público temerário. É isso que comprovam dois relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) sobre as contas do comunista dos anos de 2011 e 2012. O comunista tem se defendido dizendo que teve contas aprovadas pela CGU, só que a CGU não aprova nem desaprova contas. No máximo recomenda ‘regularidade’. A lista de convênios liberados por Flávio Dino, sobre os quais a CGU registra a falta de fiscalização, serve também para constatar que o comunista é bom para o Brasil inteiro, menos para o Maranhão. Para a sua terra ele

não liberou nenhum convênio no seu ano de estreia na Embratur (EM, 24/02/2014, s/p)

Percebe-se, assim, mais uma tentativa de demonstrar a “temeridade” de Flávio Dino como gestor da agência, mencionando-se que o agente não havia liberado recursos para o Maranhão no ano em que ingressou na autarquia, o que só veio acontecer nos anos seguintes, segundo dados da própria matéria. Abril teve início com as seguintes manchetes: “Flávio Dino comete crime eleitoral em evento transmitido ao vivo”, de 01 de abril, e “Flagrado pedindo votos em Timon, Flávio Dino infringiu duas regras”, de 03 de abril, em que foi denunciado possível ato de campanha política antecipada na cidade de Timon (MA), o que é proibido pela legislação eleitoral. De qualquer maneira, o assunto mais presente nas matérias desse mês foi a possível participação da empresa “Alcana Destilaria” – que teria doado R\$ 500.000 para a campanha de Flávio Dino ao governo do estado em 2010 – em denúncias de trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão. Assim, foram publicadas matérias com os seguintes títulos: “Justiça livra jornalista que denunciou empresa doadora da campanha de Flávio Dino”, de 11 de abril; “Empresa que apoiou Flávio Dino tem ligação com trabalho escravo”, de 13 de abril e “Patrocinadora de Flávio Dino pode ser condenada”, de 27 de abril.

O juiz titular Nivaldo Luiz Dias, do TRF do Espírito Santo, acatou integralmente a denúncia do MPF e da Polícia Federal contra sete diretores da Infinity Bio-Energy, que foi flagrada mantendo 1.551 trabalhadores em uma fazenda de corte de cana, em situação análoga à escravidão. A Bio-Energy é filial da Infinity Limited, que tem sede nas Ilhas Bermudas. A empresa tem como propriedade a Alcana Destilaria de Nanuque, que, nas eleições de 2010 - apesar de estar oficialmente falida - tornou-se a maior patrocinadora da campanha eleitoral de Flávio Dino (PCdoB), que na época disputava o Governo do Maranhão (EM, 27/04/2014, s/p)

Repercutido o assunto, o mês de maio foi marcado por especulações quanto ao apoio de Flávio Dino aos candidatos à presidência Aécio Neves⁹⁷ (PSDB) e Eduardo Campos⁹⁸ (PSB), o que o colocaria como oposição à Dilma Rousseff (PT). Matérias como “Lobão Filho não acredita que aliado de Flávio Dino mantenha programas do PT”, de 03 de maio; “Eleição será nacionalizada no Maranhão, com alianças pró e contra Dilma e PT”, de 04 de maio e “Flávio Dino anuncia aliança com PSDB e se distancia da presidente Dilma Rousseff”, de 10 de maio, buscavam desassociar a imagem de Flávio Dino a da candidata à reeleição e de seu partido, que tinha amplo apoio do eleitorado maranhense. Na segunda matéria citada, o jornal afirmou que

⁹⁷ Nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1960. Formou-se em economia (PUC-MG). Nos *domínios políticos*, foi governador e senador por Minas Gerais. Atualmente é deputado federal pelo estado, após se reeleger em 2022.

⁹⁸ Nasceu em Recife (PE) em 1965. Teve formação em economia (UFPE). Na política, foi deputado estadual e federal por Pernambuco e governador do estado. Também assumiu o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia no primeiro governo de Lula (PT). Eduardo Campos morreu em acidente aéreo, em Santos (SP), durante a campanha.

“aliança entre Flávio Dino e Aécio Neves fortaleceu aproximação da presidente e de Lula do palanque de Lobão Filho” (EM, 04/05/2014, s/p), posicionando as candidaturas regionais paralelamente às nacionais. “De um lado, o candidato do PCdoB com o apoio dos presidentiáveis Eduardo Campos e Aécio Neves. De outro, o senador Edison Lobão Filho, pré-candidato a governador pelo PMDB, aliado da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (EM, 04/05/2014, s/p).

Em outra matéria, intitulada “Edilázio Júnior classifica de ‘prostituição política’ as alianças de Flávio Dino”, de 23 de maio, o “EM” informou que “o deputado criticou o fato de o comunista ter fechado com Aécio Neves e Eduardo Campos e, mesmo assim, se apresentar como candidato apoiado por Dilma” (EM, 23/05/2014, s/p), para não perder votos no estado, afirmando ainda que “Dino dá cada vez mais demonstração de ter adotado como prática para a disputa eleitoral o oportunismo em busca do poder”. Essa possível indefinição de “lado” assumida pelo pré-candidato passou a ser explorada em diferentes matérias. Algumas delas, classificavam como “oportunismo político” e “furta-cor” a posição de Flávio Dino, acusando-o de não se comprometer politicamente com seus “aliados”. Por outro lado, a candidatura de Edson de Lobão Filho somente se viabilizou após a retirada da pré-candidatura Luís Fernando Silva⁹⁹, então secretário de Infraestrutura do estado. Apesar de seu nome não ter sido unanimidade no partido, passou a receber apoio de Roseana Sarney e a ter sua imagem veiculada e construída no “EM”. Após lançamento da pré-candidatura, as matérias sobre o senador e sobre sua “disparada” em pesquisas de intenção de voto se tornaram frequentes.

O mês de junho foi marcado pela realização das convenções partidárias que lançaram oficialmente os nomes dos candidatos a governador e vice-governador à disputa pelo governo do estado. Manchetes como “Flávio Dino se esquiva da Justiça para não responder a processo criminal no MA”, de 06 de junho; “Gestão de Flávio Dino na Embratur é alvo de três investigações do TCU”, de 15 de junho, e “Flávio Dino é acionado por crime eleitoral”, de 26 de junho, foram veiculadas. Juntamente a essas, “Lobão Filho consolida apoio de prefeitos da oposição que rejeitam Flávio Dino”, de 13 de junho; “Pesquisa Amostragem mostra crescimento de Lobão Filho em Timon”, 19 de junho e “Lobão Filho cresce e já empata com Flávio Dino em Timon, revela pesquisa”, de 01 de julho, dentre outras, intensificaram-se para corroborar à ideia de que o candidato do PCdoB enfrentava problemas com a Justiça enquanto o candidato do PMDB, aproveitando-se do suposto momento de “instabilidade”, “crescia” em

⁹⁹ Nasceu em São Luís (MA), em 1955. Graduiu-se em ciências contábeis e economia. Na política, assumiu o cargo de prefeito da cidade de São José de Ribamar (MA). Foi secretário de diversas pastas em diferentes governos no estado. Atualmente, é “chefe” da Secretaria Geral de Governadoria no governo de Carlos Brandão (PSB).

pesquisas e se consolidava contra o projeto oposicionista. Na cobertura da convenção partidária de Flávio Dino, o jornal informou, em matéria intitulada “Em convenção, PCdoB oficializa candidatura de Flávio Dino ao governo”, de 30 de junho:

PCdoB, PPS, PSB e PDT se reuniram no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana para confirmar as candidaturas do comunista Flávio Dino ao Governo do Estado, do deputado federal Carlos Brandão (PSDB) para vice-governador e Roberto Rocha (PSB) para o Senado. Nos discursos, também o mesmo tom, com ataques voltados ao grupo liderado pelo candidato a governador, senador Lobão Filho (PMDB), e palavras de ordem comuns aos discursos de estudantes de movimentos sindicais. O candidato comunista agradeceu a todas as lideranças. No entanto, preferiu não comentar seu apoio ao candidato do PSDB à Presidência da República, senador Aécio Neves (EM, 30/06/2014, s/p).

O mês de julho marcou o início das campanhas eleitorais. A partir de então, publicações passaram a ser ainda mais frequentes e a serem realizadas quase que diariamente. Em “Folha confirma avanço de Lobão Filho e queda de Flávio Dino no Maranhão”, de 02 de julho, foi divulgado que “candidato do PMDB subiu 17 pontos percentuais e já aparece com 29,1% das intenções de votos, contra 50,2% de Flávio Dino, que caiu 12 pontos” (EM, 02/07/2014, s/p). A matéria afirmou, “candidato desde 2010, o comunista faz campanha intensa no interior maranhense desde então, mas foi perdendo espaço entre os eleitores à medida que foi se tornando mais claro quem seriam seus adversários” (EM, 02/07/2014, s/p). Em “Lobão Filho diz que votar em Flávio Dino representa “mudar por mudar”, de 12 de julho, o jornal declarou:

O comunista tem-se apresentado desde 2010 como a única opção de alternância de poder ao grupo da governadora Roseana Sarney (PMDB), mas Lobão Filho, que pertence à base, diz representar a ‘renovação’ do mesmo grupo. E relativizou a ‘mudança’ proposta pelo comunista, a quem acusa de querer ‘mudar por mudar’. ‘Nossa candidatura é movida pela renovação política do Maranhão. Não se trata de mudar por mudar, mudar para retroceder e, muito menos, mudar para melhorar a vida de poucos, em detrimento da vida ou bem-estar de muitos. Nosso projeto de renovação é o da verdade, do trabalho’, diz. Desde abril, quando entrou na disputa, Lobão Filho vem diminuindo drasticamente a diferença em relação ao seu principal adversário, que está há quatro anos em campanha. Esta diferença, que já foi de 40 pontos percentuais, caiu para 20 pontos na última pesquisa, divulgada em junho (EM, 12/07/2014, s/p)

Outras manchetes ganharam o noticiário nesse mês. “Senado aceita pedido para investigar contrato milionário da Embratur”, de 19 de julho, “Flávio Dino admite que não pedirá votos para Dilma no Maranhão”, de 23 de julho, e “Presidente do PT classifica Flávio Dino de incoerente e oportunista eleitoral”, de 24 de julho, foram algumas delas. Os assuntos mais explorados permaneceram em torno da falta de apoio de Flávio Dino à candidata à reeleição Dilma Rousseff e da gestão de Flávio Dino na Embratur, entrando em cena, nesse momento, a “descoberta” de possível fraude na celebração de contrato com a empresa *CPM Braxis*

Outsourcing para a manutenção de impressoras e computadores através de licitação aberta pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2009.

Segundo dados obtidos pelo jornal, “foram pagos à empresa aproximadamente R\$ 3 milhões para consertar 270 equipamentos durante os três anos, o que corresponde R\$ 11.111,11 por máquina” (EM, 19/07/2014, s/p), afirmando-se que “o valor gasto com apenas um aparelho seria o suficiente para a compra de pelo menos 20 impressoras ou 10 computadores”. O contrato, no entanto, foi celebrado anteriormente à chegada de Flávio Dino à Embratur, o que chegou a ser informado pelo jornal que, todavia, destacou: “coube ao candidato comunista na época renovar o acordo, apesar de ter opções mais baratas” (EM, 19/07/2014, s/p), o que, segundo o “EM”, não foi revisto na gestão. Essa denúncia amplamente divulgada em matérias nos meses de julho e agosto, concedeu a Flávio Dino, por meio de decisão do TRE do Maranhão, direito de resposta publicado pelo jornal e intitulado “Certidão da CGU desmente acusações contra gestão de Flávio Dino na Embratur”, de 22 de agosto.

Diante da insistência desse jornal em criar uma pauta inexistente, visando ofender a minha honra, venho esclarecer que:

1. O contrato com a empresa COM Braxis foi celebrado em 2009, ANTES de minha gestão na Embratur, quando houve adesão a uma licitação feita na Universidade Federal da Bahia.
2. Esse contrato foi renovado em 2010 e em 2011, também ANTES da minha gestão na Embratur.
3. Em agosto de 2011, logo após assumir a presidência da EMBRATUR, determinei Auditoria em todos os contratos da Embratur. A própria CGU nada encontrou de irregular no contrato com a COM Braxis.
4. Em 2012, o contrato com a COM Braxis foi prorrogado, com pareceres favoráveis da área de informática e da Procuradoria da Embratur. Desta vez, contudo, houve REDUÇÃO no valor do contrato, medida esta que foi por mim determinada.
5. Somente em 2013, a CGU passou a questionar aspectos do contrato com a COM Braxis, todos relativos ao contrato original feito em 2009 (antes da minha gestão na Embratur). A Auditoria da Embratur ofereceu a defesa cabível e os autos ainda serão objeto de julgamento, em algum momento futuro.
6. Jamais houve qualquer acusação contra mim, jamais fui condenado a nada, tampouco a devolver dinheiro a quem quer que seja. Esses são os fatos que esse jornal insiste em ignorar.
7. Logo, é absolutamente falsa a afirmação de que eu aumentei o valor do contrato com a CPM Braxis, contida na matéria. Ao contrário, houve REDUÇÃO, fato este já provado inúmeras vezes.
8. Como prova de que sou absolutamente Ficha-Limpa, segue certidão da CGU, cristalina e indiscutível.

Flávio Dino. Candidato ao governo do Maranhão (EM, 22/08/2014, s/p)

Após a concessão desse primeiro direito de resposta ao candidato, o jornal publicou matéria com o seguinte título: “Justiça barra duas novas tentativas de censura de Flávio Dino a O Estado”, de 29 de agosto, em contrapartida a um novo pedido de resposta exigido por Flávio Dino. A notícia afirmava que “após fuga de entrevista na rádio Mirante AM, comunista tentou rebater matéria do jornal; o principal motivo alegado pelo comunista diz respeito à suposta

negativa da rádio a um pedido de direito de resposta” (EM, 29/08/2014, s/p). As ações judiciais movidas por ambos as “grupos” políticos foram bastante veiculadas no jornal. Em “Lobão Filho processa Flávio Dino por crimes de calúnia e difamação”, de 26 de setembro, discutiu-se a respeito de um vídeo em que um suspeito de assaltar um carro-forte reivindicava a participação de Flávio Dino como “cabeça” de uma “quadrilha especializada em assalto a bancos e tráfico de drogas” (EM, 24/09/2014, s/p). O vídeo ganhou grande repercussão em blogs e jornais locais.

Na matéria original que denunciava o caso, intitulada “Vídeo que envolve Flávio Dino em quadrilha altera o debate da campanha”, de 24 de setembro, foi informado que, há duas semanas, “a campanha de Flávio Dino vem utilizando uma espécie de carta de seguro, alertando a população de que fatos poderiam surgir na campanha, como se se prevenisse de algo que estivesse temendo acontecer a qualquer momento” (EM, 24/09/2014, s/p.), levando ao entendimento de que o candidato saberia antecipadamente do conteúdo exposto no vídeo. Segundo o jornal, “o comunista acusou diretamente Lobão Filho de ser o autor do vídeo em que um detento faz acusações de participação em crimes contra ele e seus aliados” (EM, 26/09/2014, s/p.), motivando o processo de Edson Lobão Filho contra Flávio Dino por calúnia e difamação. Anteriormente, em matéria intitulada “Lobão Filho denuncia ataques de Flávio Dino”, de 17 de setembro, o candidato chegou a criticar a “campanha agressiva” de seu adversário contra ele na internet. “Iniciamos nossa campanha há cerca de 90 dias e meu adversário já está na estrada há muitos anos. É natural que se tenha um acirramento em virtude do nosso crescimento e derrocada do comunista” (EM, 17/09/2014, s/p).

Em “Lobão Filho afirma em debate que Flávio Dino não conhece o Maranhão”, de 28 de agosto, e em “Programa de Lobão Filho desmonta ‘falso discurso’ da mudança de Flavio Dino”, de 29 de agosto, o jornal afirmou que “as mesmas promessas hoje apresentadas por Flávio, já haviam sido ditas por Edivaldo Júnior”¹⁰⁰ e que Flávio excluía o então prefeito de São Luís sua campanha e de seus programas políticos, “temeroso em relação ao impacto negativo à sua candidatura” (EM, 29/09/2014, s/p). Na mesma matéria, Lobão Filho também “rechaçou os ataques diários do adversário ao Maranhão, criticou o discurso de que no estado só há miséria, baixa produtividade e injustiça social, e defendeu a imagem de um estado rico, de oportunidades e que só cresce nacionalmente” (EM, 29/09/2014). O candidato ainda afirmou que se o adversário admitisse a boa gestão do governo Roseana Sarney no estado em áreas como a saúde e educação, por exemplo, “o que ele teria para dizer? o que ele teria para mudar?”.

¹⁰⁰ Nasceu em São Luís (MA), em 1978. Formou-se em direito. Na política, foi vereador e prefeito reeleito de São Luís. Também foi deputado federal pelo Maranhão. Em 2022, disputou o governo do estado, sendo derrotado.

Assim, setembro e outubro, meses que marcaram a reta final da campanha, registraram as matérias: “Flávio Dino volta a usar helicóptero de Dedé Macedo em campanha”, de 02 de setembro e “Gestão de Flávio Dino na Embratur não priorizou investimentos no Maranhão”, de 05 de setembro. A primeira informava que José Wilson Macedo, o Dedé Macedo, “é tido como um dos maiores agiotas do Maranhão e que em 2010, também pertencia a ele o helicóptero usado por Flávio Dino, que não foi declarado na prestação de contas do comunista” (EM, 02/09/2014, s/p). A matéria informava ainda que “foi a primeira vez do comunista usando-o nesta campanha e que até uma bandeira com o número do candidato foi afixada para uso em um sobrevoo pela cidade” (EM, 02/09/2014, s/p). Em relação à segunda matéria, são apresentados dados, veiculados no programa eleitoral de Lobão Filho, que demonstrariam que Flávio Dino não realizou investimentos no Maranhão enquanto esteve na Embratur por “rejeitar qualquer tipo de parceria institucional com a governadora Roseana Sarney”.

Programa de Lobão Filho mostrou que o comunista optou por investimentos em outros estados durante o período em que esteve no comando da autarquia. Em números, o comunista preferiu, por exemplo, priorizar investimentos aos estados do sul do país, do que beneficiar o Maranhão. Em 2013, Flávio Dino beneficiou 22 estados com convênios de incentivo ao turismo. Mas, se rejeitou a realizar qualquer tipo de parceria institucional com o governo Roseana Sarney (PMDB), e acabou fechando convênio com apenas três, dos 217 municípios do estado. Há três semanas o senador Lobão Filho desconstruiu a imagem de ‘bom gestor’ pregada por Flávio Dino. Ele mostrou, por exemplo, que o comunista é alvo de processos do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público de Contas (MPC) por irregularidades apontadas em sua gestão na Embratur (EM, 05/09/2014, s/p)

Em “Governo investiu mais de R\$ 2,5 bilhões em obras em municípios da oposição”, de 07 de setembro, o jornal mencionou que “ao contrário do que vem dizendo o candidato Flávio Dino, a governadora Roseana Sarney destinou verbas para as prefeituras comandadas por aliados” e que “convênios foram assinados com praticamente todos os prefeitos, incluindo os aliados do comunista” (EM, 07/09/2014, s/p). A reportagem tinha como intuito esclarecer que a governadora Roseana Sarney (PMDB) havia, durante a gestão, enviado verbas para os municípios cujos prefeitos eram de partidos de oposição, incluindo o PCdoB de Flávio Dino, mencionando inclusive valores que teriam sido destinados a cada cidade. Ao longo das reportagens publicadas nesse ano, aquelas que rebatiam informações veiculadas em programas eleitorais do agente a respeito do governo do estado, ganharam bastante destaque no jornal.

Dando continuidade, em matéria intitulada “Flávio Dino foi medíocre como juiz e um fracasso na Embratur, diz Lobão Filho”, de 25 de setembro, Lobão Filho afirmou que Flávio Dino não havia registrado uma boa produtividade como juiz e como presidente da Embratur, e acusou o adversário de ter ligação com os ataques a ônibus em São Luís ao longo do ano.

‘Os números dele [Flávio Dino] como juiz são medíocres na produtividade’. Ele criticou até a qualidade textual de algumas peças protocoladas pelo comunista. Lobão Filho ressaltou ainda os problemas de Dino na sua passagem pela Embratur. ‘Como presidente da Embratur foi um fracasso’. Pior é que tem escândalos sobre sua gestão na Embratur [...] O senador reiterou que, no início da semana, em entrevista ao JMTV 1ª Edição, da TV Mirante, havia alertado para ouro dado do perfil eleitoral de Flávio Dino e de seus aliados: o uso político dos ataques em virtude do recebimento, pela coordenação de sua campanha, de pelo menos três informes que apontavam nesse sentido. A primeira foi de uma assessora do deputado federal Pinto da Itamaraty, que nas redes sociais comemorava os ônibus queimados e afirmava: ‘O bonde entrou’. Depois disso, teve uma do Márcio Jardim, outro aliado do comunista, que afirmou nas redes sociais que tinha informações que quem tocou fogo foram ‘os loucos do 65’ [número de Flávio Dino], relatou. De acordo com o candidato, o terceiro informe relacionaria aliados do comunista ainda ligados ao Sistema de Segurança do Estado com os ataques na ilha. ‘É de conhecimento público que tem gente que conhece bem a Segurança do Maranhão, ligada a Flávio Dino. São pessoas ligadas a ele, que estão comemorando esse caos’, declarou (EM, 25/09/2014, s/p).

O comentário do candidato deixava explícito que Flávio Dino teria “aliados” no Sistema de Segurança do estado que poderiam estar, de alguma forma, relacionados à crise na segurança pública e a uma possível omissão na resolução do problema, afirmando ainda que uma apoiadora do agente teria ironizado nas redes sociais os ataques a ônibus, mencionando que o “bonde havia passado” em clara referência ao nome de uma das facções criminosas por trás da insegurança implantada na cidade. Apesar do clima e das acusações que tomaram conta da reta final das eleições, conforme observado, em outubro de 2014, Flávio Dino se elegeu governador do Maranhão. Na matéria que anunciava a vitória do candidato opositorista, o jornal informou:

Comunista obteve 63% dos votos, totalizando mais de 1,6 milhão; Lobão Filho, do PMDB, ficou com mais de 33%. Quatro anos depois de ser derrotado no primeiro turno pela atual governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), o candidato da coligação ‘Todos pelo Maranhão’, Flávio Dino (PCdoB), mais do que dobrou a votação conseguida em 2010 e elegeu-se ontem, também em primeiro turno, novo governador do estado (06/10/2014, s/p)

A partir do resultado, passaram a ser publicadas matérias sobre a equipe de transição e os nomes informados por Flávio Dino para compor as secretarias de seu governo. Os primeiros nomes indicados, revelados em matéria intitulada “Flávio Dino anuncia os dois primeiros nomes de sua futura equipe”, de 11 de novembro, foram Marcelo Tavares (PSB) na Secretaria da Casa Civil e Marcio Jerry (PCdoB) na Secretaria de Articulação e Assuntos Federativos. Por fim, dois últimos “artigos de opinião” divulgados pelo jornal podem ainda ser destacados. Em “Caso eu fosse Flávio Dino”, de 12 de outubro, Joaquim Haickel¹⁰¹ mencionou uma série de condutas que teria caso assumisse o governo no lugar do agente. Uma delas é que “nenhum

¹⁰¹ Nasceu em São Luís (MA), em 1959. É formado em direito (UFMA). Na política, assumiu os cargos de deputado estadual e deputado federal pelo Maranhão. É filho do também político Nagib Haickel.

parente meu ocupará cargo no governo, mesmo que o inconveniente do Joaquim Haickel acredite que eu deva nomear meu irmão Sávio e meu pai Sálvio para Secretarias” (EM, 12/10/2014, s/p). Andrea Murad¹⁰², filha de um dos cunhados de Roseana Sarney, em “Flávio Dino quer os dois poderes”, de 28 de dezembro, destacou não assentir com a eleição de Humberto Coutinho (PDT), ex-prefeito de Caxias (MA), para a presidência da ALEMA, uma vez que significaria dar “dois poderes para Flávio Dino: executivo e legislativo” (EM, 28/12/2014, s/p). Ambos faziam parte da base política do antigo governo.

No início de dezembro, Roseana Sarney (PMDB) renunciou ao cargo alegando “problemas pessoais”¹⁰³. Segundo informações do “Jornal Nacional”, da TV Globo, a filha de José Sarney estaria enfrentando “denúncias de corrupção” em esquema de propina a empreiteira. Roseana Sarney negou a acusação. Arnaldo Melo (PMDB) assumiu o cargo. Percebe-se, assim, que as eleições de 2014 podem ser consideradas como as primeiras em que se observou uma “campanha” coordenada de “detração” de Flávio Dino por parte do jornal. Devido ao desgaste político enfrentado pela governadora Roseana Sarney em relação à crise no sistema penitenciário da capital do estado e, mais recentemente, às acusações de corrupção, dentre outras razões, Flávio Dino conseguiu se colocar como o principal “adversário” da *facção política* de José Sarney e aspirar a chances reais de se eleger governador do Maranhão. Acusações e “boatos” passaram a ser frequentemente publicados e repercutidos no “EM”. Manchetes denunciando fraudes e corrupção na gestão do agente na Embratur podem ser interpretadas como tentativas de desqualificação pública de sua competência e idoneidade.

As alegações quanto à posição “furta-cor” que Flávio Dino teria assumido nas eleições em relação à disputa nacional podem ser ainda concebidas como uma forma de ratificar os movimentos feitos pelas redes e coligações no estado, nesse caso, desfavoráveis ao agente pelo apoio do PT ao candidato “governista”, tendo em vista que o Maranhão tradicionalmente se colocou como um “reduto” eleitoral do partido. Por fim, manchetes referentes à possível interferência, direta ou indireta, na “crise” de segurança pública do estado reforçam à ideia de que “aliados” do Flávio Dino estariam por trás do “colapso” enfrentado na segurança do estado.

¹⁰² Nasceu em São Luís (MA), em 1981. É formada em Comunicação Social (FAAP). Na política, assumiu o cargo de deputada estadual. É filha dos também políticos Ricardo Murad e Teresa Murad, ex-prefeita de Coroatá (MA).

¹⁰³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/roseana-sarney-renuncia-ao-cargo-de-governadora-do-maranhao.html>> Acesso em 30 setembro 2023.

3.5. Eleições 2018: promessas não cumpridas, espionagem e inelegibilidade

No que se refere à campanha eleitoral que daria a Flávio Dino (PCdoB) mais um mandato no governo do Maranhão, analisou-se um conjunto de 192 matérias. Roseana Sarney (PMDB), principal adversária na disputa, novamente ganhou destaque em manchetes sobre o adversário. No plano nacional, 2018 teve início com o vice-presidente eleito Michel Temer¹⁰⁴, do mesmo partido da ex-governadora, ocupando o posto de presidente do Brasil após o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff (PT) em 2016. Réu em investigações da “Operação Lava Jato”¹⁰⁵, questionava-se sobre a candidatura de Lula para um eventual terceiro mandato na presidência. Então, no mês de abril, foi expedido contra o ex-presidente mandado de prisão pelo então juiz Sérgio Moro¹⁰⁶. Meses depois, o PT oficializou Fernando Haddad¹⁰⁷ como substituto na disputa pela presidência. O candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro¹⁰⁸ (PSL), que viria a vencer o pleito no segundo turno, despontou como o principal “nome” na disputa. No Maranhão, o pleito foi encerrado no primeiro turno com a reeleição de Flávio Dino.

As matérias sobre Flávio Dino no “EM” obedeceram ao mesmo “padrão” das eleições passadas. O governador enfrentou diretamente a candidata da *facção política* de José Sarney, a filha do ex-presidente, Roseana Sarney, o que culminou em coberturas pelo jornal a respeito, por exemplo, de promessas não cumpridas pelo agente durante o primeiro mandato, ressaltando supostos aumentos em índices de pobreza e da fome no estado. Além disso, escândalos na Secretaria de Saúde do Estado (SES), envolvendo, inclusive, a morte de um médico que teria deixado “carta de suicídio” denunciando a participação de membros do governo em atividades ilícitas também ganharam as manchetes. De qualquer modo, o assunto mais repercutido no ano foi a sentença, em primeira instância, que decretava a inelegibilidade de Flávio Dino por 8 anos a partir de denúncia de coligação rival em relação ao uso do programa “Mais Asfalto” para cooptação de votos ao prefeito apoiado pelo agente em Coroatá (MA) nas eleições de 2016. Por fim, denúncias envolvendo a contratação exacerbada de capelães (líderes religiosos os quais

¹⁰⁴ Nasceu em Tietê (SP), em 1940. Formou-se em direito (PUC-SP). Exerceu os cargos de deputado federal por São Paulo e vice-presidente em ambos os mandatos de Dilma Rousseff. Foi ainda procurador-geral do estado.

¹⁰⁵ Conjunto de investigações e diligências realizadas contra políticos, empreiteiros, empresários, etc. contra os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, por exemplo, em obras públicas no país.

¹⁰⁶ Nasceu em Maringá (PA), em 1972. Formou-se em direito (UEM). Em 2022, elegeu-se senador pelo Paraná. Foi também ministro de Justiça e Segurança Pública no governo de Jair Bolsonaro.

¹⁰⁷ Nasceu em São Paulo (SP), em 1963. Formou-se em direito (USP). Foi prefeito de São Paulo e ministro da Educação em governos de Lula e Dilma Rousseff. É atualmente ministro da Economia no atual mandato de Lula.

¹⁰⁸ Nasceu em Glicério (SP), em 1955. Fez carreira no Exército. Foi vereador pela cidade do Rio de Janeiro, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro por quase 30 anos. Elegeu-se presidente do Brasil em 2018 e foi derrotado nas urnas em 2022 em disputa acirrada com o candidato Lula (PT).

uma das funções é realizar cultos religiosos em repartições públicas) e “espionagem” política contra opositores pela política civil a pedido do governador foram repercutidas pelo “EM”.

A primeira matéria sobre Flávio Dino no “EM” em 2018, intitulada “Flávio Dino mascara dados de levantamento sobre cumprimento de promessas”, de 04 de janeiro, afirmava que “portal de notícias G1 avalia apenas 37 promessas, mas comunista apresentou 65 em documento registrado na Justiça Eleitoral, em 2014” (EM, 04/01/2018, s/p). O texto repercutia reportagem do portal “G1” que ranqueava os governadores eleitos que mais cumpriram promessas de campanhas, mencionado que “de 37 itens avaliados, o governo já cumpriu totalmente 22 propostas, outras 12 foram apenas em parte cumpridas e 03 não foram cumpridas” (EM, 04/01/2018, s/p). Tais dados, segundo o jornal, estariam sendo “escamoteados” pelo governador, que teria assumido, com base no levantamento, o cumprimento de 92% das propostas, não levando em consideração o registro de 65 e não 37 propostas no TRE em 2014.

Repercutindo o assunto, em 06 de janeiro, o “EM” publicou, “Promessas não cumpridas de Flávio Dino levaram ao aumento da pobreza no MA”, comentando que “entre as 65 ações registradas em 2014 na Justiça Eleitoral, pelo menos 20% tratavam de combate à pobreza e aumento da Segurança; nenhuma delas foi cumprida pelo governador” (EM, 06/01/2018, s/p).

O documento assinado por Dino e disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) versava basicamente, em suas 65 promessas, sobre combate à miséria, aumento da renda e melhora na segurança pública. Nenhuma delas foi cumprida. Já no item 3 do seu programa de governo, o comunista estabelece o ‘programa Segurança para Todos’, que prometia, entre outras coisas, ‘dobrar o número de policiais e bombeiros disponíveis para atender aos cidadãos maranhenses’ (EM, 06/01/2018, s/p)

O mês de janeiro teve, assim, outras matérias sobre o suposto aumento dos níveis de pobreza e miséria no estado após o primeiro mandato de Flávio Dino. Em “Adversários apontam aumento da miséria como fracasso da gestão Flávio Dino”, de 08 de janeiro, e “Flávio Dino reassume o governo em meio a debate sobre miséria”, 10 de janeiro, são algumas das reportagens que tratavam sobre o tema. A primeira traz dados do IBGE, afirmando que o instituto de pesquisa “apontou crescimento de 2% nos índices de Pobreza extrema no Maranhão no período de 2015 a 2017, desmoralizando as promessas de campanha do comunista para o setor social” (EM, 08/01/2018, s/p). A matéria traz ainda depoimentos como o do então pré-candidato Ricardo Murad¹⁰⁹, que mencionou: “o governo comunista de Flávio Dino aumentou a pobreza e perseverou nesse modelo, que faz tudo para cooptar políticos”; do senador e ex

¹⁰⁹ Nasceu em São Luís (MA), em 1956. Formado em direito pela UFMA. Assumiu os cargos de deputado estadual e federal pelo Maranhão e prefeito de Coroatá (MA). Foi derrotado em tentativas de chegar à prefeitura de São Luís e ao governo do estado. Em 2022, candidatou-se a deputado federal, mas não se elegeu.

aliado de Flávio Dino, Roberto Rocha: “o problema do fracasso de Flávio Dino é a política autoritária e exclusivista implantada no estado” e de Roseana Sarney que afirmou: “2018 será um ano de esperança por melhores dias” (EM, 08/01/2018, s/p). Foi discutido que “para tentar contrapor os dados do IBGE, Dino tentou vender nas redes sociais que a pobreza é fruto de atrasos históricos no Maranhão”. Em resposta às publicações do jornal, Flávio Dino ponderou, “Agora cobram que eu resolva as omissões em apenas três anos”, o que, segundo o jornal seria uma justificativa para o fato de, segundo dados do instituto, “o período comunista de governo no Maranhão ter produzido, em três anos, 312 mil miseráveis no estado” (EM, 08/01/2018, s/p).

Nos primeiros meses do ano, o jornal discutiu a provável inelegibilidade de Lula e a posição de Flávio Dino quanto à situação do ex-presidente. Em “Inelegibilidade de Lula enfraquece palanque de Flávio Dino no Maranhão”, de 27 de janeiro; “Mídia nacional aponta incoerência de Flávio Dino sobre Ficha Limpa”, de 28 de janeiro; e “Flávio Dino reforça discurso nacional na abertura dos trabalhos na Assembleia”, de 06 de fevereiro, discute-se, por exemplo, que “se Lula não entrar no jogo, Flávio Dino perde aquele que seria seu mais forte cabo eleitoral na campanha” e que “sem um candidato com essa musculatura para ajudar o comunista na tarefa de pedir votos Maranhão adentro, até mesmo aliados admitem que a missão será ainda mais difícil para o atual governador” (EM, 27/01/2018, s/p).

Desde a condenação do ex-presidente, o governador do Maranhão já se manifestou pelas redes sociais e deu diversas entrevistas tentando contestar o resultado do julgamento. Segundo ele, por exemplo, o aumento da pena do petista seria uma espécie de ‘combinação’ para evitar a prescrição dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro pelos quais o petista foi condenado. O especialista Maurício Zanoide de Moraes, professor de processo penal da Faculdade de Direito da USP contestou a tese. Para ele, o posicionamento de Dino é ‘uma afirmação política’. Idealizador da Lei da Ficha Limpa, o ex-juiz e hoje advogado Márlon Reis, também contesta outro ponto do discurso de Dino: o de que Lula pode se beneficiar de uma brecha – que o comunista admite ter colocado, enquanto deputado federal, no texto aprovado pela Câmara em 2010. A ‘manobra’ consistiria em requerer ao STF ou ao STJ a suspensão da inelegibilidade até o julgamento do mérito de todos os recursos contra a condenação (EM, 27/01/2018, s/p)

A matéria de 28 de janeiro citava reportagem do jornal “O Globo” que teria afirmado “ao confirmar a condenação do petista e, assim, transformá-lo em ficha-suja, o TRF-4 deixou em situação constrangedora, por tabela, alguns aliados do ex-presidente” e que “políticos que há alguns anos eram ferrenhos defensores da Lei da Ficha Limpa agora tentam adequar seus discursos para defender Lula” (EM, 28/01/2018, s/p). A imagem ilustrativa da matéria original seria justamente uma foto de Flávio Dino. A reportagem do “EM” mencionou ainda que, para Flávio Dino, “a lei ‘ajuda’ e não atrapalha Lula”. Por fim, foi discutido em outro texto: “desde

a condenação de Lula, comunista tenta ocupar espaços como liderança da esquerda brasileira no debate sucessório” (EM, 06/02/2018, s/p) através de discurso de abertura dos trabalhos na ALEMA, afirmando ainda que o então governador buscava “reforçar um discurso nacionalizado, com foco na imagem que o comunista tenta criar de liderança da esquerda, diante da possibilidade de o ex-presidente Lula ser preso – após condenação no caso do triplex do Guarujá – e não ser candidato em outubro” (EM, 06/02/2018, s/p).

Outro assunto explorado na pré-campanha pelo “EM” diz respeito às possíveis “traições” de Flávio Dino para com os antigos “aliados”. Aqui, cabe discussão a respeito de alguns dos códigos de lealdade e fidelidade próprios ao *jogo faccional*. A manutenção dessas relações “requer cultivo continuado de troca de favores”, ou seja, “cada um dá ao outro algo que este último não consegue obter para si mesmo” (LANDÉ, 1977, s/p). Desse modo, tendo em vista o protagonismo do “líder” nas *facções políticas*, que mantém simultaneamente relações com diferentes “seguidores”, pode haver situações em que alguns desses deixem de obter o “retorno” esperado dessa associação (e vice-versa), fazendo com que “vínculos” sejam interrompidos. As ligações entre “líderes” e “seguidores” se baseiam no princípio da “reciprocidade”, ou seja, “um seguidor pode abandonar seu líder e procurar outro; o líder pode parar de conceder benefícios a um seguidor sem valor” (LANDÉ, 1977, s/p). Portanto, o argumento referente à “traição” utilizado por “ex-aliados” e reforçado pelo jornal não encontra sustentação teórica visto que esses agentes se submeteram voluntariamente a essas “conexões”.

De qualquer maneira, manchetes como “Madeira reforça coro contra ingratidão de Flávio Dino a Zé Reinaldo”, de 01 de março; “Com histórico de traições e ingratidão, Flávio Dino chega esvaziado ao processo eleitoral”, de 03 de março, e “Flávio Dino desdenha do afastamento de José Reinaldo e ironiza disputa”, de 05 de março, informam que “comunista enfrenta o ressentimento de lideranças que o ajudaram desde a primeira eleição, em 2006, e tiveram dele apenas o desprezo quando no comando do governo” (EM, 03/01/2018, s/p).

O afastamento do ex-governador José Reinaldo Tavares (sem partido), que ajudou a criar o Dino político, foi apenas o mais recente na crescente lista de ressentidos com o tratamento que receberam do comunista ao longo de seus anos no poder estadual. Além de Tavares, a lista de vítimas da ingratidão de Dino inclui o ex-governador Jackson Lago (PDT), o senador Roberto Rocha (PSDB), o deputado federal Waldir Maranhão (Avante), o ex-ministro Edison Vidigal, o ex-prefeito Sebastião Madeira (PSDB), o deputado estadual Eduardo Braide (PMN), o empresário Dedé Macedo, e diversos outros políticos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para transformar o ex-juiz federal, praticamente desconhecido do eleitorado maranhense, em liderança política hoje ocupante do Palácio dos Leões. ‘O que todo mundo já sabe é que Flávio Dino é um ditador’, disse Braide, em debate sobre aprovação e projetos na Assembleia Legislativa. ‘Ele só convive com quem diz amém. Qualquer político que tenha um mínimo de independência, ele descarta’ (EM, 03/03/2018, s/p).

A matéria afirmou ainda que “neo-dinistas são tratados com desconfiança” e que cabia “ao lugar-tenente do governador, Márcio Jerry, a missão de ‘filtrar’ a chegada de ex oposicionistas” (EM, 03/03/2018, s/p). É informado, dessa maneira, que “lideranças que aderiram ao governo ao longo do mandato de Dino vivem às voltas com deboches e piadinhas nos corredores do Palácio dos Leões” e que “a formação das coligações que devem embalar o projeto de manutenção do poder comunista também privilegia apenas os aliados mais próximos de Dino e Jerry” (EM, 03/03/2018, s/p). Nota-se que a que a matéria menciona um possível “projeto de manutenção do poder comunista” no estado, associando-o com a “desconfiança” depositada em “neo-dinistas”, dando a entender que existiriam correligionários anteriores (“dinistas”) que mantinham relações com o governador desde sua chegada ao cargo em 2014.

Dessa maneira, compreende-se como o uso do termo “dinista” passou a ser empregado para se referir ao “grupo” político do governador. A expressão se insere no rol de *etiquetagens políticas* encontradas na historiografia do estado, mobilizadas por *especialistas e profanos*¹¹⁰, as quais buscam compreender e “dividir” a história política do Maranhão em “ciclos” políticos. Collovald (1991, p. 97), discutindo os usos do *poujadisme* no contexto francês, estabelece que os “ismos” podem ser apreendidos como uma forma de “acusação política que visa à estigmatização dos atores por eles designados, uma advertência contra esses atores”. A autora menciona ainda que tais expressões podem “fazer parte de um instrumento de denúncia cuja simples menção é suficiente para se tornarem insultos, agindo como um condensador de estigmas, como associações desqualificantes” (COLLOVALD, 1991, p. 98). Portanto, os usos do termo “dinismo” e/ou “dinista” em matérias publicadas pelo jornal, diante do contexto apreendido nessas eleições, dão conta de buscar “desqualificar” Flávio Dino e seus apoiadores.

Um dos assuntos que mais rendeu matérias nos primeiros meses do ano foi a denominada “farra dos capelães”. Os títulos “Flávio Dino criou 36 novas vagas de capelão da Polícia em 3 anos”, de 17 de março, e “Deputada pede que MPE investigue nomeação de capelães por Dino” de 22 de março, apontavam para uma suposta fraude na criação de 36 vagas de capelães da polícia e do corpo de bombeiros. Tratam-se de “indivíduos autorizados a prestar assistência religiosa e realizar cultos em corporações militares”¹¹¹, segundo o jornal, seria distribuído para “lideranças religiosas, principalmente, das igrejas evangélicas”, o que também constituiria “abuso de poder econômico e político” (EM, 22/03/2018, s/p).

¹¹⁰ “Desde a ativação feita pelos profanos até aquelas operadas pelos especialistas da representação política, passando por uma série de intérpretes estabelecidos tanto nos *domínios* políticos como intelectuais, proliferam-se exemplos de usos possíveis” (GRILL, 2012, p. 194).

¹¹¹ Disponível em: < <https://www.ma.gov.br/noticias/maranhao-autoriza-trabalho-de-capelaes-em-espacos-como-penitenciarias-e-unidades> > Acesso em: 31 agosto 2023.

O mês de abril ficou marcado por publicações de denúncias envolvendo a morte de um médico que teria participado de esquema criminoso na Secretaria de Saúde de Estado (SES). Dessa forma, as matérias “Corrupção e morte de médico assombram o governo Flávio Dino”, de 14 de abril; “Morte de médico expõe corrupção do governo em nível nacional”, de 16 de abril e “Andrea Murad quer investigação da PGR ao Governo Flávio Dino” de 19 de abril, dão conta da cobertura realizada sobre o assunto. Segundo informações, o médico havia sido “encontrado morto em seu apartamento, em Teresina (PI), quatro dias após divulgação de uma carta escrita de próprio punho, com várias denúncias contra o governo Flávio Dino (PCdoB)”, afirmou o jornal. “O médico era uma espécie de arquivo da corrupção comunista no Maranhão” (EM, 16/04/2018, s/p). A carta traria “acusações diretas ao próprio Flávio Dino e a alguns dos seus secretários mais próximos” (EM, 14/04/2018, s/p). As matérias ainda informaram que “apesar de a polícia admitir a provável hipótese de suicídio, os grandes veículos de comunicação levantam suspeitas, sobretudo para as causas que podem ter levado à morte do médico” (EM, 16/04/2018, s/p), relacionado o episódio às denúncias de corrupção na saúde¹¹².

O caso levou a uma representação da deputada Andrea Murad na PGR, encaminhada à procuradora-geral Raquel Dodge, considerando a possível autenticidade da carta, reivindicada pelo advogado do médico. A divulgação da carta teria ocorrido dois dias antes da morte do médico, que cumpria prisão domiciliar. Segundo o “EM”, o documento trazia os nomes de Flávio Dino e Carlos Lula¹¹³, então secretário de Saúde, dentre outros. O jornal informou ainda que o secretário era investigado pela Política Federal por desvio de dinheiro público em Chapadinha (MA). “É urgente que Vossa Excelência adote as medidas cabíveis e necessárias para fazer cessar os ilícitos” (EM, 16/04/2014, s/p), solicitava a deputada e filha do cunhado de Roseana Sarney, Ricardo Murad. Utilizando linguagem emotiva, a matéria trouxe o que seriam trechos do documento, transcritos na solicitação à PGR, nos quais o médico pedia “perdão, principalmente a mãe”, mencionava “amizades inadequadas” e que “pagaria pelo erro” (EM, 16/04/2018, s/p).

¹¹² Segundo a denúncia, o esquema desviou R\$18 milhões da pasta no estado. “A carta manuscrita, publicada em primeira mão no blog de Neto Ferreira, no início da semana, revela que, tanto Flávio Dino quanto auxiliares diretos sabiam do esquema operado na Saúde e utilizavam o médico também para pagamentos de questões de interesses” (EM, 14/04/2018, s/p). esquema de desvio de verbas e fraudes na contratação e pagamento de pessoal. Segundo informações do G1 Maranhão, “as investigações indicaram a existência de 424 pessoas que teriam sido incluídas indevidamente nas folhas de pagamentos dos hospitais estaduais sem a prestação de serviços às unidades hospitalares” (Disponível em: <g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/policia-federal-deflagra-operacao-contradesvios-de-dinheiro-pelo-governo-do-maranhao.ghtml> Acesso em 01 outubro de 2023).

¹¹³ Nasceu em São Luís (MA), em 1982. Formou em direito. Após renunciar ao posto na SES, em 2021, elegeu-se deputado estadual pelo Maranhão, sendo o terceiro mais votado no pleito.

As denúncias sobre abuso de poder e perseguição política que estariam sendo cometidos pelo governador Flávio Dino continuaram a estampar as manchetes do jornal no primeiro semestre. Matérias como “Partidos emitem nota de repúdio e consideram atentado à democracia documento da PM”, de 20 de abril; e “Partidos vão interpelar Dino por chamar adversários de ‘mafiosos’”, de 25 de abril, esclarecem a afirmação. Na primeira delas, afirmou-se que “PSDB, PMN, PRP, PV e PSD se manifestaram emitindo nota de repúdio pelo uso eleitoral da PM para intimidar os adversários políticos do comunista” (EM, 19/04/2018, s/p). “Não há precedentes, em nossa história, de tamanho desassombro para o uso político de uma instituição quase bicentenária, nossa Polícia Militar” (EM, 20/04/2018, s/p), afirmou a direção do PSDB.

O texto denunciava ainda, segundo o diretório local do PSDB, “o caráter de um Governo que, doutrinariamente, busca tomar posse dos órgãos do Estado, como o presente episódio revela sintomaticamente”. Na segunda matéria, mencionou-se que “Flávio Dino usou as redes sociais para chamar os adversários de mafiosos” e que “o comunista postou o texto após tomar conhecimento de um pedido de intervenção federal no Maranhão na PGR”: “A máfia maranhense agora quer intervenção federal”, teria comentado o governador (EM, 25/04/2018, s/p). O pedido em questão, protocolado pelos partidos, afirmava que havia a intenção por parte do governo em criar um “banco de dados para monitorar e intimidar os adversários do governo atual”, completou a publicação. Essa teoria defendida ganhou destaque em matérias do “EM”.

Em outra ocasião, com a chamada “Governador diz que não ordenou espionagem”, de 21 de abril, foi mencionada uma postagem nas redes sociais em que Flávio Dino atribuía “a condutas isoladas” de um coronel lotado em Barra do Corda (MA) e que a cúpula da Segurança Pública estadual não teria “qualquer envolvimento com o caso”, afirmando ser “absurdo imaginar que um papel assinado por um oficial da PM possa ter a minha orientação, apoio ou concordância”. “Ao tomar conhecimento, mandei demitir o autor do papel disparatado. Mande também apurar por que esse oficial da PM assinou aquele papel absurdo” (EM, 21/04/2018, s/p). De qualquer forma, a matéria mencionou que o então governador não explicou um possível memorando expedido “a partir de São Luís” e que teria “dado base ao ato perpetrado em Barra do Corda” (EM, 21/04/2018, s/p) no que diz respeito à operação da PM denunciada no “EM”.

Percebe-se que, nas situações em que publicam as “respostas” ou “declarações” de Flávio Dino aos casos repercutidos, quase sempre houve a presença de “réplicas” ou comentários sobre os pronunciamentos que apontavam contradições e deficiências nos argumentos apresentados pelo agente, dificultando a possibilidade do leitor em tecer considerações próprias a respeito da reportagem. No que se refere ao caso, teriam sido ainda

levantadas assinaturas para abertura de uma “CPI da espionagem”, conforme tratado em “CPI da Espionagem: Sousa Neto recolhe assinaturas na Assembleia Legislativa”, de 25 de abril, complementando-se que “a TV Mirante trouxe com exclusividade documentos que mostram ações do coronel Heron Santos, ligado ao PCdoB, para que policiais catalogassem adversários” (EM, 25/04/2018, s/p).

A divulgação de crimes eleitorais, amplamente realizada nas eleições de 2014, voltou a ser recorrente no jornal conforme se aproximava o período de registro de candidaturas. Matérias como “Flávio Dino e aliados já respondem a 13 ações por crimes eleitorais na pré-campanha maranhense”, de 26 de maio, e “Flávio Dino é intimado a se explicar em ação de Roseana Sarney”, de 28 de maio, são exemplos disso. Na primeira matéria, foi informado que “o governador e seus agentes no governo e na mídia são acusados de cometer sucessivos abusos de poder, uso da máquina pública e proliferação de *Fake News* contra seus adversários”.

O governador Flávio Dino (PCdoB) e seus candidatos nas eleições de outubro registram, nesta pré-campanha, o maior número de ações e representações eleitorais da história do Maranhão neste período. O comunista e seus aliados são denunciados em nada menos que 13 processos, entre denúncias, ações e representações, por crimes eleitorais e condutas vedadas as mais diversas, muitas das quais já julgadas liminarmente, com condenação aos acusados. Flávio Dino é acusado de abuso de poder político e econômico, uso da máquina administrativa em proveito eleitoral próprio, todos crimes recorrentes nas ações do governador, segundo as denúncias. Dentre os crimes eleitorais denunciados, ele teria promovido um comício em favor do ex-presidente Lula em pleno pátio do Palácio dos Leões, com transmissão ao vivo pela rádio Timbira, a emissora oficial do estado, o que caracteriza o crime eleitoral. As denúncias apontam o uso da emissora para favorecer Flávio Dino em sua programação diária, ao mesmo tempo em que escarnece de seus adversários. As ações pedem a suspensão da programação durante o período eleitoral (EM, 26/05/2018, s/p)

Na matéria acerca da representação movida por Roseana Sarney, o jornal informou que a “ex-governadora acionou o comunista por ofensas feitas por ele durante sua caravana pelo interior maranhense” e que “ela decidiu acionar o STJ depois de o comunista citar em redes sociais ‘o grupo coronelista que por décadas assaltou o dinheiro público’” (EM, 28/05/2018, s/p). A matéria citou trechos de postagens de Flávio Dino em redes sociais sobre “grupos oligárquicos” que teriam desviado dinheiro público no estado e ainda solicitações de Roseana que teria se sentido pessoalmente atacada pelas palavras e postagens do governador.

‘O grupo coronelista que por décadas assaltou o dinheiro público está repentinamente preocupado com o Maranhão. Poderiam colaborar devolvendo o que roubaram. Seria uma grande ajuda’, escreveu Dino numa primeira postagem. Numa segunda: ‘Ainda aguardando se os grupos oligárquicos vão devolver o dinheiro público que desviaram do povo do Maranhão. São centenas de milhões de reais, conforme diversos processos na Justiça’. Roseana pede que o governador responda a 14 questionamentos, dentre eles. ‘Que especifique quem personifica ‘os grupos oligárquicos’. Defina e decline, objetivamente, os nomes de quem compõe ‘os grupos oligárquicos’. Que traga aos

autos as provas da afirmação feita no que tange à assertiva ‘que por décadas assaltou o dinheiro público’. Quando afirma “poderiam colaborar devolvendo o que roubaram”: quem roubou? O que deveria ser devolvido? Que traga ao processo as provas do(s) mencionado(s) roubo(s)’ (EM, 28/06/2018, s/p)

Cabe uma menção aos conteúdos jornalísticos que denunciavam a retração de índices no novo governo. “Governo Flávio Dino enfrenta forte crise na Saúde e na Segurança”, de 29 de abril; e “No governo de Flávio Dino, aumentou percentual de desempregados no Maranhão”, de 18 de maio, dentre outras, demonstravam que a gestão de Flávio Dino estaria enfrentando “dificuldades” e “atraso” após os mais recentes “escândalos” na saúde e segurança pública e também no que se refere aos índices de desemprego no estado, buscando desqualificar o governador e seu planejamento para essas áreas. Após semanas publicando matérias sobre possíveis casos de abuso de poder, perseguição política e espionagem por parte do “grupo” de Flávio Dino, o jornal estampou a matéria que seria o assunto “carro-chefe” do veículo durante toda a campanha eleitoral: “Flávio Dino inelegível”, de 09 de agosto. A juíza Anelise Nogueira Reginato, da 8ª Zona Eleitoral de Coroatá (MA), condenou o candidato, em primeira instância, por crime de abuso de poder nas eleições de 2016 a partir de gravações do agente em evento no município junto a “aliado”. A ação judicial foi movida pela coligação “Coroatá com a força de todos” que contestava o uso de programa de asfaltamento como forma de cooptação de votos.

A magistrada entendeu que “o caso dos autos é, pois, de flagrante abuso de poder político” e “é por demais grave a conduta de Flávio Dino de utilizar a máquina pública para angariar votos para um candidato a prefeito (e seu vice-prefeito)” (EM, 09/08/2018, s/p). A decisão foi tomada em meio a outra discussão sobre a suposta inelegibilidade do candidato a vice-governador de Flávio Dino, Carlos Brandão (PSDB), afirmando que esse “assumiu o posto de governador durante o período vedado após o dia 7 de abril, quando Dino viajou aos Estados Unidos, ficando, portanto, inelegível para qualquer outro cargo que não o de chefe do Executivo” (EM, 09/08/2018, s/p). O “EM” afirmou que a chapa do governador seria “automaticamente impugnada” pelo TRE, passando a concorrer sub judice, ou seja, em trânsito judicial à espera da decisão final do juiz competente. Em “Justiça Eleitoral decreta inelegibilidade do governador Flávio Dino por oito anos”, de 08 de agosto, o jornal informou mais detalhes sobre o processo, como o tempo de afastamento do agente indicado pela juíza.

Até ontem peitando a Justiça Eleitoral para bancar a candidatura do vice-governador Carlos Brandão (PRB) - denunciado por estar inelegível -, o governador Flávio Dino (PCdoB) agora terá, ele próprio, que se virar para reverter a própria inelegibilidade. O comunista teve os direitos políticos cassados pela juíza eleitoral Anelise Nogueira, por cometer crime de abuso de poder nas eleições de 2016, em Coroatá. Quando registrar sua candidatura à reeleição no Tribunal Regional Eleitoral, Dino terá,

automaticamente, o registro impugnado, para que o TRE diga, antes de liberá-lo para a disputa, se ele pode ou não receber votos. É absolutamente possível que Flávio Dino reverta no TRE a decisão da Zona Eleitoral de Coroatá. E, mesmo que perca novamente, ainda poderá recorrer ao TSE. Mas o fato é que ele disputará o pleito com duas espadas de Dâmocles em sua cabeça - uma por causa de Brandão e outra por causa de si próprio e de seus atos no exercício do poder (EM, 09/08/2018, s/p)

Na matéria, afirmou-se ainda que “o governador comunista terá dificuldade para se explicar nas instâncias superiores da Justiça Eleitoral, sobretudo em um momento de limpeza ética e moral por que passa o Brasil” (EM, 09/08/2018, s/p), fazendo referência às condenações recentes e de grande repercussão no âmbito da “Operação Lava Jato” que encarcerou políticos e empreiteiros acusados de corrupção em obras públicas. Na mesma reportagem, foi informado que correligionários de Flávio Dino ironizaram a condenação e atacaram a juíza. O deputado Rubens Júnior¹¹⁴ teria chamado a decisão de “monstruosa e absurda” e Eliziane Gama¹¹⁵ teria afirmado: “não vai dar em nada” (EM, 10/08/2018, s/p). Flávio Dino também comentou a decisão em redes sociais, ignorando a sentença e afirmando “não levar a sério armações do grupo Sarney/Murad”.

Absolutamente improcedente qualquer versão sobre minha suposta inelegibilidade, especulada há semanas pelo grupo Sarney/Murad. Estes, para voltarem aos seus privilégios, terão que vencer nas urnas. O resto é factóide e desespero. Amanhã irei pleitear normalmente meu registro ao TRE, que será deferido nos termos da lei, e semana que vem vamos começar mais uma bela campanha alegre, propositiva e vencedora. Fui juiz federal por 12 anos, sou professor de Direito Constitucional há 25 anos e, por isso, não levo a sério armações do grupo Sarney/Murad. Me desculpem não ter me manifestado antes. Mas estava muito ocupado com coisas sérias, trabalhando para continuar com as mudanças que temos feito em nosso Estado¹¹⁶

Em nota, o PCdoB também afirmou que “a ação movida por Ricardo Murad, coordenador de campanha de Roseana Sarney, visa apenas desestabilizar o processo eleitoral e reflete o desespero de quem está atrás nas pesquisas”, mencionando que a fragilidade da decisão judicial “está exposta por basear-se em uma suposta prova de 2018, que comprovaria suposta irregularidade cometida dois anos antes. Certamente a sentença não tem nenhum valor jurídico e será anulada”¹¹⁷. O jornal, no entanto, continuou debatendo a condenação em suas manchetes: “Conheça as provas que resultaram na condenação do governador Flávio Dino (PCdoB)”, de

¹¹⁴ Nasceu em São Luís (MA), em 1984. Formou-se em direito (UFMA). Na política, no que se refere a cargos eletivos, atou em cargos como deputado estadual e federal pelo Maranhão. É atualmente deputado federal.

¹¹⁵ Nasceu em Araguaína (MA), em 1977. Formou-se em Comunicações Sociais (UFMA). Na política, no que se refere a cargos eletivos, assumiu os cargos de deputada estadual e federal e é atualmente senadora pelo Maranhão.

¹¹⁶ Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/justica/flavio-dino-responde-sobre-inelegibilidade-nas-redes-sociais/>> Acesso em: 01 setembro 2023.

¹¹⁷ Disponível em: < <https://nocaute.blog.br/2018/08/08/juiza-tenta-impugnar-candidatura-de-flavio-dino/>> Acesso em: 01 setembro 2023.

09 de agosto; “Inelegibilidade de Flávio Dino tem repercussão a nível nacional” e “‘Corajosa’, dizem deputados sobre magistrada que declarou a inelegibilidade de Flávio Dino”, de 10 de agosto; e “Polícia Federal pode identificar autores de onda de ataques contra Anelise Nogueira”, de 14 de agosto. O senador Roberto Rocha (PSDB) recorreu ao CNJ “para garantir a integridade pessoal e profissional da juíza” (EM, 14/08/2018, s/p) que estaria sofrendo ameaças e tendo a intimidade exposta por aliados de Flávio Dino após ganhar destaque pela condenação.

Blogs locais governistas encontraram suposta ligação entre a juíza e a família Sarney. *Prints* (ou “capturas de tela”, em tradução livre) de postagem da juíza em visita à “TV Mirante”, de propriedade do “grupo”, começaram a circular nesses espaços. Na ocasião, a juíza teria comentado: “nada como se sentir em casa, bem à vontade, sem chinelo... ah” em legenda de foto tirada nas dependências da emissora. A juíza estava casada, na ocasião, com o filho de um antigo apresentador de um dos sinais da “Rádio Mirante”¹¹⁸, também propriedade de José Sarney. Como forma de contestar o argumento de suspeição movido pelo PCdoB, o jornal realizou postagem sobre o marido da juíza ter, na verdade, relações com um “aliado” de Flávio Dino. “Na representação contra Anelise Reginato é sustentado que a magistrada tem relações pessoais com o grupo Sarney e como o Sistema Mirante”, no entanto, “uma foto, de 2012, mostra que Márcio Fontenele, marido de Reginato, na verdade, fez campanha para Edivaldo Júnior, aliado de Dino” (EM, 15/08/2018, s/p). De qualquer maneira, Flávio Dino realizou o registro da candidatura e, em direito de resposta concedido novamente pelo TRE, afirmou:

Governador Flávio Dino tem candidatura confirmada e recorre de decisão. Por meio de decisão judicial, a Coligação ‘Todos pelo Maranhão’ vem a este espaço confirmar a candidatura de Flávio Dino à reeleição, erroneamente negada por este jornal. Com mais de 30 anos de vida pública, Flávio Dino nunca foi processado e tem a ficha limpa. Esta decisão vinda de uma juíza de Coroatá, em um caso de eleição municipal, não impede sua candidatura. Dino e Carlos Brandão, seu candidato a vice, estão devidamente inscritos para debater propostas em favor da justiça social e do desenvolvimento do Maranhão. Da mesma forma, a candidatura de Márcio Jerry a deputado federal está garantida. A coligação ‘Todos pelo Maranhão’ reafirma a seriedade, a honestidade e o trabalho sério de Flávio Dino como juiz, deputado e governador. A Democracia garante e exige que os mandatários submetam-se ao voto popular, livre e secreto, jamais submetendo-se a manobras que somente tumultuam o processo democrático (EM, 12/08/2018, s/p).

Após a tumultuada pré-campanha, o período de campanha teve início e, com ele, estratégias utilizadas pelo jornal em eleições anteriores vieram novamente à tona. A primeira observação pode ser relacionada à divulgação de pesquisas que apontavam o acirramento da disputa entre os candidatos, projetando a realização de eventual segundo turno entre Flávio

¹¹⁸ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/decisao-de-juiza-contra-dino-e-o-fantasma-do-caso-jackson-lago/>> Acesso em: 01 setembro 2023.

Dino e Roseana Sarney. O mesmo foi feito em relação à candidatura de Edson Lobão Filho (PMDB) em pesquisas contratadas pelo jornal em 2014. Em “Ibope desmente institutos governistas e aponta disputa acirrada pelo Governo do Maranhão”, de 24 de agosto, afirmou-se que “Flávio Dino e Roseana Sarney estão separados por apenas 9 pontos percentuais; consulta aponta para 2º turno” e que “os novos números, contudo, contradizem levantamentos contratados pelo Palácio dos Leões, que apontam tranquila liderança do comunista, e revelam, quando analisada a margem de erro, a possibilidade real de um 2º turno” (EM, 24/08/2018, s/p).

Da mesma maneira, “Escutec: disputa polarizada e 2º turno entre Roseana Sarney e Flávio Dino, de 06 de setembro, e “Flávio Dino e Roseana seguem liderando disputa no Maranhão, diz Ibope”, de 19 de setembro, reforçavam a suposta “polarização” da disputa para o governo. Nessa última, divulgada pelo “JMTV 2º edição”, jornal do período noturno da “TV Mirante”, Flávio Dino apareceu com 49% de intenções de votos e Roseana Sarney com 32%. Também foi afirmado que os candidatos Edson Lobão (MDB) e Sarney Filho (PV), candidatos apoiados da coligação de Roseana Sarney, lideravam a disputa ao senado com 25% e 23%, de maneira respectiva. Eliziane Gama (PPS), também aparecia “com 23% de intenções de votos enquanto o candidato Weverton Rocha (PDT), aparecia com 20%” (EM, 19/09/2018, s/p).

Aliás, sobre Weverton Rocha (PDT), em matéria intitulada “Weverton foi investigado por polícia na gestão Flávio Dino”, de 26 de setembro, o jornal informou que o agente “foi alvo de uma investigação conjunta da Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STC) e da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) na atual gestão” (EM, 15/09/2018, s/p). A matéria informava ainda que “a investigação se deu por suspeita de fraude em licitação ocorrida em 2009 após auditoria realizada na Secretaria de Estado do Esporte e Lazer apontar o possível desvio de recursos públicos em uma obra realizada” (EM, 15/09/2018, s/p). Os candidatos ao senado pela coligação de Flávio Dino, Weverton Rocha (PDT) e Eliziane Gama (Cidadania) também ganharam diversas manchetes em relação às suas trajetórias públicas. No que se refere à investigação sobre Weverton Rocha, apesar da reportagem afirmar que teria se passado no governo de Flávio Dino, ocorreu, na verdade, no governo de Jackson Lago (PDT), em 2009. De qualquer maneira, ainda durante a apuração de votos, o “EM” publicou, em 07 de outubro, “Flávio Dino é reeleito governador do Maranhão”.

Restando pouco mais de 20% para o fim da apuração das urnas no Maranhão, a vitória do governador Flávio Dino (PCdoB) já pode ser dada como certa. O governador mantém 59.35%, o dobro da votação da segunda colocada, a ex-governadora Roseana Sarney alcançou 29.13 até agora. Até 20h34 o governador já consolidava vitória na maioria municípios do estado, totalizando 1.508.978 votos. Roseana Sarney tinha até o momento 701.578. Maura Jorge 204.722, Roberto Rocha 51.120. Flávio Dino

conseguiu nas urnas o direito de governar o Maranhão por mais quatro anos em uma eleição conturbada. Nos 45 dias de campanha a batalha judicial entre os concorrentes foi intensa. Após um governo muito criticado, envolto em denúncias de corrupção e em polêmicas, o governador conseguiu superar a desconfiança do eleitorado e superar seus adversários nas urnas (EM, 07/10/2018, s/p)

A matéria realizou ainda uma retrospectiva da trajetória de Flávio Dino em disputas por cargos eletivos, comentando que essa constituiria sua terceira vitória nas urnas após ter sido derrotado em eleições para a prefeitura de São Luís e para o governo do estado, além de ter sido eleito deputado federal em 2006. Roseana Sarney ponderou: “as eleições representam a celebração da democracia. Com os resultados já conhecidos, parabênz a todos os candidatos” (EM, 07/10/2018, s/p). Ao contrário do que indicavam as pesquisas divulgadas pelo jornal, os eleitos ao Senado foram os candidatos do “grupo governista”. Com 100% das urnas apuradas, Flávio Dino conquistou 1.867.396 (59,29%) dos votos e Roseana Sarney 947.191 (30,07%). Os demais não somaram 10%. Foram 3.149.840 (87,38%) válidos, 104.005 (2,89%) brancos, 350.737 (9,73%) nulos e 931.611 (20,54%) abstenções registradas¹¹⁹. As demais matérias publicadas até o final do ano destacam os “números” de uma “fracassada” gestão que Flávio Dino teria realizado no primeiro mandato no governo do Maranhão apesar da reeleição.

Nesse sentido, percebe-se como as *representações* produzidas sobre Flávio Dino continuaram fortemente no sentido de depreciação de sua imagem e de seu primeiro mandato no governo do Maranhão. Dessa maneira, publicações sobre o não cumprimento de promessas, que teriam levado ao aumento dos índices de miséria e desemprego da população, por exemplo, foram bastante veiculadas. Na mesma linha, a participação do governador em “escândalos” referentes à corrupção na pasta da saúde também ganhou notoriedade. Por fim, a condenação à inelegibilidade apareceu como o principal assunto durante a campanha, ao lado de acusações de perseguição e espionagem de adversários e da contratação fraudulenta de “capelães”.

A relação entre Flávio Dino e o “Grupo Mirante” ficou marcada, nessas eleições, pela troca de acusações de ambos os “lados”. Pode-se perceber, mais detalhadamente, o enfoque dado aos termos “comunista” ou “candidato comunista” para se referir ao agente e ao seu grupo bem como o uso das expressões “dinismo” ou “dinista” em alusão ao que o jornal chegou intitular “projeto de poder” em relação à continuidade ou reeleição do governador em mais um mandato. Tais expressões, conforme observado, claramente buscavam estigmatizar o agente e seus “aliados” no governo.

¹¹⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/ma/apuracao/governador.ghtml>> Acesso em: 01 outubro 2023.

3.6. Eleições 2022: consagração “regional” e ascensão “nacional”

No que se refere ao último pleito, localizou-se um conjunto de 96 matérias sobre Flávio Dino no “Imirante” (IM), substituto do “Estado do Maranhão” (EM) após a extinção do mesmo em 2021. Analisando as reportagens, foram observadas diversas referências a Weverton Rocha (PDT), preterido na escolha pela sucessão ao governo do estado, e Carlos Brandão (PSB), vice-governador de Flávio Dino e escolhido pelo grupo “dinista” para disputar o cargo. Em 2021, Flávio Dino se filiou ao PSB, deixando o PCdoB após 15 anos. Portanto, matérias sobre o novo partido de Dino também ganharam destaque. Roberto Rocha (PSDB), principal “adversário” do agente no pleito, também foi bastante citado nas reportagens localizadas sobre o ex-juiz. No plano nacional, Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL), candidatos à presidência do Brasil, foram igualmente relacionados ao agente. Por fim, a indicação de Flávio Dino para o cargo de ministro de Justiça e Segurança Pública foi outro tema repercutido pelo portal no final do ano eleitoral.

Para compreender a conjuntura política dessas eleições, assim como o *status* da relação entre Flávio Dino e o “Grupo Mirante”, algumas informações devem ser ressaltadas. Em matéria intitulada “O que levou os Sarney ao mesmo palanque de Flávio Dino no Maranhão”, de 23 de maio de 2022, o *site* de notícias “Veja” comentou sobre a aproximação de Roseana (MDB) e Adriano Sarney¹²⁰ (PV) do “grupo” político de apoio à candidatura de Carlos Brandão, ainda no PSDB. De acordo com a reportagem, “em outubro de 2021, Dino buscou apoio de Sarney para ser eleito à cadeira da Academia Maranhense de Letras deixada por seu pai, Sálvio Dino, morto de Covid-19 em 2020” e, ainda, a matéria sublinha, “a exposição do governador nos canais de comunicação do Grupo Mirante, de Sarney, durante a pandemia, e o apoio aberto de Flávio Dino ao deputado federal Baleia Rossi, presidente do MDB, partido de Roseana Sarney, na disputa pela presidência da Câmara”¹²¹.

Repercutindo a aproximação, blogs locais chegaram a falar na criação de mais uma “etiquetagem” política nos *domínios políticos* regionais, o “sarnodinismo”¹²² em referência a uma “genealogia” que reuniria José Sarney e Flávio Dino como *egos*. Um pré-candidato ao Senado pelo PT no estado comentou que o “sarnodinismo” se configuraria “a cada ato político”. Os “governistas”, segundo o pré-candidato, “agora aparecem na TV Mirante como ofício de

¹²⁰ Nasceu em São Luís (MA), em 1980. Formou-se em economia. Nos *domínios políticos*, assumiu os cargos de deputado estadual em duas ocasiões. Em 2022, ao tentar a reeleição, não conseguiu lograr êxito.

¹²¹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/o-que-levou-os-sarney-ao-mesmo-palanque-de-flavio-dino-no-maranhao>> Acesso em: 01 outubro 2023.

¹²² Disponível em: <<https://blogdoricardosantos.com.br/2022/03/candidato-a-senador-pelo-pt-detona-o-sarnodinismo-de-flavio-dino-e-seus-negocios-bilionarios/>> Acesso em: 01 outubro 2023.

governo, o governador ganhou até o ‘Troféu Mirante Esporte’, e assegurou sua cadeira de herança na AML, pela aproximação política”, afirmou em artigo de opinião divulgado no “Blog do Ricardo Santos”, em 02 de março de 2022. Flávio Dino teria ainda mencionado que “a polarização com o Sarney foi se diluindo ao longo do tempo. Hoje, ela inexiste”, segundo título de artigo do blog de Gilberto Leda¹²³ em 03 de março de 2022. A “fala” foi bastante repercutida em blogs locais. Portanto, é nesse o contexto em que as matérias analisadas foram produzidas.

A primeira matéria localizada no “IM” em 2022, intitulada “Após contrair Covid, Flávio Dino recebe apoio de aliados e adversários”, de 04 de janeiro, afirmou que o agente havia se infectado com o vírus da covid-19¹²⁴. Foram, então, mencionadas postagens do prefeito de São Luís, Eduardo Braide (Podemos), do senador Roberto Rocha (PSDB), do então vice-governador Carlos Brandão (PSDB) e do prefeito do município de Igarapé Grande, Erlanio Xavier (PDT). Em “Flávio Dino comemora saldo de empregos formais no Maranhão”, de 05 de janeiro, a reportagem trouxe comentários do governador sobre dados divulgados pelo CAGED, mencionando que “o Maranhão tem saldo positivo de empregos formais pelo 5º ano consecutivo. Seguimos fazendo fortes investimentos em obras públicas e apoiando o setor privado com expressivos incentivos fiscais, visando à geração de empregos” (IM, 05/01/2022, s/p). O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) é uma espécie de registro de admissões e dispensas de trabalhadores no país. Chama a atenção, nesse sentido, o espaço aberto para reproduzir o comentário do agente a respeito dos índices do estado no levantamento.

A matéria “Bolsonaro volta a atacar forma física de Flávio Dino, que responde”, de 12 de janeiro, mencionou ataques sofridos pelo governador proferidos pelo então presidente do Brasil. Essa seria, segundo a publicação, a terceira vez que Jair Bolsonaro teria atacado Flávio Dino e feito “piada” com o corpo ou aparência física do então governador. Em outras ocasiões, teria o chamado de “gordinho ditador” e pontuado que “quanto mais pobre é o estado, mais gordo é o governador” (IM, 12/01/2022, s/p). Na ocasião narrada, em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada (BSB), ao ver uma “admiradora” do estado, Bolsonaro (PL) afirmou:

‘A senhora é do estado do Partido Comunista do Brasil. Você já reparou que os países comunistas, geralmente o chefe é gordo? Coréia do Norte? Venezuela? São gordinhos, né? Maranhão?’, disse Bolsonaro, entre risos. Antes de se filiar ao PSB, Dino pertencia ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Nas redes sociais, o governador

¹²³ Disponível em: <<https://gilbertoleda.com.br/2022/03/03/nao-existe-mais-polarizacao-com-sarney-diz-flavio-dino/#:~:text=O%20governador%20do%20Maranh%C3%A3o%2C%20Fl%C3%A1vio,%2C%20ela%20inexiste%E2%80%9D%2C%20afirmou>> Acesso em: 01 outubro 2023.

¹²⁴ Segundos o Ministério da Saúde, “a covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global”. Teve seus primeiros registros na China, em dezembro de 2019, e em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou o estado de contaminação ao nível pandêmico.

maranhense comentou a declaração do presidente. Segundo ele, trata-se de uma 'piada', além de sem graça, repetida'. 'Compatível com a notória escassez de neurônios do indivíduo. Ao bisonho e fracassado 'piadista', faço uma conclamação: Vai trabalhar. Os problemas federais são cada dia mais graves: inflação, desemprego, aumento dos combustíveis etc.' (IM, 06/01/2022, s/p)

Essa também não foi a primeira “polêmica” do presidente envolvendo o Maranhão. Em 2020, ao visitar as cidades de São Luís e Imperatriz, provou um sabor de refrigerante cor-de-rosa tradicional da região, e afirmou: “agora eu virei ‘boiola’ igual maranhense, é isso? Guaraná cor-de-rosa do Maranhão aí. Quem toma esse guaraná aqui vira maranhense, é ‘boiolagem’”¹²⁵. O termo “boiola” é empregado de maneira jocosa como insulto a homens homossexuais. Vestido com uma camisa do Sampaio Corrêa, equipe de futebol maranhense, o presidente se desculpou publicamente durante uma *live* dias depois¹²⁶. Na rede social X, antigo Twitter, Flávio Dino afirmou que o processaria: “Bolsonaro veio ao Maranhão com sua habitual falta de educação e decoro. Fez piada sem graça com uma de nossas tradicionais marcas empresariais: o guaraná Jesus. Será processado”¹²⁷. O “IM” publicou diversos outros conflitos entre ambos.

A matéria “Flávio Dino curado da Covid-19: ‘Vacinas foram decisivas’”, de 13 de janeiro, mencionou que o governador atribuiu à vacinação o fato de não ter desenvolvido um quadro mais avançado da Covid-19, que levou a mais 700 mil óbitos no país. “Vacinas foram decisivas. Mais uma vez e sempre, a minha homenagem aos profissionais da Saúde. E a minha gratidão por todas as orações e mensagens. A ciência venceu, graças a Deus” (IM, 13/01/2022, s/p). A menção ao fato de a “ciência ter vencido” pode ser uma referência à demora da compra de imunizantes por parte do governo federal e à produção de *Fake News* sobre o imunizante. Após a distribuição e aplicação das vacinas, o número de infecções graves e mortes causado pelo vírus diminuiu drasticamente. A primeira aplicação no país ocorreu em janeiro de 2021.

Na matéria “Duarte Júnior diz que Weverton se beneficia de estrutura do Governo”, de 19 de janeiro, o portal informou que o deputado federal Duarte Júnior¹²⁸ (PSB) acusou o senador Weverton Rocha (PDT) de “romper com o governador Flávio Dino em 2020 quando decidiu apoiar a candidatura de Eduardo Braide para a Prefeitura de São Luís” (IM, 13/01/2022, s/p). A possível instabilidade da *facção política* formada em torno de Flávio Dino, aliás, foi tema recorrente em diversos noticiários durante o ano. A discussão se colocava sobre quem o

¹²⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-zomba-de-refrigerante-rosa-do-maranhao-diz-que-boiolagem-1-24718697>> Acesso em: 20 setembro 2023.

¹²⁶ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-se-desculpa-por-brincadeira-com-refrigerante-rosa/>> Acesso em: 20 setembro 2023.

¹²⁷ Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/flavio-dino-critica-fala-de-bolsonaro-sobre-guarana-jesus-habitual-falta-de-educacao-24720033.html>> Acesso em: 20 setembro 2023.

¹²⁸ Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1986. Formou-se em direito (UEMA). Foi presidente do Procon do MA. Na política, assumiu os cargos de deputado estadual e, desde 2022, deputado federal pelo Maranhão.

governador apoiaria para substituí-lo no cargo nas eleições. Em “Grupo de Flávio Dino deve confirmar em uma semana apoio a Brandão”, de 22 de janeiro, o portal informou que uma reunião seria realizada para confirmar Carlos Brandão, vice-governador, como pré-candidato do “grupo” e que essa reunião definiria “os rumos da base aliada em 2022” (IM, 22/01/2023, s/p).

O grupo do governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), deve confirmar em pouco mais de uma semana o apoio à pré-candidatura do vice-governador, Carlos Brandão (PSDB), ao Governo do Estado. A decisão deveria ter sido tomada em novembro do ano passado, mas acabou adiada a pedido de partidos aliados do senador Weverton Rocha (PDT), que viam na manobra ainda alguma possibilidade de mudança de panorama. Pedetistas e aliados tentavam convencer Dino com pesquisas eleitorais, mas nada mudou e, durante esta semana, o socialista voltou a reforçar seu apoio ao tucano. ‘Como eu manifestei na última oportunidade, eu tenho uma posição muito clara, muito nítida de apoio a pré-candidatura do vice-governador Carlos Brandão’. Weverton segue bem articulado nacionalmente com os petistas e, também durante a semana, comemorou uma declaração do ex-presidente Lula, que, em entrevista a sites e blogs independentes, citou nominalmente o senador, e ressaltou que é difícil o apoio da sua sigla a um candidato do PSDB - numa referência a Brandão. ‘Nós defendemos a candidatura do Flávio Dino. Agora, o companheiro Flávio Dino tem um candidato, dele, que é o vice, que é do PSDB. Ele sabe que é difícil a gente apoiar o PSDB. Nós temos a candidatura do Weverton, então eles vão ter que se acertar lá para facilitar nossa vida’, afirmou. Aliados do vice-governador, contudo, não veem problemas na declaração. Eles apostam numa filiação de Brandão ao PSB como forma de vencer a barreira partidária imposta pelo ex-presidente (IM, 22/01/2022, s/p)

Em “Weverton vai precisar ‘definir caminhos’ após reunião com Flávio Dino”, de 31 de janeiro, o portal informou que, caso decidisse manter a candidatura mesmo após Flávio Dino “bater o martelo” sobre a indicação do vice-governador Carlos Brandão à vaga de governador, o senador Weverton Rocha receberia um prazo para “deixar o governo”. Segundo a reportagem, o pedetista “mantinha o controle” sobre o DETRAN do estado e possuía integrantes de seu partido em cargos do “segundo e terceiro escalões”, que ficariam ameaçados com sua saída. Por fim, o portal mencionou que “a tendência é de que a reunião desta segunda-feira seja tensa e ao mesmo tempo curta” (IM, 31/01/2022, s/p) devido à decisão previamente tomada por Flávio Dino. Em “Flávio Dino deve tentar última cartada com Weverton Rocha”, do mesmo dia, foi informado que “Dino pretende convencer Weverton a abrir mão do seu projeto, em prol da unidade da base em torno de uma candidatura apenas” (IM, 31/01/2022, s/p), mas que, assim como o governador, Weverton Rocha estaria decidido em dar continuidade ao seu projeto político, convocando, inclusive, “ato político” com militantes pedetistas pelas ruas de São Luís.

Na reportagem seguinte, intitulada “Flávio Dino não consegue consolidar unidade de grupo e enfrenta desgaste”, de 01 de fevereiro, o portal mencionou que “depois de ter perdido a eleição municipal de São Luís com o seu então candidato, Duarte Júnior”, continua, “o governador falhou e não conseguiu construir a unidade do seu grupo político para a disputa da

sucessão ao Palácio dos Leões” (IM, 01/02/2022, s/p). Após a comentada reunião de 31 de janeiro, na qual o agente reafirmou seu apoio à candidatura de Carlos Brandão (PSDB), integrantes do “grupo” político do governador mantiveram posicionamentos favoráveis ao candidato Weverton Rocha (PDT). Essa “ruptura”, segundo a matéria, estaria sendo “traumática” assim como a eleição municipal anterior (IM, 01/02/2022, s/p). A matéria trouxe outros aspectos referentes à recepção da decisão de Flávio Dino pelo apoio ao vice-governador.

A insatisfação dentro do grupo pela forma com a qual se deu a escolha por Brandão, é de ambos os lados. Aliados de Carlos Brandão acreditam que ao retardar a definição em favor do pré-candidato, Dino permitiu desgaste ‘desnecessário’ ao vice. Figuras alinhadas a Weverton, por outro lado, reclamam do não cumprimento do que havia sido estabelecido numa carta-compromisso, proposta pelo próprio Flávio Dino, em 2021. A tendência, com o cenário que se desenha, é de que o enfrentamento a e implosão da atual configuração do grupo ocorra até o mês de abril. É o prazo limite para que Dino se descompatibilize do cargo para a disputa ao Senado. Após a saída do socialista, Brandão assume o mandato de forma definitiva. O que já está na pauta é o destino de todos os pedetistas e aliados de Weverton no Governo. Todos devem ser demitidos. Brandão quer a saída de todos (IM, 01/02/2022, s/p)

No início do ano, essa pauta foi a mais debatida pelo portal. Percebe-se como Flávio Dino se tornou a “liderança” central tanto na configuração interna das *facções políticas* que integrava como para aquelas “de fora” que acompanhavam todos os movimentos realizados pelo agente. De um político que sofreu com “desistências” e “rupturas” de partidos e aliados na primeira eleição disputada ao governo, em 2010, nesse momento, o governador assumiu o protagonismo da “cena política” regional e se consolidou como o nome mais repercutido nos principais jornais e portais do estado. Nesse sentido, em “Escutec: Flávio Dino tem aprovação de 58% de sua gestão no Executivo”, de 23 de fevereiro, a matéria trouxe informações sobre a avaliação da gestão do governador por parte da população maranhense, segundo dados do instituto de pesquisa Escutec. 58% aprovavam; 36% desaprovavam; 8% consideravam a gestão “ótima”; 27% achavam “boa”; 35% adjetivavam como “regular”; 10% conceituavam como “ruim”; 14% afirmavam ser “péssima”. 6% “não souberam responder” (IM, 23/02/2022, s/p).

Em “Lula é amplo favorito”, de 02 de março, o portal debateu a opinião de Flávio Dino sobre as eleições nacionais a serem realizadas em outubro. Para o agente, informou a publicação, o pré-candidato Lula (PT) teria amplo favoritismo diante do presidente Jair Bolsonaro (PL). “Eu acredito que isso é inequívoco. Agora, ninguém ganha eleição de véspera. Dizem os entendidos que há duas formas de perder uma eleição: uma é achar que já perdeu, a outra é achar que já ganhou Então, tem que evitar essas conjunturas que conduzem a erros”

(IM, 02/03/2022, s/p). O governador mencionou ainda que acreditava que o ex-presidente Lula e o “campo político” que faziam parte estavam indo “na direção correta”, rumo à vitória.

Na mesma reportagem, Flávio Dino discutiu o crescimento da “extrema-direita” no Brasil. “Nós temos uma extrema com base popular, o que é uma novidade no Brasil. Agora nós temos uma extrema direita com caráter nacional, enraizada nacionalmente, queiramos, ou não, infelizmente, existe isso. É uma conjuntura nova, que, portanto, traz os seus perigos” (IM, 02/03/2022, s/p). Para superar esse contexto, o governador acreditava na adoção de uma “frente ampla” entre partidos de centro-esquerda e centro-direita que somassem ideias em prol de algo maior. Somente assim, destacou a reportagem, o favoritismo do ex-presidente seria consolidado. Na matéria seguinte, intitulada “Flávio Dino se emociona e chora em festa de aniversário do PCdoB”, de 16 de abril, afirmou-se: “o governador lembrou do início de caminhada no partido e de trajetória à frente do Palácio dos Leões” (IM, 16/03/2022, s/p).

Se eu pudesse eu não teria apenas pego pelas mãos cada criança e cada jovem desse estado. Eu teria carregado no colo, cada criança e cada jovem desse estado e colocado dentro da melhor escola do mundo’, disse, emocionado. ‘Eu disse: Brandão, aquele Palácio ali de 410 anos é lindo, é maravilhoso, mas ele tem um defeito e quem entra nele tem de saber enfrentar esse defeito. Ele tem paredes muito grossas, paredes coloniais. E essas paredes não podem ser obstáculos para que você se afaste da população e deixe de ouvir a voz do povo’, afirmou Dino em outro trecho do discurso (IM, 16/04/2022, s/p)

Matérias sobre os últimos dias do agente no comando do governo do estado foram publicadas antecedendo a renúncia solicitada por Flávio Dino, conforme pede a legislação eleitoral, para concorrer ao senado. Em “Flávio Dino intensifica agenda de inaugurações antes de deixar Governo”, de 28 de março, informou que o agente inaugurou três obras: o Centro de Referência Especializado de Atenção Integral à Saúde Pessoa Idosa, em São Luís; quadra poliesportiva, em Bacabal e Restaurantes Populares em Fortuna e Jatobá, municípios do estado. O último objetivo do governador seria entregar o Hospital da Ilha, em São Luís, unidade de urgência e emergência que serviria para “desafogar” os hospitais públicos da cidade, informou.

Em “Governador Flávio Dino divulga ‘carta ao povo do Maranhão’”, de 29 de março, o portal informou que Flávio Dino renunciaria ao cargo de governador para se candidatar ao Senado pelo Maranhão. Na carta, o governador realizou um “balanço” sobre seus dois mandatos e agradeceu a “confiança” depositada pelos eleitores que o levaram ao posto por duas ocasiões seguidas. Na matéria seguinte, “Flávio Dino comunica renúncia e passa a se dedicar à eleição para o Senado”, de 02 de abril, o portal trouxe postagem em que oficializava a saída do cargo. “Informo que, em obediência à legislação, apresentei minha renúncia ao cargo de governador

do Maranhão. Dediquei-me obstinadamente a fazer o melhor que me era possível. Lutei e segurei lutando por um Maranhão de Todos Nós. Agradeço a Deus e à confiança de todos” (IM, 02/04/2022, s/p). Na “carata ao povo do Maranhão”, comentou outros aspectos.

‘No dia 1º de janeiro de 2015, pela vontade de Deus e da população do nosso estado, assumi o comando de um barco chamado Maranhão, embasado em uma vida comprometida com as causas do progresso, da dignidade e da justiça social. Uma embarcação carregada de sonhos, ideias e planos para um Maranhão forte, ativo, orgulhoso de si próprio e de suas pessoas. Este barco, como todos testemunhamos, não pôde navegar em águas calmas. Pelo contrário, sempre enfrentamos grandes ondas, tsunamis, imprevisibilidades, algumas absolutamente inimagináveis’. [...] ‘No meio dessas ondas que sacudiram bastante o barco, foram os sonhos dos maranhenses e a vontade de mudar realidades que nos mantiveram navegando. Escolas de taipa e sucateadas, filas de ambulâncias para São Luís - à vista da falta de hospitais regionais - cenários de guerra nas penitenciárias, filas e mais filas para ter acesso a um direito básico, como tirar uma carteira de identidade. Tudo isso, progressivamente, faz parte do passado. O Maranhão que guiamos investiu R\$ 10 bilhões em estradas, hospitais e escolas, que possibilitaram abrir avenidas de oportunidades para os maranhenses”. Sou muito grato por tudo que vivi à frente do Governo do Estado, por todos os sonhos que realizamos, por toda dor que conseguimos amenizar ou resolver. Esse barco ainda tem muito a navegar. Estou saindo da cabine de comando, mas continuo na luta, junto com todos e todas, para que ele chegue sempre em um bom porto. Mesmo que esse bom porto seja uma utopia, porque o nosso destino é continuar navegando. Navegar é preciso. Obrigado, Maranhão’ (IM, 29/03/2022, s/p)

O portal informou que Flávio Dino, no comunicado, não reconheceu projetos de gestões anteriores dos governos de Roseana Sarney (MDB) e que teriam permitido a execução dos programas citados. Por exemplo, segundo a reportagem, o “Programa Saúde é Vida, da gestão que o antecedeu, construiu uma rede de mais de 70 hospitais (regionais e macrorregionais) em todo o Maranhão” (IM, 29/03/2022, s/p). Flávio Dino destacou a ampliação da rede de Restaurantes Populares no estado, “mas sem admitir que o programa foi iniciado no Maranhão também pela gestão da ex-governadora Roseana Sarney (MDB), que o antecedeu, bem como a construção de escolas em tempo integral” (IM, 29/03/2022, s/p).

Continuando a repercussão da “ruptura” no “grupo dinista”, foi publicada mais uma matéria que daria “novos” contornos para as eleições: “Weverton Rocha: ‘Nós não vamos votar no Flávio Dino’”, de 29 de abril. Após ter tido a candidatura preterida pela *facção política* do agente, o senador Weverton Rocha (PDT) chocou ao anunciar que ele e seus “aliados” não apoiariam a candidatura do ex-governador ao Senado, ainda que tenha chegado a admitir que permaneceria com ele mesmo após a escolha por Carlos Brandão (PSB), em outra ocasião, afirmou o portal. “Nós não vamos votar no Flávio Dino. Depois de tudo que ele e a forma agressiva, dura, difícil. O caminho que ele procurou percorrer que não é o nosso e não tem por que a gente estar juntos” (IM, 29/04/2022, s/p). Essa declaração rendeu reações dos integrantes

remanescentes do “grupo”, ex-aliados de Weverton Rocha. “Deputado responde a Weverton Rocha sobre voto em Flávio Dino para o Senado”; “Duarte Júnior também critica Weverton Rocha sobre apoio a Flávio Dino”, de 29 de abril, e “Crise instalada no grupo de Flávio Dino após declaração de Weverton”, de 30 de abril, demonstram o descontentamento nesse cenário.

As eleições nacionais, polarizadas, também ecoaram nas matérias sobre as eleições locais que possuíam Flávio Dino no “centro” das discussões. Em “Lula e Bolsonaro são vetores de tentativa polarização da eleição no Maranhão”, de 07 de maio, o portal informou que na “disputa entre Carlos Brandão e Weverton Rocha (PDT) pelo Governo do Estado e entre Flávio Dino (PSB) e Roberto Rocha (PTB) pelo Senado, as menções ao presidente Jair Bolsonaro (PL) e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) são cada vez mais recorrentes” (IM, 07/05/2022, s/p). Após o lançamento da candidatura, as referências a Flávio Dino ficaram cada vez mais recorrentes por Roberto Rocha (PSDB). “Para Roberto Rocha, intervenção do governo do Maranhão no transporte de *ferryboat* prejudica usuários”¹²⁹, de 11 de maio, e “Roberto Rocha volta a criticar Flávio Dino por desempenho do Maranhão em ranking do IBGE”¹³⁰, de 15 de maio, dão conta de alguns dos temas mobilizados pelo senador para “criticar” o agente.

De qualquer forma, em outubro de 2022, Flávio Dino se elegeu senador pelo Maranhão. Na matéria intitulada “Flávio Dino é eleito senador no Maranhão”, de 02 de outubro, o portal informou o resultado. O ex-governador do Maranhão recebeu 2.125.811 (62,41%) dos votos, enquanto Roberto Rocha recebeu 1.211.174 (35,56%). Foram 3.406.460 (86,94%) votos válidos, 310.469 (7,92%) nulos, 201.385 (5,14%) nulos¹³¹. Passado o primeiro turno, o senador eleito imediatamente iniciou campanha com o governador e o vice-governador eleitos Carlos Brandão (PSB) e Felipe Camarão (PT) para eleger o ex-presidente Lula (PT) no segundo turno.

Em “Flávio Dino está em campo para ampliar votação de Lula no Maranhão”, de 04 de outubro, destacou-se que o senador eleito realizou caminhada em São Luís para agradecer a eleição e pedir voto ao petista. Weverton Rocha (PDT), figura tão comentada durante as eleições, ficou na terceira posição na disputa para governador do estado, atrás do candidato apoiado por Jair Bolsonaro (PL), Lahesio Bonfim¹³² (PSC).

¹²⁹ “Rocha afirmou que os graves problemas no sistema de transporte surgiram logo após o governador Flávio Dino intervir na Serviporto, empresa que desde 1987 administrava três *ferryboat*” (IM, 11/05/2022, s/p). Na matéria o senador criticou a qualidade dos transportes e o fato de muitos deles “estarem parados” na nova gestão.

¹³⁰ “O levantamento apresentado por Rocha em seu perfil em rede social, diz respeito ao PIB (Produto Interno Bruto) per capita por estado. Maranhão é o último colocado no quesito.

¹³¹ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/apuracao/1turno/maranhao/>> Acesso em: 01 outubro 2023.

¹³² Nasceu em Marcos Parente (PI), em 1978. Formou-se em medicina na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Foi prefeito de São Pedro dos Crentes (MA) por dois mandatos.

Após dias de campanhas “cheias” pela capital e pelo interior do estado, Flávio Dino viu seu apoio ao candidato Lula prosperar. A matéria “Flávio Dino comemora vitória de Lula e diz que adversários devem esperar 2026”, de 31 de outubro, mencionou o encontro com eleitores após o anúncio da vitória do presidente Lula e, consequentemente, da derrota de Jair Bolsonaro.

‘Vencemos. Nossa gratidão ao povo do Maranhão pela linda campanha que fizemos juntos. Nossa homenagem ao presidente Lula. O presidente do Brasil, o presidente de todos os brasileiros e brasileiras’. E prosseguiu: ‘Alguns arruaceiros que estão sabotando o Brasil porque perderam a eleição devem receber, imediatamente, o tratamento que a lei determina. Com a democracia e com a imagem do Brasil no mundo não se pode brincar. Espero que o bom senso prevaleça e que saibam esperar 2026’, pontuou. Flávio Dino também destacou a expressiva votação de Lula no Maranhão. ‘Feliz e grato à população pela gigantesca vitória de Lula no Maranhão: 71,14% dos votos válidos (2.668.425 votos). Comprometo-me a seguir trabalhando muito para que o novo Governo Federal acredite no nosso Estado. E foi bonita a nossa festa’, finalizou. Dino e aliados realizaram ato de comemoração da vitória de Lula, logo após a apuração das urnas na Beira Mar (IM, 21/12/2023, s/p)

Em “Grupo dinista sai fortalecido da disputa pela Presidência da República”, do mesmo dia, o portal mencionou que o governador Carlos Brandão e o senador eleito Flávio Dino estão com o cenário favorável ao “grupo” após a vitória de Lula. Segundo a reportagem, o resultado das urnas no Brasil tem um reflexo direto no Maranhão. Assim, são citados aspectos que demonstrariam que o governo eleito no país impactaria diretamente na governabilidade do estado. Em primeiro lugar, a “relação institucional” seria retomada. “Por quatro anos, o então governador Flávio Dino não tinha qualquer diálogo com o governo de Jair Bolsonaro. Pelo contrário, por muitas vezes, Dino fez críticas pesadas diretamente ao presidente da República” (IM, 31/10/2022, s/p). Em segundo lugar, o portal indicou que “isto poderá ser percebido logo daqui há dois anos, quando chegarem as eleições municipais (IM, 31/10/2022, s/p).

Além disso, “o grupo Dino/Brandão não tem uma oposição forte de fato no Maranhão” (IM, 16/12/2022, s/p), continuava a análise do portal. Desse modo, a reportagem mencionou “nomes” como o do senador Roberto Rocha que, derrotado, “perderia força e influência na política nacional e local a partir de 2023”, tendo “que reorganizar a casa para, depois disto, marcar sua posição”. Por fim, o “IM” também afirmou que o grupo comandado pela ex-governadora e deputada federal eleita Roseana Sarney (MDB) também foi determinante para a vitória de Lula no Maranhão. Afirmou ainda que “desde 2002, Sarney, Roseana e seus aliados apoiam o presidente eleito” e que “os esforços de Flávio Dino e Carlos Brandão na campanha contribuíram para aumentar a votação de Lula no Maranhão”, mencionando números comparativos entre o primeiro e o segundo turno (IM, 16/10/2022, s/p). Roseana Sarney apoiou Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições em 2018, seguindo decisão de demais “aliados”.

As últimas matérias publicadas sobre Flávio Dino nesse ano discutiram a indicação do “protagonista” da política estadual ao Ministério de Justiça e Segurança Pública pelo presidente eleito. Em matérias como “Flávio Dino é cotado para assumir ministério no Governo Lula”, de 31 de outubro e “Classe política destaca anúncio de Flávio Dino no Governo Lula”, de 10 de dezembro, comentam esse cenário. Anteriormente, em ato de campanha, em São Luís (MA), Lula (PT) comentou o desejo em convidar Flávio Dino (PSB) para sua futura equipe de governo.

‘Esse Flávio Dino, ele que se prepare. Ele vai ser eleito senador, mas não será senador por muito tempo. Se prepare, porque vai ter muita tarefa nesse país, vai ter muita tarefa nesse país. Enquanto o genocida [Jair Bolsonaro] te chamava de governador gordão, eu te chamo de governador mais competente que nós temos no Brasil, o nosso companheiro Flávio Dino’. Ex-juiz federal, e coordenador da campanha do petista no Maranhão, Flávio Dino seria um perfil indicado para o posto (IM, 31/10/2022, s/p)

Em meio a isso, algumas outras manchetes chamaram atenção. Por exemplo, “Flávio Dino revela não ter interesse em vaga no STF”, de 09 de novembro, e “Flávio Dino toma posse na Academia Maranhense de Letras nesta quinta”, de 01 de dezembro. Sobre o STF, Flávio Dino afirmou “em 2006, fiz a opção de largar 12 anos de magistratura para ser político e estou muito confortável. Nunca me coloquei esse questionamento. Fico honrado, é um reconhecimento, mas não é um projeto, um sonho. Estou muito bem na política” (IM, 09/11/2022, s/p). Na segunda matéria, foi informado que o agente “foi eleito no dia 21 de outubro de 2021 e vai ocupar a cadeira de número 32, que tem como patrono Vespasiano Ramos e era ocupada pelo seu pai, Sálvio Dino, falecido em 2020” (IM, 01/12/2022, s/p).

Encaminhada a indicação, saíram as matérias “Flávio Dino defende revogação dos decretos de armas”, de 17 de novembro; “Flávio Dino diz que trabalho em transição foca em decretos de armas e sigilo de 100 anos”, de 21 de novembro, que comentaram sobre os principais “projetos” a serem executados pelo ministro nos primeiros meses no comando da pasta. Observa-se, assim, que as matérias publicadas sobre Flávio Dino pelo portal nas eleições de 2022, definitivamente, não possuíram a mesma linha editorial seguida pelo “EM” nas duas últimas eleições. Conforme mencionado, o agente e integrantes da *facção política* de José Sarney se “uniram” em torno da candidatura de Carlos Brandão (PSB). O fato referente à integração do jornal impresso ao portal de notícias *online* também pode ser destacado uma vez que teve sua “editoria de política” “renovada” e “adaptada” à internet. Portanto, o portal confirmou que o ministro bem como o seu “grupo” saiu vitorioso em diversos aspectos desse pleito, reforçando-se a imagem do agente na política do estado e, agora, no restante do país.

4. ESTRATÉGIAS DE DETRAÇÃO E DE AFIRMAÇÃO EM UMA CAMPANHA POLÍTICA E O PRIMEIRO ANO NO MINISTÉRIO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL (2022-2023)

Durante o ano eleitoral de 2022, marcado pela renúncia de Flávio Dino (PSB) ao governo do Maranhão para se candidatar ao Senado e pela campanha em prol da eleição do ex-presidente Lula (PT), blogs, portais e redes sociais “oposicionistas” e “governistas” ganharam protagonismo diante da construção da imagem do agente. “Todas as identidades públicas são identidades construídas. Elas são, de fato, estratégias em um universo de concorrência, no qual uma das regras consiste na ‘melhor’ apresentação e interpretação a serem feitas sobre o político” (COLLOVALD, 1988, p. 40). Annie Collovald (1998, p. 40) afirma ainda que “os atores políticos são conduzidos a se adaptarem às novas regras que os definem e a análise biográfica deve levar em conta as modificações que afetam a profissão política”. O exame dos “papeis” assumidos por “novas” tecnologias da informação e comunicação, blogs e redes sociais, por exemplo, pode ser realizado para apreender a relevância que tomaram nessa campanha política.

Eleito para o terceiro mandato como presidente da República, Lula anunciou oficialmente, em dezembro de 2022, Flávio Dino como futuro ministro de Justiça e Segurança Pública do Brasil. O anúncio ganhou destaque nos maiores veículos de imprensa e confirmou “expectativas” e projeções ventiladas logo após confirmada a vitória do candidato do PT. Destarte, ao longo dos meses em que esteve à frente da pasta, a partir de janeiro de 2023, Flávio Dino recebeu notoriedade pública e política em diversas ocasiões. Para a discussão, apreendeu-se alguns dos principais discursos e pronunciamentos do agente no que pese, por exemplo, a defesa da Amazônia e a modificação do decreto de armas de fogo pela população civil, analisados com vista à apreensão das principais *tomadas de posição* do agente nesse período.

Portanto, nesse capítulo, foram localizados artigos publicados pelos blogs “Marrapá” (MR) e “Diário 98” (D98) durante as eleições de 2022, sendo o primeiro “contrário” ao agente (“oposicionista”) e o segundo “favorável” (“governista”). Foram ainda localizadas postagens em redes sociais oficiais (Youtube e Telegram) de Flávio Dino durante a campanha e após sua chegada ao MJSP. Na discussão, buscou-se examinar as principais estratégias de afirmação e consagração utilizadas em publicações sobre o candidato e sobre sua *facção política* nesses domínios digitais “governistas”, destacando-se menções às políticas públicas executadas e às *tomadas de posição* do agente no que diz respeito a sua gestão no governo do Maranhão e ainda em relação aos principais temas abordados e debatidos após a ocupação do cargo de ministro.

4.1. “Marrapá”: aproximação com os “Sarney” e Carlos Brandão “governador-tampão”

A definição de “blogosfera” pode ser tomada a partir de discussão de Roberto Grün (2018), isto é, como “uma nova dimensão de interação social da esfera pública propiciada pelo advento da internet, na qual agentes na sua maioria não previamente qualificados pelas escalas sociais geralmente aceitas, podem expor seus pontos de vista sobre campanhas” (GRÜN, 2018, p. 98). Utilizando-se do referencial bourdiesiano, o autor compreende o “campo dos escândalos” como característico da imprensa brasileira visto que as coberturas de campanhas pela “doxa” (imprensa institucionalizada) e pela “heterodoxa” (“blogosfera”) passaram a “coexistir” e a “competir” a partir das eleições de 2006. A “blogosfera” teria surgido ainda como “mais um instrumento para alterar o quadro e a relação de forças simbólicas e como uma forma de ‘driblar a hierarquia cultural, econômica e social tradicionais’” (GRÜN, 2018, p. 111-124).

O blog intitulado “Marrapá” (MR) é um domínio registrado pelo jornalista Leandro Sousa Miranda. Segundo informações divulgadas pelo agente, é formado em Comunicação Social (Bacharelado) pela Universidade CEUMA (UNICEUMA) e possui especialização em “jornalismo político” pela Faculdade Unyleya. Ele informa ainda ter sido “diretor de Rede e Conteúdo do Sistema Difusora de Comunicação e diretor-geral da TV Difusora de Santa Inês (MA)” e ter atuado “como Coordenador de Comunicação da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão”¹³³. Leandro Miranda é também, desde 2021, assistente parlamentar do senador Weverton Rocha (PDT)¹³⁴. Entre janeiro e outubro de 2022, período em que se confirmou a decisão do governador em apoiar Brandão e não Rocha, “chefe” do gabinete em que o jornalista e “dono” do blog atua, diversos artigos detratores sobre Dino foram publicados.

O primeiro artigo publicado pelo blog em 2022, foi intitulado “Servidores do Detran enquadram Flávio Dino”, de 03 de janeiro. A postagem informava que funcionários do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-MA) reivindicavam “melhores condições de salários” e reclamavam de “falta de diálogo” com o governo. Na mesma página também foi divulgada a infecção de Dino com o vírus da Covid-19. Em um dos artigos, intitulado “Um dia após escapar da Covid-19, Flávio Dino já aglomera”, de 14 de janeiro, o destaque foi a participação do agente em evento realizado na cidade de Paço do Lumiar, região metropolitana de São Luís, questionando que “foi justamente devido às aglomerações de fim de ano, nos

¹³³ Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/leandrosousamiranda?trk=org-employees>> Acesso em: 03 novembro 2023.

¹³⁴ Disponível em: <<https://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/5411/pessoal/?local=gabinete&ano=2022&vinculo=TODO>> Acesso em: 03 novembro 2023.

jardins do Palácio dos Leões, que muitos auxiliares dinistas testaram positivo para a Covid-19” (MR, 14/01/2022, s/p). Esse e outros artigos denunciaram “aglomerações” por parte do governador, desaconselhadas por profissionais da saúde naquele momento pandêmico.

A reunião de 31 de janeiro, que oficializaria o apoio de Flávio Dino ao vice-governador Carlos Brandão, ganhou bastante destaque na página. Artigos como “Reunião nesta segunda pode selar racha na base de Flávio Dino, e Lula se preocupa”, de 30 de janeiro, e “O dia D de Flávio Dino”, de 31 de janeiro, dentre outros, deram conta da “cobertura” sobre o evento. No primeiro, foi apontado que, se confirmado a opção pelo vice-governador, Weverton Rocha deixaria o “grupo” e registraria sua candidatura à parte. O empasse teria deixado o então pré-candidato à presidência, Lula (PT), “preocupado”, uma vez que seria “próximo de ambos”. O artigo mencionou ainda “que é difícil que o PT apoie alguém do PSDB, em referência a Brandão, que pode mudar para o PSB” (MR, 30/01/2022, s/p). No segundo artigo citado, o foco foi a indicação aos “dois caminhos” que poderiam ser seguidos por Flávio Dino: “a escolha pessoal, o vice-governador Carlos Brandão (PSDB), ou atender aos critérios da carta-compromisso que ele mesmo estabeleceu, optando pelo senador Weverton Rocha (PDT)” (MR, 31/01/2023). Aventando ainda que nenhum dos pré-candidatos do “grupo” desistiria da disputa.

A partir de então, diversos assuntos associados a Flávio Dino passaram a ser debatidos, notadamente como forma de “depreciação” ou “detração” da sua “imagem pública”. Sublinha-se as referências à possível aproximação do agente com a “família Sarney”. Em “Flávio Dino recebe troféu da Mirante”, de 12 de fevereiro, o esclarecimento foi que “longe de ser destaque em alguma modalidade esportiva, ganhou homenagem da emissora dos Sarney por um tal ‘incentivo do poder executivo no esporte’” (MR, 12/02/2022, s/p). No artigo, foi mencionado que “a Mirante não tem do que reclamar dos ‘incentivos’ daquele que implantaria o comunismo no Maranhão; o governador também parece ter superado as diferenças do conglomerado de mídia do clã Sarney” (MR, 12/02/2022, s/p). Por fim, apontou que o governador teria saído “de uma política de zero incentivo para o Sistema Mirante” para se tornar um gestor que terminaria o mandato “premiado” pela “oligarquia que mergulhou o estado no atraso”, em referência ao discurso utilizado pelo agente outrora em menções ao “sarneyismo”. O “Troféu Mirante” é definido como uma “grande celebração que reconhece o esporte como instrumento do desenvolvimento social e da qualidade de vida”¹³⁵. Existe há 18 anos no estado.

Em “Flávio Dino absorve – e absolve – os Sarney”, de 03 de março, o blog mencionou que o então governador “admitiu, pela primeira vez, que estará ao lado do grupo Sarney no

¹³⁵ Disponível em: <<https://www.grupomirantema.com/trofeumirante/2022/>> Acesso em: 04 novembro 2023.

palanque de Carlos Brandão (PSDB) à sucessão” (MR, 03/03/2022, s/p). Repercutindo entrevista concedida a uma emissora local, a polarização com o “grupo” do ex-presidente da República teria se “diluído” ao longo do tempo, chegando a ser “inexistente” naquele momento, o agente teria confirmado que não haveria mais “antagonismo” com o *ego* do “sarneyismo”. Essa “diluição”, de acordo com o blog, teria ocorrido após Flávio Dino “ganhar” cadeira na AML com o apoio de José Sarney como forma de “reconhecimento por ‘bamburrar’ os cofres do Sistema Mirante de Comunicação” (MR, 03/03/2022, s/p). Comentando o cenário estabelecido, foi afirmado que “Dino e Sarney se merecem. Estão unidos pelo atraso socioeconômico do Maranhão. E o coronelismo que o comuno-socialista diz ter derrotado em 2014 voltará ao Palácio dos Leões pelas mãos do vice tucano” (MR, 03/03/2022, s/p), concluiu.

Comentando a renúncia de Flávio Dino ao governo do Maranhão para concorrer ao Senado, o blog publicou, em 29 de março, o seguinte artigo: “Em carta de despedida, Flávio Dino ignora pobreza”. Nele foi mencionado que não havia, na denominada “carta ao povo do Maranhão”, “uma linha sequer no que diz respeito às ações efetivas de combate à pobreza do estado” (MR, 29/03/2022, s/p). Segundo a análise do veículo, Flávio Dino teria falhado na “missão” de reduzir a pobreza no Maranhão. O efeito teria sido, nesse sentido, justamente o contrário: “os maranhenses tiveram uma piora na qualidade de vida, enquanto que o estado é um dos com o pior desenvolvimento socioeconômico de todo o Brasil, segundo o IBGE” (MR, 29/03/2023, s/p). Ainda comentando a “saída” do ex-governador, o blog publicou que o agente deixaria à esquerda “maranhense” “um legado de absoluta fragilidade e dismantelo interno nas agremiações”. No texto: “De como Flávio Dino usa e descarta a esquerda no Maranhão”, de 04 de abril, comentou-se sobre a “longa lista” de militantes e aliados que foram “usados” e “abandonados” pelo agente. Comunicando mudanças realizadas por Carlos Brandão após assumir o governo, assentidas por Flávio Dino, o blog afirmou que membros do “primeiro escalão” foram realocados para a “assessoria especial”, denominada “purgatório” ou “porão” por um ex-presidente do diretório estadual do PT-MA que havia sido enviado para essa pasta.

Tratando sobre a relação entre Carlos Brandão e Flávio Dino, o blog afirmou, um mês após a renúncia, que a mesma não “andava nada bem”. Segundo o “MR”, “em Turiaçu, o governador-tampão simplesmente silenciou diante das severas críticas feitas a Dino pelo prefeito Edésio Cavalcanti”, afirmando que “as críticas foram feitas com a anuência de Brandão que simplesmente silenciou. E quem cala consente” (MR, 21/05/2023, s/p). Na ocasião, o prefeito teria afirmado que Flávio Dino “esqueceu a cidade”, “a população de Turiaçu não está satisfeita”. “Flávio Dino não fez nada e isso não pode mais acontecer” (MR, 21/05/2022, s/p).

Durante a pré-campanha, o blog publicou artigos como “Flávio Dino reaparece andando de helicóptero e entregando peixes”, de 28 de maio, e, “Em queda, Flávio Dino tem a maior rejeição entre os candidatos ao Senado”, de 14 de junho. No primeiro, foi informado que “o ex-governador está fazendo o que sempre criticava nos Sarney: condenava a ‘oligarquia’ por uso de aeronaves financiadas com o dinheiro do contribuinte, agora faz sem o mínimo pudor” (MR, 28/05/2022, s/p). No texto, foi informado ainda que “o comuno-socialista distribuiu peixes à população e se fez presente em outros atos políticos-eleitoreiros, aproveitando-se da máquina estadual para alavancar a sua pré-campanha ao Senado” (MR, 28/05/2022, s/p). No outro artigo citado, discutiu-se que Flávio Dino “já começou a sentir os efeitos da queda de sua popularidade”, trazendo dados de pesquisa do Instituto Exata divulgados pelo jornal “O Imparcial”, que teria mostrado o “comuno-socialista com a maior rejeição entre os pré-candidatos ao Senado” (MR, 14/06/2022, s/p). 28% dos entrevistados teriam rejeitado o agente.

No artigo “O paupérrimo Flávio Dino”, de 09 de agosto, o blog comentou sobre a prestação de contas do candidato ao TRE. Ponderou-se, dessa maneira, que Flávio Dino declarou R\$ 825.706,04 em bens formados por casas e apartamentos, por exemplo, “patrimônio não compatível nem com o de um candidato a vereador das quarenta cidades mais pobres do Maranhão” (MR, 09/08/2022, s/p). O valor seria menor que o declarado pelo agente em 2018 e 2014. Em “Lula ‘abençoa’ palanque que une Roseana e Flávio Dino, diz Uol”, de 02 de setembro, o blog repercutiu a presença do candidato à presidência em ato político em São Luís. Foi informado, portanto, que “diferentemente do que aconteceu nos anos anteriores, a família Sarney e Flávio Dino não estão em campos opostos e dividem o mesmo palanque” (MR, 02/09/2022, s/p). Em “Para Flávio Dino, pessoas que estão insatisfeitas com ele estão com o ‘diabo no corpo’”, de 13 de setembro, afirmou-se que o ex-governador “mais uma vez deu uma demonstração do seu corpulento e inflado ego” e que “ao fazer caras e bocas, o comuno-socialista disse que as pessoas que não gostam dele estão ‘incorporadas pelo satanás’” (MR, 13/09/2022, s/p). A fala ocorreu em transmissão na internet cujo trecho foi divulgado pelo blog.

Para o blog, em réplica, “a ‘cara feia’ que muitos maranhenses fazem quando olham Flávio Dino é reflexo da decepção” (MR, 13/09/2022, s/p). Assim, elencou alguns motivos que teriam decepcionado os “maranhenses”, como a “promessa” de que nenhuma cidade do estado estaria entre as mais pobres do país, que não teria sido cumprida; a convivência com baixos indicadores econômicos e sociais e com o aumento desmedido da fome e da miséria; e que “para completar a decepção, Flávio Dino se alia à ‘oligarquia’ Sarney com o intuito de conseguir uma vaga no Senado Federal e garantir a reeleição do governador-tampão Carlos Brandão”

(MR, 13/09/2022, s/p). A expressão “governador-tampão” foi utilizada para se referir ao substituto escolhido por Flávio Dino. Na química orgânica, uma “solução-tampão” consiste na adição de “sal” correspondente a um mesmo “ácido” ou “base” para evitar a variação do “pH” no sistema. Para a analogia, a ocupação do cargo por Carlos Brandão seria uma forma do ex-governador continuar a exercer influência uma vez que seu sucessor não teria “autonomia” ou “força” suficientes para “governar” sozinho, agindo, portanto, como “tampão” ou “mediador”.

Encaminhando-se para o fim da campanha, artigos como “Brandão foge de debates para preservar Flávio Dino”, de 19 de setembro, e “Gestão de Flávio Dino/Carlos Brandão deixou o Maranhão nas últimas posições do IDEB”, de 22 de setembro, dentre outros, trouxeram à tona questões referentes a ambos os agentes. No primeiro, o blog chamou Carlos Brandão “governador-tampão despreparado” e que esse “adotou a estratégia de fugir dos debates para não comprometer a candidatura de Flávio Dino ao Senado” (MR, 19/09/2022, s/p). As possíveis “fugas” de debates registradas pelo próprio agente também foram bastante veiculadas no espaço. No que diz respeito ao segundo artigo, foram discutidos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), mencionando-se que “a dupla foi eleita com a promessa de revolucionar a educação no estado, mas deixou Maranhão do mesmo jeito que encontrou: no vergonhoso último lugar em aprendizado” (MR, 22/09/2022, s/p). O blog acusou também o ex-secretário de Educação e candidato a vice pelo “grupo”, Felipe Camarão (PT), pelos índices.

Em 02 de outubro, o blog publicou sobre a eleição do agente ao Senado. Em artigo conciso, foram divulgados os números que consagraram o ex-governador vitorioso na disputa. Nos artigos seguintes, foram discutidos pelo blog as “chances nulas” do agente ser convidado a ser ministro: “Flávio Dino condenado ao Senado Federal”, de 04 de outubro, “Imprensa nacional descarta ministério de Flávio Dino”, de 16 de outubro, e “Qual ministério Flávio Dino gostaria de assumir no governo Lula”, de 21 de novembro. O primeiro afirmou que “Flávio Dino sabe que são poucas as chances de se tornar ministro em uma eventual presidência de Lula” (MR, 04/10/2022, s/p) devido ao grande número de “oposicionistas” que foram eleitos.

O último artigo mencionado informou que “Flávio Dino sonha com a nomeação para ser ministro do Desenvolvimento Regional de Lula, mas vai ficar na quimera: o PT não pretende ceder o comando da pasta para Dino” (MR, 21/11/2022, s/p). O artigo ainda afirmou que “Dino é cotado para assumir o MJSP, mas não ocupará o cargo se Lula desmembrar as funções do cargo” (MR, 21/11/2022, s/p). Flávio Dino assumiu o ministério. Nesse sentido, o blog terminou o ano publicando artigos sobre “ex-aliados” e “adversários” ressentidos com o então ministro do MJSP.

4.2. “Diário 98” e campanha nas redes sociais: a atuação do “Time do Lula” no Maranhão

O “Diário 98” (D98) é um domínio registrado em nome de Raimundo Garrone Portela Richard. Jornalista formado pela UFMA, contemporâneo de universidade de Flávio Dino e destacada figura da chamada “geração maio oito meia” da qual o agente reivindica participação. Sabe-se que o mesmo possui um blog denominado “blog do Garrone” (garrone.com.br) que também é voltado para a cobertura de assuntos políticos do Maranhão e assume igualmente um posicionamento “favorável” a Flávio Dino e ao “grupo” político do ministro no estado. Uma grande parte das publicações do “D98” durante 2022 foi assinada pelo jornalista e colunista George Marques. Segundo dados do site *The Intercept Brasil*, trata-se de “jornalista e relações públicas pela faculdade JK de Brasília. Especialista em comunicação pública e comunicação política no legislativo”. “Foi assessor parlamentar e atualmente é assessor na Secretaria de Comunicação Institucional da Presidência”¹³⁶. O jornalista nasceu no estado do Maranhão.

Uma das primeiras matérias publicadas pelo “D98” em 2022, intitulada “PIB do Maranhão está entre os que mais crescerão em 2022 e ficará acima do Brasil, aponta consultoria”, de 04 de janeiro, trouxe dados da “Agência MB Associados” e “4E Consultoria” sobre os estados com maior potencial de crescimento em relação ao PIB¹³⁷. Mencionou, assim, que “o Maranhão, sob a liderança de Flávio Dino, surge no topo da lista (de 2% a 3)”, enquanto os índices do país apontariam para um crescimento “abaixo de 1%, revelando mais uma vez a catástrofe do Governo Bolsonaro” (D98, 04/01/2022, s/p). Compreende-se, nesse sentido, a associação entre os índices positivos ou negativos a seus respectivos governos, reiterando uma posição favorável ao então governador do Maranhão e detratora ao então presidente do Brasil e pré-candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL).

Em “Maranhão registra saldo positivo de empregos pelo 5º ano consecutivo, aponta CAGED”, de 05 de janeiro, foi informado que “foram criados no Maranhão 37.465 postos de trabalho com carteira assinada” e que “o saldo positivo de criação de empregos no estado vem desde o ano de 2017” (D98, 05/01/2022, s/p). A matéria trouxe ainda postagem de Flávio Dino comemorando o resultado, afirmando que o governo seguia realizando investimentos em obras públicas e apoiando o setor privado visando à geração de empregos. Em “Maranhão chega a 67 Restaurantes Populares, a maior rede do Brasil”, de 24 de janeiro, noticiou-se a criação de mais um Restaurante Popular, na cidade de Santa Rita (MA). Os “Restaurantes Populares” são uma

¹³⁶ Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/equipe/georgemarques/>> Acesso em: 15 outubro 2023.

¹³⁷ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”.

política pública atribuída ao governador e descrita pelo blog como “o mais importante equipamento na garantia da segurança alimentar, no fortalecimento da economia e da agricultura familiar local” (D98, 24/01/2022, s/p). Sobre a iniciativa, Flávio Dino destacou:

É, portanto, um equipamento que ampara as famílias porque tem um forte subsídio governamental. Cada prato de comida custa, mais ou menos, R\$12 reais. O usuário vai pagar R\$1 real e o governo paga R\$11 reais. Além disso, é um equipamento que tem uma dimensão econômica, uma vez que as famílias, ao economizarem o dinheiro da alimentação, vão poder comprar um calçado para o filho, uma roupa, e com isso ajuda a movimentar o comércio. Então, mesmo quem não vier ao Restaurante Popular, está sendo beneficiado por ele. Além disso, temos o trabalho de apoio à agricultura familiar, na medida em que os produtos aqui vendidos, comercializados todos os dias serão, também, oriundos da agricultura familiar de Santa Rita” (D98, 24/01/2022, s/p)

Percebe-se, assim, o caráter divulgador/promovedor assumido pelo blog na apresentação de dados ou informações referentes às políticas públicas “criadas” no governo, buscando destacar a influência do agente na obtenção de “melhorias” para o estado. Mais especificamente no que se refere à pré-campanha ao governo do estado, em matéria intitulada “Brandão anuncia que se filiará ao PSB e afirma: ‘sou o pré-candidato do dinismo’”, de 31 de janeiro, o “D98” comentou sobre a reunião e coletiva de imprensa que confirmaram o vice-governador como pré-candidato ao governo do Maranhão pela *facção política* de Flávio Dino.

Segundo a reportagem, Carlos Brandão (PSB) afirmou ter sido “o pré-candidato que mais pontuou na carta de compromissos¹³⁸ assinada por 13 partidos da base do governador Flávio Dino” (D98, 31/01/2022, s/p). Quanto à filiação ao PSB, o vice-governador declarou: “eu sou o pré-candidato do PSB, do campo popular, do ‘dinismo’” e, sobre o conflito com Weverton Rocha (PDT), “desejo que possamos conversar com Weverton e ele venha para a pré-candidatura do ‘dinismo’” (D98, 31/01/2022, s/p). Cabe destacar o uso do “dinismo” como forma de positivação da expressão, originalmente empregada para desqualificar o agente e seus “apoiadores”. Collovald (1991, p. 99) destaca esse movimento de “redefinição” dos “ismos”.

O blog seguiu sendo um espaço de cobertura da pré-campanha no estado, destacando o “rompimento” com Weverton Rocha (PDT). As matérias “Em aceno ao PSB, PT oficializa apoio a Carlos Brandão no Maranhão”, de 01 de fevereiro, “Weverton articula dobrada com Roberto Rocha e Bolsonaro através de Emendas Secretas”, de 11 de fevereiro, e “Pesquisa do PDT: Brandão cresce; Weverton estagna”, de 15 de fevereiro, discutem a decisão do senador e ex-aliado de Flávio Dino em manter a pré-candidatura após a decisão tomada pelo governador, sendo destacas notícias favoráveis a Carlos Brandão e contrárias a Weverton Rocha: uma

¹³⁸Disponível em: <<https://www.zecasoaes.com/2021/07/06/tres-partidos-nao-assinaram-a-carta-compromisso-de-dino/>> Acesso em: 18 outubro 2023.

pesquisa de intenções de voto que demonstraria “estagnação” do projeto oposicionista e denúncia envolvendo participação do que se intitulou orçamento secreto”¹³⁹ em “dobradinha” com Roberto Rocha e Jair Bolsonaro. Observa-se, pois, que o noticiário no período foi marcado pela “ruptura” entre Weverton Rocha e Flávio Dino, o que culminou em manchetes detratórias ao senador. De qualquer modo, em junho, deu-se início à campanha oficial dos agentes.

Ao longo da pré-campanha e campanha, continuaram a ser publicadas matérias que reforçavam a gestão desempenhada pelo agente nos 7,5 anos em que governou o estado. “Em sete anos, o Maranhão reduziu em 68% o índice de homicídios”, de 30 de março, e “Maranhão tem a cesta básica mais barata do Brasil”, de 14 de abril, exemplificam esse cenário. Nessa última matéria, por exemplo, o blog sustentou que “o Governo do Maranhão investe em ações de combate à fome e promoção da segurança alimentar” e que teria ainda a maior rede de “Restaurantes Populares do Brasil e o Programa Comida na Mesa que tem o objetivo de fortalecer as ações de segurança nutricional das famílias mais vulneráveis com a distribuição de cesta básicas e distribuição de gás de cozinha” (D98, 14/04/2022, s/p). A preocupação do governo em garantir políticas públicas de combate à fome e à pobreza extrema ganhou bastante destaque em publicações do “D98”. Correligionários de Flávio Dino também mencionam programas nas áreas da educação (como “Escola Digna” e “Mais Integral”) e saúde (como “Mais Saúde” e “Travessia”), dentre outros, para exaltar o agente e a gestão iniciada em 2015.

Em “Time do Lula percorre oito cidades no mesmo dia e confirma favoritismo na corrida eleitoral”, de 24 de agosto, o blog denominou Flávio Dino, Carlos Brandão e Felipe Camarão como o “Time do Lula”. “Nas caminhadas, o Time do Lula confirmou o favoritismo indicado nas últimas pesquisas, em especial, na Ipec, que apontou Brandão com 28% das intenções de voto e Flávio Dino com 50%” (D98, 24/08/2022, s/p). Flávio Dino mencionou em entrevista:

‘Sou muito grato por cada recepção que tivemos nestas cidades, sempre todas com muito agito e carinho. Nelas, lembramos a forte presença do governo do Estado nos últimos anos, sempre atuando na garantia de direitos e em prol do seu desenvolvimento. E ainda há muito mais a ser feito. Vamos em frente’ (D98, 24/08/2022, s/p).

Várias matérias destacaram carreatas, caminhadas e comícios que contaram com a participação do “Time do Lula”, destacando as “milhares de pessoas” que frequentaram os encontros e faziam acreditar que a vitória de Lula e Carlos Brandão se daria ainda no primeiro turno, assim como a vitória de Flávio Dino com ampla diferença para o segundo colocado,

¹³⁹ Esse termo surgiu com a criação de uma nova modalidade de emendas parlamentares. “As emendas são recursos do orçamento da União direcionadas por deputados para suas bases políticas ou estados de origem”, informa o G1.

Roberto Rocha (PSDB). Com o resultado das eleições, o artigo “Rede de desinformação maranhense sai derrotada com vitória de Brandão”, postado em 03 de outubro, confirmava os resultados pretendidos no Maranhão: a vitória de Carlos Brandão ainda no primeiro turno e Flávio Dino como o senador com o maior número de votos de todos os tempos no estado. Lula conquistou igualmente um excelente desempenho no estado, o que também pode ser associado às campanhas políticas de seus “cabos eleitorais” no Maranhão, denominados “Time do Lula”.

No artigo, assinado por George Marques, é feito um balanço sobre os resultados das eleições no Maranhão. O jornalista afirmou que “ensinamentos importantes” poderiam ser retirados. Em primeiro lugar, “venceu o candidato que não ficou em cima do muro e escolheu um lado. A chapa Flávio Dino, Carlos Brandão e Lula saem vitoriosas porque a população entendeu o que estava em jogo: a continuidade das políticas públicas gestadas por Flávio Dino” (D98, 03/10/2022, s/p). Para o blog, “perderam aqueles que enganaram a população tecendo matérias desinformativas criando falsas narrativas em blogs sem lastro na realidade” (D98, 03/10/2022, s/p). Cita, assim, os blogs “marrapá”, descrito como “cabo eleitoral” de Weverton Rocha, e “um dos sites de fofocas de baixo nível da política maranhense, sempre que pôde tratou Brandão como ‘governador-tampão’”, atacando institutos de pesquisa (D98, 03/10/2022, s/p). Foram citados ainda os blogs “Marco Aurélio D’Éça” e “Clodoaldo Correra”, esses qualificados como “especialistas na produção de narrativas falsas”. Foi mencionado que Weverton Rocha, que teria “traído” Flávio Dino, recebeu em troca o terceiro lugar da disputa.

O blog trouxe artigo de Ricardo Capelli¹⁴⁰, secretário de Comunicação do governo, intitulado “O xadrez da vitória histórica de Carlos Brandão”, de 04 de outubro, que teria contado com “11 jogadas” que possibilitam a vitória do candidato. A primeira delas foi “a repactuação com o Grupo Mirante”, marcado pelo apoio de Flávio Dino ao candidato à presidência da Câmara, Baleia Rossi¹⁴¹ (MDB), destacando que “a TV Mirante possui 70% da audiência no estado” (D98, 04/10/2022, s/p). Dentre diversos “movimentos” no tabuleiro, como a filiação de Carlos Brandão ao PSB e a de Felipe Camarão ao PT, o “sexto movimento” teria sido, segundo o autor, “a fatídica reunião de 31 de janeiro de 2022, quando o martelo foi batido”. Portanto, a conclusão do secretário, e, nesse sentido, compartilhada pelo blog, é de que “os que apostaram contra foram derrotados. Flávio Dino e Carlos Brandão chegaram ao final da guerra unidos e

¹⁴⁰ Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1972. Graduiu-se em jornalismo (UNIEURO). Foi secretário-chefe da Representação no governo do Maranhão na gestão Flávio Dino (2015-2023). É secretário-executivo no Ministério de Justiça e ocupou o posto de interventor federal por pouco menos de um mês em janeiro de 2023.

¹⁴¹ Nasceu em São Paulo (SP), em 1972. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais (UNAERP). Na política partidária, atuou como vereador de Ribeirão Preto (SP), deputado estadual e deputado federal por São Paulo.

vitoriosos, consolidando uma nova era de prosperidade no Maranhão” (D98, 04/10/2022, s/p) em consonância ao discurso “decadentista” apreendido em Wagner de Almeida (2008, p. 153).

No que se refere aos usos das redes sociais na campanha, foram selecionados e apreendidos dois “canais” oficiais de Flávio Dino: o primeiro no Youtube e o segundo no Telegram. A opção por analisar, brevemente, ambos os “perfis” se deu pela maior praticidade em localizar os arquivos disponíveis nesses espaços digitais uma vez as “contas” no Facebook, Instagram, Twitter ou X, dentre outras, são atualizadas com maior frequência pelo agente e, portanto, demandariam maior esforço¹⁴². Na descrição de seu canal (youtube.com/@FlavioDino), define-se como “senador eleito mais votado do Maranhão e ex-governador do estado. Advogado, mestre em direito público e professor da UFMA. Também foi juiz e deputado federal. É casado com Daniela Lima e tem quatro filhos”, informa. A conta foi criada em março de 2010 e possuía, até setembro de 2023, quase 2 milhões de visualizações. Além disso, no mesmo período, contava com 14,5 mil inscrições e havia postado 762 vídeos.

Nesse sentido, em 25 julho de 2022, Flávio Dino atualizou a plataforma com vídeo em que convidava a população para a convenção “O Maranhão não pode parar”. A convenção em questão oficializou sua candidatura ao Senado pelo estado. Mencionando o “Time do Lula”, juntamente com os pré-candidatos a governador e vice-governador Carlos Brandão (PSB) e Felipe Camarão (PT), o material mostrava imagens do agente em encontros com eleitores emocionados o abraçando. Em vídeo postado sobre o evento, em 01 de agosto, foram veiculadas imagens da convenção e um discurso do agente a respeito do “patriotismo”. O número do candidato nessas eleições foi 400. O discurso tem como “pano de fundo” uma crítica ao “patriotismo” reivindicado pelo candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), que se utilizou de símbolos nacionais, como a menção ao exército brasileiro e as cores da bandeira do país, por exemplo, para promover o discurso e criar uma associação/conexão direta com a expressão.

Patriota é quem defende o povo, patriota é quem é contra a fome, patriota é quem é a favor da democracia, patriota é quem respeita o poder judiciário, patriota é quem quer que o povo tenha emprego, trabalho e renda. Aqui é a turma do patriotismo. Aqui é a turma do Brasil (@FlavioDino, “Convenção o Maranhão não pode parar”, 01/08/2022. Disponível em: <youtube.com/watch?v=8fh5aYBghwU> Acesso em: 28 setembro 2023).

Em seguida, Flávio Dino compartilhou os temas musicais da campanha, apresentando diferentes versões de canções que promoviam as candidaturas do “Time do Lula” no estado. Vídeos com os seguintes títulos foram publicados em seu canal do Youtube: “Axé do Flávio,

¹⁴² Nas redes sociais mencionadas, costumam ser realizadas muitas publicações por dia e, em períodos eleitorais, essas postagens são ainda mais frequentes, o que dificultaria o acesso a elas devido à quantidade de novos *posts*.

Brandão e Camarão”; “Pé de serra do Flávio Dino, Brandão e Camarão”; “Piseiro Flávio Dino, Brandão e Camarão”; “Piseiro do Flávio Dino, Brandão e Camarão (versão Tarcísio do Acordeon)” e “Tem Camarão e Brandão (versão Tem Cabaré essa noite)”; adaptações de *hits* de artistas nacionais emergentes no cenário musical brasileiro. O uso de *jingles*, músicas ou canções adaptadas para os candidatos não é irrelevante em campanhas políticas, principalmente durante os comícios, os quais são referenciados pelo “apresentador” ou “locutor” dos eventos.

Segundo Palmeira e Heredia, “o apresentador cumpre a tarefa de estimular a multidão a cantar, sejam os *jingles* dos candidatos, sejam músicas populares de sucesso ou canções folclóricas com as letras alteradas por temas políticos” (1998, p. 40). Os mesmos autores (1998, p. 40) mencionam que, durante os comícios, o locutor “incentiva a multidão a dançar ao som da música do candidato ou a simplesmente executar certos movimentos corporais que identifiquem uma determinada candidatura ou estigmatizem a candidatura adversária”. Durante a campanha, a partir de observações *in loco*, as músicas eram iniciadas pelo “apresentador” que solicitava a continuação das letras por parte dos militantes ou participantes dos eventos abertos.

Além disso, os *jingles* eram tocados sempre que os candidatos encerravam seus discursos ou suas participações. Com a divulgação em redes sociais, foi possível perceber a “popularidade” das músicas durante os eventos. Os gestos “400” (número de Flávio Dino) e “40” (número de Carlos Brandão) e “13” (número de Lula) também eram solicitados, juntamente com o “L” (em referência ao candidato Lula), feitos com os dedos das mãos. A letra de um dos *jingles* de Flávio Dino pode ser visualizada. Os compositores não foram informados.

Ele mudou a nossa história como governador. Com Lula é mais uma vitória, é Flávio Dino senador! Ele tem fibra, ele tem raça, não para em nenhum momento, muda tudo onde passa, Flávio Dino senador. (@FlavioDino, “Ouça o jingle Flávio Dino senador 2022, 02/08/2022. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=5JutrscgSHM](https://www.youtube.com/watch?v=5JutrscgSHM)> Acesso em: 28 setembro 2023)

Ao longo da campanha, Flávio Dino estreou uma série de vídeos no formato *podcast* nas redes sociais, intitulada “Flavio Dino tá On”. O primeiro episódio foi publicado em 03 de agosto. Sobre a série, Flávio Dino afirmou que “a internet possibilita que além da tv e do rádio, nós possamos conversar todos os dias nesse período com 7 milhões de brasileiros e brasileiras que irão decidir quem terá a honra de representar o povo do Maranhão no Senado”. O primeiro episódio contou com a participação das suplentes ao cargo pela chapa, Ana Paula Lobato¹⁴³ (PSB), a primeira suplente, e Lourdinha¹⁴⁴ (PCdoB), a segunda suplente. O agente afirmou que

¹⁴³ Nasceu em Pinheiro (MA), em 1984. Formou-se em enfermagem. Foi vice-prefeita da cidade de Pinheiro e é atualmente senadora pelo Maranhão após o licenciamento de Flávio Dino para o Ministério de Justiça.

¹⁴⁴ Nasceu em Coroatá (MA), em 1956. Não foram encontradas mais informações a respeito da suplente a senadora.

tomou a decisão, conjuntamente aos partidos que o apoiavam, das vagas de suplência serem exclusivamente ocupadas por mulheres. “Flávio Dino tá On” contou com outros cinco vídeos, tendo participações de Felipe Camarão e do Pastor Eliel, dentre outros, em conversas temáticas.

Quadro 8. Episódios do *podcast* “Flávio Dino tá On”

Episódio	Convidados (as)	Tema
1º	Ana Paula Lobato (vice-prefeita de Pinheiro) e Lourdinha (vereadora de Coroatá)	“Importância das mulheres na política; experiência como lideranças femininas na base local”
2º	Augusta Andrade (coronel da polícia militar do Maranhão)	“Segurança pública e os 16 anos da Lei Maria da Penha”
3º	Marcos Pacheco (médico sanitário)	“Saúde pública; SUS; combate à pandemia e o que fazer para melhorar a saúde do povo brasileiro”
4º	Pastor Eliel (pastor)	“Fé e política”
5º	Felipe Camarão (professor e candidato a vice-governador)	“Avanços, investimentos e desafios na educação pública do Maranhão”

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do canal de Flávio Dino no Youtube (2023).

Ao longo da campanha, 15 programas eleitorais foram publicados no canal. Muitos deles traziam a participação do candidato à presidência Lula (PT) em seu tempo de exibição. No primeiro, publicado em 26 de agosto, Flávio Dino comentou sobre a experiência em governar o Maranhão, mencionando desafios e feitos conquistados em dois mandatos gerindo o estado. Destacou, assim, a criação de Escolas de Tempo Integral e os Restaurantes Populares, além de informações que indicariam a diminuição da taxa de desemprego nos últimos 7,5 anos.

Eu tive essa chance de governar o Maranhão, e foi muito comovente governar o Maranhão, foi muito emocionante governar o Maranhão. Nós fizemos muito, não conseguimos fazer tudo. Governo perfeito só no Reino de Deus, nós não temos essa pretensão, mas colocamos o estado na direção certa, motivamos a população, demos autoestima, esperança, expectativa, orgulho ‘pro’ nosso povo. Mas nós conseguimos sair de zero escolas de tempo integral para cem escolas de tempo integral, nós criamos uma universidade nova no Maranhão. Os Restaurantes Populares têm uma incidência hoje na vida de centenas de milhares de pessoas, todos os dias. 90 mil refeições por dia a R\$ 1,00. Nós mostramos a importância das obras na saúde que havíamos feito anteriormente, fizemos mais durante a pandemia. Nós conseguimos gerar mais emprego. Todas as cidades do Maranhão, todas, tem obras do governo do estado (@FlávioDino, 26/08/2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=19HhwmdfaDk>> Acesso em: 03 outubro 2023)

Em participação no programa, o então candidato Lula (PT) ponderou: “Vamos trabalhar juntos para gerar mais empregos e fazer do Maranhão um lugar ainda melhor para se viver”. O pronunciamento do ex-presidente reforça à ideia de união entre a candidatura nacional e as locais representadas pela *facção política* do ex-governador. Nos meses de campanha, Flávio Dino também publicou vídeos que mostravam obras realizadas em cidades como Imperatriz,

Bacabal, Balsas, Vitória do Mearim e Pinheiro, no interior do estado, mencionando obras de asfaltamento, policlínicas médicas, centros de referências, investimentos na cultura, etc. Também foram citados hospitais macrorregionais, escolas (dentre elas, o denominado IEMA, inspirado nos Institutos Federais), entrega de prédios ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Militar, construção de praças, criação de centro de hemodiálises, dentre outras, indicando que a gestão havia captado recursos e priorizado demandas de localidades afastadas da capital. Compreende-se, assim, que o agente se valeu do espaço para publicar vídeos que exaltassem a gestão realizada no governo do Maranhão nos 7,5 anos em que esteve na posição, mencionando programas e políticas públicas de governo que foram executadas e que continuariam a ser caso ele, Carlos Brandão, Felipe Camarão e Lula fossem eleitos e se unissem “a favor do Maranhão”.

Também foram postados vídeos, na íntegra, de comícios com a participação de Lula (PT) em São Luís. Irllys Barreira (1998, p. 33) apreende a política “como um ritual”. Para a autora, “os ritos de campanha são, desse modo, ‘ritos de enfrentamento’, na medida em que no jogo de disputas cada contendor faz sua demonstração de forças” (BARREIRA, 1998, p. 35). Portanto, a publicização de sua atuação para o fortalecimento da candidatura do ex-presidente na capital do estado em que governou (e que acabara de o eleger senador com ampla votação), pode ser tomada como uma estratégia de afirmação na qual Flávio Dino buscava demonstrar publicamente seu “protagonismo” diante de uma possível reeleição do candidato Lula no país. O último vídeo postado por Flávio Dino data de 29 de setembro de 2022, um programa eleitoral.

Por fim, discute-se, brevemente, os usos do Telegram (@FlavioDinoTelegram) durante as eleições de 2022. No aplicativo de mensagens, o agente registrava, até setembro de 2023, 2.8 mil inscritos, 519 fotos e 177 vídeos. No decorrer da campanha, compartilhou agendas, locais de comícios, *jingles*, obras executadas, propostas, etc. Vale destacar a mobilização da rede social para engajar o denominado “Time do Lula” no estado. O agente apostou ainda na criação de uma “identidade visual” com as cores da campanha (vermelho, amarelo e azul) nos *flyers* (panfletos informativos) e em *slogan* com a frase “trabalho e coragem”. Entre janeiro e outubro, compartilhou textos sobre a possibilidade de se eleger senador. Em um deles, afirmou: “No Senado, eu quero defender o Maranhão, o Brasil, as boas leis e a honestidade”. O agente também se valeu do compartilhamento de “memes”, linguagem imagética da internet que possui o humor como “pano de fundo”. Por exemplo, utilizou-se de registro de comício ao lado de Lula no qual passava um chapéu bordado de “Bumba Meu Boi”, manifestação cultural “maranhense”, para o candidato à presidência. Compreende-se, desse modo, que as redes sociais de Flávio Dino foram essenciais para a comunicação do agente durante a campanha.

4.3. MJSP: “defesa” da Amazônia, decreto de armas e convocações ao Congresso

Ainda no primeiro turno, Flávio Dino foi eleito o senador mais votado da história do Maranhão. No entanto, em 09 dezembro de 2022, foi confirmado pelo presidente eleito Lula (PT) para assumir o Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP). Na ocasião, fazia parte da “equipe de transição” do governo responsável pela área. Desse modo, em 01 em janeiro de 2023, foi oficialmente nomeado ao cargo. A informação foi divulgada no mesmo dia pelo Diário Oficial da União. Segundo o site do governo federal, o novo titular da pasta teria como “missão” “promover a paz, ampliar o diálogo com as forças policiais, facilitar o acesso à Justiça e fortalecer o Sistema Único de Segurança Pública”¹⁴⁵. Flávio Dino discorreu sobre a responsabilidade em assumir o posto mediante eventos que marcaram o fim das eleições, como a formação de acampamentos em frente aos quartéis do país e ataques a sedes de instituições como a PF, em Brasília, por militantes “bolsonaristas” contrários ao resultado das eleições.

Foram destacados, na publicação, aspectos da trajetória do ministro empossado. Por exemplo, a formação acadêmica e a atuação docente na UFMA, a passagem pelo TRF-1 como juiz, presidente da Ajufe e secretário-geral do CNJ. Destacou-se ainda a inscrição na política partidária como um dos deputados federais mais votados logo em sua “estreia”, bem como a gestão na Embratur. Também foram mencionados os mandatos como governador do Maranhão. Por fim, informou-se que, ao deixar o cargo, candidatou-se ao Senado e se tornou o senador mais votado do estado. Em cerimônia realizada em 02 de janeiro de 2023, Flávio Dino agradeceu ao presidente Lula que teria o “honrado” com um cargo que “jamais havia sonhado”; aos ministros e juízes presentes, além da mídia que cobria a ocasião; agradeceu ao presidente nacional do PSB, seu atual partido, e aos “amigos” do PCdoB, seu “partido da vida inteira”¹⁴⁶.

Em seu primeiro discurso como ministro, elencou três “eixos” que comporiam o que intitulou de “Ministério da Paz”. O primeiro deles seria o “combate às desigualdades”, mencionando “lutas antirracistas”, contra o feminicídio, pela “proteção da comunidade LGBT” e contra toda e qualquer forma de “preconceito” e “violência”. Como segundo eixo mencionou a “proteção à Constituição e a harmonia entre os poderes”. E o terceiro e último eixo citado foi a “defesa da democracia”. Desse modo, ponderou uma série de mudanças e reforços que seriam implementados na pasta a partir da administração do novo governo. Uma dessas mudanças seria o “controle responsável sobre armas”, afirmando que o presidente havia editado decreto sobre

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/flavio-dino-toma-posse-como-ministro-da-justica-e-seguranca-publica>> Acesso em: 03 outubro 2023.

¹⁴⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dpv6mNYRCYY>> Acesso em: 03 outubro 2023.

o assunto logo após assumir o cargo. Falou, então, em “armas nas mãos certas e não o ‘liberou geral’ que vulgarizou crimes domésticos e em locais de trabalho”, por exemplo, concluindo. A menção ao “liberou geral” é uma referência ao afrouxamento de regras sobre compra, posse, porte e uso de armas de fogo por civis durante o governo anterior. Segundo dados do G1, obtidos via Lei de Acesso à Informação, foram realizados 904.858 registros para aquisição de armas entre 2019 e 2022, o que representaria “691 registros de novas armas por dia pelos CACS”¹⁴⁷.

Flávio Dino mencionou o combate a crimes ambientais, especialmente na Amazônia brasileira, como uma “prioridade essencial” uma vez que diria respeito à “segurança climática do Brasil e do mundo”. “A Amazônia se constituiu, historicamente, como alvo-síntese de intervenções e interesses, processados por agentes (individuais e coletivos) atuantes em interseccionados *domínios sociais* (sobretudo estatais, militantes e acadêmicos)” (GRILL & REIS, 2021, p. 352). Entende-se o discurso do agente como uma forma de “entrar” no debate sobre a defesa da “região” amazônica e se colocar como mais um dos porta-vozes dessa “causa”. É válido destacar que Flávio Dino possui ao menos um livro sobre a temática do “direito ambiental”, intitulado “Crimes e Infrações Administrativas Ambientais: Comentários à Lei 9.605/98”. No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (2018-2022), as discussões em torno do “momento crítico” que o país estaria enfrentando no que se referiria à preservação do bioma cresceram significativamente. Representantes de ongs, jornalistas, políticos, intelectuais, indigenistas, dentre outros, contrários às políticas ambientais e em relação aos “povos indígenas” aplicadas pela então gestão, denunciaram “números” que revelariam esse cenário¹⁴⁸.

No discurso, ponderou também sobre “direitos digitais e crimes cibernéticos”, comentando que a internet não pode ser um espaço livre para o cometimento de crimes, mas “regulado democraticamente” para que a liberdade de expressão seja verdadeiramente exercida. Elencou ainda uma série de programas e projetos a serem executados pela nova “equipe”. A menção aos “crimes cibernéticos” pode novamente ser interpretada como referente às acusações realizadas por opositores do governo anterior sobre suposta prática de criação e disseminação de *Fake News* ou “notícias falsas” e ainda de “perfis” em redes sociais que

¹⁴⁷ “CAC” é uma abreviação para “colecionador, atirador desportivo e caçador”. Sobre a matéria mencionada: Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/19/governo-bolsonaro-liberou-em-media-69-novas-armas-por-dia-para-cacs-47percent-dos-registros-foram-em-2022.ghtml>> Acesso em: 03 outubro 2023.

¹⁴⁸ Por exemplo, o blog “Brasil de Fato”, examinado em estudo de Grill e Reis (2021) “divulgou matéria informando que o ‘Brasil será alvo de denúncia na ONU por risco elevado de genocídio’ dos ‘povos indígenas isolados’, pois o aumento do desmatamento seria de 113% em territórios nos quais eles habitam” (GRILL & REIS, 2021, p. 378). Foram expostos, pelo blog, “dados oficiais do sistema PRODES do INPE, retirados do relatório do Instituto Socioambiental (ISA) apresentado à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em sessão “com a presença do líder indígena Davi Kopenawa Yanomami” (GRILL & REIS, 2021, p. 378).

estariam envolvidos no financiamento e planejamento de “atos antidemocráticos”. Desse modo, para encerrar o discurso, fez citação atribuída ao filósofo alemão Karl Marx nas “Teses sobre Feurbach”: “o critério da verdade é a prática”, concluindo que todos os compromissos citados somente poderiam se confirmar, diante da sociedade e da história, na “prática” e na “realidade”.

Antes de assumir oficialmente o MJSP, Flávio Dino teve de atuar em um “plano” de grande complexidade para a garantia da “normalidade” da posse do presidente Lula, no dia 01 de janeiro de 2023. Para citar apenas um dos episódios que antecedeu a cerimônia, no final de dezembro, um “artefato explosivo” foi encontrado próximo de um veículo nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília (DF), sendo o suspeito do atentado preso em seguida. Esse e outros eventos apontariam para a mobilização de militantes “bolsonaristas” extremistas insatisfeitos com a eleição do presidente e dispostos a assumirem consequências drásticas¹⁴⁹. Portanto, passaram a chamar a atenção de veículos de comunicação e da cúpula mais próxima ao presidente eleito, sendo Flávio Dino, pela posição agora ocupada, um dos “nomes” mais citados quanto à “garantia da segurança” de Lula e de seu *staff* durante a cerimônia. Sobre o assunto, Flávio Dino comunicou à população, no antigo Twitter, em 25 de dezembro de 2022:

A posse do presidente Lula ocorrerá em paz. Todos os procedimentos serão reavaliados, visando ao fortalecimento da segurança. E o combate aos terroristas e arruaceiros será intensificado. A democracia venceu e vencerá. (@FlavioDino, 25/12/2023, 7:01 pm. Tweet)¹⁵⁰

A posse ocorreu conforme o planejado e com o esquema de segurança devidamente aumentado. De qualquer modo, uma semana depois, deflagrou-se em Brasília (DF) uma série do que passou a ser considerado por veículos de imprensa, juristas e estadistas como “atos antidemocráticos” ou “golpistas” que levaram à solicitação, pelo ministro, de intervenção federal na capital do país. Flávio Dino escolheu Ricardo Capelli, ex-secretário de Comunicação do governo do Maranhão, para assumir o posto de “interventor federal” por algumas semanas. Flávio Dino afirmou, meses depois, que solicitou ao governador distrital, Ibanês Rocha¹⁵¹ (MDB) o apoio da Força Nacional para acompanhar os protestos marcados em frente ao

¹⁴⁹ O segundo turno dessas eleições foi polarizado. O presidente eleito Lula (PT) recebeu 60.345.999 (50,90%) dos votos enquanto o candidato que tentava a reeleição, Jair Bolsonaro (PL), recebeu 58.206.254 (49,10%), segundo dados obtidos pelo site UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/apuracao/2turno/>> Acesso em 09 outubro 2023.

¹⁵⁰ Disponível em: <https://twitter.com/FlavioDino/status/1607134562890715137?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetemb%7Ctwterm%5E1607134562890715137%7Ctwgr%5E9e4f6657a8efe5b03b72f6c4437a220840521f2a%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fveja.abril.com.br%2Fbrasil%2Fflavio-dino-avisa-que-planos-para-posse-de-lula-serao-reavaliados> Acesso em: 09 outubro 2023.

¹⁵¹ Nasceu em Brasília (DF), em 1971. Formou-se em direito (UNICEUB). Na política partidária, assumiu o cargo de governador distrital por dois mandatos (2018-2022; 2022-2026).

Congresso, Planalto e STF naquele dia, porém não teria sido atendido¹⁵². Assim, na tarde de domingo de 08 de janeiro, iniciou-se a invasão e depredação das “Casas” do Executivo, Legislativo e Judiciário. Os acontecimentos desse dia, que se desdobram até os dias atuais, foram responsáveis por algumas das mais de 60 convocações ao Congresso Federal nas quais Flávio Dino recebeu requisições¹⁵³. Até setembro de 2023, a partir de levantamentos realizados por veículos de mídia, estima-se que o agente foi o ministro do atual governo com mais pedidos.

Essas convocações foram realizadas no âmbito da Comissão de Segurança Pública do Senado (CSP), da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara (CCJ), da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), dentre outras. Todas são comissões permanentes em suas respectivas “Casas”¹⁵⁴. Na CCJ de 28 de março de 2023, Flávio Dino comentou algumas das ações que teriam marcado a atuação de seus três primeiros meses no MJSP. A primeira diria respeito à “luta contra o mercado ilegal de ouro no Brasil”, citando a exploração criminosa de “financiadores” e “lavadores” do dinheiro advindo dessa atividade na “região” amazônica. O ministro informou que o mercado estaria “na raiz do genocídio que se processou contra o povo yanomami em Roraima”, em referência às denúncias que descortinaram uma crise humanitária vivenciada por “comunidades indígenas” no país, em janeiro de 2023. Flávio Dino também voltou a citar ações de “combate a crimes na internet” a fim de aprimorar “marcos normativos” sobre o tema. Por fim, também citou o “combate ao crime organizado”, mencionando a realização de operações para a apreensão de “armas ilegais”.

No âmbito da CSP, podem ser destacados os episódios nos quais Flávio Dino respondeu a indagações realizadas pelo senador Sérgio Moro (União Brasil), notório pela atuação, enquanto juiz, em processos da “Operação Lava-Jato”. Uma das discussões travadas entre os agentes diz respeito ao “Projeto de Lei 2630/2020”, intitulado “Lei das *Fake News*”. Sobre o PL, “institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Cria medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais, como Facebook e Twitter, e nos serviços de mensagens privadas, como WhatsApp e Telegram”¹⁵⁵. Do texto,

¹⁵² Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/22/dino-diz-que-editou-portaria-prevendo-atuacao-da-forca-nacional-no-df-em-8-de-janeiro-mas-que-nao-teve-resposta-de-ibaneis-rocha.ghtml>> Acesso em: 06 outubro 2023.

¹⁵³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/dino-e-o-recordista-de-convocacoes-por-comissoes-da-camara/>> Acesso em: 09 outubro 2023.

¹⁵⁴ “Sua composição renova-se a cada dois anos, no início da primeira e da terceira sessões legislativas. A Comissão Diretora é constituída pelos membros da Mesa, enquanto as demais 11 comissões técnicas têm seus integrantes designados pelo presidente da Casa, por indicação dos líderes partidários, observando-se a participação proporcional das respectivas bancadas”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/comissoes-permanentes>> Acesso em: 09 outubro 2023.

¹⁵⁵ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara/>> Acesso em: 17 outubro 2023.

excluir-se-iam “serviços de uso corporativo e e-mail”. Flávio Dino revelou ser favorável ao projeto em diversas ocasiões, sendo, inclusive, partidário da regulação das chamadas *Big Techs* no Brasil (empresas como Google, Apple, Amazon, Facebook, Microsoft, dentre outras). A expressão em inglês pode ser livremente traduzida como “maiores empresas de tecnologia”. O agente afirmou que aplicaria o “Código do Consumidor”, por intermédio do MJSP, afastando críticas sobre a possível realização de “censura” a postagens ou serviços das empresas no país.

Ao ser questionado pelo senador sobre o acionamento da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) em caso envolvendo suposta “propaganda abusiva” por parte do Google, no âmbito da discussão apresentada, Flávio Dino afirmou: “em relação às ações do Ministério da Justiça, também volto ao princípio da legalidade, existe uma Lei, o senhor lembra, o senhor não pode ter esquecido”¹⁵⁶. Flávio Dino foi interrompido pelo ex-juiz que ponderou “não concordar com esse tipo de deboche”, afirmando “conhecer muito bem a lei”. Em réplica, mencionou: “se o senhor me faz perguntas esquisitas, eu tenho que lembrar o senhor da lei”, sendo novamente confrontado por Sérgio Moro de estar descredibilizando seus conhecimentos. O ministro, então, lembrou a “Lei 8.078/1990” sobre Código de Proteção e Defesa do Consumidor sobre a aplicação de sanção à “publicidade enganosa ou abusiva”, reiterando que estaria apenas “cumprindo a Lei” e que “foi-se o tempo em que se rasgava a Lei no Brasil”. Na mesma sessão, defendendo-se da “acusação” sobre realizar “deboche”, Flávio Dino destacou:

Senador Moro, eu vim aqui como ministro e senador da República para ser respeitado. Se um senador acha que pode cercear minha palavra, se um senador diz que eu tenho que ser preso, isso é respeito? Pense com sua consciência se isso aconteceu com o senhor. Eu sou uma pessoa honesta, eu sou ficha-limpa, eu fui juiz e nunca fiz conluio com o Ministério Público. Eu nunca tive sentença anulada. E por ter sido um juiz e governador honesto, é que eu não admito que ninguém venha dizer que eu seja preso. Quem tem honra age assim e, portanto, eu repilo veementemente qualquer ofensa a minha honra e ninguém vai me impedir de defender a minha honra. Essa é a ‘contundência dos justos’ e por isso eu farei e farei de novo. Eu tenho família, eu tenho ficha-limpa, eu tenho currículo, eu tenho trajetória nos Três Poderes do Estado. Às vezes eu sou incisivo diante da proporcionalidade da ofensa. O que este colega seu tem feito, reiteradamente, é me chamar de ‘lixo’, ‘bandido’, ‘mau-caráter’, que eu tenho que ser preso. O senhor acha que isso é respeito? Eu conto com o senhor, inclusive, para que essa Casa e outras Casas Parlamentares possam cumprir a Constituição (Flávio Dino, 09/05/2022, “Portal Uai”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=psqfLNpe0LA>> Acesso em: 17 outubro 2023)

Chama a atenção a menção à frase “nunca ter feito conluio com o Ministério Público” e “nunca ter tido sentença anulada”, levando em consideração que Sérgio Moro foi declarado suspeito pelo STF, em 2021, em decisão que condenou o presidente Lula em caso envolvendo um Triplex no Guarujá (SP) que levou o político à prisão, em 2018, impedindo-o de concorrer

¹⁵⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=psqfLNpe0LA>> Acesso em: 17 outubro 2023.

às eleições daquele ano. Quanto às demais ofensas citadas, o ministro se referiu a outro senador que chegou a afirmar, na mesma sessão, que Flávio Dino poderia ser preso com base em uma possível omissão diante dos atos de 08 de janeiro e a quem o ministro acusou de “produzir vídeos” difamatórios e desrespeitosos a seu respeito. Sobre o episódio, o deputado “governista”, Guilherme Boulos¹⁵⁷ (PSOL), repostou vídeo do “embate” entre os senadores, destacando:

Flávio Dino foi aprovado em 1º lugar para juiz federal. Moro não. Entenda em menos de dois minutos o porquê (@GuilhermeBoulos, 09/05/2023, 1:30 pm. Tweet)¹⁵⁸

Percebe-se, desse modo, como a classificação conquistada por Flávio Dino há 30 anos em concurso do TRF-1 continua a ser reivindicada em ocasiões como a discutida. Mais recentemente, em 10 de outubro de 2023, não compareceu à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara Federal, solicitando a realização de audiência em Plenária no Congresso para responder aos questionamentos dos membros. Afirmou que “não pôde comparecer à comissão por estar envolvido em operação realizada pela Polícia Federal que necessitava de providências administrativas”¹⁵⁹. “Por lei, ministros de Estado são obrigados a atender a convocação de senadores e deputados para falar sobre assuntos relevantes da sua área de atuação”¹⁶⁰. Deputados oposicionistas chegaram, inclusive, a afirmar que poderiam solicitar punição ao ministro por “crime de responsabilidade” após o ocorrido.

Flávio Dino assumiu o MJSP em meio a um período de “polarização” acentuada nos *domínios políticos*, conforme observado no resultado das eleições para a presidência do Brasil. Por conta disso, em seus discursos, reivindicou um “Ministério da Paz” que buscasse a reestruturação de “pilares” da Justiça e Segurança Pública nacionais, como a “defesa” da Amazônia e o “combate” ao “crime organizado”. Porém, precisou lidar com “oposicionistas” que, através de Comissões Parlamentares, interpelaram-no a respeito de temas mais “sensíveis” como a dissolução de decretos armamentistas bem como a regulação do espaço digital. Nesse sentido, nota-se que o agente se utilizou de recursos adquiridos em inscrições prévias, como o vasto conhecimento de leis e a retórica discursiva, para garantir a permanência no MJSP ou alcançar novos postos na atual administração, como acabou se configurando em sua indicação e nomeação ao STF, cuja posse está agendada para o dia 22 de fevereiro do presente ano.

¹⁵⁷ Nasceu em São Paulo (SP), em 1982. Formou-se em filosofia (USP). Na política partidária, candidatou-se à residência do Brasil em 2018 e à prefeitura de São Paulo (SP) em 2020, não se elegendo. Em 2022, elegeu deputado federal e apoiou o presidente Lula na conquista de terceiro mandato na presidência do país.

¹⁵⁸ Disponível em: <twitter.com/GuilhermeBoulos/status/1655973613474906112> Acesso em: 14 outubro 2023.

¹⁵⁹ Disponível em: <gazetadopovo.com.br/republica/dino-ignora-convocacao-e-falta-a-audiencia-na-camara-deputado-pedira-impeachment-do-ministro/> Acesso em: 17 outubro 2023.

¹⁶⁰ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-10/dino-nao-comparece-comissao-da-camara-e-quer-ser-ouvido-em-plenario>> Acesso em: 17 outubro 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se situar, nessa discussão, a construção da imagem pública de Flávio Dino de Castro e Costa, ex-governador do Maranhão e atual ministro de Justiça e Segurança Pública do Brasil. Para isso, apreendeu-se um conjunto de entrevistas, discursos, matérias jornalísticas, artigos de blogs, materiais de campanha eleitoral, etc. produzidos por “grupos” ou *facções políticas* envolvidos em lutas de classificação sobre o agente ou sobre o estado (ou “região”) em que construiu carreiras na militância, magistratura, docência, intelectualidade e política partidária, revelando-se um “caso” que *multinotabilidades* e *multiposicionalidades* (GRILL & REIS, 2018, p. 149) foram reconvertidas em recursos e estratégias de afirmação e manutenção.

Percebeu-se, como um dos principais resultados da pesquisa, a relevância de inscrições familiares prévias para a ascensão da trajetória pública de Flávio Dino. O agente pôde contar não apenas com os “ganhos” diretos da associação por parentesco (como o sobrenome e as *estratégias de reprodução* intrínsecas), mas também com a notoriedade da família nos *domínios políticos* e *intelectuais* (dando acessos aos magistrados, professores universitários, políticos, intelectuais, etc., conhecidos de seus ascendentes); pelas condições aquisitivas e simbólicas de frequentar uma escola de “elite” (permitindo a socialização com outros “filhos de políticos” e a entrada no movimento estudantil, participações em grupos de debates marxistas, etc.); e as *disposições* incorporadas que o levaram às carreiras e *tomadas de posição* seguidas e analisadas.

Além disso, observou-se a recorrência por parte do agente em reivindicar a participação em “lutas” contra a ditadura militar, que incidiu na suspensão dos direitos políticos do pai e na mobilização em torno de eleições diretas e ainda na participação em uma “geração” de estudantes universitários atravessados pelo período, como um dos vetores que condicionou sua “entrada” no movimento político e seu posicionamento ideológico mais “à esquerda”. Outro destaque a ser considerado, consiste apreensão e retoma da educação “marista” e o engajamento em “causas” relacionadas aos mais pobres e desfavorecidos, como resultados diretos da “doutrina católica” promovida pelo instituto em que recebeu sua formação escolar e intelectual.

A mobilização de *heranças políticas*, separadas por Flávio Dino em “duas esferas” através de discursos e relatos autobiográficos, possibilitaram sua “entrada em cena” nos *domínios políticos* regionais. Verificou-se, a partir disso, que o agente busca reconstituir sua trajetória de afirmação levando em conta aspectos relacionados às *disposições*, à “vocação política” e aos investimentos recenseados em espaços como o grêmio estudantil, diretórios partidários e centros de representação universitários, distinguindo-se e operando “diferenças”.

Em seguida, foram examinados investimentos em carreiras na magistratura e na academia, referenciadas pelo agente como estratégias de “consolidação profissional” uma vez que a ocupação de cargos eletivos não recebe dele o *status* de “profissão” ainda que esteja há 16 anos participando dessas disputas. Sobre o primeiro caso, o agente definiu como “realização pessoal” dada a “dificuldade” em acessar a posição, através de concurso público em que a ocupação do primeiro lugar foi associada à “abordagem política” que teria realizado na prova. A inscrição, conforme discutido, é um trunfo que pode ser acionado para afirmar e consagrar o agente diante de seus “pares” na política e demais espaços sociais. Por exemplo, para justificar o “saber jurídico” em circunstâncias como a ida ao MJSP e em “embates” com “adversários”.

No segundo caso, Flávio Dino mencionou a universidade “como manutenção do vínculo com o direito” e constantemente a toma como um de seus repertórios de atuação profissional. Depreendeu-se, a partir da discussão, que o agente detém o título de professor universitário como uma atividade secundária, paralela e honorífica visto que somente a priorizou em oportunidades específicas, licenciando-se em diferentes períodos e não se engajando em funções administrativas no que pese a gestão desse espaço. Porém, observou-se investimentos na obtenção de título de pós-graduação, publicação de artigos, livros e demais produções acadêmicas e na atualização do Currículo Lattes, demonstrando interesse na manutenção dessa posição social. O TRF-1 e o DDIR, lugares objetivados na discussão, podem ser considerados “centrais” no que tange a construção da imagem pública de Flávio Dino visto que são constantemente reivindicados (seja para exaltar ou depreciar) as carreiras seguidas pelo agente.

A construção da imagem pública de Flávio Dino foi discutida, com mais ênfase, no terceiro e quarto capítulo dessa dissertação. Apreendendo-se o jornal “Estado do Maranhão” e o portal “Imirante.com”, observou-se como as *lutas faccionais* nos *domínios políticos* locais foram reverberadas, deflagradas e atualizadas nesses veículos de imprensa. Ratificou-se, assim, a compreensão de que a “imprensa é altamente ‘politizada’ e ‘partidarizada’” nessa configuração regional (GRILL & REIS, 2012, p. 494), conforme discutido na análise das matérias localizadas. O recorte temporal das reportagens apreendidas, que abrangeu todo o período em que o ministro disputou cargos eletivos, foi primordial para a discussão. Dessa maneira, visualizou-se como o perfil do agente sofreu redefinições ao longo dos pleitos em que participou (2006-2022). Por exemplo, logo na sua “estreia” na disputa por cargos eletivos, apareceu no periódico pela aproximação com o então prefeito de Caxias (MA) e pela suposta cooptação de votos através de evento patrocinado com dinheiro público pelo “cabo eleitoral”. Avaliações “morais” ou “éticas” foram realizadas pelo fato do agente ser um “ex-juiz” federal.

É importante destacar que, nessas eleições, Flávio Dino se beneficiou dos realinhamentos ocorridos nas *facções políticas* locais, que possibilitaram a adesão a “heranças políticas” (através de “apadrinhamentos” políticos) e a decorrente entrada “por cima” na política partidária como um dos deputados federais mais votados do estado em 2006. A “estreia”, nessas condições, foi observada e discutida em matérias do “EM” ao longo do ano. Nas eleições de 2008, em mais uma das redefinições das *redes* e alianças políticas locais, o agente chegou a ganhar espaço no jornal para se defender de “ataques”, “acusações” e “boatos” realizados pelo “adversário” e apresentar suas propostas para a cidade de São Luís (MA), obtendo divulgações de pesquisas de opiniões favoráveis à candidatura. O jornal chegou ainda a cobrir as eleições de 2010, nas quais Flávio Dino lidou com a falta de apoio para a candidatura.

No entanto, esse cenário começou a ganhar “novos” contornos a partir das eleições de 2014 e 2018. Na ocasião, Flávio Dino conquistou o apoio partidário que buscou nas últimas eleições e se afirmou como o principal “adversário” da *facção política* mais influente do estado nos últimos 50 anos. Passou, dessa forma, a ser “alvo” de “denúncias”, “acusações” e “boatos” relacionados a sua atuação como gestor da Embratur e, posteriormente, como governador eleito. Chegou a conquistar, por conta disso, “direitos de resposta” pelo TRE-MA contra o “Grupo Mirante” responsável pelo jornal. Em ambos os pleitos, foram repercutidas notícias que objetivavam “desqualificar” e “detratar” a imagem pública do agente, associando-o com práticas de corrupção, conspirações contra a segurança pública, espionagem política de “adversários” e não cumprimento de promessas que teriam levado ao aumento da miséria e demais índices sociais e econômicos, invalidando a gestão do agente no governo. No entanto, em 2022, após novas reconfigurações, a imagem pública de Flávio Dino foi consagrada pelo portal que deu lugar ao jornal, mantido pelo mesmo “grupo”, afirmando-o como “líder” de uma *facção política* vitoriosa e consolidada nos *domínios políticos* locais. Concluiu-se, então, como o perfil do agente passou por reorientações de acordo com as conjunturas políticas mais amplas.

No quarto capítulo, observou-se mais especificamente como blogs e redes sociais “oposicionistas” e “governistas” atuaram no sentido de detratar ou consagrar a imagem pública do agente durante a campanha política de 2022. As estratégias e *tomadas de posição* como ministro do MJSP também puderam ser analisados e apreendidas, como a “defesa” da região amazônica, a alteração do porte de armas pela população e a criação de marcos regulatórios na internet, por exemplo, afirmando-se como “porta-voz” dessas “causas”. Analisou-se, portanto, algumas das múltiplas estratégias de mobilização da trajetória de Flávio Dino desde sua “entrada em cena” nos *domínios políticos* locais até sua consagração nas burocracias do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A, W, B, A. A ideologia da Decadência. Rio de Janeiro: Editora CASA 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, A; MOSCHOKVICH, M; POLAZ, K. “Pesquisando os grupos dominantes: notas de pesquisa sobre acesso às informações” In. Revista Pós-Ciências Sociais, v. 9, n. 17, 2012. São Luís, EDUFMA, 2012.
- BADIE, B; HERMET, G. Política comparada. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BARREIRA, I. Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Nuap, 1998.
- BOURDIEU, P. “A Força da Representação” in. A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996a.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.
- BOURDIEU, P. “É possível um ato desinteressado” In. Razões Práticas. São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, P. “Estratégias de reprodução e modos de dominação” In. Revista Pós-Ciências Sociais, v. 17, n.33, jan/jun. 2020b.
- BOURDIEU, P. “Introdução a uma Sociologia Reflexiva” in. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989
- BOURDIEU, P. “Os ritos de instituição” In. A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer”. São Paulo: EDUSPM 1996b.
- BOURDIEU, P. Sociologia Geral Vol. 1: Lutas de classificação: Curso Collège de France (1981-1982). Rio de Janeiro: Vozes, 2020a.
- BURKE, P. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CALDEIRA, J, R, C. As Interventorias Estaduais no Maranhão. Dissertação de Mestrado (UNICAMP). Campinas, SP, 1981.
- CHARLE, C. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas” In. Por outra história das elites. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- COLLOVALD, A. “Histoire d'un mot de passe: le poujadisme. Contribution à une analyse des ismes” In: Genèses. Sciences sociales et histoire Année, 1991, 3, pp. 97-119, 1991.

- COLLOVALD, A. “Identité(s) stratégique(s)” In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 73, juin 1988. Penser la politique-2. pp. 29-40, 1988.
- CORADINI, O, L. “As missões da “cultura” e da “política”: Confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)” In. Estudos sobre Elites Políticas e Culturais / Eliana Tavares dos Reis, Igor Gastal Grill (Organizadores). São Luís: EDUFMA, 2014.
- CORADINI, O. L. “Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. Revista de Sociologia e Política. V. 20, 2012.
- CORADINI, O, L. “Os Professores de Ensino Superior como Objeto de Estudo e a ‘Sociologia Prática’” In. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 38 - Jan./Abr. de 2018.
- CORADINI, O, L. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. In: FELIX, Loiva Otero et. al. (orgs.) Mitos & Heróis: Construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. P. 209-235.
- COSTA, W. Sob o Signo da Morte: Decadência, Violência e Tradição em Terras do Maranhão.
- DEZALAY, Y; GARTH, B. “A construção jurídica de uma política de notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado da virtude cívica” In. REPOCS, v. 12, n. 23, jan-jun, 215, pp. 37-59.
- DOBRY, M. Sociologia das crises políticas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- Dissertação de Mestrado (UNICAMP), Campinas-SP, 2001.
- ELIAS, N. Introdução à Sociologia. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1980.
- ELIAS, N. Sociedade dos Indivíduos. São Paulo: Zahar Editora, 1994.
- ENGELMANN, F. Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2004.
- ENGELMANN, F. “Juristas e politização da justiça no Brasil: desafios analíticos para a abordagem sociopolítica” In. REPOCS, São Luís, v. 20, n. 1, 9-28, jan/abr, 2023.
- FILHO, J, B. A Tradição Engajada: origens, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente. Dissertação de Mestrado (UFMA), São Luís, 2007.
- FILHO, J, B. “As bases transacionais do recrutamento de apoiadores de uma candidatura” In. Estudos sobre Elites Políticas e Culturais / Eliana Tavares dos Reis, Igor Gastal Grill (Organizadores). São Luís: EDUFMA, 2014.
- GAXIE, D. “Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective”. Swiss Political Science Review, v. 11, n. 1. 2005.

GONÇALVES, M, F, C. A Invenção de uma Rainha de Espada: Reatualizações e Embaraços na Dinâmica Política do Maranhão Dinástico (Tese de Doutorado). São Luís, UFMA, 2006.

GONÇALVES, M. F. C. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: UFMA, 2000

GRILL, I. G. “A Especialização Política no Maranhão: Padrões de seleção, níveis de disputas e interdependências” In. Estudos sobre Elites Políticas e Culturais / Eliana Tavares dos Reis, Igor Gastal Grill (Organizadores). São Luís: EDUFMA, 2014.

GRILL, I, G.; REIS, E, T, dos. “A universidade como um ‘viveiro’ de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política” In: Repocs, v.12, n.23, 2015.

GRILL, I, G. “As bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes”. In: Sociedade em Debate, Pelotas, 10(2): 159-197, 2004.

GRILL, I, G; REIS, E, T. “Disputas faccionais, batalhas jurídicas e construções midiáticas em uma eleição municipal” In. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 490 - 512.

GRILL, I, G; REIS, E, T. dos. “Dos Campos aos Domínios das Elites no Brasil” in. Revista TOMO. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 163-210, jan./jun. 2018.

GRILL, I, G. “Família”, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier. IG Grill. Revista TOMO, 85-111, 2007.

GRILL, I, G; REIS, E, T. Grandezas e desventuras da Amazônia: construção de sentidos e representação de interesses no debate político recente”. In. Estud. sociol. Araraquara v.26 n.50 p.351-395 jan.-jun. 2021

GRILL, I, G. Heranças políticas no Rio Grande do Sul. São Luís: EDUFMA, 2008.

GRILL, I, G; REIS, E, T. “Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão” In. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 53, N. 2, p. 363-377, mai/ago 2017.

GRILL, I, G. “Ismos’, ‘Ícones’ e Intérpretes: As Lógicas das “Etiquetagens” na Política de Dois Estados Brasileiros (MA e RS) In. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. 193-220, out. 2012.

GRÜN, R. Da pizza ao impeachment: Uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

LANDÉ, C. 1977. Introduction: the Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, S. W. (ed.) Friends, Followers and Factions: A Reader in Political Clientelism. Berkeley: University of California.

MACHADO, J, L, F. “Por uma sociologia do engajamento de clérigos no Maranhão” In. Estudos sobre Elites Políticas e Culturais / Eliana Tavares dos Reis, Igor Gastal Grill (Organizadores). São Luís: EDUFMA, 2014.

MCADAM, D. Pour dépasser l’analyse structurale de l’engagement militant. In: FILLIEULE, O. Le désengagement militant. Paris: Belin, “Sociologiquement”, 2005.

MAYER, A. “A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas” In. FELDMAN-BIANCO, B. (org). Antropologia das sociedades complexas. São Paulo: Global, 1987, p. 127-155.

MICELI, S. Images Negociadas: Retratos da elite brasileira (1920-40). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PALMEIRA, M. “Política, facções e voto” In. Política Ambígua. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Nuap, 2010.

PALMEIRA, M; HEREDIA, B, M. “Os comícios e a política de facções” In. Política Ambígua. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Nuap, 2010.

PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, A, T. Disputas Faccionais e Construções de “Ismos”: Inscrições Político Jornalísticas no Maranhão (1930-1960).

PEREIRA, A, T. Um Espectro Ronda a Ilha: O Comunismo na Imprensa de São Luís (1935-1937). São Luís, OIKOS, 2016.

OFFERLÉ, M. Um homme, une voix? Paris: PUF, 1993.

PIZZORNO, A. “Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional”. In: FOXLEY, A. Desenvolvimento e Política. São Paulo: Vértice, 1998.

REIS, F, A, M. Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850/1930). Dissertação de Mestrado (UNICAMP), Campinas-SP, 1992.

REIS, E, T. “‘Fé’ nos engajamentos políticos e culturais do Maranhão” In. Padrões de seleção, níveis de disputas e interdependências” In. Estudos sobre Elites Políticas e Culturais / Eliana Tavares dos Reis, Igor Gastal Grill (Organizadores). São Luís: EDUFMA, 2014a.

REIS, E, T. dos. Juventude, intelectualidade e política: a ativação do ‘legado’ de André Forster e a consagração de uma geração”. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 380-411, 2003.

REIS, E, T. dos; GRILL, I, G. “Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil”. In: Tomo, São Cristóvão - SE, n. 13, 2008.

REIS, E, T. O trabalho de construção de um ‘perfil cultural e artístico do Maranhão’ In. Estudos sobre Elites Políticas e Culturais / Eliana Tavares dos Reis, Igor Gastal Grill (Organizadores). São Luís: EDUFMA, 2014b.

REIS, E, T. Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política: um estudo sobre militantes que ‘lutaram contra a ditadura’ no Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS): EDUFMA, Zouk, 2015.

SAWICKI, F; SIMEANT, J. “Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses” Sociologias. V. 13, n. 28, 2011.

SEIDL, E; GRILL, I, G. “A política como objeto de estudo das ciências sociais” In. As ciências sociais e os espaços da política no Brasil” / Ernesto Seidl, Igor Gastal Grill (orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

WEBER, M. “A política como vocação” In. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1882.

WOLF, E, R. “Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México” In. Antropologia e poder: Contribuições de Eric R. Wolf / Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (orgs); Pedro Maia Soares (trad). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Fontes

CNPQ, Currículo Lattes. COSTA, Flavio Dino de Castro. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3382033610538788>> Acesso em: 06 outubro 2023.

“Memória dos concursos públicos para provimento de cargo de juiz federal substituto da Primeira Região: 1990 a 2012”. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação. Brasília: Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 2012.

Telegram, @FlavioDinoTelegram. Disponível em: <<https://t.me/s/FlavioDinoTelegram?before=175>> Acesso em: 06 outubro 2023.

Twitter/X, @FlavioDino. Disponível em: <https://twitter.com/FlavioDino?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor> Acesso em: 06 outubro 2023.

Youtube, @FlavioDino. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@FlavioDino>> Acesso em: 06 outubro 2023.

Diário 98.

Imirante.com.

Marrapá.com.

O Estado do Maranhão.